

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

Processo nº 021/2026

(A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, Lei Municipal 1.953/2021 e demais legislação complementar).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO, SUPORTE E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO INTEGRADO (ERP) (SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE) COM APLICATIVOS MOBILE E HOSPEDAGEM EM NUVEM, EQUIPE LOCAL DE SUPORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM TERMO DE REFERÊNCIA.
SETOR:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
REGIME DE FORNECIMENTO:	INDIRETA - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES	
DIA:	19 de maio de 2026
HORA:	08:30 horas (Horário de Brasília – DF)
LOCAL:	www.licitanet.com.br
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
DIAS:	Segunda a Sexta-feira (em dias de expediente)
HORÁRIOS:	Das 07:00 às 13:00 – Horário local.
LOCAL:	Rua Maringá, 444 – Centro – Primavera do Leste – MT http://www.primaveradoleste.mt.gov.br ou www.licitanet.com.br

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2026

Modalidade: Pregão	Forma: Eletrônica	Modo de Disputa: Aberto
---------------------------	--------------------------	--------------------------------

O Município de Primavera do Leste-MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, em modo de disputa aberto, **OBJETIVANDO a Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, suporte e manutenção de sistema de Prontuário Eletrônico Integrado (ERP) (SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE) com aplicativos mobile e hospedagem em nuvem, equipe local de suporte**, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 e, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

A licitação será realizada em único GRUPO, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

SUMÁRIO

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE E PLATAFORMA ELETRÔNICA	4
CLÁUSULA SEGUNDA – DA DATA E HORÁRIO	4
CLÁUSULA TERCEIRA – DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO	4
CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO	6
CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	8
CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS	8
CLÁUSULA OITAVA – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	9
CLÁUSULA NONA – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.....	10
CLÁUSULA DÉCIMA – DO CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:	12
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMULAÇÃO DE LANCES	13
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	15
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO LOCAL E REGIONAL	16
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA	17
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA AMOSTRA E/OU PROVA CONCEITO	18
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR	20

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA	22
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR	23
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA HABILITAÇÃO.....	25
HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	25
HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	25
DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	26
OUTROS DOCUMENTOS	30
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	31
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S).....	32
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.....	34
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	34
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO.....	34
CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO	36
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DO REAJUSTE	36
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	37
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS	39
CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	40
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO	42
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	43
ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA.....	179
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO	180
ANEXO V – DA PROVA CONCEITO	193

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2026

O Município de Primavera do Leste/MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, em modo de disputa aberto, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

A licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, complementarmente, pela Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE E PLATAFORMA ELETRÔNICA

1.1. A publicidade deste Edital será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/>, nos termos fixados nos art. 54 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.2. O presente Edital também será publicado, em forma de AVISO, no Diário Oficial de Mato Grosso (IOMAT), jornal diário de grande circulação, Diário Oficial do Município de Primavera do Leste-MT (DIOPRIMA).

1.3. A íntegra do presente Edital e seus Anexos, bem como todos os documentos, os esclarecimentos, impugnações, atos decisórios do procedimento licitatório durante a FASE EXTERNA serão divulgados na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e no sítio internet da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste-MT, disponível no endereço eletrônico: <https://www.primaveradoleste.mt.gov.br/Licitacoes/Pregao-eletronico/>.

1.4. O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.4.1. Para garantir a eficiência e a continuidade dos pregões eletrônicos, a manutenção da plataforma já utilizada – a LICITANET – revela-se a escolha mais acertada, por atender plenamente ao interesse público. À luz dos princípios administrativos da competência, moralidade e eficiência, não há alternativa mais adequada para a operacionalização dos pregões eletrônicos desta Prefeitura.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DATA E HORÁRIO

2.1. A(s) proposta(s) de preços deverão ser cadastrados na plataforma Licitanet até às 08:30 horas (horário oficial de Brasília/DF) do dia **27 de Abril de 2026**, quando se dará a abertura da sessão pública.

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

3.1. O presente certame será conduzido pela servidora **ALINE CHAIENNE ROSA NEVES**, na qualidade de Agente de Contratação/Pregoeira, designada pela Portaria nº 098/2.026, nos termos do art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A Pregoeira contará com o auxílio da Equipe de Apoio designada pela mesma Portaria, sendo que a responsabilidade pelos atos praticados será individual do agente competente, ressalvadas as situações de indução a erro pela equipe (art. 8º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

3.3. Em caso de ausência ou impedimento legal da titular, a condução do certame será transferida automaticamente ao(à) Agente de Contratação suplente, conforme a ordem de substituição definida na referida Portaria nº 098/2.026.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. A presente licitação, por **GRUPO**, tem por objeto o Processo licitatório, em conformidade com a Lei 14.133/21, na modalidade de licitação pregão eletrônico, objetivando a Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, suporte e manutenção de sistema de Prontuário Eletrônico Integrado (ERP) (SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE) com aplicativos mobile e hospedagem em nuvem, equipe local de suporte, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

4.2. Fazem parte do presente Edital os anexos abaixo relacionados:

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo I-A - Detalhamento das Funcionalidades Exigidas
- c) Anexo II - Modelo de Declarações;
- d) Anexo III - Modelo de Proposta;
- e) Anexo IV - Minuta do Contrato.
- f) Anexo V – Da Prova Conceito.

4.3. A licitação será realizada em único item, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

4.4. Da opção pelo critério de julgamento: A opção pelo critério de julgamento por **GRUPO/LOTE ÚNICO** justifica-se pela natureza do objeto e pela necessidade de garantir a integridade e a eficiência da solução de Tecnologia da Informação pretendida, conforme os seguintes fundamentos:

a) **Do Critério de Julgamento por Grupo (Menor Preço por Lote):** A opção pelo critério de julgamento por Grupo Único fundamenta-se na necessidade de assegurar a padronização e a interoperabilidade de toda a solução tecnológica. A fragmentação do objeto em itens isolados comprometeria a integridade sistêmica, uma vez que o fornecimento, a implantação e o suporte formam um ecossistema digital dependente de uma arquitetura tecnológica unificada. A adjudicação por grupo permite à Administração:

- **Economia de Escala:** Obtenção de preços mais vantajosos ao concentrar o volume de serviços e licenciamento em um único fornecedor, conforme autoriza o art. 23, § 1º da Lei nº 14.133/2021.
- **Eficiência Administrativa:** Redução do ônus de gestão e fiscalização contratual, evitando a coordenação de múltiplos cronogramas e interfaces técnicas distintas.
- **Mitigação de Riscos:** Eliminação de conflitos de responsabilidade técnica entre diferentes prestadores, garantindo que uma única contratada responda pela performance integral do sistema.

d) Da Indissociabilidade entre Implantação e Manutenção

A separação entre os serviços de implantação (Item 1) e gerenciamento/manutenção mensal (Item 2) é tecnicamente inviável e juridicamente temerária pelos seguintes motivos:

- **Responsabilidade Técnica Objetiva:** A fase de implantação envolve a parametrização de fluxos críticos, regras de faturamento e integração com sistemas oficiais (e-SUS e CNES). Caso a manutenção fosse executada por outrem, haveria uma ruptura na cadeia de responsabilidade sobre a estabilidade do software e o cumprimento do SLA de 99,3% de disponibilidade exigido.
- **Modelo de Entrega (SaaS):** O objeto caracteriza-se como um serviço continuado em nuvem, onde o licenciamento e o suporte são acessórios indispensáveis ao funcionamento da plataforma implantada. Não há autonomia técnica entre o ato de configurar o sistema e o ato de mantê-lo operacional.
- **Continuidade Operacional e Fluxo de Transição:** O cronograma de execução demonstra que o suporte e os ajustes pós-implantação (Fases 5 a 8) são desdobramentos diretos do treinamento inicial e do *Go-Live* (Fase 4). A fragmentação impediria a transferência contínua de conhecimento e a resolução tempestiva de incidentes críticos.
- **Garantia de Migração e Integridade:** A contratada é responsável pela migração segura de dados legados e pela manutenção da integridade destas informações ao longo de todo o ciclo de vida do contrato. A divisão do objeto geraria riscos de perda de dados e inconsistências no faturamento SUS, contrariando o interesse público.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Para participar deste pregão eletrônico, a licitante deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Pessoa jurídica cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- b) Ser credenciada junto à plataforma Licitanet, por intermédio do sítio eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, que atuará como órgão provedor do sistema eletrônico;
- c) Enviar em campo próprio do sistema eletrônico as seguintes declarações virtuais de que:
 - i. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório; (art.63, I da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - ii. atende aos requisitos do art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 para fazer jus aos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006; (art. 4º, §§ 2º e 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iii. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas; (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
 - iv. inexistente fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. A declaração falsa sujeitará a licitante ao enquadramento na infração prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não se responsabilizando o Município de Primavera do Leste por quaisquer custos, transações efetuadas pela licitante ou eventual desconexão do sistema.

5.4. Não poderão participar deste pregão eletrônico:

- a)** pessoas físicas;
- b)** Licitante suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o Município, durante o prazo da sanção aplicada;
- c)** Licitante declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- d)** Licitante impedido de licitar e contratar no âmbito do Município de Primavera do Leste, durante o prazo da sanção aplicada;
- e)** agentes públicos ou terceiros que se enquadrem em situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria; (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- f)** terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica; (art. 9º, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- g)** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, assim como aqueles que atuem em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante; (art. 14, III e § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- h)** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- i)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; (art. 14, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- j)** pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)
- k)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);
- l)** aqueles que se enquadrem nas demais vedações do art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- m)** Não poderão participar do presente certame empresas que estejam incluídas, como inidôneas, em um dos cadastros abaixo:
 - i. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União
(<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>)
 - ii. Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União
(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>)

iii. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

iv. As certidões dos itens “i”, “ii” e “iii” poderão ser substituídas pela Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>)

5.5. A verificação dos impedimentos e condições de participação ocorrerá somente após a fase competitiva do certame, momento no qual a plataforma Licitanet permite a identificação dos participantes do certame licitatório.

5.6. Encerrada a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) fará consulta aos cadastros oficiais: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implice em Inelegibilidade - CNCIAI, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep e Cadastro de Inidôneos do TCU ou qualquer outro que venha ser implantado, bem como na “lista suja” de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, a fim de verificar se a licitante se enquadra em qualquer vedação prevista neste edital.

5.7. Havendo qualquer impedimento, a licitante será, automaticamente, excluída da licitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

6.1. Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no art. 15, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art. 15, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste-MT e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato. (art. 15, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo pro-

tocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (art. 164, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.2. As impugnações e os esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente de forma eletrônica pela plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>).

7.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame licitatório.

7.4. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste-MT (<https://www.primaveradoleste.mt.gov.br/Licitacoes/Pregao-eletronico/>) e na plataforma Licitanet (<https://www.licitanet.com.br/>). (art. 164, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.5. Acolhida a IMPUGNAÇÃO contra este Edital e seus Anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (art. 55, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.6. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital (e seus Anexos), apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a regular realização da sessão.

7.7. Mesmo que a impugnação não seja conhecida, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e assegurando a prévia manifestação dos interessados. (Súmula nº 473 do STF e art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA OITAVA – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

8.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet.

8.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de *Home Broker*¹, o qual deverá manifestar em campo próprio da plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

8.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso à plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, e o uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.4. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Licitanet.

8.5. O custo de operacionalização pelo uso da plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão abaixo:

¹ *Home Broker* é um sistema que permite a negociação por meio da Internet de uma forma simples e rápida

8.6. Valor dos planos² para todas as empresas:

30 dias	90 dias	180 dias	365 dias	Plano Avulso
R\$ 152,00	R\$ 287,00	R\$ 422,00	R\$ 692,00	R\$ 98,00

8.7. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto a Licitanet, ou canceladas por solicitação do licitante.

8.8. A manutenção ou alteração da Senha de Acesso será feita através de pedido do licitante junto ao “Atendimento On-Line” (*Chat*) da plataforma Licitanet, sendo enviada para seu e-mail a nova senha de forma imediata.

8.9. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo a Licitanet e à Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.10. O cadastramento do licitante junto a plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

8.11. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: (34) 2512-6500 / (34) 99807-6633³ ou pelo e-mail fornecedor@licitanet.com.br.

8.13. As microempresas ou as empresas de pequeno porte no momento de seu cadastro deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

8.14. A não declaração, no momento do credenciamento, da licitante em referência Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, caso se enquadre, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP).

8.15. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame, em especial quanto à tipificação prevista no art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.16. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou à promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

8.17. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA NONA – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O cadastramento de proposta(s) somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “CREDENCIAMENTO” deste Edital.

9.2. A proposta de preços com o(s) preço(s) unitário(s) para o(s) item(ns) de interesse, deverá ser enviada em formulário específico, mediante o uso da chave de acesso e se-

² Os valores podem ser revisados a qualquer tempo e os valores atualizados estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/fornecedor>

³ Atendimento também por WhatsApp®

na privativa da licitante, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, no prazo indicado na “CLÁUSULA SEGUNDA - DA DATA E HORÁRIO”.

9.3. O registro de proposta comercial eletrônica vinculada ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a)** aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- b)** garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública;
- c)** compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (Anexo I);
- d)** impossibilidade de posterior desistência ou declínio de proposta a partir da data da sessão eletrônica inicial, ou de requerer qualquer acréscimo de custos que deveria ter sido incluído na sua proposta;
- e)** submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus Anexos;
- f)** obrigação de participar ativamente do certame (ONLINE) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

9.4. As propostas registradas no “Sistema” NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas, sob pena de desclassificação.

9.5. Quando do cadastramento da proposta, a licitante poderá parametrizar seu preço final mínimo, obedecida a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.6. Os lances serão de envio automático pelo sistema, que respeitará o preço final mínimo, bem como o intervalo de que trata o item anterior.

9.7. O (preço final mínimo) poderá ser alterado pela licitante durante a fase de lances, porém, não poderá ser (superior - se preço/inferior - se desconto) a lance já registrado por ela no sistema.

9.8. O (preço final mínimo parametrizado pela licitante possui caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle interno e externo.

9.9. As licitantes se responsabilizarão pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos, bem como pelo acompanhamento de todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, arcando com quaisquer ônus decorrentes da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.10. Caberá à licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema eletrônico utilizado no certame, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.11. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas anteriormente apresentadas.

9.12. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, não sendo aceita oferta de (materiais/equipamentos/produtos) com características e quantidades diferentes das indicadas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

9.13. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

9.14. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos, bem como, na legislação aplicável, inclusive a Lei Federal nº 8.078, de 1990.

9.15. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou apresentação de propostas relativas a presente licitação.

9.16. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, frete e quaisquer outros que incidam, direta ou indiretamente, no fornecimento dos bens.

9.17. Os preços ofertados poderão ser reajustados, observado o disposto no “REAJUSTE” deste Edital. (art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.18. Após a abertura da sessão pública eletrônica do presente certame não cabe, em nenhuma hipótese, desistência de proposta.

9.19. Nenhuma proposta ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição e, consequentemente, desclassificação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CADASTRAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

10.1. O cadastramento dos documentos de habilitação somente será possível após o cadastramento na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>, na forma estabelecida no item “CREDENCIAMENTO” deste Edital.

10.2. Os Microempreendedores Individuais, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

10.3. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;

10.4. Os documentos de habilitação da(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar, deverão ser anexados ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação. O prazo poderá ser dilatado a critério e conveniência da administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ABERTURA DA SESSÃO

11.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo(a) **Pregoeiro(a)**, ocorrerá na data e horário previstos no item “CLÁUSULA SEGUNDA – DA DATA E HORÁRIO” deste Edital, no sítio www.licitanet.com.br;

11.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento das propostas e em relação à proposta mais bem classificada.

11.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os Licitantes, vedada outra forma de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. Aberta a etapa competitiva - sessão pública - as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada, on-line, do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.2. A critério do(a) Pregoeiro(a), poderá ser aberto mais de um item simultaneamente.

12.3. Os lances serão ofertados pelo valor unitário de cada item de interesse.

12.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

12.5. A licitante somente poderá oferecer lance (inferior - se preço/superior - se desconto) ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico; porém, o lance poderá ser intermediário, ou seja, igual ou (superior - se preço/inferior - se desconto) à melhor oferta registrada. (art. 56, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.6. Deverá ser observado o intervalo mínimo de diferença de 0,5% (cinco décimas por cento) sob o valor orçado, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

12.7 Caso seja ofertado lance inconsistente ou inexecutável, a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema.

12.8. Como medida excepcional, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir a proposta ou lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, que implicará a retirada da licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

12.9. O procedimento seguirá o modo de disputa ABERTO, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

12.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

12.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

12.14. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

12.15. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

12.16. Durante a etapa de disputa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexecutável, ou até que entenda

ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance, caso confirme a exatidão do lance registrado.

12.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem (crescente - se preço/decrescente - se desconto) de valores.

12.18. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, durante a sessão pública do pregão eletrônico, sendo vedada a identificação do seu detentor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DESCONEXÃO DO(A) PREGOEIRO(A)

13.1. No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) Pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

13.2. Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação expressa aos participantes, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, na plataforma *Licitanet*, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

13.3. Havendo oscilação na plataforma, desde que confirmada pela própria empresa *Licitanet*, a licitação será suspensa e reagendada somente após comunicação expressa aos participantes, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, devendo o(a) Pregoeiro(a) deliberar sobre a melhor decisão a ser tomada, sendo estas: remarcação do pregão contando os devidos prazos legais ou remarcação via chat em ata de sessão, obedecendo o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas.

13.4. Havendo instabilidade técnica ou oscilação na plataforma eletrônica, devidamente confirmada pela própria empresa responsável pelo sistema (*Licitanet*), e constatado potencial prejuízo à competitividade, à isonomia ou à regularidade da disputa, o(a) Pregoeiro(a) deverá suspender o certame.

13.5. Nessa hipótese, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, deliberará sobre a medida mais adequada ao caso concreto, podendo:

a) remarcar a sessão pública, com reabertura dos prazos legais aplicáveis, quando houver prejuízo no cadastro de propostas, comprometendo a regularidade da fase competitiva; ou

b) remarcar a continuidade exclusivamente da fase competitiva, mediante registro em ata e comunicação pelo chat do sistema, observando-se o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas entre a comunicação formal e a nova data designada, desde que devidamente comprovado que não houve prejuízo no cadastro de propostas.

b.1) Cabe ressaltar que, na hipótese de retomada da fase competitiva, os lances não reiniciarão a partir da proposta inicialmente cadastrada, mas sim do último lance validamente ofertado antes da suspensão, permanecendo assegurado a todos os licitantes o direito de apresentar novos lances, desde que inferiores ao último lance registrado, na tentativa de sagrar-se vencedor.

c) Todas as ocorrências de desconexão ou instabilidade, bem como as decisões adotadas, deverão ser devidamente registradas em ata de sessão, devendo ser instruídas, preferencialmente, por relatório ou log técnico emitido pela plataforma, garantindo-se transparência, publicidade e segurança jurídica ao procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

14.1. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 fica limitada às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

14.2. Em relação aos itens/lotos com valor total superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), estes são de ampla participação, já os itens com valor total até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva para empresas que se enquadram como ME e EPP – conforme determina a Lei complementar nº 123/06.

14.3. Após a fase de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME ou EPP, e das demais ME ou EPP na ordem de classificação, que será disponibilizada automaticamente nas telas do(a) Pregoeiro(a) e do fornecedor e encaminhada em mensagem por meio de chat.

14.4. Quanto aos ITENS/LOTES, na fase de PROPOSTA será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO às MEI's, ME's e EPP's, caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de médio ou grande porte e haja proposta apresentada por MEI/ME/EPP de valor até 5% (cinco por cento) superior ao da melhor proposta, oportunidade em que a plataforma Licitanet, automaticamente, procederá da seguinte forma:

- a)** A MEI/ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior a do licitante mais bem classificado e, atendidas as exigências deste Edital e seus Anexos, será reclassificada como melhor proposta do certame;
- b)** não sendo registrado um novo lance pela MEI/ME/EPP convocada através do sistema na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (cinco) minutos;
- c)** havendo empate de valor entre duas empresas beneficiárias do direito de preferência fixada na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, exercerá tal direito prioritariamente aquela cuja proposta tenha sido recebida e registrada pelo sistema primeiramente;
- d)** o sistema encaminhará mensagem automática, por meio do “chat”, convocando a MEI/ME/EPP mais bem classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de decadência do direito concedido;
- e)** na hipótese em que nenhuma dos licitantes exerça o direito de tratamento diferenciado, será mantida a ordem classificatória do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO EMPATE FICTO

15.1. Se o melhor lance for ofertado por licitante que não se enquadre na condição de ME ou EPP, o sistema facultará a estas o exercício do direito de preferência para fins de desempate, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, momento no qual a ME ou EPP mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, sob pena de preclusão, consoante determina o art. 45, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

15.2. Se houver equivalência de valores apresentados pelas ME ou EPP, que se encontrem no intervalo estabelecido no art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, o sistema efetuará sorteio para identificar a empresa que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

15.3. Caso a ME ou EPP convocada decline de exercer o direito de preferência, o sistema convocará as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do art. 44, § 2º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, na ordem de classificação.

15.4. Se houver êxito no procedimento especificado acima, o sistema disponibilizará nova classificação dos fornecedores para fins de aceitação pelo(a) Pregoeiro(a). Não havendo êxito ou não existindo ME ou EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO EMPATE REAL

16.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, desde que não se enquadre em situação prevista nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, naquela ordem, mesmo não havendo envio de lances na fase competitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO LOCAL E REGIONAL

17.1. Para cumprimento do art. 3º da Lei Municipal nº 1.953/2021, será assegurada prioridade de contratação às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas na **REGIONALIDADE** definida no item 18.4, desde que suas propostas estejam em valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido apurado na etapa competitiva.

17.1.1. Para os fins desta cláusula, considera-se melhor preço válido aquele ofertado por licitante com proposta classificada e que atenda às exigências de habilitação e às demais condições do instrumento convocatório.

17.2. Não havendo microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) sediadas no Município de Primavera do Leste/MT ou na regionalidade definida no item 18.4 enquadradas no limite previsto no item 18.1, a prioridade será direcionada às demais empresas sediadas no Município de Primavera do Leste/MT, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.953/2021.

17.3. Não se consumando a contratação na forma dos itens anteriores, será aplicada, quando cabível, a regra do empate ficto prevista na Lei Complementar Federal nº 123/2006, permitindo que outras microempresas e empresas de pequeno porte, independentemente da localidade, cujas propostas estejam até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço válido, sejam convocadas, na forma do edital e do sistema eletrônico, para apresentar proposta final de preço igual ou inferior àquela classificada em primeiro lugar, visando ao exercício do benefício legal.

17.4. Em consonância com o Anexo V da Lei nº 10.340/2015, integram a regionalidade da Região V – Sudeste os seguintes municípios: Cidade Polo: Rondonópolis. Demais municípios: Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari, Campo Verde, Dom Aquino, Gaúcha do Norte, Guiratinga, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Paranatinga, Pedra Preta, Poxoréu, Primavera do Leste, Santo Antônio do Leste, São José do Povo, São Pedro da Cipa e Tesouro.

17.5. Caso o sistema eletrônico não aplique automaticamente as margens de preferência local e regional estabelecidas nesta cláusula em suas diferentes ordens de prioridade, o Agente de Contratação/Pregoeiro realizará a convocação e a aplicação do benefício de

forma manual E por meio do chat de mensagens do sistema, respeitando rigorosamente a ordem estabelecida na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

18.1. Encerrada a etapa de lances, se necessário o(a) Pregoeiro(a) solicitará, no prazo de 2 (duas) horas, o envio da proposta classificada em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado, e se necessário, dos documentos complementares, que será julgada pelo critério definido no Edital/TR e realizará a verificação da conformidade da proposta em relação ao objeto e à compatibilidade em relação ao julgamento definido para a contratação, conforme definido neste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA NEGOCIAÇÃO

19.1. Definido o resultado do julgamento, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

19.2. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.3. No caso de desclassificação da proposta da licitante classificada em primeiro lugar, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, respeitada a ordem de classificação. Em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021. (art.61, § 1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

19.4. Caso a proposta da licitante classificada em primeiro lugar apresente preço superior ao máximo para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, podendo, a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes. (art.61, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

20.1. Será desclassificada a proposta, que (art. 59, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a)** contiverem vícios insanáveis;
- b)** não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c)** apresentarem preços inexequíveis;
- d)** com preço superior ao estimado para a contratação;
- e)** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- f)** apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

20.2. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).

20.3. Será considerado indício de inexequibilidade da proposta, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração.

20.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, e adotados, entre outros e no que couber, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;
- b) verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c) levantamento de informações no Ministério do Trabalho e Previdência e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) verificação de notas fiscais dos produtos/serviços adquiridos pelo proponente;
- h) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) estudos setoriais;
- j) análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para o fornecimento dos produtos/serviços; e
- k) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

20.5. A inexecuibilidade da proposta será considerada quando a diligência comprovar que os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta, bem como se inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA AMOSTRA E/OU PROVA CONCEITO

22.1. A empresa que obtiver a melhor classificação deverá, obrigatoriamente, comprovar, mediante a realização de Prova de Conceito (Avaliação Técnica do Sistema), o atendimento integral às especificações previstas no Termo de Referência, sob pena de imediata desclassificação. A mencionada Prova de Conceito consistirá em demonstração prática de todas as funcionalidades exigidas para o módulo de Gestão da Saúde, de modo a permitir a efetiva materialização das condições ofertadas pela licitante. A realização da demonstração será pública, com ampla divulgação prévia no portal oficial de licitações.

22.2. A Prova de Conceito será promovida tão somente após a fase de habilitação e antes da adjudicação do objeto, devendo a data de sua realização ser comunicada com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis. Objetiva-se, com tal procedimento, aferir o pleno funcionamento do produto ofertado em circunstâncias reais de operação, analisando-se a efetiva correspondência técnica ao objeto licitado, para além dos elementos meramente documentais.

22.3. Os requisitos estabelecidos no Termo de Referência deverão ser apresentados rigorosamente em ordem sequencial, vedada qualquer alteração, inversão ou retrocesso em relação à ordem dos itens. Para cada requisito, será realizada a leitura e a correspondente demonstração, devendo esta ser clara, objetiva e suficiente para evidenciar todas as funcionalidades requeridas.

22.4. A avaliação ficará a cargo de servidores formalmente designados por portaria, nos termos do item 3.7.21. do Termo de Referência.

22.5. Somente será declarada vencedora a licitante que demonstrar, no mínimo, o atendimento de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades cunhadas em cada módulo do Termo de Referência do sistema proposto.

22.6. É expressamente proibida a utilização de slides, vídeos ou quaisquer recursos audiovisuais alheios ao sistema para fins de apresentação, restringindo-se a demonstração à ferramenta ofertada.

22.7. A apresentação será realizada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, em sala apropriada, com infraestrutura básica de energia elétrica e meios de projeção ou monitor, competindo à licitante o fornecimento, instalação e operação dos demais equipamentos necessários, incluindo computador e acessórios indispensáveis.

22.8. Toda a infraestrutura de hardware, software e dados indispensáveis à realização da Prova de Conceito deverá ser providenciada pela licitante.

22.9. O manuseio dos equipamentos ficará sob responsabilidade de profissional vinculado à própria empresa, o qual deverá estar presente na data e horário designados em conjunto com a Comissão responsável.

22.10. Aos representantes legais das demais licitantes será assegurado o acompanhamento da demonstração, sendo, contudo, vedadas quaisquer manifestações, assim como o registro em vídeo, fotografias ou gravações de áudio.

22.11. Iniciada a Prova de Conceito, não será admitida a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware ou software relativos à solução em avaliação. Na hipótese de suspensão por motivos alheios à vontade das partes – como interrupção do fornecimento de energia elétrica –, a realização será reagendada para o próximo dia útil, caso a situação perdure por mais de trinta minutos.

22.12. Durante a apresentação, incumbirá à licitante identificar e relacionar, de maneira precisa, as funcionalidades demonstradas – tais como campos, tabelas, procedimentos, funções, integrações, telas, entre outros –, elaborando relatório detalhado de conformidade para cada item e submódulo.

22.13. Eventuais constatações de ausência ou mau funcionamento de módulos serão comunicadas à empresa, que poderá apresentar manifestação no prazo máximo de dois (2) dias úteis.

22.14. O Sistema Integrado de Gestão da Saúde será considerado reprovado nas seguintes hipóteses:

- a) Inexistência da licitante no local, data e horário agendados;
- b) Não demonstração, integral ou parcial, das funcionalidades exigidas durante o processo de avaliação.
- c) Compete exclusivamente à CONTRATANTE a análise e deliberação acerca da conformidade do sistema, com divulgação do resultado em sessão pública.
- d) A não aprovação ou ausência de apresentação da amostra no prazo acarretará a desclassificação da licitante.
- e) A Secretaria Municipal de Saúde poderá, se julgar oportuno, efetuar gravação em vídeo da apresentação, exclusivamente por equipe técnica, para análise posterior das funcionalidades.

f) Caso reste comprovado o não atendimento das exigências, a empresa será inabilitada, procedendo-se à convocação da próxima licitante classificada, conforme os critérios previamente estabelecidos.

g) Em caso de desclassificação da proposta vencedora, serão demandadas amostras das licitantes subsequentes, rigorosamente observada a ordem de classificação.

h) O Município reserva-se o direito de aceitar a proposta que melhor atender ao interesse público ou rejeitar todas, sem que assista qualquer direito a indenização ou reclamação às licitantes.

22.15. Da Comissão Especial de Avaliação:

a) Constituir-se-á, por portaria específica, Comissão Especial de Avaliação incumbida de verificar a conformidade técnica do software apresentado, à luz das disposições do Termo de Referência.

b) A decisão referente à aprovação ou reprovação da Prova de Conceito será devidamente fundamentada e registrada em relatório escrito.

c) A Comissão será composta por servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com inclusão de representantes da Coordenação de Tecnologia da Informação, sob a presidência de membro formalmente designado, incumbido do acompanhamento e fiscalização integral da execução da Prova de Conceito. Sua atribuição precípua consistirá em atestar a aderência estrita entre o sistema apresentado e o objeto licitado.

d) Durante a apresentação, será exigida a execução integral (100%) das funcionalidades gerais do sistema, conforme disposição da tabela anexa ao Termo de Referência, e a apresentação deverá seguir ordem sequencial e lógica.

e) Para módulos específicos, exige-se cumprimento mínimo de 95% das funcionalidades correspondentes. O descumprimento dessas condições ensejará, de imediato, a desclassificação da licitante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

22.1. Na hipótese de a proposta não ser aceitável ou se a licitante classificada em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos descritos neste Edital.

22.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

22.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

22.4. Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata item anterior, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, sendo a ocorrência registrada em ata e disponibilizada na plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>.

22.5. A proposta de preços classificada em primeiro lugar, ajustada ao último lance ofertado pela licitante e, se necessário, com os documentos complementares solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser anexada ao sistema eletrônico após a solicitação pela opção “Convocar Anexo”, no prazo de 2 (duas) horas, contado de sua solicitação.

22.6. O prazo definido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período, quando:

- a) solicitado pela licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

22.7. A proposta de preços deverá ser elaborada com observância das seguintes exigências:

- a) não conter cotações alternativas, emendas ou entrelinhas;
- b) fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social do licitante, seu CNPJ, dados bancários e endereço completo;
- c) a falta do CNPJ e (ou) endereço completo poderá ser preenchido pelos dados constantes no sistema eletrônico.
- d) conter cotação de preço unitário e total para o item ofertado, em moeda corrente nacional (Real), incluídos todos os tributos, taxas, fretes e demais encargos pertinentes, conforme Modelo de Proposta previsto no Anexo do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- e) os custos relacionados ao fornecimento do objeto deverão ser detalhados para efeito de eventual reequilíbrio dos preços contratados;
- f) (os preços unitários/totais máximos/percentual de desconto mínimo) para (os itens/lotas) são os constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- g) conter a marca/modelo;
- h) conter informações bancárias como banco, agência e conta para o caso de pagamento em caso de contratação.
- i) será aceita a oferta de produtos com marcas diferentes da marca de referência, desde que apresentem qualidade igual ou superior, observado o art. 42 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- j) indicar o número do CNPJ da filial ou do estabelecimento da licitante que emitirá a nota fiscal referente ao fornecimento dos materiais, indicação essa indispensável para efeito de empenho da despesa, liquidação do objeto contratado e realização do pagamento.

22.8. A apresentação da proposta implicará, necessariamente, a anuência a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto ao prazo de entrega e condições de garantia, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como quanto ao prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

22.9. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

22.10. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

22.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

22.12. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

23.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

23.2. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao novo valor por ela ofertado, em até 02 (duas) horas, bem como as especificações estipuladas no Edital e seus anexos.

23.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

23.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

23.5. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

23.6. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

23.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

23.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

23.9. O(A) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

24.10. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta do licitante vencedor e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor. A(s) negociação(ões) será(ão) realizada(s) por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

24.11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

24.12. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

24.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA HABILITAÇÃO DA LICITANTE CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR

24.1. Encerrado a fase de disputa e lances será aberto o prazo de 02 (duas) horas para que a licitante classificada em primeiro lugar apresente os documentos de habilitação, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento o qual será avaliado pela agente de contratação.

24.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação exigidos neste Edital. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do(s) licitante(s) vencedor(es),

24.3. O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

24.4. Os licitantes que optarem por utilizar um dos cadastros relacionados no item anterior deverão apresentar o certificado cadastral respectivo, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

24.5. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

24.6. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP⁴, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS⁵, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa⁶, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos⁷, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

24.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

24.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das em-

⁴ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

⁵ Disponível em <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>

⁶ Disponível em https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

⁷ Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:1:115251089840080:::>

presas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, seguindo os seguintes procedimentos:

- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- b) O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação;
- c) Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;
- d) No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

24.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

24.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

24.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

24.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

24.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

- a) Habilitação Jurídica;
- b) Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;
- c) Outros Documentos.

24.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

24.16. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

24.17. Para os documentos que têm prazo de validade e este não estiver expresso no documento, será considerada a validade de 90 (noventa) dias, a partir de sua emissão, se outro prazo não estiver fixado em lei.

24.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

24.19. Atendidas todas as disposições deste Edital, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora da licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA HABILITAÇÃO

25.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 2 (duas) horas, contados da notificação via sistema.

25.2. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021), nos seguintes termos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de microempreendedor individual - MEI, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- e) No caso de sociedade simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, decreto de autorização.
- g) Em qualquer das hipóteses deverá apresentar documento(s) do(s) sócio(s) da empresa e documentos do representante legal da empresa, quando houver, acrescido de procuração devidamente registrada em órgão competente.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

25.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- a) a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica⁸ (CNPJ), conforme o caso;
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) a regularidade perante a Fazenda federal⁹, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certidão Negativa de Débito de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário;

⁸ Disponível em https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=

⁹ Disponível em <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

e) Poderão ser apresentadas as Certidões estadual e Procuradoria Geral do Estado de forma consolidada, de acordo com a legislação do domicílio tributário do licitante.

f) a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS¹⁰, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

g) a regularidade perante a Justiça do Trabalho¹¹;

h) o cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

25.4. Serão aceitas certidões negativas e certidões positivas com efeito de negativas.

25.5. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização.

25.5.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, quando requerida tempestivamente pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

25.6. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no item anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outro microempresendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal, social e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

25.7. A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial (AUTOR E RÉU) expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

i. A certidão apresentada sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terá o prazo de vencimento de 30 (trinta) dias úteis contados a partir da data de sua emissão.

ii. No caso de certidão positiva de recuperação judicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

iii. As certidões de falência e concordata/recuperação judiciais solicitadas perante o Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, seja de forma presencial ou pelo site oficial, no campo tipos de parte, devem ser selecionada as opções AUTOR/MOVIDAS POR e RÉU/DESFAVOR.

iv. Assim, a certidão emitida pelo TJMT que constar apenas a opção AUTOR/MOVIDAS POR ou apenas a opção RÉU/DESFAVOR não será suficiente para atestar a inexistência de ações de falência e concordata para cumprimento da lei de licitações.

v. Para os licitantes dos demais estados, deverão certificar-se de que as certidões expedidas em suas comarcas, mesmo que não contenham especificamente os termos acima, atestam a inexistência de ações de falência e recuperação judicial movidas pelo Autor e

¹⁰ Disponível em <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

¹¹ Disponível em <https://www.tst.jus.br/certidao>

em face do mesmo, uma vez que, diante de cada caso concreto, a Pregoeira poderá realizar diligências a fim de verificar o atendimento das informações mínimas necessárias para a certificação exigida pela Lei.

b) Balanço patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação econômico-financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) Os documentos referidos no item acima deverão estar assinados pelo(s) administrador(es)/representante(s) legal(is) do licitante e por contador legalmente habilitado.

c) Consideram-se “apresentados na forma da lei”, conforme o caso:

c.1) Demonstrações contábeis extraídas de Livro Diário (físico), acompanhadas dos Termos de Abertura e de Encerramento devidamente autenticados pela Junta Comercial ou órgão competente; ou

c.2) Demonstrações contábeis apresentadas com prova de registro/autenticação na Junta Comercial ou órgão competente, quando aplicável; ou

d) No caso de empresas obrigadas e/ou optantes pela Escrituração Contábil Digital (ECD/SPED), mediante apresentação, no mínimo, de:

i) Recibo(s) de entrega/transmissão da ECD;

ii) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital (ECD); e

iii) Balanço Patrimonial e DRE extraídos da ECD (ou peças equivalentes), referentes ao(s) exercício(s) exigido(s).

e) Pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos limitar-se-ão à apresentação das demonstrações contábeis relativas ao último exercício social já exigível.

e.1) Para fins do item “Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios, já exigíveis”:

i) As pessoas jurídicas constituídas há menos de 2 (dois) anos apresentarão o Balanço Patrimonial e a DRE do último exercício social encerrado e já exigível na data da habilitação.

ii) Caso a pessoa jurídica ainda não possua exercício social encerrado e exigível (por estar no primeiro ciclo contábil e/ou por a sessão ocorrer dentro do prazo legal de aprovação das contas), será admitida a apresentação do Balanço de Abertura devidamente registrado no órgão competente, assinado pelo(s) administrador(es) e por contador legalmente habilitado.

iii) Facultativamente, o licitante poderá apresentar o Balanço Patrimonial e a DRE do exercício já encerrado, quando existentes, como documentação complementar.

f) As empresas criadas no exercício financeiro do certame deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

g) Para fins de definição do que se entende por “já exigíveis”, observa-se o prazo legal para aprovação das contas previsto no art. 1.078 do Código Civil (até o quarto mês seguinte ao término do exercício social). Assim, se a data de apresentação da habilitação ocorrer após esse prazo, será exigível o balanço do exercício imediatamente anterior.

h) Microempreendedor Individual (MEI): Para fins de qualificação econômico-financeira, inclusive quando se tratar de Microempreendedor Individual (MEI), será exigida a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis cabíveis, na forma do art. 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e deste edital. A condição de MEI não afasta, por si só, a obrigação de apresentação dessa documentação, quando exigida no certame, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União firmado nos Acórdãos nº 133/2022-Plenário e nº 2586/2024-Plenário.

i) Para sociedades anônimas, serão aceitas as demonstrações contábeis apresentadas na forma da legislação societária aplicável, mediante comprovação de publicação e/ou arquivamento, ou, quando aplicável, por meio de ECD/SPED, com apresentação do recibo de entrega e das peças contábeis pertinentes (Balanço Patrimonial e DRE) extraídas do sistema.

25.8. O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014).

DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

25.9. Todos os licitantes, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Qualificação Técnica:

a) **Um ou mais Atestado de Capacidade Técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que expressamente consignem a aptidão da licitante para desempenho satisfatório de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, que apresente cópia do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado. Se o atestado for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser emitido preferencialmente em papel timbrado do emitente, contendo razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão e identificação do responsável por sua emissão, com assinatura física ou eletrônica/digital passível de verificação por meio idôneo. Fica dispensado o reconhecimento de firma, salvo em caso de dúvida fundada quanto à autenticidade. Poderá ser exigido da licitante melhor classificada, em sede de diligência e quando necessário à verificação da veracidade ou suficiência das informações constantes do atestado, contrato, nota fiscal ou outro documento idôneo que lhe dê suporte.

a.1) O Município de Primavera do Leste para comprovar a veracidade dos atestados, poderá requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado;

a.2) Serão aceitos documentos assinados digitalmente, desde que a assinatura seja válida nos termos da Lei nº 14.063/2020, observados os requisitos de autoria, integridade e validade jurídica, por meio de certificados digitais ou plataformas que assegurem a verificação da assinatura eletrônica.

25.10. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), até o horário de abertura da Sessão Pública;

25.11. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

25.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

25.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

25.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

25.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

25.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

25.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

25.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

25.19. Haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

25.20. As certidões de regularidade fiscal emitidas por meios eletrônicos com prazo de validade vencido ensejarão verificação pela Equipe de Apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento;

25.21. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada;

25.22. Os documentos solicitados poderão ser autenticados pelo Pregoeiro e Membros da Equipe de Apoio a partir do original, observando-se que:

- a) somente serão aceitas cópias legíveis;
- b) não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas;
- c) deverão ser apresentadas as cópias para autenticação, com os respectivos originais, preferencialmente com pelo menos um dia de antecedência da data marcada para a abertura do certame.

25.23. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data de emissão não excedente a 30 (trinta) dias da data prevista para apresentação das propostas, exceto Atestados de Capacidade Técnica;

25.24. Estão excluídos da presunção do item anterior, os atestados de capacidade técnica, contratos sociais e aqueles documentos que por sua natureza sejam incompatíveis com exigência de prazo de validade.

25.25. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus Anexos;

25.26. O ramo de atividade da licitante deve ser pertinente ao objeto desta licitação e deverá constar, obrigatoriamente, no rol de atividades do seu Contrato Social;

25.27. Observação: todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

OUTROS DOCUMENTOS

25.28. Sob pena de inabilitação, o licitante deverá apresentar declaração, conforme modelo constante no Anexo II, de que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

25.29. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital, em especial a infração administrativa prevista no art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

DA DILIGÊNCIA

25.30. É facultado ao Pregoeiro, à Equipe de Apoio ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

25.31. Na análise dos documentos de habilitação e da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.32. A diligência poderá ser realizada por meio documental, vistoria in loco ou solicitação de esclarecimentos técnicos, que venha a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública, devendo a licitante responder no prazo estipulado pela Administração, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

25.33. Caso a diligência envolva a verificação de documentos, a Administração poderá efetuar consultas diretas aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos emissores de certidões, ou solicitar que a licitante apresente os originais para conferência.

25.34. A Administração, por intermédio de sua equipe técnica ou do Pregoeiro, reserva-se o direito de realizar vistoria nas instalações da licitante vencedora provisória, antes da homologação, para verificar a disponibilidade dos equipamentos, a capacidade de armazenamento de insumos e a estrutura de suporte técnico declarada na proposta.

25.35. A vistoria poderá ser substituída ou complementada por videoconferência ou apresentação de vídeo detalhado das instalações, caso a sede da licitante esteja localizada em outra unidade da federação, a critério exclusivo da Administração, desde que seja possível aferir a capacidade operacional de forma inequívoca.

25.36. Constatada a incompatibilidade entre a realidade operacional da empresa e as exigências deste Edital/Termo de Referência, ou a falsidade de informações prestadas, a licitante será desclassificada/inabilitada, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

25.37. O Pregoeiro poderá relevar erros puramente formais, ou seja, aqueles que não comprometam a lisura do certame, a compreensão da proposta ou a identificação da licitante, podendo promover diligência para sanar tais falhas, inclusive permitindo a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

26.1. A proposta final do licitante habilitado e declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e deverá:

- a)** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
- b)** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- c)** conter os dados pessoais do responsável pela assinatura da ata de registro de preços, devendo ser enviado cópia dos documentos pessoais e documento que comprove a representatividade.

26.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção administrativa à futura contratada, se for o caso.

26.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a futura contratada.

26.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

26.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

26.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

26.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

27.1. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação às quantidades e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas às disposições a elas relativas.

27.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais do Contrato, representados neste por **GILDÉSIO RODRIGUES DOS SANTOS** como fiscal oficial e **DI-ONATHAN FELIPE DA SILVA SILVEIRA** como fiscal suplente, responsáveis por todos os aspectos administrativos, técnicos e operacionais nos termos das legislações deste termo de referência, com registro de ocorrências em relatório mensal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DOS RECURSO(S) ADMINISTRATIVO(S)

28.1. A fase recursal é única. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser realizada pelo licitante exclusivamente em campo próprio do sistema, sendo ineficaz qualquer manifestação via chat de mensagens. O registro deve ocorrer de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos. Caberá ao licitante registrar a síntese de suas razões, indicando objetivamente as decisões contestadas e seus motivos, sob pena de preclusão e consequente autorização para adjudicação do objeto à vencedora.

28.2. O acolhimento da intenção de recurso suspenderá a tramitação do processo licitatório exclusivamente em relação aos itens recorridos. Para estes itens, o prazo de validade da proposta ficará suspenso, retomando sua contagem apenas após a decisão final da autoridade competente. Os demais itens não recorridos seguirão para encerramento da sessão e adjudicação pelo(a) Pregoeiro(a).

28.3. O RECURSO ADMINISTRATIVO é o instrumento apto a contestar atos decisórios ou procedimentais adotados pelo(a) Pregoeiro(a) no decorrer do certame, vedada a sua utilização para impugnação das regras estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

28.4. Registrada a intenção de recorrer, caberá ao(à) Pregoeiro(a) realizar o JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE, mediante aceitação ou rejeição motivada no sistema, verificando o cumprimento dos pressupostos recursais.

28.5. Será rejeitada liminarmente a intenção de recurso de caráter meramente protelatório, assim considerada aquela que:

- a) seja registrada por quem não possua legítimo interesse;
- b) seja apresentada de forma intempestiva;
- c) não impugne ato decisório ou procedimental específico praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
- d) fundamente-se em mera insatisfação do licitante, desacompanhada de indicação de fato prejudicial ou de desconformidade com este Edital e/ou com a legislação vigente.

28.6. A apresentação das razões pela recorrente e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em campo próprio, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavra-

tura da ata e da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso, respectivamente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

28.7. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

28.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso administrativo, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis na própria plataforma Licitanet.

28.9. Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados. Para tanto, as empresas interessadas deverão entrar em contato com o(a) Pregoeiro(a) por intermédio do e-mail pregao@pva.mt.gov.br ou, nos dias úteis, pelos telefones (66) 3500-4500.

28.10. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema, no prazo legal, importa preclusão do direito de recurso, possibilitando a adjudicação do objeto e homologação do certame. A critério do(a) Pregoeiro(a) ou da Autoridade Superior, e considerando eventuais indícios de ilegalidades ou irregularidades no julgamento do certame apontados na própria intenção de recurso, poderá haver a análise de mérito do recurso independente da apresentação das respectivas razões (ou de sua apresentação fora do prazo legal), como mero exercício do direito constitucional de petição (art. 5º, XXXIV, "a", CRFB/1988).

28.11. Não cabe RECURSO ADESIVO por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

28.12. Os recursos serão apreciados em fase única, conforme disposto no art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

28.13. Na análise e julgamento do recurso administrativo, poderá o(a) Pregoeiro (a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica competente, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

28.14. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de JUÍZO DE RETRATAÇÃO:

a) reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou

b) manter inalterada a decisão recorrida.

28.15. Qualquer que seja a decisão do(a) Pregoeiro(a), o processo será submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à apreciação da Autoridade Superior (art. 165, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), que poderá:

a) decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a); OU

b) determinar prévia emissão de parecer da área técnica e/ou jurídico para subsidiar sua decisão.

28.16. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados. (art. 165, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

28.17. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo licitatório será enviado à autoridade competente da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT para adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

29.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- a)** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b)** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, social e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

29.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

29.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, de acordo com o endereço eletrônico registrado na proposta.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA ADJUDICAÇÃO

30.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do(a) Pregoeiro(a) e, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão do(s) recurso(s) apresentado(s).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

31.1. Nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** adjudicar o objeto e homologar a licitação.

31.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa. (art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

31.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado. (art. 71, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

31.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados. (art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO

32.1. Nos termos do art. 95, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Instrumento de Contrato será substituído por Nota de Empenho.

32.2. A nota de empenho conterá todas as informações necessárias ao cumprimento das obrigações, bem como eventuais sanções aplicáveis nos casos de inadimplemento contratual, e servirá como instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

32.3. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante adjudicatária deverá apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da convocação, o seguinte documento, se for o caso, de declaração de que está regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP - Simples Nacional - para efeito do disposto no inciso XI, art. 4º da IN RFB nº 1234, de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, conforme modelo constante do Anexo IV da referida IN.

32.4. A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT enviará, por meio do correio eletrônico indicado na proposta, cópia da nota de empenho à contratada.

32.5. No momento do recebimento da nota de empenho, por meio de correio eletrônico, a contratada deverá indicar preposto, informando os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT, conforme o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, mantendo tais dados atualizados durante toda a fase de execução da contratação.

32.6. A nota de empenho será considerada recebida após a confirmação de entrega automática, independentemente de confirmação de recebimento por parte da contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

32.7. Na hipótese de a licitante vencedora não aceitar a nota de empenho, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para a celebração da contratação, nas mesmas condições propostas pela licitante vencedora, sem prejuízo da aplicação das sanções neste Edital, na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis. (art. 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

32.8. Caso nenhuma licitante aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, se for o caso, poderá: (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, com vista à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do ofertado pela adjudicatária;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, na ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

32.9. A recusa injustificada da adjudicatária em aceitar a nota de empenho no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e em lei. (art. 90, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

32.10. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão as licitantes liberadas do compromisso assumido. (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

32.11. Será facultada à Administração a convocação das demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios definidos neste Edital. (art. 90, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULAS TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

33.1. As disposições relativas às obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA encontram-se pormenorizadas no Termo de Referência, no item “5. PAPEIS E RESPONSABILIDADES”. Em caso de divergência entre este instrumento e o referido Anexo, prevalecerão as condições estabelecidas no Termo de Referência no que tange à execução técnica do objeto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

34.1. Os procedimentos relativos à entrega, aos critérios de recebimento do objeto, bem como as regras de medição e as condições para o pagamento, observarão integralmente as disposições estabelecidas no Termo de Referência, em especial o disposto no seu Item 9 (Critérios de Mediação e de Pagamento) e demais itens pertinentes à execução, que vinculam as partes para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

35.1. O pagamento será realizado conforme as condições estabelecidas, critérios técnicos e as condições descritas no Item 9 (Critérios de Mediação e de Pagamento) do Termo de Referência, que integra este instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DO REAJUSTE

36.1. O Reajuste será realizado conforme as condições estabelecidas no Item 9 (Critérios de Mediação e de Pagamento) do Termo de Referência, que integra este instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

37.1. Dá causa a responsabilização administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, a prática pelo licitante/adjudicatário/detentor das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

37.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

37.1.1. ADVERTÊNCIA: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.1.2. MULTA: na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato/Ata, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do Contrato/Ata.

37.1.2.1. As multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

37.1.2.2. Será configurada a inexecução total do objeto, em caso de:

- a) atraso injustificado do início do serviço ou da entrega, na totalidade requerida, por mais de 7 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços;

b) todos os serviços ou entregadas executadas serem rejeitados pelo Município por não atenderem às especificações deste Edital e do termo de referência, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de bens.

37.1.2.2. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

a) se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

b) esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

37.1.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 37.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.1.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “i”, “j” e “k” do subitem 37.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021). Esta sanção será precedida de análise jurídica e aplicação é de competência exclusiva de secretário municipal, no âmbito do Poder Executivo.

37.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município (art. 156, § 9º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.3. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação (art. 157, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

37.4. A aplicação das penalidades de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, requererá a instauração de processo de responsabilização conforme previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

37.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

37.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

37.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

37.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

37.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS

38.1. Ao participar da presente licitação, as licitantes ficam cientes de que a Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT, com base no previsto no art. 7º, II e III, c/c o art. 23 Lei Federal nº 13.709, de 2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Estão cientes ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da mesma lei.

38.2. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

38.3. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

38.4. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

38.5. A contratada obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

38.6. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a contratada e seus representantes ficam cientes do acesso pelo contratante de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

39.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.563.613,88 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e treze reais e oitenta e oito centavos)**, conforme custos unitários apostos no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

40.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, conforme tabela abaixo.

a) Secretaria Municipal de Saúde – SMS:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FONTE DE RECURSOS	1.500 - (RECURSOS ORDINÁRIOS)
FICHA	1340 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	10.302.0019.2053.0000 Manutenção Departamento de Unidade de Pronto Atendimento
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

40.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) dos respectivos exercícios e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

41.1. Em caso de divergência existente entre as especificações descritas na plataforma Licitanet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

41.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília / DF.

41.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

41.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

41.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

41.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) e seus auxiliares proceder, em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

41.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

41.8. Os interessados/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas, não podendo alegar seu desconhecimento.

41.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

41.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

41.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

41.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

41.13. Nenhuma indenização será devida às licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente pregão eletrônico.

41.14. A Prefeitura Municipal de Primavera do Leste /MT não se responsabilizará por eventuais danos causados à licitante, decorrentes do uso indevido da senha durante as transações efetuadas, ainda que por terceiros.

41.15. Caso qualquer documento apresentado pela licitante tenha sido emitido em língua estrangeira, este deverá estar acompanhado da respectiva tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e devidamente autenticado pela via consular ou registrado em cartório de títulos e documentos.

41.16. Se traduzido para a língua portuguesa no exterior, a tradução deverá ter sido efetuada por profissional qualificado, segundo as leis do país de origem e os documentos autenticados pela via consular.

41.17. O horário de atendimento presencial do protocolo administrativo da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT é das 7h às 13h, de segunda a sexta-feira, no horário oficial de Mato Grosso.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

42.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Primavera do Leste - MT, 6 de abril de 2026.

Aline Chaienne Rosa Neves
Agente de Contratação
Portaria nº 098/2.026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 003/2026

(Regido pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos de nº 14.133/2021, no âmbito da administração pública municipal de Primavera do Leste – MT e demais legislações aplicáveis)

Referência: Este Termo de Referência seguiu o modelo da AGU – Advocacia Geral da União, conforme orientação firmada pelo ofício nº 009/2024 – PGM (protocolo 537/2024), enviado pela Procuradoria Geral do Município de Primavera do Leste a Secretaria Municipal de Administração e ao Setor de Licitações, objetivando garantir o conteúdo mínimo necessário, bem como a padronização e a celeridade na análise. art. 19, IV da lei nº 14.133 de 2021.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento, implantação, suporte e manutenção de sistema de Prontuário Eletrônico Integrado (ERP) (SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE) com aplicativos mobile e hospedagem em nuvem, equipe local de suporte, conforme especificações em Termo de Referência.

COTAÇÃO 02024/2026				VALOR MEDIANA	
Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
1	Implantação de Software de Gestão em Saúde Serviço de implantação de software de sistema em todas as unidades onde for solicitado e treinamento;	SV	1	R\$ 885.000,00	R\$ 885.000,00
2	Serviço de Gerenciamento de Software de Gestão em Saúde Deve conter no mínimo: 500 - Estações de Trabalho Ativas Concomitantes (em nuvem) ou ilimitado; 400 - Licenças de Dispositivos Móveis (uso assistencial interno) ou ilimitado; 800 - Usuários da Plataforma de Educação Continuada (contar com plataforma de treinamento do sistema) Ilimitado - Acessos Anuais ao Aplicativo Mobile (White Label - População) 250 - Pacientes Acompanhados Simultaneamente (Plataforma Tempo Real) Funcionário Exclusivo e Presencial de Suporte Técnico (Nível 1) Especificações do Sistema devem estar de acordo com TR e ANEXO I do TR deste edital e demais condições estabelecidas em prova conceito.	MENSAL	12	R\$ 139.884,49	R\$ 1.678.613,88
				TOTAL	R\$ 2.563.613,88

1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade:

a) O objeto desta contratação não se enquadra como fornecimento de serviços de luxo, se enquadrando como serviços de qualidade comum. (**Decreto executivo municipal de Primavera do Leste de nº 2.348 de 2023**).

1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução:

a) O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço continuado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua execução demanda prestação permanente e ininterrupta, sendo essencial à manutenção das atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Prazo de vigência:

a) Vigência do Contrato: 12 meses, contados da data de assinatura, prorrogável conforme o art. 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa.

b) O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Da fundamentação:

2.1. Quanto à modalidade licitatória, a contratação será realizada por meio de Pregão eletrônico, por se tratar de serviços comuns.

2.2. A adoção do pregão eletrônico, assegura a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, transparência, eficiência e economicidade, além de proporcionar maior amplitude de participação de licitantes, redução de custos operacionais e maior controle dos atos praticados no certame.

Da descrição da necessidade da contratação:

2.3. A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, eficiência, modernização e ampliação dos sistemas de informação em saúde da Administração Pública Municipal. A rede municipal depende de recursos informatizados para o funcionamento ininterrupto de agendamento, regulação, atendimento clínico, prontuário eletrônico, controle de exames, dispensação de medicamentos, produção e faturamento SUS. Também é indispensável garantir que a solução adote padrões de interoperabilidade, segurança da informação, integridade de dados, disponibilidade e rastreabilidade, em conformidade com a legislação vigente (incluindo LGPD) e diretrizes técnicas do Ministério da Saúde.

2.4. As demandas da Secretaria Municipal de Saúde foram consolidadas a partir de:

a) Levantamento funcional por unidade assistencial (UPA, CAPS, CEO, CTA, Farmácia, Laboratório, Centro de Imagem, Clínica da Mulher, entre outras);

b) Diagnóstico das lacunas dos sistemas atualmente utilizados (fragmentação de dados, registros paralelos em planilhas, ausência de controle integrado de filas e autorizações);

c) Histórico de inconsistências em produção e faturamento (SIA/SIH-SUS) por falhas de captura, codificação ou consolidação de dados;

d) Necessidade de padronizar fluxos digitais de atendimento, reduzir retrabalho e viabilizar gestão centralizada de indicadores, metas físicas e teto financeiro.

2.5. Com a implantação da solução integrada, será possível:

a) Unificar cadastros e prontuários, reduzindo duplicidades;

- b) Automatizar fila de espera, marcação de consultas, exames e procedimentos regulados;
- c) Controle das internações (AIH), medicamentos, estoque e laudos;
- d) Melhorar a confiabilidade dos dados enviados ao Ministério da Saúde e evitar glosas;
- e) Minimizar interrupções no atendimento decorrentes de sistemas desconectados ou falhas de transmissão.

2.6. Os dimensionamentos de módulos, usuários e unidades foram estimados considerando volume assistencial atual, crescimento populacional e expansão da oferta de serviços nos próximos 12 a 36 meses, respeitando critérios de economicidade.

2.7. A contratação, de forma integrada, permitirá reduzir falhas operacionais, eliminar retrabalho manual, aumentar a disponibilidade de informações em tempo real e aprimorar a tomada de decisão gerencial. A solução fortalece a governança de TIC em saúde, favorece auditoria por órgãos de controle, apoia metas pactuadas em instâncias de gestão do SUS e alinha-se à Estratégia de Saúde Digital no Brasil e às iniciativas de Governo Digital do Município.

2.8. Espera-se como resultado:

- a) Redução de custos associados a glosas de faturamento, perdas de dados e retrabalho;
- b) Melhoria da qualidade e completude das informações clínicas e administrativas;
- c) Aumento da resolutividade assistencial e do acesso do cidadão;
- d) Suporte à vigilância epidemiológica e planejamento de ações de saúde;
- e) Cumprimento de requisitos de segurança, privacidade, armazenamento e disponibilidade de dados em saúde.

2.9. O objeto da contratação está alinhado às estratégias de governo e de saúde pública do Município de Primavera do Leste/MT, integrando-se ao planejamento setorial, aos instrumentos de gestão pactuados no SUS e às iniciativas municipais de modernização administrativa e transparência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:

3.1. A solução a ser contratada deve ser um sistema de Prontuário Eletrônico Integrado (ERP) que contemple as seguintes funcionalidades e serviços:

3.2. Escopo e serviços da solução:

- a) As especificações técnicas, os módulos funcionais e as justificativas de necessidade apresentadas neste Termo de Referência foram consolidadas com base nos Estudos Técnicos Preliminares, nas demandas funcionais de cada unidade de saúde e nos normativos técnicos do Ministério da Saúde, conforme dispõe o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A contratação abrange:

- a) Fornecimento, implantação e manutenção de sistema ERP de gestão integrada para a SMS.

- b) Hospedagem do banco de dados e das aplicações em ambiente de nuvem da contratada, com segurança da informação.
- c) Disponibilização de ferramenta de assinatura digital integrada para validação de registros eletrônicos por profissionais de saúde (certificados não inclusos).
- d) Disponibilização de 1 funcionário exclusivo e presencial de suporte técnico (nível 1) nas dependências da SMS.
- e) Plataforma de educação continuada e online, para até 800 usuários.
- f) Aplicativo mobile, White label, para uso de grupos específicos da população ilimitado;
- g) Plataforma de acompanhamento de pacientes em tempo real, com até 250 pacientes acompanhados de forma simultânea.
- h) Aplicativo móvel assistencial, para uso em tablets ou celulares, exclusivamente para equipe assistencial de médicos da contratante, até 50 dispositivos.

3.3.1. GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS: Para fins de clareza e compreensão do objeto contratual, definem-se os seguintes conceitos:

- a) **Manutenção Corretiva:** Correção de falhas, erros, bugs ou defeitos identificados no sistema que impeçam seu funcionamento adequado ou afetem a integridade dos dados. Inclui a resolução de problemas de compatibilidade com navegadores e sistemas operacionais em suas versões atualizadas.
- b) **Manutenção Preventiva:** Atividades de monitoramento, backup, otimização de performance, atualização de patches de segurança e verificação de integridade do sistema.
- c) **Manutenção Evolutiva Limitada:** Adequações do sistema decorrentes de atualizações normativas ordinárias e obrigatórias, especialmente aquelas relacionadas ao SUS e demais entes federativos, que afetem de forma geral a gestão em saúde pública (ex: novas versões do SIGTAP, alterações no padrão de transmissão ao Ministério da Saúde, atualizações de segurança da informação conforme LGPD), desde que não impliquem desenvolvimento estrutural, criação de novos módulos ou funcionalidades complexas.
- d) **Customização em Sentido Estrito:** Desenvolvimento de novas funcionalidades, criação de rotinas inéditas, alteração de código-fonte, implementação de integrações complexas ou modificações estruturais do sistema não previstas no Termo de Referência.
- e) **Suporte Técnico Nível 1:** Atendimento presencial nas dependências da SMS e das unidades de saúde para resolução de problemas operacionais imediatos, dúvidas de utilização, questões de conectividade local e impressoras. Tempo de resposta: até 1 (uma) hora.
- f) **Suporte Técnico Nível 2 e 3:** Atendimento remoto para problemas técnicos complexos, análise de logs, otimização de performance e desenvolvimento de soluções customizadas. Tempo de resposta: conforme SLA definido no contrato.
- g) **Disponibilização de API:** Fornecimento pela Contratada de documentação técnica de interface de programação aberta que permita ao Município ou a terceiros por ela contratados consumir ou enviar dados do sistema. A Contratada não é responsável pelo desenvolvimento ativo de integrações com sistemas legados do Município, salvo as integrações obrigatórias do SUS.
- h) **Transição Contratual:** Atividades de disponibilização de dados em formato interoperável (SQL, CSV, JSON), repasse de informações técnicas e documentação para a nova contratada ou para a Prefeitura, garantindo a continuidade do serviço público. Não inclui manutenção do sistema após o término do contrato.

i) Propriedade Intelectual: A cessão de direitos refere-se exclusivamente aos dados inseridos no sistema (que são de propriedade do Município) e a eventuais customizações específicas que tenham sido pagas separadamente pela Prefeitura. O código-fonte da solução base, a arquitetura do sistema e a propriedade intelectual do software permanecem sendo de titularidade da Contratada.

3.3.1.1. Fica assegurado ao Município o direito de acesso integral aos dados, sua extração em formato aberto e interoperável, bem como a continuidade da prestação do serviço, sendo vedada qualquer forma de retenção indevida de informações.

3.4. Quantitativo e dimensionamento:

Deve conter no mínimo:

500 - Estações de Trabalho Ativas Concomitantes (em nuvem) ou ilimitado;

400 - Licenças de Dispositivos Móveis (uso assistencial interno) ou ilimitado;

800 - Usuários da Plataforma de Educação Continuada (contar com plataforma de treinamento do sistema);

Ilimitado - Acessos Anuais ao Aplicativo Mobile (White Label - População);

250 - Pacientes Acompanhados Simultaneamente (Plataforma Tempo Real);

Funcionário Exclusivo e Presencial de Suporte Técnico (Nível 1);

3.5. Unidades contempladas:

a) A solução deverá ser implantada e atender a todas as unidades de saúde da rede municipal, incluindo, mas não se limitando a:

b) municipal, incluindo, mas não se limitando a:

CNES	UNIDADE	CNES	UNIDADE
9833838	CLÍNICA DA MULHER ALESSANDRA GRACIELLE MARTIGNAGO	3526356	CAPS ROSIVANIA DOS SANTOS ARAUJO PVA DO LESTE
9928456	UNIDADE EQUIPE 12 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	6760104	SAMU SUPORTE BASICO DE PRIMAVERA DO LESTE
9405143	UNIDADE EQUIPE 16 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	4077326	UNIDADE EQUIPE 17 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
7651821	NUCLEO SAUDE MENTAL	9112529	UPA 24HS DR THIAGO FERNANDO SANDRI DOS SANTOS PVA DO LESTE
7187211	CENTRAL DE REGULACAO DE PRIMAVERA DO LESTE	5978254	EMULTI PRIMAVERA DO LESTE
6845649	SAE CTA PRIMAVERA DO LESTE	2397439	UNIDADE EQUIPE 8 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
9981020	ACADEMIA DA SAUDE JULIA BARTH GARCIA	2397404	UNIDADE EQUIPE 6 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
7809417	FARMACIA CENTRAL	1520480	UNIDADE EQUIPE 14 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
2655160	UNID DESCENTRALIZADA DE REABILITACAO GERVASIO PINTO PEREIRA	9670548	UNIDADE EQUIPE 11 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
2397544	CEO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLOGICAS BERTHO RADIN	3117014	UNIDADE EQUIPE 5 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE
2675013	UNIDADE EQUIPE 9 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	7068441	CEREST DO SUL DO MATO GROSSO
2674971	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA DO LESTE	7081235	SAMU SUPORTE AVANÇADO DE PRIMAVERA DO LESTE
2397412	UNIDADE EQUIPE 1 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	9834877	CENTRO DE IMAGEM PRIMAVERA DO LESTE
2397471	UNIDADE EQUIPE 3 DESAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	7387601	UNIDADE EQUIPE 10 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE

9813381	UNIDADE EQUIPE 13 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	3623084	UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSAO PRIMAVERA DO LESTE
2397552	CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICA OSVALDO CRUZ	4233638	SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR MELHOR EM CASA PVA DO LESTE
2397447	UNIDADE EQUIPE 7 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	4206215	FARMACIA VIVA
2674998	LABORATORIO MUNICIPAL GOLDA RUPPEL BERSCH CTA	4621344	FARMACIA DESCENTRALIZADA GUTERRES
2397560	UNIDADE MOVEL TERRESTRE DE VACINACAO	4771095	CONSULTORIO NA RUA
2397455	UNIDADE EQUIPE 2 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	4763874	CENTRO DE APOIO AO TRATAMENTO DE HANSENIASE E TUBERCULOSE
2675005	UNIDADE EQUIPE 4 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	5361176	CAPS INFANTO JUVENIL OLGA RASIA THOMAZ
2397420	UNIDADE EQUIPE 15 DE SAUDE DA FAMILIA DE PRIMAVERA DO LESTE	7659989	UNIDADE DESCENTRALIZADA DE FARMACIA DO PRIMAVERA III

3.6. Especificação Técnica e Requisitos Mínimos da Solução:

- a) A solução deve atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos:
 - i. Prontuário Eletrônico Unificado (PEP): Conforme padrões SBIS e ICP-Brasil.
 - ii. Assinatura Digital: Compatibilidade com assinatura digital de documentos clínicos e administrativos.
 - iii. Plataforma: Web responsiva.
 - iv. Aplicativo Móvel: Integrado para pacientes de grupos específicos, com notificações seguras e conforme LGPD.
 - v. API: Aberta para integrações futuras, de dados cadastrais, com outros sistemas públicos.
 - vi. Logs: Registro de logs de auditoria de acesso e transações.
 - vii. Disponibilidade (SLA): Garantir 99,3% de disponibilidade mensal do ambiente em nuvem.

3.7. Detalhamento das Funcionalidades Exigidas:

- a) ANEXO I.

3.8. Verificação Técnica/Prova de Conceito (POC):

- a) A empresa que obtiver a melhor classificação deverá, obrigatoriamente, comprovar, mediante a realização de Prova de Conceito (Avaliação Técnica do Sistema), o atendimento integral às especificações previstas no Termo de Referência, sob pena de imediata desclassificação. A mencionada Prova de Conceito consistirá em demonstração prática de todas as funcionalidades exigidas para o módulo de Gestão da Saúde, de modo a permitir a efetiva materialização das condições ofertadas pela licitante. A realização da demonstração será pública, com ampla divulgação prévia no portal oficial de licitações.
- b) A Prova de Conceito será promovida tão somente após a fase de habilitação e antes da adjudicação do objeto, devendo a data de sua realização ser comunicada com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis. Objetiva-se, com tal procedimento, aferir o pleno funcionamento do produto ofertado em circunstâncias reais de operação, analisando-se a efetiva correspondência técnica ao objeto licitado, para além dos elementos meramente documentais.
- c) Os requisitos estabelecidos no Termo de Referência deverão ser apresentados rigorosamente em ordem sequencial, vedada qualquer alteração, inversão ou retrocesso em relação à ordem dos itens. Para cada requisito, será realizada a leitura e a

correspondente demonstração, devendo esta ser clara, objetiva e suficiente para evidenciar todas as funcionalidades requeridas.

- d) A avaliação ficará a cargo de servidores formalmente designados por portaria, nos termos do item 3.7.21. deste Termo de Referência.
- e) Somente será declarada vencedora a licitante que demonstrar, no mínimo, o atendimento de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades cunhadas em cada módulo do Termo de Referência do sistema proposto.
- f) É expressamente proibida a utilização de slides, vídeos ou quaisquer recursos audiovisuais alheios ao sistema para fins de apresentação, restringindo-se a demonstração à ferramenta ofertada.
- g) A apresentação será realizada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, em sala apropriada, com infraestrutura básica de energia elétrica e meios de projeção ou monitor, competindo à licitante o fornecimento, instalação e operação dos demais equipamentos necessários, incluindo computador e acessórios indispensáveis.
- h) Toda a infraestrutura de hardware, software e dados indispensáveis à realização da Prova de Conceito deverá ser providenciada pela licitante.
- i) O manuseio dos equipamentos ficará sob responsabilidade de profissional vinculado à própria empresa, o qual deverá estar presente na data e horário designados em conjunto com a Comissão responsável.
- j) Aos representantes legais das demais licitantes será assegurado o acompanhamento da demonstração, sendo, contudo, vedadas quaisquer manifestações, assim como o registro em vídeo, fotografias ou gravações de áudio.
- k) Iniciada a Prova de Conceito, não será admitida a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware ou software relativos à solução em avaliação. Na hipótese de suspensão por motivos alheios à vontade das partes – como interrupção do fornecimento de energia elétrica –, a realização será reagendada para o próximo dia útil, caso a situação perdure por mais de trinta minutos.
- l) Durante a apresentação, incumbirá à licitante identificar e relacionar, de maneira precisa, as funcionalidades demonstradas – tais como campos, tabelas, procedimentos, funções, integrações, telas, entre outros –, elaborando relatório detalhado de conformidade para cada item e submódulo.
- m) Eventuais constatações de ausência ou mau funcionamento de módulos serão comunicadas à empresa, que poderá apresentar manifestação no prazo máximo de dois (2) dias úteis.
- n) O Sistema Integrado de Gestão da Saúde será considerado reprovado nas seguintes hipóteses:
 - i. Inexistência da licitante no local, data e horário agendados;
 - ii. Não demonstração, integral ou parcial, das funcionalidades exigidas durante o processo de avaliação.
- o) Compete exclusivamente à CONTRATANTE a análise e deliberação acerca da conformidade do sistema, com divulgação do resultado em sessão pública.
- p) A não aprovação ou ausência de apresentação da amostra no prazo acarretará a desclassificação da licitante.

q) A Secretaria Municipal de Saúde poderá, se julgar oportuno, efetuar gravação em vídeo da apresentação, exclusivamente por equipe técnica, para análise posterior das funcionalidades.

r) Caso reste comprovado o não atendimento das exigências, a empresa será inabilitada, procedendo-se à convocação da próxima licitante classificada, conforme os critérios previamente estabelecidos.

s) Em caso de desclassificação da proposta vencedora, serão demandadas amostras das licitantes subsequentes, rigorosamente observada a ordem de classificação.

t) O Município reserva-se o direito de aceitar a proposta que melhor atender ao interesse público ou rejeitar todas, sem que assista qualquer direito a indenização ou reclamação às licitantes.

u) Da Comissão Especial de Avaliação:

i. Constituir-se-á, por portaria específica, Comissão Especial de Avaliação incumbida de verificar a conformidade técnica do software apresentado, à luz das disposições do Termo de Referência.

ii. A decisão referente à aprovação ou reprovação da Prova de Conceito será devidamente fundamentada e registrada em relatório escrito.

iii. A Comissão será composta por servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com inclusão de representantes da Coordenação de Tecnologia da Informação, sob a presidência de membro formalmente designado, incumbido do acompanhamento e fiscalização integral da execução da Prova de Conceito. Sua atribuição precípua consistirá em atestar a aderência estrita entre o sistema apresentado e o objeto licitado.

iv. Durante a apresentação, será exigida a execução integral (100%) das funcionalidades gerais do sistema, conforme disposição da tabela anexa ao Termo de Referência, e a apresentação deverá seguir ordem sequencial e lógica.

v. Para módulos específicos, exige-se cumprimento mínimo de 95% das funcionalidades correspondentes. O descumprimento dessas condições ensejará, de imediato, a desclassificação da licitante.

3.9. Migração de Dados:

a) A Contratada deverá arcar com os custos de eventual migração de dados legados, manutenções ou reconfigurações necessárias por falhas de sua responsabilidade. A Contratada deve garantir a migração segura dos dados em eventual transição contratual.

3.10. ADEQUAÇÕES DECORRENTES DE NORMATIVAS SUPERVENIENTES

3.10.1. A Contratada é obrigada a realizar as adequações necessárias ao atendimento de exigências legais e normativas federais, estaduais e municipais de caráter geral e obrigatório que afetem a gestão em saúde pública, sem custo adicional, desde que tais adequações se enquadrem no conceito de manutenção evolutiva limitada.

3.10.2. Não estão incluídas no valor da manutenção mensal as adequações decorrentes de normativas municipais supervenientes ou de atos administrativos internos exclusivos do Município de Primavera do Leste que impliquem desenvolvimento de novas funcionalidades, criação de módulos inéditos ou alterações estruturais relevantes no sistema, não caracterizadas como evolução ordinária da solução.

3.10.3. Caso a Administração demande adequações que impliquem alteração relevante do escopo ou custo adicional, a Contratada deverá apresentar análise de impacto técnico e financeiro, podendo ser celebrado termo aditivo, nos termos da Lei 14.133/2021, desde que

demonstrada a necessidade, observados os limites legais e mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.10.4. A Contratada não será penalizada pelo não atendimento de demandas decorrentes de normativas ou atos administrativos supervenientes que impliquem alteração do escopo originalmente contratado e que não tenham sido formalmente pactuadas entre as partes.

3.11. DELIMITAÇÃO DE ESCOPO: CUSTOMIZAÇÃO E INTEGRAÇÕES

3.11.1. Customizações em sentido estrito, caracterizadas pelo desenvolvimento de novas funcionalidades, criação de rotinas inéditas, alteração de código-fonte, implementação de novas integrações complexas ou modificações estruturais do sistema não previstas neste Termo de Referência, não estão incluídas no valor mensal da contratação.

3.11.2. A disponibilização de API aberta pela Contratada limita-se ao fornecimento de documentação técnica que permita ao Município ou a terceiros por ela contratados consumir ou enviar dados do sistema.

3.11.3. A Contratada não é responsável pelo desenvolvimento ativo de integrações com sistemas legados do Município, salvo as integrações obrigatórias do SUS (e-SUS, CADSUS, SIA/SIH) já previstas neste Termo de Referência, que serão realizadas como parte da implantação inicial.

3.11.4. Integrações adicionais com sistemas municipais não previstas originalmente neste Termo de Referência deverão ser objeto de contratação específica ou termo aditivo, com análise de complexidade técnica e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

3.12. Ambiente Tecnológico e Operacional:

a) Hospedagem: Ambiente em nuvem gerenciado, certificado segundo normas ISO 27001 ou equivalentes.

b) Disponibilidade: Garantir 99,3% de disponibilidade mensal.

c) Segurança: Garantir segurança e integridade das informações, realizar backups e prever recuperação em desastres.

3.12.1. A contratação de sistema de Prontuário Eletrônico Integrado e Gestão da Saúde NÃO caracteriza dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

3.12.2. O objeto principal é o licenciamento de software com hospedagem em nuvem, sendo a alocação de 1 (um) técnico presencial de suporte nível 1 uma obrigação acessória para garantir o nível de serviço (SLA) exigido pela criticidade dos serviços de saúde pública.

3.12.3. Por não se tratar de dedicação exclusiva de mão de obra, não se aplicam as regras de conta vinculada trabalhista ou repactuação de planilha de custos.

3.12.4. A Contratada poderá compartilhar a equipe de suporte técnico com outros contratos, desde que garanta o cumprimento dos níveis de serviço (SLA) estabelecidos neste Termo de Referência.

3.13. Treinamentos:

a) Plataforma: Plataforma de educação continuada e online, para até 800 usuários.

b) Formato: Híbrido (presencial e remoto).

c) Presencial: Após a configuração inicial, em turmas de até 20 participantes, segmentadas por perfis de usuário.

d) Obrigação da Contratada: Executar treinamentos contínuos à equipe técnica interna durante a vigência do contrato.

3.14. Manutenção e Suporte Técnico:

a) A Contratada deverá garantir suporte técnico contínuo durante toda a vigência do contrato, incluindo:

i. Suporte Presencial: 1 funcionário exclusivo e presencial de suporte técnico (nível 1) nas dependências da SMS, e suporte de nível 1 e 2 para usuários nas dependências do hospital.

ii. Suporte Remoto: 24x7 remoto.

iii. SLA (Prazo de Atendimento):

Severidade	Descrição	Prazo para:	
		1º atendimento	Resolução
Crítica	São referentes a chamados que reportam problemas de parada total do sistema, situação na qual não há nenhuma medida paliativa para continuar a operacionalização dos procedimentos.	8 horas úteis	72 horas úteis
Alta	São os chamados referentes aos problemas graves nos sistemas. Porém, o cliente consegue operar, mesmo que com severas restrições, por meios manuais ou alternativos no próprio sistema.	8 horas úteis	72 horas úteis
Média	São chamados referentes a problemas em rotinas de uso diário, com alto impacto em uma única rotina ou área do sistema.	12 horas úteis	72 horas úteis
Baixa	São os chamados referentes a problemas em rotinas de uso não frequente ou de baixo impacto no negócio da empresa e/ou uso do sistema. Nesse cenário estão enquadradas as orientações aos usuários.	16 horas úteis	72 horas úteis

3.14.1. Atualizações: Atualizações corretivas e evolutivas sem custo adicional.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Requisitos de Negócio:

4.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis, incluindo normas técnicas e diretrizes do Ministério da Saúde relacionadas à Estratégia de Saúde Digital.

4.1.1. Os requisitos de negócio da presente contratação decorrem da necessidade institucional de assegurar a continuidade, a eficiência e a qualidade da gestão dos serviços de saúde pública municipal, mediante a adoção de solução tecnológica integrada que apoie as atividades assistenciais, administrativas e estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde.

4.2 A solução a ser contratada deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos de negócio:

I – Garantir a continuidade dos serviços de saúde, assegurando disponibilidade permanente das informações clínicas e administrativas necessárias ao funcionamento das unidades de saúde, sem interrupções que comprometam o atendimento à população;

II – Promover a integração das informações assistenciais e administrativas, eliminando a fragmentação de dados entre unidades, setores e sistemas, possibilitando visão consolidada da rede municipal de saúde;

III – Apoiar a tomada de decisão gerencial e estratégica, por meio da geração de informações confiáveis, relatórios e indicadores que subsidiem o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações de saúde;

IV – Assegurar a conformidade com as normas legais e regulamentares, incluindo as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), os sistemas oficiais do Ministério da Saúde e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto à confidencialidade, integridade e rastreabilidade das informações;

V – Otimizar os processos de trabalho das unidades de saúde, reduzindo retrabalho, inconsistências de registros e atividades manuais, contribuindo para maior eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos;

VI – Viabilizar a padronização de procedimentos e registros, assegurando uniformidade na coleta, no armazenamento e no tratamento das informações em toda a rede municipal de saúde;

VII – Garantir escalabilidade e sustentabilidade da solução, de modo a permitir sua utilização contínua ao longo da vigência contratual, acompanhando a evolução das demandas da rede de saúde sem prejuízo à qualidade do serviço;

VIII – Assegurar suporte técnico contínuo, compatível com a criticidade do serviço, de forma a preservar a estabilidade operacional do sistema e a rápida resolução de incidentes que impactem as atividades assistenciais e administrativas.

4.2.1. Os requisitos de negócio aqui estabelecidos orientam a definição dos requisitos técnicos e funcionais da solução, bem como os níveis de serviço a serem exigidos no Termo de Referência, preservando o alinhamento entre a contratação pretendida e os objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Requisitos de Arquitetura Tecnológica:

4.3 A solução a ser contratada deverá adotar arquitetura tecnológica moderna, segura e escalável, compatível com a natureza crítica dos serviços de saúde e com a necessidade de prestação contínua, garantindo desempenho, disponibilidade e integridade das informações ao longo de toda a vigência contratual.

4.4 A arquitetura tecnológica deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I – Arquitetura baseada em ambiente computacional centralizado, preferencialmente em nuvem ou infraestrutura equivalente, que permita acesso simultâneo e controlado pelos usuários autorizados das unidades de saúde, sem dependência de instalações locais complexas;

II – Disponibilidade contínua da solução, com mecanismos de redundância, contingência e recuperação de falhas, assegurando a continuidade dos serviços e o acesso às informações clínicas e administrativas essenciais;

III – Escalabilidade da infraestrutura, possibilitando a ampliação da capacidade de processamento, armazenamento e número de usuários, conforme a evolução das demandas da rede municipal de saúde, sem prejuízo à performance do sistema;

IV – Segurança da informação, contemplando controles de acesso, autenticação de usuários, rastreabilidade de operações, proteção contra acessos não autorizados e mecanismos de preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados,

em conformidade com a legislação vigente e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

V – Interoperabilidade, permitindo integração com sistemas oficiais do Ministério da Saúde e com outros sistemas utilizados pela Administração Pública, por meio de padrões abertos, interfaces de comunicação e mecanismos que viabilizem a troca segura de informações;

VI – Independência tecnológica, de modo que a arquitetura não imponha dependência de hardware específico ou soluções proprietárias exclusivas, preservando a competitividade e a possibilidade de evolução tecnológica;

VII – Acesso multiplataforma, possibilitando a utilização da solução por meio de navegadores web e dispositivos móveis, quando aplicável, sem comprometer a segurança e a integridade das informações;

VIII – Capacidade de manutenção e atualização contínua, permitindo a aplicação de correções, melhorias e evoluções tecnológicas sem interrupção significativa dos serviços prestados.

IX - Hospedagem: Ambiente em nuvem gerenciado, certificado segundo normas ISO 27001 ou equivalentes.

X - Disponibilidade: Garantir 99,3% de disponibilidade mensal.

XI - Segurança: Garantir segurança e integridade das informações, realizar backups e prever recuperação em desastres.

XII - Prontuário Eletrônico Unificado (PEP): Conforme padrões SBIS e ICP-Brasil.

XIII - Assinatura Digital: Compatibilidade com assinatura digital de documentos clínicos e administrativos.

XIV - Plataforma: Web responsiva.

XV - Aplicativo Móvel: Integrado para pacientes de grupos específicos, com notificações seguras e conforme LGPD.

XVI - API: Aberta para integrações futuras, de dados cadastrais, com outros sistemas públicos.

XVII - Logs: Registro de logs de auditoria de acesso e transações.

XVIII - Disponibilidade (SLA): Garantir 99,3% de disponibilidade mensal do ambiente em nuvem.

Detalhamento das Funcionalidades Exigidas:

4.5 Encontra-se pormenorizadas no ANEXO I, parte indissociável deste termo de referência.

Verificação Técnica/Prova de Conceito (POC):

4.6 A empresa que obtiver a melhor classificação deverá, obrigatoriamente, comprovar, mediante a realização de Prova de Conceito (Avaliação Técnica do Sistema), o atendimento integral às especificações previstas no Termo de Referência, sob pena de imediata desclassificação. A mencionada Prova de Conceito consistirá em demonstração prática de todas as funcionalidades exigidas para o módulo de Gestão da Saúde, de modo a permitir a efetiva materialização das condições ofertadas pela licitante. A realização da demonstração será pública, com ampla divulgação prévia no portal oficial de licitações.

4.7 A Prova de Conceito será promovida de forma presencial, tão somente após a fase de habilitação e antes da adjudicação do objeto, devendo a data de sua realização ser

comunicada com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis, de forma presencial. Objetiva-se, com tal procedimento, aferir o pleno funcionamento do produto ofertado em circunstâncias reais de operação, analisando-se a efetiva correspondência técnica ao objeto licitado, para além dos elementos meramente documentais.

4.8 Os requisitos estabelecidos no Termo de Referência deverão ser apresentados rigorosamente em ordem sequencial, vedada qualquer alteração, inversão ou retrocesso em relação à ordem dos itens. Para cada requisito, será realizada a leitura e a correspondente demonstração, devendo esta ser clara, objetiva e suficiente para evidenciar todas as funcionalidades requeridas.

4.9 A avaliação ficará a cargo de servidores formalmente designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.10 Somente será declarada vencedora a licitante que demonstrar, no mínimo, o atendimento de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades cunhadas em cada módulo do Termo de Referência do sistema proposto.

4.11 É expressamente proibida a utilização de slides, vídeos ou quaisquer recursos audiovisuais alheios ao sistema para fins de apresentação, restringindo-se a demonstração à ferramenta ofertada.

4.12 A apresentação será realizada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, de maneira presencial, em sala apropriada, com infraestrutura básica de energia elétrica e meios de projeção ou monitor, competindo à licitante o fornecimento, instalação e operação dos demais equipamentos necessários, incluindo computador e acessórios indispensáveis.

4.13 Toda a infraestrutura de hardware, software e dados indispensáveis à realização da Prova de Conceito deverá ser providenciada pela licitante.

4.14 O manuseio dos equipamentos ficará sob responsabilidade de profissional vinculado à própria empresa, o qual deverá estar presente na data e horário designados em conjunto com a Comissão responsável.

4.15 Aos representantes legais das demais licitantes será assegurado o acompanhamento da demonstração, sendo, contudo, vedadas quaisquer manifestações, assim como o registro em vídeo, fotografias ou gravações de áudio.

4.16 Iniciada a Prova de Conceito, não será admitida a instalação ou atualização de qualquer componente de hardware ou software relativos à solução em avaliação. Na hipótese de suspensão por motivos alheios à vontade das partes – como interrupção do fornecimento de energia elétrica –, a realização será reagendada para o próximo dia útil, caso a situação perdure por mais de trinta minutos.

4.17 Durante a apresentação, incumbirá à licitante identificar e relacionar, de maneira precisa, as funcionalidades demonstradas – tais como campos, tabelas, procedimentos, funções, integrações, telas, entre outros –, elaborando relatório detalhado de conformidade para cada item e submódulo.

4.18 Eventuais constatações de ausência ou mau funcionamento de módulos serão comunicadas à empresa, que poderá apresentar manifestação no prazo máximo de dois (2) dias úteis.

4.19 O Sistema Integrado de Gestão da Saúde será considerado reprovado nas seguintes hipóteses:

4.19.1 Inexistência da licitante no local, data e horário agendados;

4.19.2 Não demonstração, integral ou parcial, das funcionalidades exigidas durante o processo de avaliação.

4.19.3 Compete exclusivamente à CONTRATANTE a análise e deliberação acerca da conformidade do sistema, com divulgação do resultado em sessão pública.

4.19.4 A não aprovação ou ausência de apresentação da amostra no prazo acarretará a desclassificação da licitante.

4.20 A Secretaria Municipal de Saúde poderá, se julgar oportuno, efetuar gravação em vídeo da apresentação, exclusivamente por equipe técnica, para análise posterior das funcionalidades.

4.21 Caso reste comprovado o não atendimento das exigências, a empresa será inabilitada, procedendo-se à convocação da próxima licitante classificada, conforme os critérios previamente estabelecidos.

4.22 Em caso de desclassificação da proposta vencedora, serão demandadas amostras das licitantes subsequentes, rigorosamente observada a ordem de classificação.

4.23 O Município reserva-se o direito de aceitar a proposta que melhor atender ao interesse público ou rejeitar todas, sem que assista qualquer direito a indenização ou reclamação às licitantes.

4.24 Da Comissão Especial de Avaliação:

4.24.1 Constituir-se-á, por portaria específica, Comissão Especial de Avaliação incumbida de verificar a conformidade técnica do software apresentado, à luz das disposições do Termo de Referência.

4.24.2 A decisão referente à aprovação ou reprovação da Prova de Conceito será devidamente fundamentada e registrada em relatório escrito.

4.24.3 A Comissão será composta por servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com inclusão de representantes da Coordenação de Tecnologia da Informação, sob a presidência de membro formalmente designado, incumbido do acompanhamento e fiscalização integral da execução da Prova de Conceito. Sua atribuição precípua consistirá em atestar a aderência estrita entre o sistema apresentado e o objeto licitado.

4.24.4 Durante a apresentação, será exigida a execução integral (100%) das funcionalidades gerais do sistema, conforme disposição da tabela anexa ao Termo de Referência, e a apresentação deverá seguir ordem sequencial e lógica.

4.24.5 Para módulos específicos, exige-se cumprimento mínimo de 95% das funcionalidades correspondentes. O descumprimento dessas condições ensejará, de imediato, a desclassificação da licitante.

4.25 Os requisitos de arquitetura tecnológica estabelecidos visam assegurar que a solução contratada seja compatível com as necessidades operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Saúde, preservando a continuidade do serviço público, a segurança das informações e a sustentabilidade da contratação ao longo de sua execução.

Migração de Dados:

4.26 A Contratada deverá arcar com os custos de eventual migração de dados legados, manutenções ou reconfigurações necessárias por falhas de sua responsabilidade. A Contratada deve garantir a migração segura dos dados em eventual transição contratual.

Visita Técnica:

4.27. A visita técnica **será facultativa** e tem por finalidade proporcionar às licitantes, que assim o desejarem, melhor conhecimento das condições dos locais de execução dos serviços, bem como do ambiente operacional e das plataformas de sistemas já implantados, para subsidiar a elaboração da proposta e o adequado dimensionamento das atividades de implantação, parametrização, migração de dados, integração e suporte da solução a ser contratada.

4.28. A licitante que optar pela realização da visita técnica receberá comprovante/certidão de visita emitido pela Administração. A licitante que **não realizar a visita técnica** deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições de execução do objeto, das instalações e das informações necessárias à formulação de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução contratual, não podendo alegar, futuramente, desconhecimento das condições locais para eximir-se das obrigações assumidas.

4.29. Para as licitantes interessadas, a visita técnica poderá ser realizada nas instalações dos locais de execução dos serviços, mediante acompanhamento por representante da Secretaria Municipal de Saúde e, se necessário, por demais profissionais técnicos designados pela Administração, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h00 ou das 13h00 às 17h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

4.30. O prazo para realização da visita técnica, caso haja interesse da licitante, iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital e estender-se-á até 03 (três) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.31. O representante da licitante que comparecer à visita técnica deverá estar devidamente identificado e, para fins de registro, fornecer os dados da empresa, incluindo razão social, CNPJ, endereço e telefone. Para o credenciamento, o representante deverá apresentar documento de identificação civil e instrumento de procuração ou carta de credenciamento emitida pela licitante, quando não se tratar de sócio ou representante legal.

Requisitos Legais:

4.32 A solução a ser contratada deverá atender integralmente à legislação vigente aplicável à Administração Pública, bem como às normas específicas relacionadas à prestação de serviços de tecnologia da informação em saúde, garantindo conformidade jurídica, segurança das informações e regular execução contratual.

4.33 Constituem requisitos legais mínimos da contratação:

I – Conformidade com a Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento da contratação, à execução contratual, à gestão e à fiscalização do contrato, bem como às hipóteses de responsabilização e sanções administrativas;

II – Atendimento às diretrizes e normativas do Sistema Único de Saúde (SUS) e aos regulamentos expedidos pelo Ministério da Saúde, incluindo aqueles relacionados à informatização da atenção à saúde e à interoperabilidade de sistemas;

III – Observância integral da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), assegurando a proteção dos dados pessoais e sensíveis dos usuários, com a adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade e rastreabilidade das informações;

IV – Adequação às normas de segurança da informação, incluindo boas práticas de governança, gestão de acessos, registros de auditoria e proteção contra incidentes de segurança, compatíveis com a criticidade dos dados tratados;

V – Garantia de regularidade jurídica da solução, assegurando que o sistema e os serviços ofertados não violem direitos de terceiros, inclusive no que se refere a direitos autorais, licenças de uso de software e propriedade intelectual, nos termos da legislação aplicável;

VI – Cumprimento das normas trabalhistas, previdenciárias e fiscais, no âmbito da execução contratual, especialmente quanto à disponibilização de suporte técnico e demais serviços correlatos;

VII – Atendimento às disposições contratuais relativas à confidencialidade e sigilo, especialmente em relação às informações clínicas, administrativas e estratégicas da rede municipal de saúde.

4.34 Os requisitos legais aqui estabelecidos constituem condições indispensáveis para a contratação e execução do objeto, devendo ser observados ao longo de toda a vigência contratual, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

Requisitos de capacitação e/ou treinamentos:

4.35 Ações de capacitação de usuários.

a) Plataforma: Plataforma de educação continuada e online, para até 800 usuários.

b) Formato: Híbrido (presencial e remoto).

c) Presencial: Após a configuração inicial, em turmas de até 20 participantes, segmentadas por perfis de usuário.

d) Obrigação da Contratada: Executar treinamentos contínuos à equipe técnica interna durante a vigência do contrato.

Requisitos de implantação da solução:

4.36 A implantação do novo software de gestão em saúde será conduzida de forma estruturada, garantindo a adequada capacitação das equipes e a integração eficiente entre todas as unidades, dividida em três fases principais: parametrização, discussão de processos de trabalho e treinamento.

4.36.1 Proposta de Cronograma:

Etapas	Duração (meses)	Descrição
1	1	Planejamento e levantamento de requisitos
2	2	Implantação da infraestrutura em nuvem e integração inicial
3	3	Validação de estrutura e parametrizações
4	4	Treinamento inicial e entrada em operação (Go-Live)
5	5 a 8	Suporte e ajustes pós-implantação
6	9 a 12	Desenvolvimento de relatórios e acompanhamento
7	13 a 15	Consolidação do uso e treinamento avançado
8	16 a 24	Acompanhamento técnico e manutenção evolutiva

4.36.2 Formato da Implantação:

4.36.2.1 Parametrização do Sistema: Remota, com apoio técnico, configurando cadastros, fluxos, regras de faturamento, hierarquias de acesso e integrações com sistemas oficiais (e-SUS e CNES).

4.36.2.2 Discussão Remota de Processos: Reuniões remotas periódicas para análise e alinhamento dos processos de trabalho.

4.36.2.3 Treinamento Presencial: Após a configuração inicial, em turmas de até 20 participantes, segmentadas por perfis de usuário.

Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico:

4.37 A contratada deverá prestar manutenção corretiva, preventiva e evolutiva da solução durante todo o período contratual, incluindo:

a) Atualizações de segurança;

4.38 Evoluções técnicas necessárias para garantir compatibilidade com sistemas do Ministério da Saúde;

4.39 Correções de falhas;

4.40 Suporte técnico contínuo.

4.41 Para a gestão eficiente e a mensuração do suporte e manutenção, os incidentes serão classificados e tratados conforme os Níveis de Serviço definidos (SLA).

Requisitos Temporais:

4.42 O prazo máximo para implantação completa será definido no cronograma do contrato.

4.43 A execução do objeto deverá observar requisitos temporais compatíveis com a natureza contínua e crítica dos serviços a serem prestados, de modo a assegurar a adequada implantação da solução, a continuidade operacional e o atendimento ininterrupto das atividades da rede municipal de saúde.

4.44 Os requisitos temporais da contratação deverão contemplar, no mínimo:

I – Prazo de implantação inicial, a ser definido no instrumento contratual, compreendendo as etapas de configuração, parametrização, migração de dados, testes e entrada em produção da solução, de forma planejada e progressiva, sem prejuízo à continuidade dos serviços de saúde;

II – Vigência contratual compatível com a natureza do serviço continuado, permitindo a prestação regular, estável e ininterrupta dos serviços, nos termos da legislação vigente;

III – Prazos de atendimento e resolução de incidentes, compatíveis com a criticidade do sistema, a serem definidos em níveis de serviço (SLA), assegurando resposta tempestiva a falhas, indisponibilidades ou inconsistências que impactem as atividades assistenciais e administrativas;

IV – Periodicidade de atualizações e manutenções, de modo a garantir a evolução tecnológica da solução, a correção de falhas e a adequação às mudanças normativas e operacionais, preferencialmente sem interrupção significativa dos serviços;

V – Previsão de transição contratual, ao final da vigência, quando aplicável, assegurando a continuidade do serviço, a integridade das informações e a adequada transferência de dados e conhecimentos, sem prejuízo à Administração.

4.45 Os requisitos temporais aqui estabelecidos visam garantir previsibilidade, estabilidade e continuidade na execução do contrato, assegurando que a solução atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde ao longo de toda a sua vigência.

Requisitos de segurança e privacidade:

4.46 O presente processo de contratação, deve estar aderente à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e a outras legislações aplicáveis

Requisitos sociais, ambientais e culturais:

4.47 A contratação deverá observar requisitos sociais, ambientais e culturais compatíveis com a natureza do objeto, de modo a assegurar que a execução dos serviços contribua para a promoção do interesse público, da sustentabilidade e do respeito às características sociais e culturais da comunidade atendida.

4.48 No âmbito dos requisitos sociais, a solução deverá contribuir para a melhoria do acesso, da qualidade e da continuidade dos serviços de saúde, assegurando atendimento equânime à população, inclusive a grupos em situação de vulnerabilidade, por meio da disponibilidade confiável das informações assistenciais e administrativas.

4.49 Quanto aos requisitos ambientais, considerando que se trata de serviço de tecnologia da informação prestado predominantemente em ambiente digital, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da execução contratual. Ainda assim, a solução deverá privilegiar práticas que reduzam o consumo de recursos físicos, tais como a diminuição do uso de papel e a adoção de meios eletrônicos para registros, relatórios e comunicações, sempre que possível.

4.50 No que se refere aos requisitos culturais, a solução deverá ser compatível com a realidade organizacional e operacional da rede municipal de saúde, respeitando as práticas institucionais, os fluxos de trabalho existentes e as especificidades locais, de modo a facilitar a adaptação dos usuários e a incorporação da tecnologia às rotinas das unidades de saúde.

4.51 Os requisitos sociais, ambientais e culturais aqui estabelecidos visam assegurar que a contratação esteja alinhada aos princípios da sustentabilidade, da eficiência e do interesse público, contribuindo para a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saúde.

Requisitos da arquitetura tecnológica:

4.52 A solução deverá adotar arquitetura tecnológica segura, escalável e de alta disponibilidade, preferencialmente em ambiente de nuvem ou equivalente, garantindo acesso simultâneo e controlado, continuidade operacional e integridade das informações.

4.53 Deverá contemplar mecanismos de segurança da informação, interoperabilidade com sistemas institucionais e oficiais, independência tecnológica, acesso via web e dispositivos móveis, quando aplicável, e capacidade de manutenção e atualização contínuas, sem interrupção relevante dos serviços.

Requisitos de Projeto e de Implementação:

4.54 A solução a ser contratada deverá ser implantada de forma planejada, progressiva e controlada, assegurando a continuidade dos serviços de saúde e a adequada transição dos processos atualmente utilizados para o novo sistema.

4.55 A fase de projeto e implementação deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I – Planejamento da implantação, contemplando etapas, prazos e responsabilidades, de modo a minimizar riscos operacionais e impactos nas atividades das unidades de saúde;

II – Configuração e parametrização da solução, adequadas às necessidades institucionais e aos fluxos operacionais da rede municipal de saúde;

III – Migração e validação de dados, quando aplicável, assegurando a integridade, a consistência e a confiabilidade das informações transferidas;

IV – Realização de testes funcionais e operacionais, previamente à entrada em produção, com o objetivo de verificar o adequado funcionamento da solução e sua aderência aos requisitos estabelecidos;

V – Entrada em produção assistida, quando necessária, de forma a garantir estabilidade operacional e suporte adequado aos usuários no período inicial de utilização;

VI – Documentação do projeto e da implementação, contemplando registros das etapas executadas, configurações relevantes e orientações para operação do sistema.

4.55 Os requisitos de projeto e de implementação visam assegurar que a solução seja disponibilizada de maneira estruturada e segura, preservando a continuidade do serviço público e a efetividade da contratação.

Requisitos de Garantia e Manutenção:

4.56 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

Requisitos de Experiência Profissional:

4.57 A contratada deverá comprovar experiência prévia compatível com o objeto da contratação, demonstrando capacidade técnica para fornecer, implantar, manter e prestar suporte a solução integrada de gestão em saúde, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

4.58 A experiência profissional deverá evidenciar, no mínimo:

I – Execução anterior de serviços semelhantes, envolvendo implantação e operação de sistemas informatizados de gestão em saúde ou soluções equivalentes, compatíveis em complexidade e escopo com o objeto da contratação;

II – Capacidade técnica da equipe envolvida, demonstrada por meio da qualificação profissional dos responsáveis pela implantação, suporte e manutenção da solução, sem exigência de vínculo empregatício específico ou certificações proprietárias exclusivas;

III – Conhecimento do ambiente de saúde pública, especialmente quanto aos fluxos assistenciais, administrativos e à integração com sistemas institucionais e oficiais, quando aplicável;

IV – Experiência na prestação de serviços continuados, assegurando a capacidade de atendimento regular, suporte técnico e manutenção ao longo da vigência contratual.

4.59 Os requisitos de experiência profissional visam assegurar que a contratada possua aptidão técnica suficiente para a execução adequada do objeto, sem restringir a competitividade, preservando os princípios da isonomia, da ampla concorrência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Requisitos de formação da equipe:

4.60 A contratada deverá disponibilizar equipe técnica com formação e qualificação compatíveis com a complexidade do objeto, apta a executar as atividades de implantação, suporte, manutenção e operação da solução, sem exigência de vínculos específicos ou certificações proprietárias exclusivas.

Visita Técnica:

4.61 Tendo em vista que o objeto deste termo de referência requer conhecimento sobre a Vistoria Técnica e das plataformas de sistemas já implantados, se faz necessária visita com objetivo de verificar as condições para o desenvolvimento, customização, migração de dados e integração dos sistemas utilizados pelo Município.

4.62 A licitante receberá um comprovante (certificado) da visita realizada. Caso a Licitante não possua interesse em realizar a visita técnica deverá apresentar declaração de que possui conhecimento das condições e locais das instalações, não podendo a mesma alegar desconhecimento ou impossibilidade de prestação do serviço futuramente, sendo de sua inteira responsabilidade atender aos requisitos do Termo Referência.

4.63 Para o correto dimensionamento e elaboração da Proposta Comercial, a LICITANTE deverá realizar visita técnica nas instalações dos locais de execução dos serviços, onde será acompanhada por um representante da Secretaria Municipal de Saúde e demais profissionais técnicos ao qual a Administração achar necessário, de segunda à sexta-feira, das 07:30 horas às 11 horas ou das 13:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

4.64 O prazo para visita iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 03 dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.65 O representante da licitante será credenciado e deverá fornecer os seguintes dados atinentes à empresa: Razão Social, CNPJ, endereço e telefone. Para o credenciamento, o representante da LICITANTE deverá apresentar procuração, através de instrumento público ou de instrumento particular com firma reconhecida juntamente com o documento de identificação civil.

Sustentabilidade:

4.66 A contratação observa o princípio da sustentabilidade, contribuindo para a redução do uso de recursos físicos, especialmente papel, por meio da digitalização de processos e registros, bem como para a eficiência no uso de recursos tecnológicos, sem geração de impactos ambientais relevantes, compatível com a natureza do objeto.

Indicação de marcas ou modelos:

4.67 Não haverá indicação de marcas, modelos ou fabricantes específicos, devendo a solução ofertada atender às especificações técnicas, funcionais e de desempenho estabelecidas neste Termo de Referência, assegurada a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Da exigência de carta de solidariedade:

4.68 Não será exigida carta de solidariedade ou autorização de fabricante, sendo suficiente a comprovação da capacidade técnica da licitante para execução do objeto.

Subcontratação:

4.69 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

4.70 A contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, como condição para a assinatura do instrumento contratual e manutenção de sua vigência.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES:

São obrigações da CONTRATANTE:

5.1 Nomear Gestor do Contrato e Fiscais Técnicos e Administrativos para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da legislação vigente;

5.2 Encaminhar formalmente as ordens de início, solicitação de ajustes ou demais comunicações operacionais relacionadas à implantação, suporte ou parametrização do sistema contratado;

5.3 Realizar o aceite das etapas entregues (implantação, homologação, treinamento, etc.) com base nos critérios de conformidade técnica definidos no Termo de Referência e contrato;

5.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas e contratuais cabíveis, sempre que constatadas irregularidades, inadimplemento ou descumprimento de cláusulas contratuais;

5.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada dentro dos prazos e condições estabelecidas contratualmente;

5.6 Comunicar formalmente à contratada qualquer ocorrência relacionada à operação da solução contratada, falhas técnicas, desempenho insatisfatório, problemas de acesso, etc.;

5.7 Definir os parâmetros mínimos de desempenho da solução contratada, tais como produtividade dos módulos, tempo de resposta, uptime mínimo, dentre outros, quando aplicável;

5.8 Prever, quando couber, o tratamento dos direitos autorais ou de propriedade intelectual sobre customizações, relatórios, parametrizações ou artefatos gerados especificamente para a Administração durante a vigência contratual.

5.9 Disponibilizar infraestrutura local para as estações de trabalho e acesso à internet;

5.10 Fornecer informações e equipes para apoiar a implantação e treinamentos;

5.11 Indicar multiplicadores para facilitar o processo de implantação;

5.12 Acompanhar a execução e validar a qualidade dos serviços.

São obrigações do CONTRATADO:

5.13 Indicar formalmente preposto com poderes para representá-la junto à Administração, responsável pela interlocução direta sobre a execução contratual;

5.14 Atender com presteza às orientações, solicitações e notificações expedidas pela equipe de fiscalização contratual da Administração;

5.15 Reparar integralmente qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus colaboradores, prepostos ou subcontratados autorizados;

5.16 Facilitar o trabalho da fiscalização, mantendo disponíveis relatórios, acessos e canais de verificação do desempenho da solução, conforme exigido;

5.17 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório;

5.18 Manter equipe técnica capacitada, qualificada e em número compatível com a execução dos serviços de implantação, suporte técnico e atendimento funcional da solução contratada;

5.19 Assegurar os direitos de uso, atualização e suporte da solução durante a vigência contratual, bem como garantir a migração segura dos dados em eventual transição contratual;

5.20 Ceder, quando cabível e previamente pactuado, os direitos autorais sobre parametrizações, relatórios, integrações ou funcionalidades desenvolvidas exclusivamente para a Administração;

5.21 Garantir o repasse de conhecimento e a transição contratual ao término do contrato, fornecendo documentação e treinamento aos servidores ou nova contratada, caso aplicável.

5.22 Garantir 99,3% de disponibilidade mensal do ambiente em nuvem;

5.23 Fornecer suporte técnico 24x7 remoto e equipe local durante o horário comercial;

5.24 Disponibilizar relatórios mensais de desempenho e segurança;

5.25 Executar treinamentos contínuos à equipe técnica interna durante a vigência do contrato.

OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE):

5.26 Efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar o correspondente contrato;

5.27 Conduzir eventuais renegociações de condições comerciais ou técnicas previstas no contrato, com base no interesse público e na legislação vigente;

5.28 Estabelecer os canais formais de comunicação entre os órgãos participantes e a contratada, podendo utilizar ofícios, e-mails institucionais, telefone ou sistema eletrônico;

5.29 Estabelecer mecanismos de controle sobre a prestação dos serviços, inclusive:

5.30 Definir, se necessário, capacidade mínima de atendimento da solução;

5.31 Prever a possibilidade de substituição da solução registrada por outra equivalente ou superior, em razão de fatos supervenientes, mediante justificativa técnica, sem prejuízo do direito à demonstração e validação da nova solução.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 A execução do objeto ocorrerá de forma centralizada, com implantação técnica e funcional dos módulos do sistema informatizado, conforme cronograma de execução aprovado pela Administração, respeitando as especificações constantes no Termo de Referência e contrato.

6.2 A contratada deverá apresentar plano de trabalho, conforme cronograma informado neste Termo de Referência, contendo:

6.2.1 Etapas de implantação por unidade/setor;

6.2.2 Parametrizações previstas;

6.2.3 Ações de capacitação de usuários; e

6.2.4 Validações e cronograma de homologação.

Da entrega, homologação e aceite:

6.3 A implantação será considerada concluída somente após a homologação técnica dos módulos e funcionalidades implementadas, emissão do termo de aceite e início da operação assistida.

6.4 As validações funcionais serão feitas por servidores designados da Contratante, com base em critérios de conformidade, desempenho, disponibilidade e aderência funcional, conforme o escopo previsto.

6.5 O prazo máximo para início da implantação é de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, salvo prorrogação justificada e formalmente aceita.

DO SUPORTE TÉCNICO E DA ASSISTÊNCIA OPERACIONAL:

6.6 A contratada deverá garantir suporte técnico contínuo durante toda a vigência do contrato, incluindo:

- 6.6.1** Suporte remoto para dúvidas e falhas operacionais;
- 6.6.2** Canal de atendimento para registro e acompanhamento de chamados;
- 6.6.3** Atendimento presencial em casos críticos, quando solicitado;
- 6.6.4** Atualizações corretivas e evolutivas sem custo adicional; e
- 6.6.5** Caso necessário fornecer API para integração para outros programas do município.

DAS OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS DA CONTRATADA:

6.7 É de inteira responsabilidade da contratada:

- 6.7.1** Custear encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e tecnológicos;
 - 6.7.2** Manter equipe técnica qualificada para suporte e implantação;
 - 6.7.3** Garantir segurança e integridade das informações;
 - 6.7.4** Realizar backups e prever recuperação em desastres.
 - 6.7.5** Manter em disponibilidade da Secretaria de Saúde acesso de consulta ao sistema e a todos os dados pelo período de 06 meses após encerramento do contrato; e
 - 6.7.6** Colaborar com nova contratada em caso de licitação de novo sistema disponibilizando (exportando) os dados para nova contratada.
- 6.8** A contratada deverá arcar com os custos de eventual migração de dados legados, manutenções ou reconfigurações necessárias por falhas de sua responsabilidade.
- 6.9** Não será permitida substituição da solução ofertada sem justificativa técnica e aprovação da Administração.
- 6.10** A contratada deverá cumprir todas as exigências técnicas, operacionais e legais previstas no edital, contrato e neste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Encaminhamento formal de demanda:

7.1 O Gestor do Contrato, designado pela Administração, será responsável por autorizar formalmente o início das atividades de implantação, suporte técnico, atualizações e demais ações relativas à execução do contrato.

7.2 A execução será desencadeada por meio de documentos oficiais como Ordem de Início, Ordens de Serviço específicas, e comunicações registradas por e-mail institucional, ofício ou sistema de chamados, conforme definido neste Termo de Referência.

7.3 A contratada deverá prestar os serviços conforme os prazos, etapas e condições previamente estabelecidas, respeitando as obrigações contratuais e os parâmetros técnicos da solução ofertada.

Forma de execução e acompanhamento do contrato.

7.4 A execução ocorrerá de forma continuada, sob demanda da Secretaria Municipal de Saúde, mediante cronograma definido para:

- 7.4.1** Implantação técnica da solução por unidade ou módulo;

7.4.2 Parametrizações e integrações com sistemas legados;

7.4.3 Capacitação de servidores;

7.4.4 Suporte técnico contínuo e atualizações.

7.5 O acompanhamento do contrato será realizado pelo Gestor e Fiscais designados, por meio de:

7.5.1 Relatórios de implantação, treinamentos e atualizações;

7.5.2 Chamados técnicos e registros de suporte;

7.5.3 Reuniões de alinhamento ou resolução de incidentes;

7.5.4 Emissão de termos de aceite, operação assistida e encerramento de fases.

7.6 A contratada deverá manter os canais de atendimento ativos e funcionais, conforme definido em contrato, incluindo: sistema de chamados, e-mail técnico, telefone e, quando necessário, atendimento presencial ou remoto imediato.

7.6.1 Forma de transferência de conhecimento:

7.7 A contratada deverá garantir a transferência de conhecimento técnico e operacional durante a implantação e, especialmente, no encerramento do contrato, incluindo:

7.7.1 Documentação técnica completa e atualizada da solução;

7.7.2 Registro de parametrizações aplicadas;

7.7.3 Capacitação dos servidores públicos indicados;

7.7.4 Apoio à transição para eventual nova contratada, quando aplicável.

7.8 Procedimento de transição e finalização:

7.8.1 No encerramento contratual, a contratada deverá:

7.8.2 Garantir a integridade dos dados da Administração;

7.8.3 Apoiar a migração para nova solução ou ambiente indicado;

7.8.4 Fornecer relatórios finais de desempenho e operação;

7.8.5 Encerrar todos os chamados e pendências;

7.8.6 Confirmar a entrega da documentação técnica definitiva;

7.8.7 Manter os dados disponíveis para consulta por um período de 06 meses.

7.9 Quantidade mínima e escopo por etapa:

7.9.1 Cada fase de execução (implantação, treinamento, evolução ou suporte) será formalmente solicitada, com definição clara de escopo, prazos e resultados esperados, a ser registrada em documento próprio emitido pela Administração.

7.10 Mecanismos formais de comunicação:

7.10.1 Serão considerados mecanismos formais de comunicação entre Contratante e Contratada: ofícios, e-mails institucionais, telefone ou sistema eletrônico.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, bem como todas as legislações supramencionadas e aplicáveis neste termo de referência, sendo cada parte responsável

pelas consequências de sua inadimplência total ou parcial, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, mediante anotação formal.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado deverão ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para atos que assim o permitam.

8.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto:

8.5 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

8.6 O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período contratual.

Reunião Inicial:

8.7 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento, podendo ser presencial ou online, com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

8.8 A pauta da reunião deverá conter, no mínimo:

8.8.1 Presença do representante legal da Contratada, que apresentará seu preposto;

8.8.2 Entrega do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, se aplicáveis;

8.8.3 Esclarecimentos sobre questões operacionais, administrativas e de gestão;

8.8.4 Carta de apresentação do preposto com nome completo e CPF do funcionário designado como interlocutor principal;

Fiscalização do Contrato:

8.9 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais do Contrato, representados neste por **Gildésio Rodrigues dos Santos** como fiscal oficial e **Dionathan Felipe da Silva Silveira** como fiscal suplente, responsáveis por todos os aspectos administrativos, técnicos e operacionais nos termos das legislações deste termo de referência, com registro de ocorrências em relatório mensal.

8.10 Compete ao(s) Fiscal(is) do Contrato decreto do executivo municipal de nº 2.407 de 2024, que "Dispõe sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos e regulamenta parcialmente o art. 8º, § 3º, da Lei Federal nº [14.133](#), de 1º de abril de 2021, no âmbito da administração pública municipal":

a) Verificar a conformidade dos bens e/ou serviços entregues com as especificações do Termo de Referência, abrangendo requisitos técnicos, desempenho, compatibilidade, qualidade e funcionamento;

b) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, a regularidade de pagamentos, garantias, seguros e demais requisitos legais, podendo solicitar documentação comprobatória sempre que necessário;

c) Registrar todas as ocorrências relevantes no histórico do contrato e emitir notificações formais para correção de eventuais irregularidades, técnicas ou administrativas;

d) Atuar de forma tempestiva na identificação e solução de descumprimentos contratuais, comunicando à autoridade competente para adoção de providências cabíveis.

e) Verificar o cumprimento das obrigações de prazos de saneamento, logística reversa e destinação final de resíduos, podendo exigir documentação comprobatória a qualquer tempo.

8.11 Compete ainda ao(s) Fiscal(is) do Contrato coordenar todo o processo de fiscalização, consolidar registros, elaborar documento comprobatório de avaliação e verificar o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado, nos termos da legislação vigente.

Fiscalização Técnica:

8.12 Da Comissão Especial:

8.12.1 A Comissão será composta por servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde, com inclusão de representantes da Coordenação de Tecnologia da Informação, sob a presidência de membro formalmente designado, incumbido do acompanhamento e fiscalização técnica integral.

8.13 Eventuais não conformidades técnicas serão comunicadas pelos responsáveis técnicos ao Fiscal do Contrato para que sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis.

8.13.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.13.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.13.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.13.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.13.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual

Gestor do contrato:

8.14 Cabe ao gestor do contrato:

8.14.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.14.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.14.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.14.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.14.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.14.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.14.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

9. CRITÉRIOS DE MEDIAÇÃO E DE PAGAMENTO:

Recebimento definitivo e provisório:

9.1 recebimento dos serviços será realizado de forma provisória e definitiva, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante verificação da conformidade da execução contratual com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

9.2 O recebimento provisório ocorrerá mensalmente, após a prestação dos serviços, mediante atesto do fiscal do contrato, condicionado à verificação do cumprimento dos níveis de serviço, da disponibilidade da solução e da regularidade da execução no período de referência.

9.3 O recebimento definitivo dar-se-á após a validação da prestação dos serviços e da inexistência de pendências que impeçam a aceitação, formalizado por meio de atesto definitivo pela unidade competente.

9.4 O pagamento será efetuado de forma mensal, após o recebimento definitivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, observadas as condições contratuais e a regularidade fiscal da contratada.

Da ordem Cronológica do Pagamento e do Prazo de Pagamento:

CONSIDERANDO o decreto executivo municipal de nº 2.355 de 21 de setembro de 2023, que dispõe sobre os pagamentos a serem efetivados pela Administração Municipal nas contratações firmadas pela Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT.

9.5 CONSIDERANDO o que determina o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988; CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 70 da Lei Federal nº [4.320](#), de 17 de março de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

9.7 CONSIDERANDO os regramentos contidos na Lei Federal nº [12.527](#), de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal;

9.8 CONSIDERANDO a tipificação prevista no art. 337-H do Decreto-Lei nº [2.848](#), de 7 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal;

9.9 CONSIDERANDO a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste;

Da Ordem Cronológica do Pagamento:

9.10 O pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos e subdividida nas seguintes categorias de contratações:

9.10.1 I - fornecimento de bens;

9.10.2 II - locações;

9.10.3 III - prestação de serviços; e

9.10.4 IV - realização de obras.

9.11 Os credores de contratos a serem pagos com recursos vinculados a finalidade ou despesa específica serão ordenados em listas próprias para cada convênio, contrato de empréstimo ou de financiamento, fundo especial ou outra origem específica do recurso, cuja obtenção exija vinculação.

9.12 Nos contratos em que a Administração é usuária de serviço público oferecido em regime de monopólio, deverá ser observado o prazo do vencimento da fatura, devendo o pagamento ocorrer dentro de prazo de vencimento.

Da Alteração da Ordem Cronológica do Pagamento:

9.13 A alteração da ordem cronológica de pagamento somente ocorrerá mediante prévia justificativa do(a) Secretário(a) Municipal de Fazenda e autorização do(a) Prefeito(a) Municipal exclusivamente nas seguintes situações:

9.13.1 I - grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

9.13.2 II - pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

9.13.3 III - pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

9.13.4 IV - pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; ou

9.13.5 V - pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de um serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

9.14 Em caso de alteração na ordem cronológica de pagamento, deverá haver imediata comunicação aos órgãos de controle interno e controle externo.

9.15 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.16 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17 A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.18 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

9.19 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.20 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.21 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Liquidação:

9.22 CONSIDERANDO o Decreto do executivo municipal de nº 2.354 de 2023, que dispõe *sobre a liquidação de despesas no âmbito da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste - MT*.

9.23 CONSIDERANDO o disposto na Lei [4.320](#), de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

9.24 CONSIDERANDO a necessidade de transmitir segurança jurídica aos Agentes Públicos, Servidores Públicos e a todos os demais envolvidos no processo de licitações e contratos da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste – MT.

9.25 A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

9.26 A liquidação da despesa será processada após a entrega do material ou a efetiva prestação do serviço, salvo os casos que independem de implemento de condição.

9.27 A liquidação da despesa por fornecimento de bens ou serviços prestados terá por base:

9.27.1 I - o contrato, o ajuste ou o acordo respectivo;

9.27.2 II - a nota de empenho; e

9.27.3 III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Forma de pagamento:

9.28 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

9.29 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antecipação de pagamento:

9.30 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja de maneira total ou parcial.

Cessão de crédito:

9.31 Não permitida cessão de crédito.

Reajuste:

9.32 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento estimado pela Administração, o que ocorrer primeiro, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo admitido o reajuste após esse período mediante aplicação de índice previamente definido no contrato.

9.33 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.34 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.35 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.36 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.37 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.38 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.39 O reajuste será realizado por apostilamento.

9.40 ENCARGOS MORATÓRIOS POR ATRASO DE PAGAMENTO

9.40.1. Em caso de atraso no pagamento de faturas vencidas por culpa exclusiva do CONTRATANTE, incidirão sobre o valor devido atualização monetária pelo índice INPC/IBGE, pro rata die, e juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ambos calculados a partir do primeiro dia útil subsequente ao vencimento do prazo estabelecido para pagamento até a data da efetiva liquidação, conforme art. 92, V, da Lei nº 14.133/2021. lembrando que: "O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação fiscal devidamente atestada."

9.40.2. A incidência dos encargos moratórios independe de notificação prévia da contratada, podendo esta, a qualquer tempo, comunicar formalmente a ocorrência do atraso para fins de acompanhamento administrativo.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

Forma de fornecimento:

10.2 A execução do objeto dar-se-á sob a forma de prestação contínua de serviços, mediante contrato administrativo, com fornecimento integral da solução contratada, incluindo implantação, suporte técnico, manutenção e demais serviços correlatos, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência. O fornecimento será realizado de maneira ininterrupta, durante toda a vigência contratual, observadas as condições, os níveis de serviço e os prazos definidos no instrumento contratual.

Exigências de habilitação:

10.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

10.4 Se Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.5 Se Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.6 Se Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.7 Se Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

10.8 Se Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9 Se Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.10 Se Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.11 O ato de autorização para o exercício da atividade objeto dessa contratação, expedido por órgão competente nos termos da Lei vigente;

10.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

10.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.18 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira:

10.21. O edital irá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação habilitação econômico-financeira.

Qualificação técnica:

10.22. O edital irá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a qualificação técnica.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.563.613,88 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil, seiscentos e treze reais e oitenta e oito centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela contida na cláusula I.

11.2. A validação das cestas de preços, foi baseado na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021 artigo 23:

11.2.1 "Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - **utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada**, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - **pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento...”.

11.2.2 Foi utilizado o parâmetro do inciso III e IV.

11.3 Foi fundamentado também no **Decreto executivo municipal de nº 2.357**, de 21 de setembro de 2023, que *“Dispõe sobre a definição do valor máximo da contratação para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, para contratação de obras e serviços de engenharia, bem como para a avaliação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos e de bens imóveis a serem contratados com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste – MT”*.

11.3.1. Ficando demonstrado que o valor encontrado na cesta de preços está de acordo com os praticados no mercado.

11.3.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.4 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias específicas consignadas no orçamento da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, sendo a unidade gestora de tal custeio, a Secretaria Municipal Saúde, conforme

descritas na tabela a seguir, em consonância com o planejamento vigente, bem como no próximo planejamento no qual essa contratação alcançará.

1 - Secretaria Municipal de Saúde - SMS:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FONTE DE RECURSOS	1.500 - (RECURSOS ORDINÁRIOS)
FICHA	1340 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	10.302.0019.2053.0000 Manutenção Departamento de Unidade de Pronto Atendimento
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

13. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

13.1 O presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações técnicas e administrativas prestadas pelas áreas competentes e encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, competindo ao respectivo Secretário Municipal de Saúde a validação e assinatura do documento, na qualidade de responsável pela contratação.

ANEXO I-A - DETALHAMENTO DAS FUNCIONALIDADES EXIGIDAS

ATENÇÃO PRIMÁRIA

1.1. Emissão de Senhas e Painel de chamadas

1.1.1. O sistema deverá disponibilizar uma solução completa para emissão de senhas de atendimento, permitindo que o paciente ou seu acompanhante realizem a retirada de senhas tanto para atendimentos normais quanto para atendimentos prioritários, contemplando as disposições das Leis Federais nº 13.466, nº 10.048 e nº 12.764, que garantem prioridade a pessoas com mais de 80 anos, pessoas com deficiência (PNE – Portadores de Necessidades Especiais), gestantes, lactantes, pessoas com obesidade e pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Essa solução deverá estar totalmente integrada aos painéis de chamada, assegurando a gestão eficiente das filas de espera e dos atendimentos.

1.1.2. O sistema deverá permitir a configuração da impressora do totem de emissão de senhas, do tipo de impressão (normal ou formatada), das filas que terão senhas emitidas, da cor ou tema do totem, da exibição do CNPJ e do texto específico a ser impresso nas senhas de prioridade.

1.1.3. O sistema deverá disponibilizar solução para chamada eletrônica de pacientes, permitindo a parametrização individual por painel, sem impacto nas configurações dos demais.

1.1.4. O sistema deverá possibilitar a configuração das filas que serão geridas por cada painel, incluindo os campos exibidos em tela, a apresentação do local de atendimento (sala, consultório, box, guichê) e a opção de exibição em tela cheia.

1.1.5. O sistema deverá permitir a configuração das chamadas com áudio, oferecendo opções para leitura do nome ou da senha do paciente, direcionamento por voz (masculina ou feminina) e definição da exibição das últimas senhas chamadas em tela.

1.1.6. O sistema deverá permitir personalizar a interface do painel, incluindo a cor (tema) e demais elementos visuais.

1.2. Recepção - Marcação e execução de consultas

Identificação e Pesquisa de Pacientes

1.2.1. O sistema deverá permitir a pesquisa de pacientes por nome, CPF ou Cartão Nacional de Saúde (CNS), englobando todos os pacientes agendados. Ao selecionar um paciente, deverão ser exibidos: nome, nome social, sexo, data de nascimento, número do prontuário, endereço, área de abrangência, equipe de saúde, microárea e nome do ACS responsável.

Integração com a Base Nacional (CADSUS)

1.2.2. Caso o paciente não seja identificado na base local, o sistema deverá realizar busca automática no CADSUS, permitindo a importação direta dos dados para a base local, garantindo atualização cadastral em conformidade com o SUS.

Integração com Encaminhamentos e Solicitações

1.2.3. O sistema deverá estar integrado aos encaminhamentos médicos eletrônicos, possibilitando o agendamento de consultas, exames, procedimentos, sessões e

tratamentos a partir das solicitações emitidas pelo médico assistente, organizadas em uma fila de solicitações de agendamento.

Integração com E-SUS (AB)

Prontuário eletrônico do cidadão da atenção primária de Saúde;

Orientações ao Paciente

1.2.4. O sistema deverá apresentar em tela e possibilitar a impressão das orientações de preparo para consultas e exames, garantindo que sejam entregues ao paciente de forma clara e padronizada.

1.2.5. O sistema deverá permitir o agendamento, em tela única, de consultas, exames, procedimentos, sessões e tratamentos, garantindo usabilidade e agilidade no processo.

1.2.6. O sistema deverá possibilitar a visualização e impressão da agenda da unidade. Quando não houver filtros aplicados, a agenda deverá ser exibida por profissional executante, contendo: quantidade total de agendamentos, situação de cada solicitação, número da solicitação, dados do paciente (nome, data de nascimento, telefone, município) e item do agendamento.

Pendências Cadastrais

1.2.7. Se o paciente apresentar pendências cadastrais (CPF, telefone, nome da mãe ou endereço), o sistema deverá emitir alerta impedindo a continuidade do agendamento até a regularização. A atualização poderá ser feita em cadastro simplificado, diretamente na tela.

1.2.8. O sistema deverá permitir agendar usuários do SUS em atividades individuais ou coletivas, possibilitando configurar múltiplas atividades na agenda de um mesmo profissional, para o mesmo dia e unidade, inclusive com especialidades distintas.

1.2.9. O sistema deverá possibilitar que diferentes profissionais acessem a mesma agenda com funcionalidades diferenciadas, conforme perfil de acesso (ex.: recepção, coordenação, médico).

1.2.10. O sistema deverá permitir movimentar agendamentos em bloco ou individualmente, para outro dia, horário ou profissional, exibindo os dados: nº da solicitação, data, horário, paciente, profissional executante, unidade solicitante, tipo de atendimento e situação.

1.2.11. O sistema deverá permitir visualizar a agenda utilizando filtros como data, nº da solicitação, CPF, nome, profissional executante e tipo de solicitação, retornando os dados em formato de listagem.

Integração com Totem e Painel de Senhas

1.2.12. O sistema deverá estar integrado ao totem de senhas e painel de chamada, permitindo visualizar e chamar pacientes em ordem sequencial ou prioritária, com registro de data, horário de emissão da senha, situação e nome do paciente (após vínculo de chegada).

1.2.13. O sistema deverá permitir visualizar, filtrar e chamar senhas emitidas no totem por fila, paciente, data e situação, com emissão de som e leitura automática do nome ou senha do paciente, conforme critérios de priorização definidos pelo SUS.

1.2.14. O sistema deverá permitir registrar a situação da atividade programada, informando motivos de não realização (ex.: falta do paciente, ausência do profissional,

cancelamento administrativo) em campos padronizados e abertos, retornando os dados em relatórios gerenciais da Secretaria de Saúde.

1.2.15. O sistema deverá permitir registrar a chegada do paciente, incluindo campo para descrição do atendimento, exibição de data e horário, e inserção do nome de profissional terceirizado não vinculado à unidade quando necessário.

1.2.16. O sistema deverá permitir manter automaticamente a base de profissionais de saúde em exercício no Brasil, integrando-se aos conselhos federais de cada categoria.

1.2.17. O sistema deverá manter lista única de usuários do SUS com critérios de unicidade (nome, CNS, CPF e DN), prevenindo duplicidades cadastrais.

Painel de controle e Monitoramento

1.2.18. O sistema deverá permitir visualizar dashboards configurados por perfil e unidade, apresentando dados assistenciais, operacionais e de gestão de agenda.

1.2.19. O sistema deverá exibir o histórico completo de cada solicitação, desde sua criação até o encerramento, incluindo nº da solicitação, profissionais responsáveis, ações registradas, datas, hipóteses diagnósticas e motivos quando aplicável.

1.2.20. O sistema deverá permitir o registro de comunicação ativa (ligações, contatos), incluindo telefones, descrição do contato e status da ligação (atendida/não atendida).

1.2.21. O sistema deverá permitir visualizar e imprimir guias de atendimento, exibindo dados do paciente, profissional executante, unidade executante, unidade solicitante, descrição do atendimento, procedimento, situação, data e horário.

1.2.22. O sistema deverá permitir o bloqueio de agendas por profissional ou unidade, indicando período e motivo, conforme lista parametrizada pela central de regulação.

1.2.23. O sistema deverá permitir retornar o paciente à situação anterior em caso de erro na abertura do atendimento, com campo obrigatório para justificativa.

Atendimento por Demanda Espontânea

1.2.24. O sistema deverá permitir recepcionar pacientes em demanda espontânea, integrando diretamente ao PEP, sem necessidade de agendamento prévio.

1.2.25. O sistema deverá exibir em tela notificações enviadas pela central de regulação, com possibilidade de filtro por situação e período.

1.2.26. O sistema deverá permitir filtrar agendas por profissional, data e item de agendamento. Na tela de marcação, deverá haver opção para exibir apenas horários disponíveis.

1.2.27. O sistema deverá exibir dados estratificados da agenda em cada atendimento, incluindo quantidade de horários bloqueados, livres e agendados, além de listar a data, horário e paciente vinculado a cada marcação.

1.3. Acolhimento e Classificação de Risco

1.3.1. O sistema deverá permitir a chamada do paciente via painel de chamada.

1.3.2. O sistema deverá permitir o registro das informações clínicas básicas, incluindo: pressão arterial, temperatura, peso, altura, frequência cardíaca, frequência respiratória, glicemia capilar, saturação de O₂ e escala de coma de Glasgow.

1.3.3. O sistema deverá permitir a parametrização dos questionamentos a serem aplicados pelo profissional durante a avaliação.

1.3.4. O sistema deverá permitir o encaminhamento do paciente para pronto atendimento, quando necessário.

1.3.5. O sistema deverá permitir a priorização de pacientes acolhidos para a fila de classificação.

1.3.6. O sistema deverá permitir a utilização de diferentes modelos de classificação de risco e triagem, como: Classificação de Manchester, Protocolo de Acolhimento e Classificação de Risco e Protocolo de Obstetrícia.

1.3.7. O sistema deverá permitir a parametrização dos protocolos de classificação de risco, possibilitando a ativação de um protocolo específico por unidade de saúde.

1.4. Clínico Assistencial / Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP)

Registro Legal e Normativo - Registro clínico individual em conformidade com legislações brasileiras: Lei nº 12.527/2011, Resolução CFM nº 1638/2002, Resolução COFEN nº 514/2016, contemplando:

1.4.1. Identificação do usuário SUS (nome completo, DN, sexo, nome da mãe, naturalidade, endereço completo);

1.4.2. Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados/resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento;

1.4.3. Evolução clínica com data/hora, discriminação de procedimentos e identificação dos profissionais (com assinatura eletrônica).

1.4.4. Estruturação dos dados pessoais, familiares, sociais e laborais conforme parametrização da unidade de saúde.

1.4.5. Compartilhamento de dados com o Módulo de Regulação do SUS, garantindo interoperabilidade.

1.4.6. Exibição de alertas sobre efeitos adversos, contraindicações, alergias e interações medicamentosas.

1.4.7. Inclusão de lembretes vinculados ao prontuário e ao profissional de saúde.
Registro de contatos assistenciais sem geração de produção, como ausências, recusas, evasões, óbitos ou indisponibilidade de profissional/recursos.

1.4.8. Registro de atendimentos compartilhados por equipe multiprofissional, gerando produção para todos os envolvidos.

1.4.9. Encerramento automático de contatos não finalizados após tempo parametrizado, para evitar registros abertos.

Identificação e Acesso

1.4.10. Ao logar, deve ser possível selecionar o setor de atuação do atendimento, respeitando os vínculos funcionais do profissional de saúde registrados na unidade SUS.

1.4.11. Visualização em tela, antes de iniciar o atendimento, dos principais dados do paciente (nome, sexo, nome da mãe, idade, data de nascimento) e do atendimento (horário de chegada, especialidade e CID).

1.4.12. Exibição da categoria e do protocolo vinculado ao paciente sem a necessidade de abrir o prontuário, garantindo agilidade nos serviços de triagem e acolhimento.

Gestão de Fila e Chamadas

1.4.13. Visualização do número de chamadas já realizadas no painel, permitindo controle de fluxo de atendimento.

1.4.14. Filtros de fila por prestador, setor ou recurso/equipe, facilitando o direcionamento do paciente conforme a organização da unidade.

1.4.15. Exibição em calendário com cores e legendas para representar o quantitativo de atendimentos por período, auxiliando no planejamento da agenda e gestão da demanda do SUS.

Acesso ao prontuário

1.4.16. Emissão de folha de rosto com: dados de identificação (nome social, CPF, endereço, unidade de referência, data de nascimento, número de prontuário), histórico dos últimos atendimentos (com CID, tipo de atendimento, data e horário), alertas clínicos e resumo SOAP organizado por data.

1.4.17. Em todas as telas do prontuário eletrônico deve estar disponível um resumo clínico contendo: cadastro simplificado do paciente (nome, idade, endereço, raça), dados vitais e suas respectivas datas, informações laboratoriais por período, medicamentos prescritos, alergias, registros SOAP e histórico de atendimentos com datas e médicos responsáveis.

1.4.18. A partir do resumo clínico, deve ser possível imprimir documentos realizados nos atendimentos, com todos os detalhes registrados.

Registro Clínico e Acompanhamento

1.4.19. Registro de alergias por tipo (substância, alimento ou outros), incluindo severidade, descrição da substância e observações complementares.

1.4.20. Registro de eventos adversos relacionados a itens de prescrição, incluindo tipo de evento e grau de gravidade.

1.4.21. Registro e visualização de sinais vitais, com padrões predefinidos e possibilidade de inserir itens não padronizados.

1.4.22. Exibição gráfica e analítica dos dados vitais, com opção de impressão contendo paciente, profissional, descrição, valor, data e horário.

1.4.23. Inclusão de anexos ao prontuário, como documentos escaneados e resultados de exames.

1.4.24. Impressão do prontuário filtrando por período, atendimento e dados selecionados, com registro obrigatório do profissional que autorizou a impressão, forma de entrega (paciente ou terceiro) e observações.

Orientações e Evolução

1.4.25. Registro de orientações ao paciente em texto livre ou a partir de protocolos pré-definidos, com possibilidade de edição personalizada.

1.4.26. Evolução médica registrada em texto livre ou com base em protocolos, incluindo opção de evolução sigilosa, acessível apenas pelo médico que a registrou.

1.4.27. Nas consultas médicas devem estar disponíveis todas as funcionalidades da atenção básica, mantendo o padrão de interface para facilitar a capacitação das equipes do SUS.

1.4.28. Visualização da lista de diagnósticos do paciente com opção de filtro por período.

Prescrição Médica

1.4.29. Preenchimento automático da unidade e do profissional logado na tela de prescrição.

1.4.30. Busca de medicamentos por listagem incluindo dosagens, duração, frequência (dias/horas), via de administração e indicação de tratamento contínuo.

1.4.31. Inserção de orientações complementares em campo livre ou doses diferenciadas em dias alternados, permitindo prescrição de múltiplos medicamentos em uma mesma receita.

1.4.32. Opções de visualizar, suspender ou copiar prescrições anteriores do paciente.

1.4.33. Cadastro de receitas padronizadas com frequência, duração, dose e complementos.

1.4.34. Assinatura digital da prescrição, conforme exigências legais.

Saúde da Mulher e do RN

1.4.35. Registro dos marcadores de consumo alimentar, preenchidos automaticamente com dados do paciente e profissional responsável pela digitação/conferência, separados em blocos de acordo com a idade.

1.4.36. Registro detalhado de intercorrências gestacionais, incluindo alterações na saúde, situação conjugal e hábitos.

1.4.37. Registro do climatério, incluindo hábitos de vida, antecedentes, medicamentos, exames físicos e manifestações transitórias.

1.4.38. Registro do puerpério, com questionários adequados à situação gestacional.

1.4.39. Registro de internações por interrupção de gestação, com data, período e campo para descrição clínica.

1.4.40. Registro de partos realizados, incluindo dados do RN (hipotireoidismo, fenilcetonúria, anemia falciforme, testes neonatais, tipo de parto, perímetro cefálico/torácico, peso, comprimento e malformações).

1.4.41. Exibição da curva de crescimento do paciente por idade em meses, com indicadores de peso, altura, IMC e perímetro cefálico.

Atenção Domiciliar e Continuidade do Cuidado

1.4.42. Visualização e manutenção do contato assistencial em atenção domiciliar, conforme padrão da Ficha de Avaliação de Elegibilidade do e-SUS AB.

1.4.43. Registro de atendimentos domiciliares, incluindo prescrições, encaminhamentos, agendamentos, exames clínicos e de imagem, além de evolução clínica.

1.4.44. Agendamento de retorno com o mesmo profissional ou com outro da atenção primária diretamente da tela de atendimento.

1.4.45. Encaminhamento a especialistas com possibilidade de agendamento imediato, quando autorizado pela central de regulação.

Atenção à Pessoa com Deficiência

1.4.46. Registro de informações específicas para pessoas com deficiência: cuidador, diagnóstico principal, doença de base, grau de gravidade e necessidade de dispositivos especiais.

1.4.47. Registro de informações sobre alimentação, locomoção, transferências, vestir-se, comunicação (verbal, gestual, cognitiva), resolução de problemas e memória.

Programas e Condições Crônicas

1.4.48. Registro específico para hipertensão e diabetes, permitindo classificar o paciente como hipertenso, diabético tipo I ou II (não permitindo seleção simultânea dos dois tipos de diabetes).

1.4.49. Visualização e manutenção de roteiro de saúde mental conforme padrão do Ministério da Saúde, parametrizável por profissional e unidade.

1.4.50. Registro da gravidade em saúde mental calculada automaticamente a partir de questionários.

1.4.51. Exibição em tela única de todos os programas de saúde vinculados ao paciente, incluindo risco, data, horário, protocolo e histórico de inativação.

1.4.52. Registro das informações necessárias para continuidade do cuidado em alta, com referência ao território de abrangência na APS.

1.5. SOAP

1.5.1. O sistema deverá respeitar a estrutura SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano) para organização das informações clínicas, garantindo padronização no registro e permitindo rastreabilidade para auditorias e protocolos do SUS.

1.5.2. O sistema deverá permitir a visualização resumida do SOAP já preenchido, possibilitando rápida consulta às principais informações do atendimento sem necessidade de abrir todos os campos.

1.5.3. O sistema deverá possibilitar a visualização do histórico completo de SOAP's, incluindo data, horário e identificação do profissional responsável pelo fechamento, permitindo auditoria, acompanhamento longitudinal e continuidade do cuidado.

1.5.4. O sistema deverá permitir a cópia de registros de SOAP de atendimentos anteriores, possibilitando replicar informações relevantes e agilizando o registro de casos crônicos ou de acompanhamento frequente.

Registro de Queixas e Diagnósticos

1.5.5. O sistema deverá permitir o registro das queixas do paciente utilizando a tabela CIAP (Classificação Internacional de Atenção Primária), permitindo a inserção de múltiplos códigos em um único atendimento.

1.5.6. O sistema deverá exibir automaticamente a lista de CID-10 relacionados ao CIAP escolhido, facilitando a correlação e o preenchimento de diagnósticos conforme normas do SUS.

1.5.7. O sistema deverá permitir o registro de informações adicionais em campo aberto, como motivo da consulta, descrição da queixa principal e contexto clínico/social.

1.5.8. O sistema deverá permitir a exclusão ou edição de CIAPs cadastrados, garantindo a correção de eventuais erros de registro.

1.5.9. O sistema deverá permitir o registro de códigos CIAP vinculados às seções Subjetivo, Avaliação e Plano do SOAP, sendo este processo obrigatório em consultas de Atenção Primária à Saúde (APS).

Informações Subjetivas

1.5.10. O sistema deverá permitir registrar: motivo do atendimento, história clínica detalhada do paciente, sinais relatados, procedimentos realizados e outros elementos relatados pelo paciente ou acompanhante.

Informações de Avaliação

1.5.11. O sistema deverá permitir registrar descrições detalhadas da situação clínica, diagnóstico principal e diagnósticos secundários, aceitando múltiplos diagnósticos em conformidade com protocolos do SUS.

Desenvolvimento Infantil e Puericultura

1.5.12. O sistema deverá permitir a visualização dos marcos de desenvolvimento infantil de forma objetiva, organizados por blocos de faixa etária conforme protocolos do SUS.

1.5.13. O sistema deverá permitir o registro dos marcos de desenvolvimento, indicando se o paciente atingiu ou não determinada etapa, e registrando a idade exata em anos e meses no momento da avaliação.

1.5.14. O sistema deverá permitir o registro das informações de puericultura, incluindo: tipo de parto, tipo de gravidez, dados antropométricos (peso, estatura, perímetro cefálico), Apgar ao nascimento, vacinação em dia e observações relevantes.

Plano de Cuidado e Prescrições

1.5.15. O sistema deverá permitir a elaboração do plano de cuidado, contemplando orientações, exames solicitados, condutas e encaminhamentos.

1.5.16. O sistema deverá permitir a emissão de prescrições medicamentosas, em conformidade com o modelo de receituário do SUS

1.5.17. O sistema deverá permitir indicar se a vacinação está em dia.

Saúde da Mulher e Gestante

1.5.18. O sistema deverá permitir o registro detalhado de informações do pré-natal, incluindo: DUM (Data da Última Menstruação); DPP (Data Provável do Parto) com cálculo automático após informar a DUM; Tipo de gravidez (única, gemelar etc.); Movimentação fetal; Altura uterina; Batimento cardíaco fetal; Gravidez planejada; Situação vacinal; Presença de edema; Registro de maternidades de referência, permitindo mais de uma opção.

1.5.19. O sistema deverá permitir o registro de exame físico complementar de gestantes, incluindo dilatação, pressão arterial (sistólica e diastólica), peso e outros parâmetros clínicos relevantes.

1.5.20. O sistema deverá permitir a impressão do Cartão da Gestante já preenchido com dados registrados no prontuário, em conformidade com o modelo oficial do SUS.

1.5.21. O sistema deverá permitir o registro detalhado dos antecedentes obstétricos, como número de gestações, tipos de parto, complicações gestacionais, abortos e observações adicionais em campo aberto.

1.5.22. O sistema deverá permitir o registro dos antecedentes pessoais, incluindo histórico de infecções sexualmente transmissíveis, hábitos de vida, uso de substâncias e outros aspectos relevantes.

1.5.23. O sistema deverá permitir o registro dos antecedentes familiares, contemplando histórico de doenças genéticas, crônicas ou relevantes para a avaliação do risco à saúde.

1.6. Odontologia

1.6.1. Permitir confirmar a chegada a partir de agendas previamente parametrizadas.

1.6.2. Permitir filtrar a lista de atendimentos por situação da solicitação (marcada, chegada confirmada, finalizado, bloqueado, faltou) e pelo nome do paciente.

1.6.3. Possuir relatório quantitativo de consultas odontológicas realizadas por unidade de saúde.

1.6.4. Possuir relatório quantitativo de procedimentos odontológicos realizados por unidade de saúde.

1.6.5. Todos os atendimentos devem ser baseados em odontograma digital.

1.6.6. Ao selecionar o paciente deverá ser exibido o nome completo, idade (Dias, meses e anos) e sexo, além do odontograma digital e os planos de tratamentos anteriores organizados por datas e sinalizados por cores de acordo com a situação (em andamento, finalizado, excluído).

1.6.7. Permitir imprimir, criar, excluir, abandonar, editar ou bloquear um plano de tratamento.

1.6.8. Permitir indicar data inicial e final ao iniciar um novo plano de tratamento, possibilitando copiar os dados do último plano de tratamento finalizado para visualizar as indicações no odontograma.

1.6.9. Permitir visualizar, planejar e realizar tratamento por dente no odontograma.

1.6.10. Permitir visualizar e realizar tratamentos periodontais por dente, indicando a profundidade da sondagem, a margem gengival, o grau de mobilidade, e se existe sangramento, placa, pus ou tártaro. Cada uma das indicações deverá ser exibida no odontograma diferenciada por cores.

1.6.11. Permitir realizar diagnósticos diretamente nos dentes e arcada dentária, que devem ser registrados visualmente no odontograma, diferenciando por cores cada situação de forma a facilitar o trabalho dos profissionais.

1.6.12. Permitir a possibilidade de visualizar no odontograma tratamentos anteriores realizados – permitindo a seleção do período a ser apresentado.

1.6.13. Permitir acompanhar todo o tratamento pelo odontograma, todo procedimento realizado deve refletir diretamente na imagem do odontograma.

1.6.14. Obrigar o preenchimento da ficha de atendimento para realizar a finalização.

1.6.15. Na ficha de atendimento, ao selecionar o tipo de atendimento como urgência não deverá obrigar o tipo de consulta.

- 1.6.16. Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de vigilância em saúde bucal.
- 1.6.17. Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de conduta/desfecho.
- 1.6.18. Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de encaminhamento.
- 1.6.19. Permitir indicar outros profissionais quando houver atendimento compartilhado na ficha de atendimento.
- 1.6.20. Permitir dentro do tratamento visualizar ações já realizadas e ações pendentes de realização na mesma imagem do odontograma.
- 1.6.21. Permitir informar de o paciente necessita ou utiliza de próteses, e se possui aparelho ou contenção.
- 1.6.22. Permitir selecionar simultaneamente quais os dentes possuem contenção.
- 1.6.23. Permitir visualizar o histórico de atendimentos, exibindo o profissional, data e a ficha de atendimento.
- 1.6.24. Permitir realizar os testes de vitalidade, em caso de positivo, indicar o nível de sensibilidade.
- 1.6.25. Exibir o código do procedimento SIGTAP e sua descrição.
- 1.6.26. Exibir data, horário e o nome do profissional responsável pelo planejamento de tratamento.
- 1.6.27. Permitir inserir procedimentos por dente, sextante ou arcada dentária, listando automaticamente os sextantes ou arcada correspondente a região selecionada para tratamento.
- 1.6.28. Exibir os procedimentos de acordo com o tipo correspondente.
- 1.6.29. Permitir selecionar quais as faces para o tratamento.
- 1.6.30. Permitir descrever em campo aberto observações referentes ao tratamento.
- 1.6.31. Listar todos os procedimentos planejados, diferenciando por cor sua situação. Exibindo minimamente o procedimento, dente/região, face, data e profissional que realizou o planejamento e data e profissional que realizou o procedimento.
- 1.6.32. Permitir manter e excluir/cancelar um tratamento planejado ou realizado, obrigando o preenchimento do motivo de cancelamento.
- 1.6.33. Permitir alterar toda arcada ou por dente se o dente é permanente ou decíduo, indicando a numeração correspondente no odontograma.
- 1.6.34. Permitir parametrizar a descrição a ser exibida nos tipos de atendimentos, tipos de encaminhamento, tipos de desfecho, vigilância em saúde, tipos de consulta, os motivos de cancelamento.

1.7. Vacina

- 1.7.1. Permitir selecionar a sala de vacina para atendimento.

1.7.2. Permitir selecionar o paciente através de busca fonética pelo nome ou cpf. Ao pesquisar o paciente deverá exibir o nome completo, DN e nome da mãe para realizar a unicidade.

1.7.3. Permitir visualizar os pacientes que foram recepcionados e estão aguardando atendimento, atendidos e finalizados, exibindo os dados do paciente em ordem de acordo com a senha.

1.7.4. Possibilitar pesquisar os atendimentos por data, nome do paciente, sexo e prioridade.

1.7.5. Os dados do paciente devem ser visíveis no topo da tela ao tramitar dentro do cartão de vacina, contendo minimamente sexo, DN e a idade em dias, meses e ano.

1.7.6. Visualizar e manter cadastro parametrizável de imunobiológico e respectivos esquemas vacinais padronizados, da rotina e especiais, com parametrização em conformidade ao padrão vigente definido pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.

1.7.7. Visualizar e manter Cartão Digital de Vacinas no Prontuário Eletrônico do Paciente.

1.7.8. Visualizar, manter e imprimir o Cartão de Vacinas com registro de todas as doses aplicadas.

1.7.9. Visualizar e manter registro de programação de vacinas (aprazamento) de forma automática e manual.

1.7.10. Visualizar e manter de forma automática e manual indicações de imunizações atuais.

1.7.11. Visualizar e manter doses de vacina aplicadas anteriormente e que não constam nos dados do Sistema, de acordo com o cartão físico do usuário SUS, sem gerar produção.

1.7.12. Diferenciar em cores as vacinas aprazadas, aplicadas e previstas. Em todas deve exibir a dose e a estratégia, para os imunobiológicos aplicados deve exibir a data da aplicação e permitir visualizar o profissional responsável, lote, fabricante, e observações inseridas.

1.7.13. Possibilitar cancelar a aplicação para perfis com esta permissão, devendo indicar o motivo do cancelamento.

1.7.14. Permitir visualizar e registrar eventos adversos, indicando o imunobiológico aplicado, o tipo, a classificação e possibilitando adicionar anexos.

1.7.15. Permitir tramitar para o E-SUS Notifica.

1.7.16. Exibir em tela o calendário vacinal separadamente da imunização por campanha.

1.7.17. Permitir que o enfermeiro responsável parametrize as informações a serem exibidas em tela; campanhas, doses, faixa etária, local de aplicação, local de atendimento, tipos de eventos adversos, vias de aplicação, filas, laboratórios etc.

1.7.18. Permitir que o administrador parametrize a logo da unidade de saúde e mensagem a serem exibidas no cartão de vacina.

- 1.7.19.** Permitir que o administrador parametrize a logo da unidade de saúde e mensagem a serem exibidas no cartão de vacina.
- 1.7.20.** Permitir que o administrador parametrize os acessos por grupo e unidade de atendimento, podendo liberar ou bloquear acessos e permissões diferentes para profissionais da mesma unidade.
- 1.7.21.** Visualizar e manter registro acerto de estoque, listando automaticamente os motivos de aumento ou perda, a data do acerto, quantidade e o lote de acordo com o imunobiológico selecionado.
- 1.7.22.** Visualizar e manter registro do profissional que realizou a ação do acerto de estoque.
- 1.7.23.** Permitir visualizar, registrar e manter cadastro de lote, obrigando minimamente o nome do imunobiológico, laboratório e data de validade. A data de validade não poderá ser anterior à data atual e o sistema deverá listar os imunos e laboratórios previamente cadastrados.
- 1.7.24.** Visualizar e manter o bloqueio de determinado lote de imunobiológico, informando o motivo – escrita livre.
- 1.7.25.** Permitir visualizar, registrar e manter a entrada de item (imunobiológico) via doação por unidade de saúde.
- 1.7.26.** Permitir visualizar, registrar e manter a entrada de item (imunobiológico) por unidade de saúde, indicando o tipo de entrada, fornecedor, número, série, valor e data da nota fiscal.
- 1.7.27.** Permitir registrar a entrada de imunobiológico de acordo com os lotes previamente cadastrados, exibindo laboratório, data de validade, valor unitário e total de acordo com a quantidade de doses.
- 1.7.28.** Visualizar e manter registro do profissional que realizou a ação na entrada de estoque.
- 1.7.29.** Permitir registrar e visualizar a transferência de estoque entre unidades, permitindo colocar informações em texto livre e informar os itens de transferência e seus respectivos imunobiológicos, lotes e quantidade.
- 1.7.30.** Visualizar relatório de estoque de doses por unidade de atendimento, agrupando por imunobiológico, exibindo seus respectivos lotes, quantidade e vencimento.
- 1.7.31.** Visualizar relatório quantitativo de doses aplicadas por unidade de atendimento, exibindo a quantidade por imunobiológico.
- 1.7.32.** Visualizar relatório de lotes a vencer, agrupando por imunobiológico, exibindo seus respectivos lotes, quantidade em doses por lote, data de vencimento.
- 1.7.33.** Visualizar relatório quantitativo de doses por vacinas.
- 1.7.34.** Visualizar relatório de movimentação de estoque - por unidade, exibindo o saldo de entrada, quantidade em cada movimentação (acerto, transferência) e saldo após a movimentação de saída.
- 1.7.35.** Visualizar e manter o registro de doses vacinais aplicadas no RNDS - Rede Nacional de Dados em Saúde.

1.7.36. Visualizar e manter registro de Evento Adverso por dose com upload do arquivo gerado no E-SUS Notifica.

1.8. Atividade coletiva

1.8.1. Pesquisar em tela os procedimentos coletivos por profissional, data e procedimento.

1.8.2. Visualizar e manter a identificação da atividade (data, programa, tema, tipo atividade).

1.8.3. Permitir registrar novo procedimento, registrando as atividades coletivas padrão e-SUS com data, turno, quantidade de participantes e local da atividade (realizando pesquisa a partir do cadastro de unidades).

1.8.4. Visualizar e manter a inclusão de dados gerais da atividade (hora, local, INEP, público-alvo).

1.8.5. Permitir registrar mais de um profissional para atividades compartilhadas, indicando quem é o profissional responsável pela atividade.

1.8.6. Para atividades do Programa Saúde na Escola, tornar obrigatório o número do INEP.

1.8.7. Visualizar e manter o registro de resumo geral da atividade realizada.

1.8.8. Visualizar e manter a identificação dos profissionais de saúde.

1.8.9. Visualizar dados de unicidade de identificação de usuário do SUS.

1.8.10. Visualizar e manter cancelamento da atividade, caso não esteja finalizada.

1.8.11. Para atividades do tipo "Atendimento em grupo", exibir lista de Práticas em Saúde. Em caso de optar por 'outros', buscar atividade em lista pré-cadastrado.

1.8.12. Permitir adicionar mais de um usuário do serviço a partir do cadastro já populado no sistema, campo para avaliação de peso, altura e cálculo automático do IMC.

1.8.13. Permitir registro acerca do PNCT – Programa Nacional de Controle do Tabagismo, registrando se cessou hábito de fumar ou abandonou o grupo.

1.8.14. Deve ser possível emitir relatórios de atividades coletivas, possibilitando emitir por profissional, monitoramento de atividades coletivas, por temas.

1.8.15. Visualizar e manter parametrização de programa, tema e tipo de atividade.

1.9. Dispensação

1.9.1. Ao entrar para efetuar a entrega de medicamento o sistema deve emitir automaticamente aviso de alergia a medicamentos.

1.9.2. Permitir em caso de entrega de medicamento para receitas efetuadas na unidade, trazer todas as informações do paciente e dos medicamentos prescritos.

1.9.3. Permitir em caso de prescrição de medicamento feita fora da unidade o registro das informações do profissional prescriptor, do paciente e dos medicamentos prescritos.

1.9.4. Permitir controlar várias farmácias dentro da mesma unidade.

1.9.5. Permitir quando selecionar um medicamento para entrega, trazer todos os lotes disponíveis no estoque da farmácia, permitindo que o profissional registre de que lotes está entregando.

- 1.9.6.** Bloquear a entrega de medicamentos vencidos ou com lotes interditados.
- 1.9.7.** Permitir no momento da entrega, diferenciar as receitas em cores (branca, carbonada, azul, amarela), facilitando assim a visualização por parte dos profissionais.
- 1.9.8.** Permitir no momento da entrega do medicamento, emitir alerta caso o medicamento já tenha sido entregue anteriormente – em intervalo menor do que o previsto para uma nova retirada.
- 1.9.9.** Permitir no momento da entrega do medicamento, emitir recibo de entrega dos medicamentos para assinatura do paciente ou representante.
- 1.9.10.** Permitir no momento da entrega do medicamento, caso não seja entregue integralmente a quantidade prescrita, emitir recibo de pendência de entrega para o paciente.
- 1.9.11.** Permitir no momento da entrega do medicamento, visualizar todo o histórico de medicamentos do usuário.
- 1.9.12.** Permite durante a prescrição de medicamentos, ser possível selecionar se o medicamento será de uso contínuo.
- 1.9.13.** Permite durante a prescrição de medicamentos, ser possível utilizar protocolos para facilitar o trabalho do profissional. Quando o protocolo for selecionado deve trazer todos os medicamentos incluídos, permitindo a complementação ou retirada de itens individualmente.
- 1.10. Agente de combate a endemias - APP MOBILE ACE**
- 1.10.1.** Possibilitar no aplicativo móvel o cadastro personalizado das regiões sanitárias de acordo com a divisão epidemiológica da cidade. Será possível mapear por região sanitária às localidades, endereços, quadras e lotes de atuação do agente comunitário de endemias;
- 1.10.2.** Permitir informar o número do SINAN, permitir selecionar data de início e fim do Ciclo e número de controle do foco conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);
- 1.10.3.** Permitir registrar as vistorias por tipo de atividade entre: Revisão de área, Levantamento de Índice, Ponto Estratégico, Tratamento, Delimitação de Foco, Pesquisa Vetorial, Investigação de Denúncia e Bloqueio de Transmissão, e ainda realizar o cadastro de novos tipos de atividades conforme haja necessidade de forma personalizada por cliente, conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);
- 1.10.4.** Permitir captura de imagens / fotos durante as visitas, por exemplo capturando fotos de focos de Dengue;
- 1.10.5.** Permitir registrar os depósitos vistoriados para coleta de amostras por tipo: A1, A2, B, C, D1, D2 e, assim como tirar fotos dos depósitos por tipo de atividade diferente, conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);
- 1.10.6.** Permitir selecionar, quando aplicável, o tipo de veneno com a referida quantidade em gramas e para qual tipo de depósito foi aplicado;
- 1.10.7.** Controle anual de forma automática do número de tubitos coletados pelos agentes em cada atividade;
- 1.10.8.** Permitir realizar registros de vistorias realizadas no aplicativo fora de um planejamento;

1.10.9. Realizar o cadastro personalizado dos tipos de depósito, tipos de imóveis, tipos de tratamento, venenos e tipos de veneno através da interface WEB, de acordo com a necessidade;

1.10.10. Realizar o controle e acompanhamento das visitas através de relatórios pontuais permitindo filtrar informações de acordo com a necessidade, na interface WEB;

1.10.11. Emitir relatório padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue), para alimentação do sistema PNCD, dos dados registrados no aplicativo, via interface WEB;

1.10.12. Permitir realizar auditorias em todas as telas da interface WEB;

1.10.13. Permitir trabalhar offline, sem necessidade de conexão com internet;

1.10.14. Permitir sincronização com sistema base de dados;

1.10.15. Permitir visualização de resumo das atividades na interface WEB e Mobile.

1.11. Agente comunitário de saúde - APP MOBILE ACS

1.11.1. Deverá possuir obrigatoriamente aplicativo móvel off-line (sem conexão com internet), compatível com as versões do Android 6.0 ou superior;

1.11.2. O aplicativo deve estar publicado na loja Play Store.

1.11.3. O aplicativo deve permitir registrar todas as informações coletadas pelos Agentes Comunitários de Saúde seguindo o padrão e-SUS do Ministério da Saúde

1.11.4. Permitir acessar o APP com credenciais definidas através do sistema, vinculando a área e microárea do ACS (agente comunitário de Saúde) nos registros realizados dentro do aplicativo;

1.11.5. Deve ser possível importar os dados vinculados ao ACS (agente comunitário de Saúde), disponibilizando domicílios e famílias para realização das visitas e atualizações cadastrais;

1.11.6. Permitir a visualização e manter lista por imóvel ou usuário do serviço;

1.11.7. Permitir realizar pesquisa em campo texto;

1.11.8. Permitir listar as famílias por endereço com visualização rápida do número da família e quantidade de membros;

1.11.9. No cadastro da família, permitir registrar o número do prontuário familiar, renda familiar (em salários, mínimos) e seus respectivos membros visualização na mesma tela do: nome, idade em anos, sexo e número do CNS (Cartão Nacional de Saúde).

1.11.10. Permitir cadastrar uma nova família e vincular ao domicílio;

1.11.11. Permitir adicionar foto ao cadastro do cidadão;

1.11.12. Permitir adicionar foto ao cadastro de domicílio;

1.11.13. Permitir adicionar novos membros familiares ao domicílio;

1.11.14. Permitir adicionar o cidadão em uma nova família, onde o sistema deve criticar se o cidadão se encontra inserido em outra família, solicitando o motivo da transferência;

1.11.15. Deve ser possível remover um cidadão de uma família / domicílio;

1.11.16. Deve permitir cadastro e atualização da ficha domiciliar padrão e-SUS;

1.11.17. Deve permitir cadastro e atualização da ficha individual e de saúde do paciente no padrão e-SUS

- 1.11.18. Permitir realizar visita para o cidadão, registrando os dados da visita no modelo da ficha e-SUS;
- 1.11.19. Permitir visualizar as informações de preenchimento / orientações do cálculo do risco familiar conforme Coelho/Savassi no aplicativo;
- 1.11.20. Permitir o ACS (agente comunitário de Saúde) registrar o desfecho da visita juntamente com a coleta da assinatura eletrônica direto no dispositivo móvel;
- 1.11.21. Armazenar a posição geográfica (GPS) do local onde foi realizado a visita;
- 1.11.22. Possibilitar a realização da visita fora da área de cobertura do ACS (agente comunitário de Saúde);
- 1.11.23. Possibilitar a visualização das visitas realizadas, recusadas, ausentes em escalas de cores, após registro da visita, para fácil visualização do registro as visitas;
- 1.11.24. Emitir relatórios estatísticos dentro do próprio aplicativo com: Quantidade de visitas em imóveis; Quantidade de visitas por cidadão;
- 1.11.25. Deve possuir serviço de sincronização de dados para permitir enviar as informações registradas no APP. Os dados devem ser armazenados na base de dados do sistema de informações da saúde;
- 1.11.26. Deve possuir tela para gerenciar os dados sincronizados via aplicativo;
- 1.11.27. Deverá emitir relatório de atividades de ACS na aplicação online por: Relação Imóveis com Risco de Dengue, Relação de Entrevistados, Tempo de Visitação, Situação de Saúde Analítico.

1.12. Gestão De Veículos e Agendamento De Viagens

- 1.12.1. O sistema deve permitir cadastramento da frota de veículos da CONTRATANTE, através do cadastro dos veículos, informações de abastecimento, manutenção para cada veículo;
- 1.12.2. Deve permitir cadastrar os motoristas / Profissionais;
- 1.12.3. Deve permitir cadastrar tipos de combustível;
- 1.12.4. Deve permitir cadastrar km estimados;
- 1.12.5. Deve permitir cadastrar tipo de veículos;
- 1.12.6. Deve permitir cadastrar tipo de fabricantes;
- 1.12.7. Deve permitir cadastrar tipos de motivos de viagem, onde será utilizado no momento do agendamento de viagem, onde é deve ser possível informar ativo ou inativo, sigla, se será utilizado para passageiro e nome;
- 1.12.8. Deve permitir agendar viagens para informando o tipo de serviço que será realizado pelo paciente: por exemplo, Acompanhante, consultas, exames, hemodiálise, mamografia, outro, quimioterapia, radioterapia;
- 1.12.9. Deve avisar ao vincular um motorista em uma viagem a situação da data de vencimento de sua habilitação, caso vencida ou sem informação mostrar em destaque;
- 1.12.10. Deve permitir indicar o sentido da rota, onde define-se se é ida/volta apenas ida ou apenas volta;
- 1.12.11. Deve permitir informar se o paciente / acompanhante ocupa lugar, e a quantidade de lugares na viagem;

- 1.12.12.** Realizar registros das viagens, emitindo mapa da viagem para o motorista com nome e CPF ou RG dos passageiros e acompanhantes que irão viajar e estabelecimentos de destino com o seu respectivo endereço;
- 1.12.13.** Emitir comprovante de viagens por motorista, itinerário, data;
- 1.12.14.** Emitir lista de passageiros no padrão do departamento de estradas de rodagem;
- 1.12.15.** O sistema deve possibilitar o registro de viagens ou deslocamentos dos veículos respeitando a data de ida e volta bem como horário de ida e volta dos veículos para que não ocorra duplo registro de agendamentos com horários e datas conflitantes.
- 1.12.16.** Sistema deve registrar os agendamentos ou registros de viagens gerando um código de identificação da viagem, identificação de veículo com descrição placa, nome do motorista informando a categoria da respectiva CNH do profissional e data de validade da mesma, bem como possibilitar informar a Cidade de Destino provenientes do cadastro básico integrado com o sistema em geral de Cidades, Estados, Localidades.
- 1.12.17.** O sistema deve possibilitar no registro da Viagem, informar a km estimado do deslocamento. Esse campo deve ser obrigatório, tendo em vista a necessidade de gerar, se habilitada a configuração no cliente, os procedimentos padrão SIGTAP que se refere à produção ambulatorial proveniente de ajuda de custo com deslocamento dos pacientes e acompanhantes quando for o caso especificamente informado.
- 1.12.18.** Sistema deve permitir registrar para a viagem qual o ponto de saída do veículo, disponibilizando essa informação para o paciente por meio de impressão do ticket / passagem;
- 1.12.19.** Permitir marcar faltante nos passageiros que agendaram a viagem e não compareceram;
- 1.12.20.** Sistema deve permitir para cada viagem ou deslocamento agendando inserir os respectivos passageiros (pacientes) ou (acompanhantes), no caso de acompanhantes pode ser possível inserir mais que um para cada passageiro; devidamente identificados com foto do indivíduo, nome e código de identificação do sistema, bem como indicar o sentido do deslocamento se é IDA ou VOLTA ou IDA/VOLTA, de acordo com a capacidade de lugares veículo do veículo definido para realizar a viagem, que é configurada no cadastro do mesmo.
- 1.12.21.** Deve permitir “clonar” viagens já registradas, gerando novas viagens informando apenas a frequência sendo assim copiando os mesmos pacientes para outras viagens sequenciais, evitando o retrabalho;
- 1.12.22.** Deve permitir planejar uma viagem para transportes complementares, por exemplos profissionais de saúde, materiais biológicos para exames, medicamentos;
- 1.12.23.** Deve permitir registrar manutenções nos veículos cadastrados, possibilitando informar: data, descrição e valor;
- 1.12.24.** Deve permitir registrar os abastecimentos dos veículos cadastrados, possibilitando registrar: data, hora, combustível, quantidade de litros, valor por litro, total, KM (odômetro) nota fiscal e condutor, deve permitir imprimir a guia de autorização de abastecimento;
- 1.12.25.** Emitir relatório de viagem com a escala de passageiros por agendamento com filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino

1.12.26. Emitir relatório de viagem para emissão de passagens dos cidadãos, deve conter filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino

1.12.27. Emitir relatório de mapa de viagem com filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino

1.12.28. Emitir relatório de viagem com a escala de motoristas, contendo os filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino

1.12.29. Possibilitar transferir pacientes de uma viagem para uma outra viagem previamente cadastradas;

1.12.30. Emitir relatórios sintético e analítico de despesas do veículo.

1.12.31. Emitir relatório de listagens de motoristas, possibilitando filtrar a data de validade da CNH.

ATENÇÃO SECUNDÁRIA

1.13. Solicitação e agendamento de consultas e exames especializados para a central de regulação

1.13.1. Permitir o cadastro do agendamento das consultas e exames especializados, informando: dados do paciente, procedimento, CID, justificativa, unidade de saúde solicitante e profissional solicitante, gerando automaticamente o código da solicitação.

1.13.2. Permitir o cadastro da solicitação com agrupamento de exames laboratoriais, possibilitando selecionar através de check-box todos os exames do grupo a serem realizados.

1.13.3. Permitir registrar o CID na solicitação da consulta ou exame.

1.13.4. Emitir a guia de solicitação de consultas e/ou exames com os dados do paciente e dados da solicitação.

1.13.5. Permitir o registro das demandas judiciais nas solicitações de consultas e exames informado o número de identificação, data, informações complementares e possibilidade de anexar arquivos.

1.13.6. Permitir que aproveite os dados cadastrais do paciente para cadastrar mais de uma solicitação de consulta/exames sem a necessidade de uma nova pesquisa de paciente.

1.13.7. Permitir os agendamentos de consultas para unidade de saúde específica ou para todas as unidades de saúde disponíveis na central de regulação.

1.13.8. Permitir o controle das listas de espera de consultas e exames por prioridade, data da solicitação e procedimento.

1.13.9. Permitir cancelar os agendamentos informando o motivo e descrição do cancelamento.

1.13.10. Exibir o envio de mensagem para a unidade de saúde quando houver alteração na solicitação e/ou marcação do cidadão.

1.13.11. Permitir a visualização do histórico de atendimentos anteriores do paciente com informação do número da solicitação, data da solicitação, procedimento, unidade solicitante e executante, e situação da solicitação.

- 1.13.12.** Permitir a emissão da lista de espera com nome dos pacientes em fila, unidade de saúde, procedimento e situação da solicitação.
- 1.13.13.** Permitir cancelar a solicitação mesmo após envio para a fila de espera, sendo necessário a justificativa.
- 1.13.14.** No ato do agendamento, emitir mensagem de aviso quando não houver cota disponível para aquela unidade de saúde.
- 1.13.15.** Permitir informar data retroativa no cadastro das solicitações por medida de contingência.
- 1.13.16.** Permitir substituir o agendamento de um cidadão por outro que esteja aguardando na fila de espera desde que seja do mesmo procedimento.
- 1.13.17.** Permitir parametrizar os dados obrigatórios para cadastro das solicitações de consultas e exames.
- 1.13.18.** Exibir em tela outros agendamentos previstos para o cidadão no momento do agendamento com as seguintes informações: unidade de saúde, profissional, data, item agendamento, tipo de atendimento e situação.
- 1.13.19.** Permitir guardar todo o histórico de consultas agendadas para cada cidadão, permitindo a consulta deste histórico no momento da solicitação, controlando as consultas agendadas, canceladas, realizadas e não realizadas.
- 1.13.20.** O solicitante deverá visualizar em tela que possui esclarecimentos pendentes a serem respondidos ao regulador anexando exames quando necessário e mensagens de justificativa.
- 1.13.21.** Deverá permitir na fila de espera efetuar os agendamentos de procedimentos utilizando vagas que foram abertas; os agendamentos devem respeitar a ordem de prioridade definida pelos reguladores. Caso realize o agendamento desrespeitando a prioridade da fila, o sistema deverá solicitar uma justificativa para a marcação.

1.14. Recepção unidades secundárias

- 1.14.1.** Recepção dos pacientes deve ser possível pesquisando por nome, CPF ou cartão nacional de saúde – esta pesquisa deve englobar todos os pacientes agendados, ao selecionar o paciente deverá ser exibido; nome, nome social, sexo, data de nascimento, número do prontuário, endereço, Área de abrangência, Equipe, Microárea.
- 1.14.2.** Deverá apresentar e possibilitar imprimir todas as orientações de preparo dos procedimentos para que sejam repassadas ao paciente.
- 1.14.3.** Deverá possibilitar a impressão da agenda da unidade, caso não seja inserido nenhum filtro em tela, deverá exibir separadamente por profissional executante, quantidade total de agendamentos, situação de cada solicitação, número da solicitação, nome do paciente, data de nascimento, telefone, município e o item de agendamento.
- 1.14.4.** Possibilitar que na mesma unidade, profissionais tenham acesso a mesma tela com funcionalidades distintas.
- 1.14.5.** Visualizar e manter a movimentação da agenda em bloco (vários usuários) ou de cada usuário para outro dia e horário, ou outro profissional. Nesta tela deverá ser exibidos os seguintes dados: Nº Solicitação, Data, Horário do agendamento, Cidadão, Profissional executante, Unidade solicitante, Tipo de atendimento e Situação.

- 1.14.6.** Visualizar agenda por meio de critérios de pesquisa e filtros diversos, contendo data da agenda, nº da solicitação, CPF, Nome do paciente e DN, profissional executante e tipo de solicitação (em formato de listagem).
- 1.14.7.** Visualizar e manter dados de registro da recepção do usuário SUS (horário da recepção, dados de identificação funcional do recepcionista, nome de acompanhante quando obrigatório) para todas as atividades desenvolvidas na unidade de saúde com liberação do seu prontuário para o atendimento por profissional ou por setor da unidade de saúde.
- 1.14.8.** Visualizar e registrar falta em pacientes, retornando em listas programadas pela secretaria, motivos do não atendimento deste paciente e campo aberto para descrição.
- 1.14.9.** Permitir descrever em campo texto a descrição do atendimento ao confirmar a chegada.
- 1.14.10.** Permitir inserir o nome do profissional terceiro que realizará o atendimento em caso de não possuir vínculo com a unidade executante.
- 1.14.11.** Permitir visualizar o histórico da solicitação deste a data e horário da sua criação até a finalização do atendimento, exibindo em tela o número da solicitação, profissional que registrou as ações, situação por data, e dados de hipótese e motivo quando houver registros.
- 1.14.12.** Exibir data e horário durante o registro de chegada ou falta do paciente.
- 1.14.13.** Visualizar e registrar a situação do comparecimento ou não do paciente.
- 1.14.14.** Visualizar e registrar falta em pacientes, retornando em listas programadas pela secretaria, motivos do não atendimento deste paciente e campo aberto para descrição.
- 1.14.15.** Permitir visualizar Dashboard previamente cadastrados de acordo com o perfil e unidade de saúde.
- 1.14.16.** Permitir cadastrar e excluir comunicação ativa, deverá conter em tela os telefones de contato do paciente, data de nascimento, e-mail, campo descritivo para registro do contato e se a ligação foi atendida (check box: sim ou não).
- 1.14.17.** Permitir visualizar e imprimir a guia de atendimento, exibindo os dados do paciente, profissional e unidade executante, profissional e unidade solicitante, descrição e situação do atendimento, procedimento, data e hora do agendamento.
- 1.14.18.** Permitir realizar o bloqueio de agendas, unidade ou profissional, indicando o período e motivos de acordo com a lista parametrizada.
- 1.14.19.** Permitir retornar o paciente para a situação anterior inserindo em campo de texto o motivo do erro na abertura no atendimento.
- 1.14.20.** Permitir confirmar a chegada do paciente com a senha emitida no comprovante de agendamento.
- 1.14.21.** Permitir finalizar o atendimento do paciente na tela da recepção.
- 1.14.22.** Permitir o registro e impressão da guia de contrarreferência do paciente.
- 1.14.23.** Permitir o registro da solicitação de retorno para o paciente na conclusão do atendimento, informando o período para retorno, unidade responsável pelo agendamento e inserir pré-requisito na solicitação.

1.14.24. Permitir o registro de encaminhamento do paciente para outras consultas e exames na conclusão do atendimento, informando o procedimento e unidade de saúde responsável pelo agendamento.

1.14.25. Permitir o registro do encaminhamento para cirurgias eletivas, informando o procedimento eletivo, CID principal, quadro clínico, resultado de exames e hipótese diagnóstica, condição que justifique a solicitação.

1.14.26. Permitir emitir relatório de conclusão do atendimento do cidadão.

1.14.27. Permitir o controle de absenteísmo com configuração de números de faltas consecutivas por consultas/exames.

1.14.28. Emitir alerta ao usuário no cadastro de solicitação de consultas/exames de cidadão em situação de absenteísmo.

1.15. Mais especialistas

1.15.1. Gestão integrada de agendamento de consultas, exames, procedimentos e cirurgias de especialistas.

1.15.2. Controle de filas únicas para especialidades com prioridade conforme protocolos nacionais.

1.15.3. Capacidade de parametrizar agendas por especialidade, profissional, local e período.

1.15.4. Funcionalidade para agendamento automático a partir de encaminhamento da Atenção Primária.

1.15.5. Registro detalhado de encaminhamentos com justificativa clínica.

1.15.6. Integração com SISREG para regulação e controle de encaminhamentos.

1.15.7. Gestão de dados de especialização e atuação do profissional (CRM, registro acadêmico, carga horária, protocolos aplicados)

1.15.8. Relatórios de acompanhamento e avaliação de desempenho dos especialistas

1.15.9. Dashboard com indicadores das solicitações

1.15.10. Monitoramento em tempo real de indicadores como:

- Tempo médio de espera
- Quantidade de atendimentos realizados
- Produção por profissional
- Taxa de comparecimento e evasão

1.15.11. Ferramenta de busca ativa para pacientes que não retornaram no período definido.

1.15.12. Relatórios detalhados para gestores, profissionais e sociedade.

1.16. Linha de cuidado

1.16.1. Registro estruturado de Linhas de Cuidado definidas pelo Ministério da Saúde (ex.: hipertensão, diabetes, atenção à saúde da criança, atenção à saúde da mulher, saúde mental, atenção ao idoso, atenção às pessoas com deficiência, tuberculose, HIV/AIDS, doenças crônicas etc.).

- 1.16.2. Permitir configurar protocolos clínicos de priorização.
- 1.16.3. Capacidade de vincular pacientes a uma ou mais linhas de cuidado.
- 1.16.4. Registro automático de indicadores de acompanhamento conforme protocolos.
- 1.16.5. Alertas e lembretes automáticos para profissionais de saúde sobre próximas ações da linha de cuidado.
- 1.16.6. Questionários estruturados para coleta de dados relevantes à linha de cuidado.
- 1.16.7. Possibilitar cadastrar pacotes de procedimentos para a linha de cuidado do paciente.

ATENÇÃO TERCIÁRIA

1.17. Solicitação de cirurgias para a central de regulação

- 1.17.1. No perfil solicitante deverá exibir a lista de solicitações pendentes com as seguintes informações: Grau de priorização com classificação de risco por cores, Tempo de espera em dias, horas e minutos, Tipo de leito, Especialidade, Unidade indicada, Paciente e situação da solicitação.
- 1.17.2. Ao selecionar a solicitação na tela do solicitante, deverá carregar automaticamente as seguintes informações: Nome do paciente e nome social, data de nascimento e cartão SUS, Caráter da internação (urgência ou eletivo), Profissional solicitante, Procedimento e hipótese diagnóstica (CID), Informações sobre quadro clínico e resultados de exames que justifiquem a solicitação.
- 1.17.3. Permitir cadastrar uma nova solicitação com a possibilidade de não enviar imediatamente para a Central de Regulação, deixando está em status de digitação.
- 1.17.4. Permitir a criação de solicitações de pacientes não identificados, informando a idade aparente, sexo e características do paciente.
- 1.17.5. Permitir a solicitação para realização de cirurgia eletiva ou urgência.
- 1.17.6. Permitir o agendamento da solicitação eletiva informando as condições que justificam a internação e a data prevista.
- 1.17.7. Permitir o reagendamento da solicitação eletiva informando a nova data prevista para internação, motivo e descrição do reagendamento.
- 1.17.8. Para solicitações de leito psiquiátrico, permitir registrar: histórico psiquiátrico, nome e telefone do responsável.
- 1.17.9. Permitir cadastrar a evolução clínica do paciente.
- 1.17.10. Possibilitar ferramentas de comunicação/esclarecimento entre a unidade solicitante e central de regulação.
- 1.17.11. Permitir visualizar os dados cadastrais do paciente.
- 1.17.12. Permitir visualizar espelho da solicitação com todos os dados registrados: dados do paciente, da solicitação, evolução, tempo de atendimento, dados do agendamento, entre outras informações.
- 1.17.13. Nos casos de solicitações pendentes de esclarecimentos, exibir alerta em tela.

- 1.17.14.** Possibilitar a autogestão de leitos, nos casos em que a unidade solicitante seja executante.
- 1.17.15.** Alertar solicitações com demanda judicial, assim como registro dos dados da documentação oficial.
- 1.17.16.** Permitir identificar o paciente que está aguardando o transporte para transferência/internação.
- 1.17.17.** Permitir a emissão da guia de transferência do paciente.
- 1.17.18.** Permitir a visualização dos atendimentos anteriores do paciente nos sistemas regulação.
- 1.17.19.** Permitir configurar o fluxo de solicitação eletiva, podendo estar ser ou não regulada.
- 1.17.20.** Permitir solicitar a reavaliação de prioridade ao médico regulador.
- 1.17.21.** Permitir habilitar campos de unidade e profissional demandante (responsáveis pelo cuidado, atenção básica do paciente) para solicitações eletivas.
- 1.18. Recepção unidade executante**
- 1.18.1.** Exibir grid com todas as solicitações pendentes de internação, com informações tais como: prioridade, tempo de espera, número da solicitação, paciente, tipo de leito e especialidade.
- 1.18.2.** Permitir confirmar a disponibilidade de leitos para as solicitações reservadas pela central de regulação.
- 1.18.3.** Permitir o cancelamento da reserva confirmada.
- 1.18.4.** Permitir o cancelamento da solicitação de transferências de leitos.
- 1.18.5.** Permitir o cancelamento da solicitação de transferências já autorizada pela central de regulação.
- 1.18.6.** Permitir rejeitar uma solicitação pendente de internação informando motivo e descrição da rejeição.
- 1.18.7.** Permitir efetivar a internação das solicitações reservadas pela central de regulação.
- 1.18.8.** Exibir o quadro geral de leitos mostrando leitos livres, liberados e ocupados, tipo de leito, especialidade, sexo e faixa etária
- 1.18.9.** Permitir o registro de transferências internas e externas dos pacientes internados, informando profissional solicitante, tipo de leito, especialidade, motivo da transgênica e atualização do quadro clínico.
- 1.18.10.** Permitir o registro de alta do paciente, informando a data da alta, médico da alta, observações e motivo.
- 1.18.11.** Permitir ao estabelecimento realizador visualizar os pacientes internados apresentando a data de internação e o leito ocupado por ordem decrescente.
- 1.18.12.** Permitir ao estabelecimento realizar a auto internação de pacientes após autorização da central.
- 1.18.13.** Emitir laudo AIH conforme Ministério da Saúde.
- 1.18.14.** Disponibilizar tela de controle de fluxo dos laudos, podendo filtrar laudos AIH por situação (cadastrados, autorizados, não autorizados etc.)

- 1.18.15.** Permitir a identificação de solicitações para o mesmo paciente com até 72 horas de alta.
- 1.18.16.** Permitir realizar a troca de um procedimento principal em um laudo de AIH.
- 1.18.17.** Emitir relatório com espelho do laudo.
- 1.18.18.** Permitir cancelar um laudo de AIH informando descrição e motivo do cancelamento.

1.19. APAC/OCI

- 1.19.1.** O sistema deve atender para garantir a integração clínica e assistencial conforme os padrões da Organização Clínica Integrada (OCI) do SUS, visando a continuidade e qualidade do cuidado ao paciente.
- 1.19.2.** O sistema deve oferecer suporte completo ao ciclo de atenção à saúde, contemplando cadastro e identificação do paciente, prontuário eletrônico, gestão de agendamento e fluxo, classificação de risco, gestão de prescrições, integração com sistemas do SUS, geração de relatórios clínicos e gerenciais, e atender aos requisitos legais de segurança e proteção de dados.
- 1.19.3.** Permitir solicitar o grupo de procedimento 09 de OCI, retornando automaticamente os procedimentos obrigatórios do grupo.
- 1.19.4.** Obrigar o preenchimento da data do diagnóstico para procedimentos oncológicos vinculados a OCI.
- 1.19.5.** Ao consolidar a APAC de OCI, o sistema deverá alterar a competência de acordo com a data da consulta especializada.

Solicitante

- 1.19.6.** Permitir cadastrar laudos de procedimentos contendo minimamente: estabelecimento solicitante, data da solicitação, listagem do tipo de APAC, situação do laudo, estabelecimento executante, paciente, CPF e cartão nacional do SUS, CID 10, profissional solicitante, observações, procedimentos principais de acordo com o tipo de laudo selecionado, quantidade e procedimento secundário.
- 1.19.7.** Permitir cadastrar tipos de laudos vinculados aos estabelecimentos de saúde solicitante.
- 1.19.8.** Permitir inserir anexos na solicitação de APAC.
- 1.19.9.** Permitir solicitar o grupo de procedimento 09 de OCI, retornando automaticamente os procedimentos obrigatórios do grupo.
- 1.19.10.** Obrigar o preenchimento da data do diagnóstico para procedimentos oncológicos vinculados a OCI.
- 1.19.11.** Disponibiliza a inclusão da quantidade de campos de irradiação de radioterapia para cada CID-10, bem como a alteração do número de campos já cadastrados, com o objetivo de manter atualizada a consistência da informação dos campos no laudo de APAC de radioterapia.
- 1.19.12.** Habilitar nova aba para laudos de radioterapia e quimioterapia para inserir as seguintes; Localização do tumor primário, Linfonodos, Localização da metástase, Grau Histopatológico; Estadiamento, Data de início e finalidade do tratamento (Adjuvante, Paliativa, Previa, Radical), Descrição da área irradiada.

- 1.19.13.** Permitir o controle de fluxo de laudos de solicitação de procedimentos, podendo filtrar laudos por tipo, situação (autorizados, não autorizados, rejeitado etc.), Período, número da solicitação.
- 1.19.14.** Permitir a impressão dos laudos de APAC com os campos preenchidos conforme cadastro da solicitação de forma individual e agrupada.
- 1.19.15.** Permitir editar, cancelar, renovar e alterar procedimento através da tela inicial.
- 1.19.16.** Permitir o cancelamento da solicitação informando o motivo e descrição do cancelamento.
- 1.19.17.** Permitir verificar o histórico na APAC por data e horário com as situações do laudo.
- 1.19.18.** Permitir reencaminhar solicitação rejeitada pelo autorizador para uma nova autorização, informado o motivo e descrição do reencaminhamento.

Executante

- 1.19.19.** Permitir consolidar a realização do procedimento informando o profissional realizador, motivo da saída/permanência e data do atendimento, descrição e campo para anexar documentos, quantidade realizada e visualizar o saldo restante.
- 1.19.20.** Permitir registrar a finalização da APAC.
- 1.19.21.** Possibilita a geração do faturamento.
- 1.19.22.** Possibilita a geração e envio de remessa para SIA/SUS.
- 1.19.23.** Permitir visualizar histórico de faturamento do paciente, relacionado todas as solicitações com competência, situação do faturamento e situação da auditoria.
- 1.19.24.** Permitir tramitação entre os perfis solicitantes e faturamento da mesma unidade.
- 1.19.25.** Permitir impressão de todos os laudos selecionados por check-box exibidos em tela.
- 1.19.26.** Ao pesquisar os laudos deverá ser exibido Nº Solicitação, Unidade solicitante e executante, Procedimento, CNS, Cidadão, Tipo de laudo, Número APAC, Situação e Dt. solicitação.
- 1.19.27.** Ao consolidar a APAC, deverá obrigar o preenchimento da data de execução dos procedimentos.
- 1.19.28.** Ao consolidar a APAC de OCI, o sistema deverá alterar a competência de acordo com a data da consulta especializada.

2.REGULAÇÃO

2.1. Regulação atenção secundária

- 2.1.1.** Deverá permitir acompanhar a fila de espera de solicitações, permitindo visualizar os pacientes com demanda judicial alertando em tela.
- 2.1.2.** Deverá permitir o cadastramento dos profissionais reguladores, setorizando por procedimento e região.
- 2.1.3.** Deverá permitir ao regulador agendar pacientes a partir da fila de espera.
- 2.1.4.** Deverá permitir ao regulador priorizar solicitações na fila assim como alterar sua prioridade, o sistema deverá listar motivos parametrizados e campo aberto para texto.
- 2.1.5.** Deverá permitir ao regulador efetuar a negativa das solicitações, ao realizar a negativa o sistema deverá listar motivos parametrizados e campo aberto para texto.

2.1.6. Deverá permitir que a Central Municipal de Regulação efetue o agendamento de pacientes diretamente nas agendas externas, sem a necessidade de nenhuma ação adicional por parte da unidade.

2.1.7. Deverá estar totalmente integrada ao prontuário garantindo que o profissional visualize os documentos do prontuário no ato de regulação.

2.1.8. Confirmação de presença dos pacientes encaminhados deve atualizar automaticamente a central de regulação municipal.

2.1.9. Bloqueios de agendas devem refletir diretamente nas ofertas existentes na central de regulação municipal.

2.1.10. Troca de informações entre equipe de regulação e unidade solicitante deve ser realizada totalmente via sistema, possibilitando o envio de documentos anexos e respostas aos questionamentos.

2.1.11. Deverá permitir efetuar gestão de fila de espera, permitindo filtrar a fila por procedimento, unidade solicitante, período, prioridade, situação.

2.1.12. Deverá permitir efetuar gestão de fila de espera, permitindo imprimir em formatos EXCEL e PDF.

2.1.13. Permitir a autorização de consultas e exames para prestadores externos informando o prestador dos serviços, profissional e especialidade ou exame, a data e o horário.

2.1.14. Permitir associar/desassociar o profissional regulador a uma solicitação.

2.1.15. Permitir ao profissional regulador trocar o procedimento da solicitação de acordo com os itens parametrizados correspondentes.

2.1.16. Permitir ao profissional regulador alterar a quantidade de sessões de fisioterapia considerando a quantidade máxima do SIGTAP.

2.1.17. Permitir ao profissional regulador realizar os agendamentos das solicitações autorizadas obedecendo o limite de cotas físicas e/ou financeiras para a unidade de saúde solicitante.

2.1.18. Permitir o regulador acompanhar o histórico de solicitações do paciente com data da solicitação, procedimento e situação da solicitação.

2.1.19. Permitir visualizar todas as solicitações pendentes de regulação com informações: número da solicitação, data da solicitação, unidade solicitante, procedimento, nome do paciente, município e situação da solicitação.

2.1.20. Ao selecionar uma solicitação pendente de regulação, permite visualizar as informações preenchidas no cadastro da solicitação, anexos, informações integradas em tempo real do PEP e histórico do cidadão.

2.1.21. Permitir visualizar todas as solicitações agendadas por data de agenda, profissional executante, procedimento, paciente, unidade solicitante e situação da solicitação.

2.2. Regulação atenção terciária

2.2.1. No perfil regulador deverá exibir a lista de solicitações aguardando regulação com as seguintes informações: Grau de priorização com classificação de risco por cores, Tempo de espera em dias, horas e minutos, Tipo de leito, Especialidade, Unidade e município solicitante, Município de origem do paciente, Nome e idade do paciente, Situação da solicitação.

2.2.2. Ao selecionar a solicitação deverá carregar automaticamente as informações com quadro clínico do paciente, resultados de exames, sinais vitais, hipótese diagnóstica (CID), classificação de risco, especialidade e unidade indicada.

2.2.3. Permitir definir o recurso (autorizar) especificando o tipo de leito, especialidade, unidade de internação, e nível de priorização do atendimento à solicitação com campo de observação.

2.2.4. Permitir rejeitar a solicitação com os campos para inserir o motivo e descrição da rejeição.

2.2.5. Exibir alerta em tela para as solicitações com resposta de esclarecimento.

2.2.6. Permitir selecionar uma ou mais solicitações transferindo para outro profissional regulador, de forma individual ou agrupada.

2.2.7. Permitir visualizar quadro de leitos por estabelecimento, exibindo: tipo do leito (clínico, UTI etc.), especialidade, sexo e quantidade de leitos subdivididos por status entre urgência, livre, ocupado, bloqueado, reservado.

2.2.8. Classificar ainda os leitos entre credenciados, contratados e autogestão.

2.2.9. Emitir relatório com censo das solicitações exibindo: tipo do leito com dados do paciente (nome, nascimento) data da internação, tipo de internação, procedência e solicitação.

2.2.10. Possibilitar ao regulador alternar perfil de acesso para visualizar e acompanhar os dados da solicitação regulada.

2.2.11. Emitir relatório do espelho da solicitação com todo o histórico e movimentação da solicitação.

2.2.12. Permitir o médico regulador responder/reavaliar uma prioridade mesmo que após regulada.

2.2.13. Permitir criar uma avaliação pré-operatória para solicitações eletivas.

2.2.14. Permitir acompanhar o motivo da rejeição quando o médico rejeitar a cirurgia através da consulta pré-operatória.

2.2.15. Permitir visualizar os documentos clínicos hospitalares registrados no prontuário eletrônico.

2.2.16. Emitir e visualizar relatórios com todas as solicitações abaixo da central, possibilitando a filtragem por número de solicitação, nome do paciente, nome da mãe, data de nascimento, tipo de leito, especialidade, situação, unidade solicitante ou executante, período e número da AIH. Possibilitando emitir versão Excel ou PDF, e espelho da solicitação individualmente.

2.2.17. Visualizar relatório com o motivo da rejeição de consultas pré-operatórias.

2.2.18. Visualizar resultados de exames de imagem.

2.2.19. Permitir alternar entre perfis.

2.2.20. Permitir realizar filtros de pesquisa contendo; Estabelecimento, Tipo de Leito, Especialidade, Caráter da Internação, Situação, Número da solicitação, Procedimento, CID e nome do paciente.

2.2.21. Deverá permitir o tratamento em massa das solicitações, com a possibilidade de alterar a situação, a unidade executante e a prioridade.

2.2.22. Deverá estar totalmente integrada ao prontuário garantindo que o profissional visualize os documentos do prontuário no ato de regulação.

2.2.23. Deverá permitir ao regulador solicitar esclarecimentos ao solicitante. O solicitante deverá visualizar em tela que possui esclarecimentos pendentes, responder ao regulador anexando exames e mensagens de justificativa.

2.2.24. Deverá permitir ao regulador efetuar a negativa das solicitações, ao realizar a negativa o sistema deverá listar motivos parametrizáveis e campo aberto para texto.

2.2.25. Deverá permitir o cadastro de níveis de priorização na central de leitos – que serão usados para identificar visualmente os pacientes nas filas de solicitação de leitos.

2.2.26. Deverá permitir o cadastro das especialidades atendidas pela central.

2.2.27. Deverá permitir o cadastro dos tipos de leitos disponíveis na central.

2.3. Regulador APAC

2.3.1. Permitir o registro de autorização dos laudos de solicitação de APAC

2.3.2. Permitir a numeração dos laudos conforme sequência de APAC cadastrada.

2.3.3. Possibilita a baixa automática do sequencial APAC após autorização.

2.3.4. Permitir verificar se o estabelecimento executante possui habilitações (CNES) necessárias para a execução do procedimento principal de APAC.

2.3.5. Permitir autorizar a APAC de acordo com a faixa cadastrada para grupos da OCI.

2.3.6. Permitir a visualização dos atendimentos anteriores do paciente nos sistemas de regulação de leitos, APAC etc.

2.3.7. Permite filtrar por nome ou cns do cidadão, número da solicitação, data da solicitação, situação, tipo de laudo, unidade solicitante, unidade executante, faixa de APAC e procedimento.

2.3.8. Ao selecionar a solicitação deverá exibir na mesma tela todos os dados preenchidos pelo solicitante; Dados do cidadão (Nome, idade, sexo, CNS, CPF), Procedimento principal e secundário, Observações, Período de validade e número da solicitação.

2.4. Controle De Sala

2.4.1. O sistema deverá disponibilizar solução para a chamada eletrônica dos pacientes para o atendimento nas áreas assistenciais do pronto atendimento/socorro da instituição (sala de medicação, sala de coleta de exames, sala de procedimentos, sala de nebulização, sala de imobilização e sala de exames de imagens).

2.4.2. O sistema deverá permitir o usuário visualizar os pacientes que estão esperando serem chamados de acordo com a sala escolhida para atendimento na mesma, organizado por prioridade de atendimento.

2.4.3. O sistema deverá disponibilizar recurso para o usuário selecionar o paciente e acionar a chamada para atendimento.

2.4.4. O sistema deverá estar integrado aos painéis de atendimento e chamada eletrônica do paciente, sendo acionado de acordo com a chamada.

2.4.5. O sistema deverá permitir registrar que o paciente se encontra em atendimento na sala, registrando no sistema que o paciente está em atendimento.

2.4.6. O sistema deve emitir mensagem de alerta ao usuário quando um paciente se encontrar em atendimento em uma outra sala ao ser chamado por outra sala.

2.4.7. O sistema deve permitir registrar eletronicamente a conclusão do atendimento do paciente na sala.

2.4.8. Ao concluir o atendimento do paciente na sala, ele deve ser removido automaticamente da fila de espera e chamada de atendimento.

2.4.9. Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o registro da checagem dos procedimentos realizados nos pacientes.

2.4.10. Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o aprazamento dos horários de realização dos procedimentos e medicações dos pacientes.

2.4.11. Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o registro do cancelamento dos procedimentos e medicações não realizadas nos pacientes com o respectivo motivo.

2.4.12. O sistema deve atualizar automaticamente o status do paciente no painel de atendimento e chamada a cada registro realizado no sistema.

2.4.13. O sistema deve permitir que o paciente em atendimento seja liberado, porém nesta condição ele libera o paciente para ser chamado em outra sala sem remover da fila da sala que foi liberado, permitindo que ele possa ser chamado novamente até a conclusão do atendimento.

2.4.14. O sistema deve permitir que o usuário possa consultar o histórico de chamadas do paciente.

2.4.15. O sistema deve permitir que o usuário possa cancelar a chamada do paciente informando o motivo do cancelamento.

2.5. Acolhimento E Classificação De Risco

2.5.1. O sistema deve permitir registrar todo o processo de triagem, acolhimento e classificação de risco do paciente no serviço de pronto atendimento do hospital.

2.5.2. O sistema deve permitir que seja configurado qual protocolo de classificação de risco é utilizado pela instituição.

2.5.3. O sistema deve possibilitar o carregamento em sua base o Protocolo Humaniza SUS e Protocolo de Manchester, assim como criar protocolos próprios definidos pela instituição.

2.5.4. O sistema deve permitir que seja configurado qual processo será utilizado no fluxo de atendimento do paciente no Pronto Socorro. O sistema deve possibilitar se o processo de triagem e classificação vem primeiro e posteriormente o cadastro, ou se o processo começa com o cadastro e posteriormente é feito a triagem e classificação.

2.5.5. O sistema deve permitir configurar quais sinais vitais serão registrados no processo de triagem e classificação de risco. Se o protocolo adotado for o de Manchester os sinais vitais devem vir configurados de acordo com o sintoma escolhido na lista do protocolo de Manchester.

2.5.6. O sistema deve dispor de configuração de qual faixa de horário do dia será realizado a triagem e a classificação de risco do paciente no Pronto Socorro.

2.5.7. O sistema deverá estar integrado aos totens de emissão de senha e aos painéis eletrônicos de atendimento e chamada.

2.5.8. O sistema deve dispor de mecanismo que permita o usuário acionar através do sistema o painel de atendimento e chamada do paciente para o processo de classificação de risco e triagem indicando em qual sala ou box de triagem e classificação de risco o paciente deve se encaminhar.

2.5.9. O Sistema deve dispor tela com a relação (worklist) de todos os pacientes que estão aguardando para serem triados e classificados e o tempo de espera em minutos de cada um dos pacientes. Caso o tempo de espera do paciente seja superior ao tempo determinado para esta etapa, o sistema deve sinalizar em cor vermelha as senhas nesta condição.

2.5.10. O sistema deve permitir que seja registrado o acolhimento com o registro da identificação do Nome do Paciente, Idade ou Data de Nascimento, Sexo e Cidade.

2.5.11. O sistema deve permitir fazer a busca do paciente pelo código ou dados do paciente. Neste processo, se o paciente já possui registro o sistema carregará automaticamente todas as informações demográficas e cadastrais do paciente pesquisado.

2.5.12. O sistema deve permitir fazer o registro da abordagem inicial, informando a queixa principal, observações, medicamentos em uso pelo paciente. O sistema deve possuir campo para registrar alergias do paciente assim como as reações em relação as substâncias ao qual o paciente é alérgico.

2.5.13. O sistema deve permitir fazer o registro dos sinais vitais do paciente que está em triagem e classificação de risco de acordo com o protocolo adotado.

2.5.14. O sistema deve permitir escolher o sintoma de acordo com o protocolo de triagem e classificação de risco adotado pela instituição.

2.5.15. De acordo com o sintoma o sistema deve sugerir automaticamente quais itens devem ser avaliados durante a triagem do paciente. O usuário no caso do protocolo de Manchester deve negar quando um item de avaliação não for compatível.

2.5.16. O sistema deve permitir fazer o registro da avaliação de Glasgow no processo de triagem e classificação de risco.

2.5.17. O sistema deve disponibilizar tela para registrar a intensidade da dor do paciente através de uma régua de escala de dor.

2.5.18. Após a definição do grau de prioridade do paciente, o sistema deve atribuir automaticamente a cor correspondente ao protocolo utilizado como também o tempo máximo de espera para atendimento médico de acordo com as respostas durante a avaliação.

2.5.19. O sistema deve permitir fazer o registro de reavaliação do paciente.

2.5.20. O sistema deve permitir fazer o encaminhamento para atendimento da assistente social dos pacientes triados e que não caracterizaram Urgência e Emergência.

2.5.21. No processo de triagem e classificação de risco o sistema deve sugerir a especialidade médica que o paciente deverá ser encaminhado no atendimento.

2.5.22. O sistema deve disponibilizar opção e fazer a impressão da ficha de triagem com todas as informações registradas durante o processo no Pronto Socorro.

2.5.23. O sistema deve possuir tela para que o usuário possa consultar o resumo da triagem e classificação de risco

2.5.24. O sistema de triagem deve sugerir que um paciente se encontra com risco de sepse em caso das respostas inseridas na avaliação sejam compatíveis com esta situação.

2.5.25. O sistema deve possuir recurso para registrar auditoria interna e externa indicando a data da auditoria, data de início e data final da auditoria, registros auditados, registros em conformidade, registro não conforme e pendências.

2.6. Pronto Socorro E Atendimento

2.6.1. O sistema deverá ser totalmente integrado aos sistemas de emissão de senha, painel de atendimento, acolhimento e classificação de risco, controle de salas e gestão de fluxo do paciente. Todo o processo da jornada do paciente desde a sua chegada até a alta do paciente deve estar integrado aos painéis de atendimento e chamada e aos demais módulos mencionados anteriormente de forma nativa.

2.6.2. O sistema deve dispor de uma tela que permita que a recepcionista selecione uma fila e o sistema carregue a lista de senhas disponíveis para registro do atendimento em ordem de prioridade e que foi definida no processo de classificação de risco. Após selecionar a senha que será chamada a recepcionista faz a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o registro do atendimento.

2.6.3. Ao acionar o dispositivo eletrônico de chamadas, o painel de chamadas deverá apresentar aos pacientes em espera, qual guichê de atendimento administrativo eles devem se encaminhar.

2.6.4. Ao iniciar o atendimento do paciente, a recepcionista deverá executar uma pesquisa na base de dados de pacientes do hospital para verificar se ele já possui cadastro na instituição. A pesquisa deverá ter no mínimo as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; CNS, Nome da Mãe. A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.

2.6.5. O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.

2.6.6. O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa. Ao posicionar o dedo e a data de nascimento o sistema identifica se o paciente já possui cadastro, se sim, carrega automaticamente na tela os dados do paciente registrado;

2.6.7. Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário irá iniciar o preenchimento de um novo cadastro. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente deve ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial; Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Etnia; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente e se o paciente possui prontuário protegido. O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.

2.6.8. O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS) e fazer a pesquisa na Base do CNS através do CPF. Ao encontrar o cadastro o sistema deve carregar de forma automática na tela de cadastro do paciente todos os dados encontrados na base do CNS.

2.6.9. O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; origem, Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Procedimento; CBO; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade, Procedimento, CBO, Serviço e Responsável pelo Paciente.

2.6.10. Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos de forma repetitiva e desnecessária.

2.6.11. Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade; Ficha de Atendimento Emergência.

2.6.12. O sistema deve abrir automaticamente no faturamento a conta do paciente e fazer o lançamento dos procedimentos (consulta médica) no BPA, identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e o setor executante.

2.6.13. O sistema deverá permitir executar o registro de encaminhamento dos pacientes aos leitos de observação.

2.6.14. O sistema deverá permitir registrar a transferência de leitos do paciente na observação.

2.6.15. O sistema deverá permitir registrar ocorrências e fatos relevantes ocorridos durante o atendimento do paciente.

2.6.16. O sistema deverá possuir opção para a exclusão do atendimento registrado ao paciente.

2.6.17. O sistema deverá possuir opção para registrar a transferência de médico no pronto atendimento e emergência.

2.6.18. O sistema deverá possuir opção para a alteração do tipo de atendimento.

2.6.19. O sistema deverá possuir opção para a alteração do atendimento do paciente.

2.6.20. O sistema deverá possuir opção para registrar a alta do paciente no atendimento de emergência.

2.6.21. O sistema deverá possuir opção para registrar o diagnóstico do paciente no atendimento de emergência.

2.6.22. O sistema deve possuir tela para consulta de atendimentos anteriores do paciente.

2.6.23. O sistema deve possuir tela para consulta somente dos atendimentos na emergência de uma determinada data.

2.6.24. O sistema deve possuir tela com gráfico da quantidade de pacientes atendidos por hora em um determinado período.

2.6.25. O sistema deve possuir tela para que o usuário possa consultar a situação atual dos leitos de observação, como também visualizar a ocupação de cada um deles (paciente, médico, CID, convênio) e ainda visualizar de forma gráfica o status de cada um dos leitos.

2.6.26. O sistema deverá dispor de relatório estatísticos de atendimentos por: Bairro, Cidade, Médico, Especialidade, Faixa Etária, Motivo de Atendimento, Origem e Usuário.

2.7. Ambulatório

2.7.1. O sistema deverá ser totalmente integrado ao sistema de central de agendamento de consultas, pois os pacientes agendados pela central devem estar disponíveis na tela de recepção de pacientes ambulatoriais.

2.7.2. O sistema deve possuir mecanismo para que o paciente faça a retirada da senha de atendimento ambulatorial.

2.7.3. O sistema deve dispor de painéis de atendimento que informem os seguintes dados: Senha; Hora Chegada; Previsão de Atendimento (cadastro); Status do Atendimento.

2.7.4. O sistema deve possuir dispositivo que permita a recepcionista selecione a senha em uma lista de atendimento e faça a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o atendimento dele.

2.7.5. O sistema deve permitir a recepcionista possa associar a senha de atendimento emitida pelo paciente com a agenda médica.

2.7.6. Ao associar a senha à agenda do paciente, a recepcionista deverá iniciar o registro do atendimento do paciente, executando uma pesquisa na base de dados do ambulatório para verificar se o paciente já possui cadastro na instituição. A pesquisa terá que ser no mínimo com as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; Nome da Mãe ou CNS. A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.

2.7.7. O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.

2.7.8. O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa. Ao encontrar um paciente com a mesma biometria os dados do paciente devem ser carregados/recuperados automaticamente para o recepcionista.

2.7.9. Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário irá iniciar o preenchimento do registro do paciente. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial, Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Etnia; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente; O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.

2.7.10. O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS). Na pesquisa o usuário deverá informar o CPF e o sistema deverá carregar automaticamente os dados da base do CNS para o sistema.

2.7.11. O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com no mínimo as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Procedimento; CBO; Especialidade; responsável

pelo Paciente; caso o atendimento tenha sido agendado os campos devem ser preenchidos automaticamente com as informações fornecidas no momento do agendamento.

2.7.12. Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade; Ficha de Atendimento Ambulatorial.

2.7.13. O sistema deve abrir automaticamente no faturamento e fazer o lançamento na fatura BPA o procedimento correspondente ao atendimento do paciente.

2.7.14. O sistema deve permitir o registro de atendimentos ambulatoriais de pacientes que não estão agendados, sem a necessidade de registrar como encaixe.

2.7.15. O sistema deve permitir o registro de atendimento de pacientes em turmas de atendimento, ou seja, mais de um paciente para um mesmo horário como ocorre na fisioterapia ou outros tratamentos em grupos.

2.7.16. O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente.

2.7.17. O sistema deve disponibilizar mecanismo para que o usuário identifique e registre no sistema quais pacientes não compareceram a consulta médica.

2.7.18. O sistema deve dispor de tela para consulta de atendimentos anteriores do paciente.

2.7.19. O sistema deve dispor de tela de gerenciamento que informe a quantidade de atendimentos ambulatoriais por hora.

2.7.20. O sistema deve disponibilizar os seguintes relatórios: Consultas Atendidas x Faturadas; Atendimentos por Usuário; Atendimentos por Período; Atendimentos por Empresa; Atendimentos por Médico; Atendimentos por Cidade; Atendimentos por Bairro; Atendimentos por Especialidade; Atendimentos por Serviço.

2.7.21. O sistema deve emitir relatório de tempo de espera por período, por médico e por faixa de tempo.

2.7.22. O sistema deve atualizar automaticamente o status do atendimento de acordo com a etapa do atendimento executada.

2.7.23. O sistema deve ter tela para registrar o atendimento de tratamento oncológico, onde ele irá escolher a fila e o sistema irá carregar de forma automática todas as senhas emitidas para este tipo de atendimento.

2.7.24. O sistema deverá possuir tela para o registro de atendimento de tratamentos de quimioterapia, que irá carregar automaticamente na tela de recepção todos os pacientes previamente agendados para a data selecionada.

2.7.25. Ao registrar o atendimento da sessão de quimioterapia o sistema deve atualizar automaticamente a lista de pacientes atendidos na tela do consultório do médico que irá fazer a avaliação do paciente antes da sessão de quimioterapia.

2.8. Prescrição Eletrônica E Prontuário Eletrônico Do Paciente

2.8.1. O acesso ao PEP deve disponibilizado para todos os membros da equipe multidisciplinar que dispensem atenção ao paciente respeitando sempre as regras de acesso, como também a limitação do conteúdo do mesmo por perfil do usuário e o tipo de usuário, sendo o sistema capaz de identificar automaticamente o profissional, o tipo de

profissional e o setor, carregando de forma automática o conteúdo definido no perfil para o tipo de profissional naquele setor de atendimento.

2.8.2. O sistema deve possuir tela para registrar/configurar as formas de aplicação (via de acesso) das medicações que serão prescritas.

2.8.3. O sistema deve possuir tela para configurar as frequências de aplicação das medicações que serão prescritas para os pacientes. Na configuração da frequência serão definidos os horários padrão que serão sugeridos na prescrição de medicamentos, cuidados ou procedimentos. A frequência pode ser configurada para toda instituição, possibilitando também a configuração específica para ou mais setores, podendo ser criado exceções para aplicação da frequência de horários para um ou mais setores e por tipo de prestador.

2.8.4. O sistema deve possuir tela para configurar quais itens de aferição serão registrados no prontuário do paciente, como também os valores mínimos e máximos para cada um dos itens de aferição.

2.8.5. O sistema deve possuir tela para fazer o registro dos esquemas de prescrição, baseado na configuração dos esquemas os itens prescritos para o paciente serão apresentados e disponibilizados nas telas de prescrição e no formulário de prescrição médica e de enfermagem na sequência/ordem configurada.

2.8.6. O sistema deve permitir habilitar e configurar quais campos terão o preenchimento obrigatório por esquema de prescrição. Os campos só serão apresentados na tela de prescrição se estiverem habilitados na configuração do esquema de prescrição associado ao item que está sendo prescrito.

2.8.7. O sistema deve permitir configurar quais itens são de prescrição, e associá-los aos esquemas de prescrição. Na tela de prescrição ao prescrever um item, o sistema deverá associar e agrupar automaticamente o item prescrito ao esquema previamente configurado e respeitando a sequência também pré-determinada.

2.8.8. O sistema deve habilitar e tornar obrigatório o preenchimento dos campos que foram habilitados para o esquema de prescrição. O sistema não deverá permitir fazer o fechamento da prescrição sem todos os campos estarem devidamente preenchidos.

2.8.9. O sistema deve permitir o usuário desativar um item de prescrição. Uma vez desativado ele não deverá mais aparecer na lista de itens disponíveis para prescrever na tela de prescrição.

2.8.10. O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é de uso do médico, de enfermagem ou ambos. Uma vez definido o item como médico ele não poderá mais aparecer na tela para o profissional enfermeiro prescrever, a não ser que o item tenha sido configurado como ambos. Definido como enfermagem o profissional médico não mais visualizará na tela de prescrição.

2.8.11. O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição exige justificativa ao ser prescrito pelo médico assistente. Uma vez configurado, o médico assistente será obrigatório a informar a justificativa na tela de prescrição, não permitindo o fechamento da prescrição em caso de não preenchimento pelo profissional.

2.8.12. O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é padronizado ou não. Caso o item esteja como não padronizado, na tela de prescrição o sistema irá identificar que o item é não padrão habilitará o campo de justificativa para o profissional inserir a justificativa de estar prescrevendo um item fora da padronização da instituição.

2.8.13. O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição exige diluentes na sua prescrição. Ao configurar que sim, o sistema exigirá na tela de prescrição que sejam informados os diluentes do item prescrito como componentes. Só serão aceitos como diluentes os itens que tiverem sido configurados como diluentes no cadastro de itens de prescrição. O não preenchimento impede o fechamento da prescrição pelo profissional.

2.8.14. O sistema deve permitir o usuário configurar o tipo de controle do item de prescrição (normal, balanço hídrico, coleta de sinal vital, alta de unidade, alta médica).

2.8.15. O sistema deve permitir o usuário configurar para qual estoque ou sub-estoque o item de prescrição será solicitado de forma automática no momento do fechamento da prescrição.

2.8.16. O sistema deve permitir o usuário configurar/relacionar o item de estoque com o item de prescrição. De acordo com essa configuração/relacionamento será gerado automaticamente a solicitação dos produtos no estoque no momento do fechamento da prescrição.

2.8.17. O sistema deve permitir o usuário configurar a unidade de prescrição e a unidade de solicitação do item no estoque. O médico poderá prescrever em uma unidade e a solicitação ao estoque ser gerada em outra unidade, ficando o sistema responsável em fazer a conversão no momento do fechamento da prescrição.

2.8.18. O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é de diluição ou de reconstituição. Uma vez configurado o item com essa característica ele poderá ser adicionado na tela de prescrição como componente em um item de prescrição que tenha a configuração que exija diluição.

2.8.19. O sistema deve permitir o usuário configurar nos itens de prescrição quais os componentes (materiais descartáveis, diluentes e reconstituintes). Ao prescrever um item na tela de prescrição o sistema carregará de forma automática estes componentes e serão solicitados na farmácia/estoque junto com o item de prescrição ao finalizar o processo pelo prestador.

2.8.20. O sistema deve permitir o usuário configurar quais as formas de aplicação (vias de acesso) compatíveis para o item de prescrição. Na tela de prescrição só devem aparecer as formas de aplicação determinadas para o item.

2.8.21. O sistema deve permitir o usuário configurar em quais os setores de assistência o item de prescrição poderá ser visualizado e prescrito. O item só aparecerá para seleção nas telas de prescrição médica e/ou de enfermagem quando os setores relacionados a ele estiverem de acordo com o setor de atendimento do paciente. Nesta configuração também deve ser possível definir se um item de prescrição é ou não padrão por setor. Uma vez configurado o item, ao ser prescrito na tela de prescrição irá identificar de forma automática se ele não é padrão ou é padrão para aquele setor assistencial.

2.8.22. O sistema deve permitir o usuário configurar em quais os setores de assistência o item de prescrição é de uso restrito. Configurado/informado o setor, o sistema deve apresentar na tela de prescrição somente para o setor configurado.

2.8.23. O sistema deve permitir o usuário configurar as palavras-chave para os itens de prescrição. Ao fazer a configuração/associação da palavra-chave o sistema deve apresentar na tela de prescrição os itens associados aquela palavra, facilitando assim a busca por itens de prescrição e tratamento.

2.8.24. O sistema deve permitir o usuário configurar as superdosagens e as subdosagens dos itens de prescrição assim como a configuração das mensagens de alerta

da super e da subdosagem. Na configuração da subdosagem deve ser informado a Qtde impeditiva mínima, Qtde de alerta mínimo, já para superdosagem deve ser possível configurar a Qtde impeditiva máxima e Qtde de alerta máximo. Também deve ser possível fazer a configuração por Peso x Qtde e se o sistema irá considerar sub e superdosagem por dia, hora, minuto ou dose. Também pode ser feita a configuração por faixa etária. Essas configurações devem ser refletidas na tela de prescrição, gerando alertas automáticos para o médico no momento da prescrição dos itens que estão sendo prescritos acima ou abaixo do ideal.

2.8.25. O sistema deve permitir o usuário configurar os dispositivos compatíveis que o item de prescrição pode ser infundido. Uma vez configurado o sistema deve na tela de prescrição apresentar somente os dispositivos configurados/compatíveis para o item.

2.8.26. O sistema deve permitir o usuário configurar os itens de substituição para o item de prescrição. Ao fazer a prescrição do item, caso ele não tenha disponibilidade o sistema deve apresentar os possíveis itens que podem substituir o item prescrito.

2.8.27. O sistema deve permitir o usuário configurar as informações padronizadas para os itens de prescrição, como Qtde, forma de aplicação, frequência, dose padrão, observação e fórmulas para cálculo da dose a ser sugerida por peso x altura (superfície corpórea).

2.8.28. O sistema deve permitir configurar se o item de prescrição exige dupla checagem. Ao configurar que sim o sistema deve na hora de checar a medicação exigir a checagem de dois usuários distintos para considerar o item como efetivamente checado.

2.8.29. O sistema deve permitir configurar se o item de prescrição é de pesquisa científica.

2.8.30. O sistema deve dispor de ferramenta que permita configurar os perfis de acesso e usabilidade do prontuário eletrônico do paciente por tipo de prestador, por tipo de convênio, por convênio, por setor, por especialidade, por prestador, por tipo de atendimento, sexo e faixa etária do paciente.

2.8.31. O sistema deve dispor de dispositivo que permita ao usuário fazer a construção de documentos (formulários) eletrônicos, definindo o nome do formulário, os grupos de campos do formulário, permita associar as perguntas aos grupos de campos do formulário, as perguntas do formulário, o tipo do campo (Checkbox, combo box, descritivo, lista de valores etc.) e o layout do documento. Os documentos construídos nessa opção poderão ser associados ao perfil de acesso do prestador que serão carregados automaticamente de acordo com o perfil do usuário. Os dados inseridos nos documentos eletrônicos e que os campos sejam estruturados, deve permitir que estes dados sejam extraídos e possibilitem a criação de indicadores clínicos de acordo com a necessidade da SES.

2.8.32. Nos casos de atendimentos de pacientes em Pronto Atendimento, o PEP deverá ser integrado com o módulo de Acolhimento e Classificação de Riscos, ordenando a lista de pacientes a serem atendidos por Prioridade Clínica atribuída na Classificação, possibilitando ainda o médico consultar/visualizar de forma automática todas as informações coletadas durante o processo de classificação.

2.8.33. Permitir consulta dos dados do PEP inseridos nos diversos locais de atendimento das unidades de saúde onde está implantado o sistema com as seguintes informações: Dados Demográficos do Paciente; Diagnósticos do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de todos atendimentos do paciente na instituição, informando data, hora, tipo de atendimento, diagnóstico do atendimento, serviço e médico

assistente; Alergias do Paciente; Sinais Vitais (valores e gráfico) do atendimento atual ou de atendimento anterior, permitindo selecionar o período de avaliação; Avaliações do paciente do atendimento atual e de atendimentos anteriores; Vacinas do paciente; Balanço Hídrico (valores e gráficos) do atendimento atual ou de atendimentos anteriores, permitindo selecionar o período de avaliação; Exames de Laboratório (valores e laudo); Exames de Imagem (laudos e imagem); Medicamentos em Uso; Prescrições Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções Médicas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Anotações de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de Cirurgias do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Curva de Crescimento (gráfico); Documentos de Admissões Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Atestados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Receitas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Parecer Médico do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Documentos Anexados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores;

2.8.34. O sistema deve permitir ao médico registrar eletronicamente o formulário de admissão médica do paciente no mínimo com as seguintes informações: Queixa Principal; HDA (História da Doença Atual); HPP; Alergias; Antecedentes Pessoais; Antecedentes Familiares; Medicamentos em Uso; Hábitos e Costumes; Exame Físico; Nível de Consciência; Sinais Vitais (PAS, PAD, Temperatura, FC e FR) Avaliação de Cabeça e Pescoço; Avaliação do Aparelho Cardiovascular; Avaliação do Aparelho Respiratório; Avaliação Abdome; Avaliação Genitália; Avaliação Membros; Exame Neurológico; Hipótese Diagnóstica; Causa da Internação ou Atendimento; Plano Terapêutico com as seguintes informações: Tratamento Proposto; Plano de Cuidados.

2.8.35. O sistema deve permitir a criação/configuração de protocolos clínicos gerenciáveis de atendimentos, e de acordo com o protocolo sugerido pelo sistema ele apresenta as perguntas, onde o médico vai informando as possíveis respostas e ao final o sistema irá sugerir a prescrição de acordo com as respostas inseridas no caminho percorrido pelo médico ao preencher o documento de protocolo selecionado.

2.8.36. O sistema deve, baseado em sinais vitais, resultados de exames, respostas inseridas em formulários do paciente gerar um alerta de forma automática na tela do médico assistente que ele se encontra com características de adesão a um determinado protocolo clínico.

2.8.37. O sistema deve permitir ao médico fazer o registro do diagnóstico médico do paciente baseado na tabela CID-10 possibilitando informar o diagnóstico principal e o (s) diagnóstico (s) secundários, o tipo da doença (crônico, agudo) como também o tempo da doença (dia, mês e ano) e se ela está com status em hipótese ou se está confirmado. No caso de pacientes oncológicos o sistema deve permitir fazer o lançamento do diagnóstico morfológico, data e informações do exame histopatológico, Imuno-histoquímicas, estadiamento, localização do tumor, metástases e tipo de tratamento.

2.8.38. De acordo com o diagnóstico informado o sistema deve emitir alerta ao profissional informando que o diagnóstico informado é de notificação compulsória/obrigatória ou de agravo.

2.8.39. O sistema deve permitir ao médico fazer o registro dos medicamentos em uso contínuo pelo paciente (reconciliação medicamentosa).

2.8.40. O sistema deve permitir fazer o registro das avaliações realizadas pelo médico ou pelo enfermeiro no paciente tais como: Mews, Pews, Glasgow; Apache II; Euroscore; Time RISC; Régua de Dor; Superfície Corpórea; Bradem; Fugulin e Risco Nutricional.

2.8.41. O sistema deve permitir ao médico fazer o registro da evolução médica em formulário eletrônico carregando o layout do documento de forma automática de acordo com o local de atendimento (setor) e a especialidade do médico assistente.

2.8.42. O sistema deve permitir que o médico possa inserir informações sobre alergias a substâncias, alimentos e outros itens. Na tela devem ser informados também a severidade e campo para adicionar as reações do paciente em contato com a substância. O sistema deve permitir fazer o registro de eventos adversos do paciente, em relação substância e o evento e o grau de severidade. O sistema deve trazer de forma clara e gráfica que o paciente em atendimento possui alergias, e ao clicar sobre a indicação de alergia o sistema deve apresentar as substâncias que o paciente possui alergia e as possíveis reações.

2.8.43. Registrar sinais vitais (Temperatura, Capnografia, PV, Glicemia, Pressão Intracraniana, Saturação, FC, FR, PAS, PAD) e dados antropométricos (Peso e Altura) como também deve permitir parametrização de outros indicadores a critério da instituição e a configuração dos sinais vitais a serem coletados de acordo com setor de atendimento.

2.8.44. Permitir o Médico registrar eletronicamente a prescrição de Medicamentos, Solicitações de Exames de Laboratório, Exames de Imagem, Cuidados Médicos, Dietas, Procedimentos, Hemoderivados, Fisioterapia, Cuidados e Orientações em tela única.

2.8.45. O sistema deve carregar de forma automática os materiais descartáveis (componentes) ao fazer a prescrição de um item que tenha necessidade deles para a sua aplicação/infusão.

2.8.46. O sistema deve gerar alertas ao médico prescrever medicamentos com substâncias aos quais o paciente tenha alergia registrada, tendo o profissional que justificar a manutenção da conduta ou alterar por outra medicação.

2.8.47. O sistema deve gerar alertas de interação medicamentosa nas seguintes condições: Droga x Droga, Droga x CID, Droga Alimento, Droga x Resultado de Exame e Droga x Nutriente.

2.8.48. O sistema deve gerar alertas ao médico quando ele prescrever medicamentos com interação medicamentosa nas condições acima mencionadas, assim como deve gerar de forma automática mensagem de alerta da interação, tendo o profissional que justificar a manutenção da conduta ou alterar a mesma para poder finalizar o processo de prescrição.

2.8.49. O sistema deve possibilitar a integração do sistema de prescrição médica eletrônica com plataformas de informações e conteúdo farmacêutico para a emissão de alertas de interações medicamentosa e superdosagens.

2.8.50. Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de antimicrobianos (ficha de antimicrobiano) ao prescrever um medicamento deste grupo de fármacos.

2.8.51. Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de procedimentos de alto custo (laudo de procedimentos de alto custo/complexidade) ao prescrever um medicamento, exame ou procedimentos de alto custo.

2.8.52. Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o receituário especial ao prescrever um medicamento de controle especial de acordo com a portaria 344/98.

2.8.53. O sistema deve permitir o médico prescrever medicamentos do grupo de soroterapia com a velocidade infusão desejada, de acordo com a velocidade, o sistema deve calcular automaticamente a frequência dos medicamentos.

2.8.54. O sistema deve gerar automaticamente alertas ao médico quando um item for prescrito em duplicidade.

2.8.55. O sistema deve gerar alerta para a prescrição de medicamentos que estejam com superdosagem, exigindo do mesmo uma justificativa para a manutenção da conduta e a finalização do processo de prescrição.

2.8.56. O sistema deve permitir ao médico fazer a configuração de seus itens de prescrição favoritos.

2.8.57. O sistema deve permitir ao médico fazer a pesquisa de itens de prescrição por nome comercial, princípio ativo, laboratório, grupo de tratamento, diagnóstico e sintomas.

2.8.58. Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de medicamentos não padronizados ao prescrever um medicamento com esta característica.

2.8.59. O sistema deve permitir o médico alterar o horário sugerido pelo sistema de acordo com os horários configurados na frequência padronizada pelo sistema.

2.8.60. O sistema deve disponibilizar de mecanismo para a prescrição de tratamentos de quimioterapia em ciclos e sessões integrados com a área de agendamento e farmácia.

2.8.61. Na prescrição de quimioterapia o sistema de acordo com o peso e a altura deve sugerir automaticamente a dose do quimioterápico de acordo com a superfície corpórea do paciente que será calculada também de forma automática.

2.8.62. O sistema deve permitir a criação de protocolos de tratamento de quimioterapia com a configuração de intervalo de dias entre os tratamentos e a quantidade de ciclos. O sistema deve sugerir o protocolo de acordo com o preenchimento do diagnóstico oncológico informado.

2.8.63. O sistema deve carregar automaticamente na tela de prescrição de quimioterapia os medicamentos configurados para o tratamento assim como a geração do tratamento dentro do intervalo de dias configurados para o protocolo selecionado.

2.8.64. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação dos medicamentos e materiais descartáveis na farmácia.

2.8.65. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de dieta no serviço de nutrição.

2.8.66. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de exames de imagem no serviço/setor de imagem.

2.8.67. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de coleta de amostras no serviço de análises clínicas (laboratório).

2.8.68. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de hemoderivados no serviço de Hemoterapia.

2.8.69. Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de fisioterapia no serviço de Fisioterapia.

2.8.70. O sistema deve permitir ao médico fazer a solicitação eletrônica de parecer médico para um determinado profissional ou uma determinada especialidade (interconsulta).

2.8.71. Ao fazer a finalização da prescrição o sistema deve permitir que embora a prescrição seja válida para 24 horas o sistema possa gerar as solicitações de materiais e medicamentos de forma automática por turnos de atendimento pela farmácia até o limite de 24 horas.

2.8.72. O sistema deve permitir realizar a suspensão de um item prescrito ao paciente.

2.8.73. O sistema deve permitir realizar cópia de prescrição de uma determinada data ou fazendo a mescla de mais de uma data.

2.8.74. O sistema deve permitir que o próprio médico crie prescrições padronizadas baseadas nas prescrições realizadas e as disponibilize na área de prescrições padronizadas.

2.8.75. O sistema deve permitir o médico fazer a emissão de atestados médicos, emissão de receitas, receituário especial e comprovantes de comparecimento. No caso de atestados médicos, declarações e receituários que sejam assinados de forma digital o usuário deverá ter a possibilidade de validar o QRCode impresso na receita ou no atestado;

2.8.76. O sistema deve disponibilizar formulário eletrônico específico para o médico fazer o registro da descrição do ato cirúrgico.

2.8.77. O sistema deve disponibilizar formulário para o médico anestesista fazer o registro da ficha de anestesia, informando os dados graficamente na ficha.

2.8.78. O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o registro da anamnese ou entrevista de enfermagem.

2.8.79. O sistema deve permitir ao enfermeiro ou qualquer membro da equipe multidisciplinar fazer o registro da evolução em formulário eletrônico, carregando o layout do documento de forma automática de acordo com o local de atendimento (setor) e a especialidade do profissional assistente.

2.8.80. O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o registro do balanço hídrico, informando os ganhos e perdas do balanço. O recurso deve também permitir fazer o fechamento total ou parcial do balanço e gerando automaticamente o gráfico com os ganhos, perdas e o saldo do balanço.

2.8.81. O sistema deve permitir o Enfermeiro registre eletronicamente a prescrição de Cuidados de Enfermagem, Procedimentos e Orientações em tela única.

2.8.82. O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o aprazamento ou reaprazamento dos horários dos itens e das medicações prescritas pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar.

2.8.83. O sistema deve permitir o registro eletrônico da checagem das medicações e procedimentos prescritos pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar.

2.8.84. O sistema deve permitir o registro eletrônico da suspensão das medicações e procedimentos prescritos pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar que não foram executadas e informando o motivo da suspensão ou cancelamento.

2.8.85. O sistema deve apontar em painel de maneira clara e gráfica quais medicações estão em atraso.

2.8.86. O sistema deve dispor de tela para que a enfermagem possa pesquisar as informações clínicas do paciente tais como: Dados Demográficos do Paciente; Diagnósticos do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de todos atendimentos do paciente na instituição, informando data, hora, tipo de atendimento, diagnóstico do atendimento, serviço e médico assistente; Alergias do Paciente; Sinais Vitais (valores e gráfico) do atendimento atual ou de atendimento anterior, permitindo selecionar o período de avaliação; Avaliações do paciente do atendimento atual e de atendimentos anteriores; Vacinas do paciente; Balanço Hídrico (valores e gráficos) do atendimento atual ou de atendimentos anteriores, permitindo selecionar o período de avaliação; Exames de Laboratório (valores e laudo); Exames de Imagem (laudos e imagem); Medicamentos em Uso; Prescrições Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções Médicas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Anotações de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de Cirurgias do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Curva de Crescimento (gráfico); Documentos de Admissões Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Atestados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Receitas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Parecer Médico do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Documentos Anexados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores;

2.8.87. O sistema deverá possuir recurso para que a enfermagem possa construir os planos de cuidados ao paciente, bem como as prescrições de padrões de enfermagem.

2.8.88. O sistema deve dispor de tela para que a enfermagem possa registrar a entrevista da enfermagem (Avaliação Inicial).

2.8.89. De acordo com as respostas da entrevista de enfermagem o sistema deve sugerir automaticamente quais diagnósticos de enfermagem o paciente se enquadra para a definição do plano de cuidados.

2.8.90. O sistema deve dispor da tabela de diagnósticos de enfermagem NANDA para a definição do diagnóstico de enfermagem.

2.8.91. De acordo com o diagnóstico selecionado pelo enfermeiro, o sistema deverá sugerir os itens de prescrição de maneira automática.

2.8.92. O sistema deverá possuir tela para o profissional registrar as vacinas dos pacientes.

2.8.93. O sistema deverá ter tela para finalizar o atendimento inserindo informações tais como: Diagnóstico; Procedimento; Data; Hora; Motivo de alta.

2.8.94. O sistema deve permitir fazer a emissão do sumário de alta do paciente e carregar automaticamente as principais informações do atendimento tais como medicamentos, resultados de exames de laboratório, imagem e orientações.

2.8.95. O sistema deve sinalizar de maneira gráfica todas as pendências do médico em relação ao atendimento tais como fechamento de documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e demais pendências.

2.8.96. O sistema deve estar com a certificação digital e assinatura eletrônica dentro vigente e dentro dos padrões CFM/SBIS.

2.8.97. O sistema deve disponibilizar de opção para registrar o encaminhamento do paciente para outras especialidades.

2.8.98. O sistema deve disponibilizar de opção para registrar o Checklist de cirurgia segura.

2.8.99. O sistema deve disponibilizar de uma tela para registro de informações de procedimentos, exames, cirurgias, tratamentos que são realizados fora da instituição e que irão alimentar o prontuário do paciente. Os eventos que ocorrerem internamente serão carregados automaticamente para a linha da vida do paciente.

2.8.100. O sistema deve disponibilizar de uma tela para anexar arquivos de laudos, exames e outras informações que o paciente dispõe no atendimento e que foram realizados em outras instituições e são importantes do ponto de vista clínico e devem constar no prontuário para que o médico assistente possa consultar.

2.8.101. O sistema deve dispor de restrição de acesso ao prontuário eletrônico do paciente por outros membros da equipe multidisciplinar quando o paciente indicar que deseja que suas informações sejam restritas. Para que outros profissionais tenham acesso será necessário que o profissional que seja acessar faça uma solicitação eletrônica de acesso e o médico assistente libere o acesso por senha ou por um período determinado.

2.8.102. O sistema deve dispor de uma central de alertas e mensagens que serão ativadas pela unidade de assistência. Essa central de alertas deve enviar mensagens para o médico em uma área própria para receber mensagens ou através de pop-up em tela. As mensagens devem ser automáticas quando ocorrerem as seguintes situações: Liberação de exames de laboratório, Liberação de Exames de Imagem, Exames fora da faixa normal de valores, risco de entrada em protocolo, paciente elegível a entrada e saída de pesquisa científica, quando ocorrer alguma alteração pela farmácia durante a avaliação farmacêutica.

2.8.103. Na lista de paciente o sistema deve apresentar dados demográficos do paciente com a foto e outras informações como alergias, riscos, protocolos, categorias, identificadores e status.

2.8.104. O sistema deve disponibilizar um resumo clínico do paciente em tela única onde devem ser carregados todos os eventos tais como: atendimentos, sinais vitais, exames laboratoriais, exames de imagem, medicamentos prescritos, balanço hídrico, protocolos, evoluções e alergias.

2.8.105. O sistema deve permitir o controle de aluno e professor. Quando o usuário for caracterizado como aluno ele não poderá fechar os documentos e a prescrição. Esse processo só ocorrerá somente após a validação de um médico preceptor (professor).

2.8.106. O sistema deve possuir de uma tela para visualizar os documentos do atendimento aonde o médico ou profissional pode filtrar os documentos em tela por atendimento, por período, por palavra-chave, por diagnóstico, por médico, por especialidade, por tipo de documento ou status do documento. Os documentos devem ser carregados por ordem cronológica decrescente.

2.8.107. O sistema deve dispor de tela para registrar a passagem de plantão de um profissional para outro. A passagem pode ser feita de forma geral ou de forma detalhada com as informações de cada um dos pacientes registradas na passagem. O sistema deve possibilitar na passagem de plantão o prestador escolher a unidade ou setor de atendimento e selecionar os pacientes que serão registrados na passagem. Ao selecionar o paciente o usuário deve ter o recurso para carregar de forma automática os eventos como sinais vitais, medicamentos, exames de laboratório, avaliações, evolução e medicamentos registrados para o paciente. O sistema deve dispor de recurso para inserir textos padronizados na passagem de plantão e o fechamento da passagem.

2.8.108. O sistema deve possuir recurso para que o farmacêutico possa fazer o registro da avaliação farmacêutica das prescrições finalizadas pelos médicos assistentes. O farmacêutico pode bloquear parcial ou total da prescrição em avaliação ou fazer a liberação total ou parcial da prescrição em avaliação. O farmacêutico no processo de avaliação deve preencher a justificativa para bloqueio de um item da prescrição.

2.9. Laboratório De Análises Clínicas

2.9.1. O sistema deve permitir os usuários cadastrar os setores dos laboratórios que realizam a análise dos exames (hematologia, bioquímica, urianálise, culturas)

2.9.2. Deve possibilitar cadastrar as perguntas que serão feitas aos pacientes, no momento do agendamento, nos pedidos de exames ou na coleta das amostras.

2.9.3. Deve possibilitar cadastrar os postos de coletas, que são unidades onde os materiais para exames são coletados e enviados para os laboratórios. Ressaltando que, dentro de um posto pode existir vários locais de coletas.

2.9.4. Deve possibilitar cadastrar os locais, autorizados pelo hospital, para coletar os materiais para realização dos exames solicitados. Esses locais podem estar dentro do "Posto de Coleta" ou em outro setor do hospital.

2.9.5. Deve possibilitar cadastrar os tipos de tubos que poderão ser utilizados para a coleta de materiais dos exames solicitados. Deve ser informado a descrição do tubo, o volume máximo do tubo, se ele é primário, secundário ou coletivo, específico, detalhes do tudo de coleta e o modelo de etiqueta que será impresso quando coleta um material com este tipo de tubo.

2.9.6. Deve possibilitar cadastrar os motivos que levam o técnico responsável pelo laboratório a solicitar a recoleta de uma amostra. Por exemplo: Amostra insuficiente, amostra contaminada etc.

2.9.7. Deve possibilitar cadastrar os possíveis motivos para solicitação de cancelamento de remessas para um determinado laboratório.

2.9.8. Criar procedimentos operacionais padrão (POP) para os exames laboratoriais.

2.9.9. Deve possibilitar cadastrar os racks para que o laboratório possa gerenciar as amostras que serão direcionadas às áreas por meio de uma numeração sequencial, que poderá ser reiniciada automaticamente de forma diária, mensal, anual ou quando atingir um número limite Pré-configurado.

2.9.10. Deve possibilitar cadastrar os tipos de documentos que poderão ser anexados ao pedido de exames no momento do registro do atendimento e do pedido.

2.9.11. Criar modelos de cartas de convocação para comparecimento, onde seja possível configurar o modelo e o conteúdo e os setores que utilizarão esse modelo. Os modelos de cartas cadastradas são emitidos para os pacientes que tenham necessidade de serem convocados para comparecerem novamente ao laboratório em virtude dos resultados dos exames dentro de uma configuração pré-definida.

2.9.12. Deve possibilitar cadastrar as recepções de amostras de acordo com o setor de exame.

2.9.13. Cadastrar os tipos de resultados possíveis para exames do tipo "Cultura". Os tipos de resultado de cultura cadastrados nesta tela, serão apresentados no momento do lançamento dos laudos dos exames de cultura.

2.9.14. Deve possibilitar cadastrar os locais do corpo dos quais as amostras necessárias para a realização dos exames poderão ser coletadas.

2.9.15. O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração dos exames de análises clínicas com os seguintes critérios: Código, Nome, Mnemônico, Código SIGTAP, período de entrega em dias para exames de rotina e de minutos para exames de urgência, calculo automático da data de entrega baseado na configuração dos dias de entrega, considerando para efeitos de cálculo somente os dias úteis, restrição por sexo, número máximo de solicitações no período, se a impressão do laudo será em página única, amostra, tubo de coleta e volume da amostra, orientações de preparo, laboratório, se permite consulta do resultado, custo do exame, dias da semana que o exame é coletado/executado, perguntas relacionadas aos exames, espelho do laudo, Qtde. de etiquetas para emissão, orientações de coleta das amostras, local anatômico da coleta, curva dinâmica, pontos da curva, laboratórios que executam a análise e substância que podem interferir no resultado.

2.9.16. O sistema deve permitir configurar os campos do laudo do exame com as seguintes informações: código, descrição, tamanho, alinhamento, tipo do campo, máscara do campo.

2.9.17. O sistema deve permitir configurar os valores de normalidade, pânico e absurdo dos campos do laudo por sexo e idade.

2.9.18. O sistema deve prover de recurso que permita o usuário fazer o desenho/configuração do laudo.

2.9.19. O sistema deve permitir que seja criado mais de uma versão do laudo por exame.

2.9.20. O sistema deve permitir que sejam configurados os perfis de acesso e restrições dos usuários do laboratório.

2.9.21. O sistema deve possuir recurso para configurar a possibilidade de restrição a publicação do laudo na internet.

2.9.22. O sistema deve permitir o usuário configurar as etiquetas de códigos de barras das amostras com as seguintes informações: código da amostra, código do pedido, código do atendimento, data, nome do paciente.

2.9.23. O sistema deve ter a possibilidade de o usuário da recepção do laboratório realizar a pesquisa na base de dados de pacientes do hospital para verificar se ele já possui cadastro na instituição. A pesquisa poderá ter no mínimo as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CNS, CPF; Nome da Mãe; A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.

2.9.24. O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.

2.9.25. O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa.

2.9.26. Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados, o usuário irá iniciar o preenchimento de um novo cadastro. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial; Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução;

Religião; Etnia; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente; O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.

2.9.27. O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS), ao informar o CPF o sistema vai até a base de dados do CNS e carrega automaticamente todas as informações cadastrais do paciente, podendo o usuário complementar com informações que venham faltar.

2.9.28. O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente realizar o registro do atendimento externo com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Procedimento; CBO; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade; responsável pelo Paciente.

2.9.29. Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos.

2.9.30. Após o registro do atendimento o sistema deve permitir o usuário registrar o pedido de exames de análises clínicas associado ao atendimento com as seguintes informações: Médico solicitante, local de coleta, data da coleta, setor solicitante, tipo de solicitação e os exames.

2.9.31. O sistema deverá no momento de o pedido gerar automaticamente a data de previsão de entrega do exame de acordo com a quantidade de dias configurada no cadastro do exame.

2.9.32. O sistema deverá emitir o comprovante de exames.

2.9.33. O sistema deverá gerar automaticamente a solicitação de coleta a partir do registro do pedido de exame.

2.9.34. O sistema deverá apresentar em tela a lista de paciente em espera para coleta das amostras.

2.9.35. O sistema deverá permitir que o responsável pela coleta faz amostras faça a emissão das etiquetas para fixar nos tubos de coleta das amostras.

2.9.36. O sistema deve permitir que a responsável pela coleta confirme a coleta das amostras do paciente efetuando a leitura do código de barras fixado no tubo.

2.9.37. O sistema deve permitir que a responsável pela coleta das amostras informe no registro de coleta que existem amostras pendentes de entrega.

2.9.38. O Sistema deverá permitir o usuário executar o registro da entrada das amostras coletadas no setor de triagem do laboratório.

2.9.39. O sistema deverá permitir o usuário registrar na entrada da amostra no laboratório a necessidade de recoleta justificando/informando o motivo que gerou a necessidade de recoleta.

2.9.40. O sistema deve permitir o usuário realizar o registro da passagem das amostras para as respectivas bancadas e ao final emitir o mapa de trabalho de bancada.

2.9.41. O sistema deve disponibilizar de tela para que o usuário possa efetuar consulta da rastreabilidade de com todas as movimentações da amostra no laboratório.

- 2.9.42.** O sistema deve disponibilizar de uma tela que o gestor do serviço possa ter uma visão do geral da quantidade de exames com pendências de coletas, de confirmação de coletas nos setores.
- 2.9.43.** O sistema deve dispor de tela que permita o usuário fazer o registro da triagem das amostras externas.
- 2.9.44.** O sistema deve dispor de recurso que permita o usuário emitir etiquetas para amostras externas.
- 2.9.45.** O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de prescrição eletrônica, pois de acordo com os itens (exames solicitados) a partir da prescrição e o fechamento dela, o sistema deve gerar automaticamente a solicitação/pedido do exame no laboratório e a solicitação de coleta, sem necessidade de que seja feito qualquer cadastro pelo usuário.
- 2.9.46.** O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de agendamento, pois ao registrar um agendamento, o sistema deve apresentar na tela de recepção de pacientes agendados do laboratório os respectivos pacientes agendados.
- 2.9.47.** A partir da lista de pacientes agendados no módulo do agendamento, o usuário deverá possuir opção para selecionar o paciente, registrar as devidas atualizações das informações cadastrais e na sequência gerar o atendimento externo do paciente.
- 2.9.48.** O sistema deve permitir registrar o pedido de exames, associado ao atendimento externo criado para o atendimento do paciente agendado.
- 2.9.49.** O sistema deve permitir ao usuário fazer a revisão dos exames realizados.
- 2.9.50.** O sistema deve ter a opção de o usuário registrar eletronicamente a assinatura do laudo exames realizados e revisados.
- 2.9.51.** O sistema deve ter a possibilidade de imprimir um ou todos os laudos assinados eletronicamente.
- 2.9.52.** O sistema deve disponibilizar a opção do usuário fazer a retificação dos laudos.
- 2.9.53.** O sistema deve ter a opção do bioquímico no momento de registrar o laudo visualizar os resultados anteriores de maneira analítica e gráfica.
- 2.9.54.** O sistema deve ter a opção do bioquímico no momento de registrar o laudo visualizar as respostas das perguntas associadas ao exame e que foram respondidas no momento da coleta do exame.
- 2.9.55.** O sistema deve ter tela que permita filtrar somente os exames que estejam na faixa normal, fora da faixa de normal, exames fora do limite e que estejam com valores pânico.
- 2.9.56.** O sistema deve dispor de tela para que o usuário possa consultar os log's de interfaceamento dos exames que estejam fora da faixa normal de valores.
- 2.9.57.** O sistema deve atualizar o status do exame de forma automática.
- 2.9.58.** O sistema deve disponibilizar tela para o registro da liberação dos exames para que eles possam ter seus resultados consultados.
- 2.9.59.** O sistema deve dispor de tela para o registro da entrega dos exames para os pacientes ou responsáveis pelo paciente.
- 2.9.60.** O sistema deve permitir ao usuário registrar a exclusão do pedido de exame registrado.

- 2.9.61.** O sistema deve dispor de tela que permita o gestor ter de maneira clara os exames que passaram do período de entrega, que os exames estão dentro do período crítico de entrega ou que está fora do período crítico de entrega.
- 2.9.62.** O sistema deve permitir e disponibilizar funcionalidade onde o usuário pode registrar as pendências de coleta de amostra por pedido.
- 2.9.63.** O sistema deve disponibilizar registrar os resultados dos exames de cultura e os dados do antibiograma.
- 2.9.64.** O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de faturamento, pois ao solicitar um exame em um atendimento ambulatorial o sistema deve ser lançar de forma automática na BPA os respectivos procedimentos.
- 2.9.65.** O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de faturamento de AIH, pois ao solicitar um exame em um atendimento de paciente internado, o sistema deve ser lançar de forma automática na AIH os respectivos procedimentos.
- 2.9.66.** O sistema deve dispor de recurso para pesquisar a rastreabilidade da amostra desde o momento da geração da solicitação da coleta até a passagem da amostra para a bancada que irá analisar a amostra.
- 2.9.67.** O sistema deve dispor de recurso para pesquisar informações de data e hora da realização do exame, data e hora da revisão, data e hora da assinatura, data e hora da impressão e data e hora da entrega do exame.
- 2.9.68.** O sistema deve possibilitar a publicação dos exames dos pacientes através de uma página personalizável na internet, com perfil de acesso para paciente e perfil de acesso para médico.
- 2.9.69.** O sistema deve disponibilizar recurso para que o usuário possa consultar em tela a relação de exames faltosos por setor e por período.
- 2.9.70.** O sistema deve disponibilizar recurso para registrar o descarte de amostras.
- 2.9.71.** O sistema deve disponibilizar relatório de exames solicitados por médico, solicitados por setor, realizados por laboratório, exames solicitados por cidade, exames não realizados, planilha mensal de exames realizados, média de tempo de realização de exames, pedidos com retificação de laudos e tempo médio de entrega de laudos, quantidade de recoletas e exames solicitados e sem coleta realizada.
- 2.9.72.** O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente, gerando alertas ao médico assistente quando um exame for liberado ou estiver fora da faixa de normalidade.
- 2.9.73.** O sistema deve dispor de opção para fazer o registro da solicitação de Diligenciamento de amostras de exames realizados.
- 2.9.74.** O sistema deve dispor de opção para fazer o registro da notificação de atraso de resultados.
- 2.9.75.** O sistema deve gerenciar o processo de assinatura digital dos laudos dos exames de análises clínicas. Os exames assinados digitalmente, deverão serão notificados pelo status.
- 2.9.76.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar os resultados de microbiologia para os exames de cultura. Nesta opção o sistema deve ter opção para registrar informações dos Bacilos Gram-negativos, Gram-positivo, Cocos Gram-negativos, Cocos Gram-Positivos, Diplocos Gram-Negativos e subamostra.

2.9.77. Deve permitir configurar o volume e o tempo necessários para a realização dos exames. O volume e tempo cadastrados serão apresentados no momento do registro do pedido de exame de laboratório.

2.9.78. O sistema deve possibilitar gerenciar pastas de trabalho, possibilitando o usuário cadastrar as pastas, bem como realizar outros procedimentos vinculados aos mapas de trabalho como tais como a visualização ou alteração do resultado do exame, realização da revisão dos exames, exclusão de resultado, assinatura e impressão do(s) laudo(s) do(s) exame(s) solicitado(s).

2.9.79. O sistema deve permitir identificar facilmente quais os pedidos que estão pendentes de confirmação de coleta, selecionar para quais pedidos deseja imprimir as etiquetas e em seguida realizar o registro da confirmação das amostras que foram colhidas.

2.9.80. Partindo do conceito de que os exames possuem tempos distintos para a liberação dos resultados, o sistema deve disponibilizar de uma tela para que o usuário possa visualizar e priorizar os exames cujas data e hora de entrega estão mais próximas, como por exemplo exames originados da Urgência/Emergência, evitando atrasos e transtornos aos pacientes.

2.9.81. Deve permitir interfaceamento com equipamentos utilizados pelos laboratórios de análises clínicas pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde sendo o responsável pelo sistema incumbido de realizar a integração e o interfaceamento das máquinas existentes e que venham a ser adquiridas; (Se o sistema não tiver funcionalidades para interfaceamento a empresa vencedora poderá as suas expensas subcontratar um sistema terceirizado que deve converter as informações dos equipamentos laboratoriais e lança-las no sistema contratado);

2.10. Diagnóstico Por Imagem

2.10.1. O sistema deve possibilitar que sejam configuradas as modalidades de exames de imagem. No momento do registro do pedido de exame de imagem o usuário deverá efetuar o registro da modalidade no campo relacionado.

2.10.2. O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração dos exames de diagnóstico por imagem com os seguintes critérios: Código, Nome, Mnemônico, Código SIGTAP, dias de entrega, efetuando o cálculo automático da data de entrega baseado na configuração dos dias de entrega, deve considerar somente os dias úteis, restrição por sexo, número de solicitações do exame no período, impressão em página única, orientações de preparo, setor de realização, dias da semana que o exame é realizado, perguntas relacionadas aos exames, modalidade do exame, gastos padrão inerentes a realização dos exames e especialidade do exame.

2.10.3. O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração os exames que não podem ser realizados em um paciente no mesmo dia. Com esse relacionamento, será possível controlar a solicitação de exames, impedindo que o paciente faça esses exames mais de uma vez no mesmo dia, preservando a integridade do paciente. Uma vez configurado, no momento da solicitação do exame, caso sejam pedidos exames cadastrados como proibidos para o um paciente no mesmo dia, uma mensagem deve ser exibida, e o sistema deve impedir a continuidade do processo.

2.10.4. O sistema deve possibilitar a configuração da quantidade que determinados exames que podem ser realizados por convênios ou setor. Caso a cota seja ultrapassada, será permitida a solicitação de exames, porém uma mensagem será exibida ao usuário no momento do registro da solicitação do exame.

2.10.5. O sistema deve fazer de forma automática a classificação do procedimento que está sendo realizado pelo paciente no setor de imagem de acordo com a tabela SIGTAP. Se o procedimento for classificado como de alto-custo deve ser lançado automaticamente na fatura APAC. Se o procedimento for de atenção básica (médio e baixo custo) deve ser lançado na fatura BPA também de forma automática.

2.10.6. O sistema deve possibilitar o cadastro dos textos utilizados como padrão pelos prestadores, no momento da emissão de laudos e das solicitações de pedidos de exames. O recurso visa carregar de forma automática o texto ao resultado do exame.

2.10.7. O sistema deve possibilitar cadastrar/configurar os perfis para os usuários dos setores de imagem, quanto as ações possíveis para os exames de médicos e técnicos. Dessa forma, o sistema irá controlar as funcionalidades que cada usuário poderá realizar na tela de Laudos. Esta configuração deve permitir liberar as ações na tela de laudos de acordo com as configurações realizadas para cada perfil e usuários criados.

2.10.8. O sistema deve permitir a configuração da lateralidade dos exames de imagem quando eles tiverem esta característica. As lateralidades serão lançadas na tela de registro de pedido de exames para evitar erros no momento da execução do exame pelo médico ou técnico.

2.10.9. O sistema deverá ser totalmente integrado ao sistema de central de agendamento de exames, pois os pacientes agendados pela central de marcações devem estar disponíveis na tela de recepção de pacientes do Centro de Diagnóstico.

2.10.10. O sistema deve estar integrado ao módulo dos painéis de atendimento e chamada do paciente.

2.10.11. O sistema deve possuir dispositivo que permita a recepcionista selecione a senha em uma lista de atendimento e faça a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o registro do atendimento dele.

2.10.12. O sistema deve permitir a recepcionista possa associar a senha de atendimento emitida pelo paciente com a agenda do Centro de Diagnóstico.

2.10.13. Ao associar a senha a agenda do paciente, a recepcionista deverá iniciar o registro do atendimento do paciente, executando uma pesquisa na base de dados do hospital para verificar se o paciente já possui cadastro na instituição. A pesquisa terá que ser com as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; Nome da Mãe; A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.

2.10.14. O sistema deve permitir a busca fonetizada do paciente.

2.10.15. O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa.

2.10.16. Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário criar o cadastro do paciente. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente.

- 2.10.17.** O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS) onde o usuário irá informar o CPF e o sistema irá carregar de forma automática as informações armazenadas na base do CNS.
- 2.10.18.** Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos.
- 2.10.19.** O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade; responsável pelo Paciente; caso o atendimento tenha sido agendado os campos devem ser preenchidos automaticamente com as informações fornecidas no agendamento.
- 2.10.20.** Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade.
- 2.10.21.** Após o registro do atendimento o sistema deve permitir o usuário registrar o pedido de exames de imagem associado ao atendimento com as seguintes informações: Médico solicitante, setor solicitante, tipo de solicitação e exame (rotina, urgência e emergência).
- 2.10.22.** Para os exames agendados o sistema deve carregar automaticamente na tela do pedido os exames que foram previamente agendados pela central de marcação.
- 2.10.23.** O sistema deve permitir o registro de atendimentos e do pedido de exames dos pacientes não agendados.
- 2.10.24.** O sistema deverá no momento de o pedido gerar automaticamente a data de previsão de entrega do exame de acordo com a quantidade de dias configurada no cadastro do exame.
- 2.10.25.** O sistema deverá emitir o comprovante de exames.
- 2.10.26.** O sistema deve abrir automaticamente no faturamento a conta do paciente e fazer o lançamento dos procedimentos na fatura BPA, identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e setor executante.
- 2.10.27.** O sistema deve lançar automaticamente os procedimentos correspondentes na conta do paciente no módulo de faturamento de AIH identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e setor executante.
- 2.10.28.** O sistema deve permitir o registro de atendimentos e dos pedidos de exames dos pacientes que não foram agendados.
- 2.10.29.** O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente, podendo o médico acessar ao laudo ou as imagens que foram geradas na realização do exame.
- 2.10.30.** O sistema deve possuir tela para o registro do laudo do exame realizado.
- 2.10.31.** O sistema deve possuir mecanismo para registrar a revisão do laudo do exame.
- 2.10.32.** O sistema deve possuir tela para fazer a emissão do laudo.
- 2.10.33.** O sistema deve mudar automaticamente de status de acordo com as etapas realizadas no processo de realização, revisão, impressão e entrega do laudo.

- 2.10.34.** O sistema deve dispor de tela para registrar a entrega dos exames aos pacientes ou acompanhantes.
- 2.10.35.** O sistema deve possuir tela para fazer o registro dos gastos de materiais e medicamento utilizados na execução do exame.
- 2.10.36.** O sistema deve dispor de opção para registrar a exclusão do pedido de exames.
- 2.10.37.** O sistema deve dispor de opção para registrar a exclusão do laudo do exame.
- 2.10.38.** O sistema deve dispor de opção para registrar e apresentar a notificação dos laudos alterados.
- 2.10.39.** O sistema deve disponibilizar os seguintes relatórios: Atendimentos por Período; Atendimentos por Empresa; Atendimentos por Médico; Atendimentos por Cidade; Atendimentos por Bairro; Atendimentos por Especialidade; Atendimentos por Serviço; Atendimentos por Usuário; Consultas Atendidas x Faturadas.
- 2.10.40.** O sistema deverá gerar um alerta para médico assistente no PEP que o exame de imagem já foi laudado e está liberado para consulta no PEP
- 2.10.41.** O sistema deverá possibilitar o usuário registrar a execução do exame, informando o médico ou o técnico que foi o responsável pela realização do exame.
- 2.10.42.** O sistema deverá possibilitar ao usuário registrar os gastos com materiais e medicamentos durante a execução do exame e realizando a baixa automática dos itens utilizados no sub-estoque do setor de diagnóstico de imagem.

2.11. Gestão de Estoque

- 2.11.1.** O sistema deve permitir realizar o cadastro das espécies dos produtos no mínimo em 3 (três) níveis.
- 2.11.2.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de fornecedores com as seguintes informações: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Constituição, Nacionalidade, CNPJ, CNPJ Matriz, Número do Contribuinte, Insc. Estadual, Insc. Municipal, Inscrição INSS, CEP, Endereço, Tipo (física ou jurídica), Ramo de Atividade, Contatos, Contrato, Tipo de Atividade, Formas de Comunicação, dados Bancários, Dados de Internet, impostos, contratos, conta contábil, formas de comunicação, dados bancários, documentos e endereço de cobrança.
- 2.11.3.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de serviços com o código, descrição e unidade.
- 2.11.4.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Produto com as seguintes informações: Código, Descrição, Descrição Resumida, Kit, Tipo de Produto, Unidade, Sexo, Código SIAF, SIAGEM, SIAFEM, Espécie, Classe, subclasse, Controle de Curva ABC, Controle de Lote, Controle de Validade, Etiqueta de Código de Barras, Etiqueta em Série, Procedimento relacionado, Permite Bloqueio de Compras, Permite o Bloqueio de Movimentação, Caráter, Padronizado, Lista (portaria 344/98), código DCB, Se necessita de Preparo, Se necessita de acondicionamento em geladeira, caráter, se é um item de rouparia, Atividade, Código do Produto NCM, Vigência NCM, Unidades Substitutas, Especificação, Substituições, Portaria, Fabricantes, Estoque Mínimo, Ponto de Pedido, Estoque Máximo, Tempo de Reposição, Classificação XYZ, Classificação na Curva ABC, Estabilidade do produto após aberto, substâncias do produto, anexos (documentos).

- 2.11.5.** O sistema deve permitir realizar o cadastro do Ramo de Atividade com código e descrição.
- 2.11.6.** O sistema deve permitir realizar o cadastro da Condição de Pagamento com código, descrição e percentual de cada parcela.
- 2.11.7.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Motivos de Pedidos de Compras.
- 2.11.8.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Motivos de Cancelamento de Compras.
- 2.11.9.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Justificativas da entrada de produtos sem ordem de compra.
- 2.11.10.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Compradores com código, nome e usuários associados ao comprador.
- 2.11.11.** O sistema deve permitir realizar o cadastro de Tipos de Empenho.
- 2.11.12.** O sistema deve permitir realizar o cadastro do Tipo de Atividades.
- 2.11.13.** O sistema deve permitir realizar o cadastro do Tipo de Modalidades.
- 2.11.14.** O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Serviços.
- 2.11.15.** O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Produtos.
- 2.11.16.** O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Ramos de Atividades.
- 2.11.17.** O sistema deve permitir realizar a configuração de perguntas de avaliação do fornecedor.
- 2.11.18.** O sistema deve permitir realizar a configuração de respostas as perguntas de avaliação do fornecedor.
- 2.11.19.** O sistema deve permitir realizar a configuração de fórmula de avaliação do fornecedor.
- 2.11.20.** O sistema deve permitir realizar a configuração ranking de avaliação do fornecedor.
- 2.11.21.** O sistema deve utilizar a metodologia ABC x XYZ para a definição e cálculo do estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras.
- 2.11.22.** O sistema deve classificar automaticamente o produto na curva ABC, baseando-se nas movimentações da quantidade de consumo e custo.
- 2.11.23.** O sistema deve calcular automaticamente o ponto de pedido baseado nos critérios ABC x XYX e o tempo de reposição.
- 2.11.24.** O sistema deve calcular automaticamente o estoque mínimo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para a reposição.
- 2.11.25.** O sistema deve calcular automaticamente o estoque máximo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo e a sugestão de compras.
- 2.11.26.** O sistema deve calcular automaticamente a sugestão de compras do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo de compras.

- 2.11.27.** Cadastro do nível hierárquico de autorização no mínimo em dois níveis com a definição dos valores máximos para autorização.
- 2.11.28.** Configurar usuários x privilégio de autorização.
- 2.11.29.** Configurar fornecedor x condição de pagamento.
- 2.11.30.** Configurar o critério de escolha do vencedor da cotação de preços nos seguintes critérios: menor preço, prazo de entrega, condição de pagamento, preço e prazo de entrega e preço e condição de pagamento.
- 2.11.31.** Registrar o cadastro de solicitação de compras de produtos de maneira eletrônica com as seguintes informações: Data máxima, setor, comprador, motivo do pedido, estoque de referência, produto, unidade e quantidade.
- 2.11.32.** Registrar o cadastro de solicitação de compras de serviços de maneira eletrônica com as seguintes informações: Data máxima, setor, comprador, motivo do pedido, estoque de referência, serviço e descrição do serviço detalhada.
- 2.11.33.** O sistema também deve ter a opção de gerar automaticamente na solicitação de compras os produtos e as respectivas quantidades para os produtos de acordo com a sugestão de compra e o estoque máximo.
- 2.11.34.** O sistema deve possuir recurso que libere/entregue a solicitação para o setor de compras de maneira automática.
- 2.11.35.** O sistema deve disponibilizar de recurso para os usuários com alçada possam autorizar de maneira eletrônica uma solicitação antes da mesma ser entregue ao setor de compras.
- 2.11.36.** O sistema deve permitir o usuário fazer o cancelamento da solicitação de compras informando o motivo.
- 2.11.37.** O sistema deve disponibilizar fazer o agrupamento de duas ou mais solicitação de compras em uma única solicitação.
- 2.11.38.** O sistema deve disponibilizar de recurso para que o setor de compras faça o registro do recebimento eletrônico da solicitação de compras pelos setores e os almoxarifados.
- 2.11.39.** O sistema deve possuir recurso para o usuário fazer a abertura do processo de licitação com as seguintes informações: Nr. do Processo, Data e Hora da abertura, Tipo de Atividade, Tipo de Empenho, Modalidade, Tipo de Modalidade, Tipo, Data da Licitação, Hora da Licitação, Nr. da Licitação, Valor Estimado, Conta, Rubrica, Fonte de Recurso, Detalhes, Produtos da Licitados, Unidade e Quantidade.
- 2.11.40.** Registrar a estimativa de preços com as seguintes informações: solicitação, número do processo, setor, motivo, fornecedor, data da coleta, data da validade, condição de pagamento, Valor da coleta de preço, produto, unidade, valor unitário e valor total.
- 2.11.41.** Registrar a marcação da licitação com as seguintes: código, modalidade, data da licitação, data da abertura do processo, hora da abertura, valor estimado, tipo de empenho, tipo da licitação, e equipe agentes de contratação.
- 2.11.42.** O sistema deve permitir que a partir do recebimento da solicitação eletrônica de compras, possa ser enviado e-mail de cotação de forma automática para todos os fornecedores cadastrados no sistema ou selecionados pelo usuário ou de acordo com o ramo de atividade do fornecedor e a atividade do produto.

- 2.11.43.** O sistema deve permitir que sejam registradas as coletas de preços enviadas pelos fornecedores com as seguintes informações: Nr. da Solicitação de Compra, Fornecedor, Data da Coleta, Validade da Cotação, Condição de Pagamento, Dias de Entrega, Valor da Coleta, Valor do Frete, Valor do ICMS, Valor de Desconto, Produto, Marca, Fabricante, Unidade, Qtde Cotada, Valor Unitário e Valor Total.
- 2.11.44.** O sistema deve permitir o usuário possa fazer a emissão do relatório de Mapa de Compra, Fornecedores da Cotação, Quadro Demonstrativo, Resumo das Coletas de Preço e Sugestão de Preço.
- 2.11.45.** O sistema deve permitir o usuário fazer a formação da ordem de compra a partir das cotações/coletas de preços enviadas pelos fornecedores. No processo da formação da ordem de compra o sistema deve carregar/ apresentar em tela de forma automática todos os fornecedores que enviaram as cotações, os preços, as quantidades e o valor unitário e o valor total por produto da respectiva solicitação selecionada.
- 2.11.46.** O usuário poderá selecionar o critério para definir o vencedor do processo de compras, sendo que os critérios de escolha devem ser no mínimo: menor preço, prazo de entrega, condição de pagamento, preço e prazo de entrega e preço e condição de pagamento.
- 2.11.47.** O sistema deve permitir o usuário alterar o vencedor da cotação, mas caso seja diferente do vencedor selecionado pelo sistema de acordo com o critério deverá ser justificado o motivo da troca.
- 2.11.48.** O sistema irá gerar a ordem de compra automaticamente a partir da formação da ordem de compra.
- 2.11.49.** O sistema deve permitir o registro eletrônico da autorização da ordem de compra de acordo com as alçadas e limites de autorização dos usuários.
- 2.11.50.** O sistema deve permitir o cancelamento total ou parcial de uma ordem de compra onde o motivo do cancelamento deve ser informado pelo usuário.
- 2.11.51.** O sistema deve dispor de opção para que seja cadastrada uma ordem de compra diretamente sem a necessidade de ela ser gerada a partir de uma solicitação de compra ou de uma formação baseada em uma cotação de preços.
- 2.11.52.** O sistema deve disponibilizar de opção para registrar a adjudicação da Ordem de Fornecimento.
- 2.11.53.** O sistema deve disponibilizar de opção para registrar a homologação da Ordem de Fornecimento.
- 2.11.54.** O sistema deve disponibilizar recurso no sistema que permita o registro e o controle de contratos de fornecimento de produtos ou serviços.
- 2.11.55.** O sistema deve possibilitar o usuário realizar uma estimativa de preços de produtos ou serviços para cada fornecedor, a partir de uma solicitação de compra cadastrada.
- 2.11.56.** O sistema deve permitir o usuário efetuar a abertura de um processo de licitação de produtos e serviços. Deve-se cadastrar as informações referentes à licitação, e as condições determinadas pelo hospital para realizar esta licitação.
- 2.11.57.** O sistema deve permitir o usuário efetuar a marcação da licitação de produtos e serviços. Deve-se cadastrar as informações referentes à licitação, tais como modalidade, data e hora, N° do Processo, Hora de Abertura, N° do Processo, Valor Estimado e Equipe de agentes de contratação.

2.12. Estoque e Farmácia

2.12.1. Cadastro das espécies dos produtos no mínimo em 3 (três) níveis.

2.12.2. O sistema deve permitir realizar o cadastro de fornecedores com as seguintes informações: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Constituição, Nacionalidade, CNPJ, CNPJ Matriz, Número do Contribuinte, Insc. Estadual, Insc. Municipal, Inscrição INSS, CEP, Endereço, Tipo (física ou jurídica), Ramo de Atividade, Contatos, Contrato, Tipo de Atividade, Formas de Comunicação, dados Bancários, Dados de Internet, impostos, contratos, conta contábil, formas de comunicação, dados bancários, documentos e endereço de cobrança..

2.12.3. Cadastro de Estoque com a definição do código, nome, tipo, se utiliza controle por código de barras, se utiliza endereçamento de produtos e setor, se utiliza o processo de conferência na entrada, se executa processo de manipulação de produtos, se usa dispensário eletrônico e se checa saldo no estoque.

2.12.4. O sistema deve permitir realizar o cadastro de Produto com as seguintes informações: Código, Descrição, Descrição Resumida, Kit, Tipo de Produto, Unidade, Sexo, Código SIAF, SIAGEM, SIAFEM, Espécie, Classe, subclasse, Controle de Curva ABC, Controle de Lote, Controle de Validade, Etiqueta de Código de Barras, Etiqueta em Série, Procedimento relacionado, Permite Bloqueio de Compras, Permite o Bloqueio de Movimentação, Caráter, Padronizado, Lista (portaria 344/98), código DCB, Se necessita de Preparo, Se necessita de acondicionamento em geladeira, caráter, se é um item de rouparia, Atividade, Código do Produto NCM, Vigência NCM, Unidades Substitutas, Especificação, Substituições, Portaria, Fabricantes, Estoque Mínimo, Ponto de Pedido, Estoque Máximo, Tempo de Reposição, Classificação XYZ, Classificação na Curva ABC, Estabilidade do produto após aberto, substâncias do produto, anexos (documentos).

2.12.5. Solicitação de Cadastro do Produto Novo com as informações e especificações do produto.

2.12.6. Dispor de tela para receber a Solicitação de Cadastro do Produto Novo com as informações e especificações do produto.

2.12.7. Dispor de tela para a liberação de Cadastro do Produto Novo após a validação do setor competente.

2.12.8. Cadastro de Unidade de Estocagem de Movimentação de produtos com fator de conversão para a unidade de referência.

2.12.9. Cadastro de localização dos estoques endereços das prateleiras.

2.12.10. Cadastro dos Motivos de Baixa.

2.12.11. Cadastro de Tipos de Documento.

2.12.12. Cadastro do Motivos de Devoluções.

2.12.13. Cadastro das Cotas de Reposição de Produtos ao Estoque.

2.12.14. Configuração das Etiquetas de Código de Barras.

2.12.15. Cadastro dos motivos de divergência no atendimento do estoque.

2.12.16. Cadastro de Motivos de Saídas para Fornecedor.

2.12.17. Cadastro de Kits de Produtos.

2.12.18. Cadastro de Fórmulas para o processamento de novos produtos a partir da composição de dois ou mais produtos.

- 2.12.19.** Cadastro de Portarias da Vigilância Sanitária e seus produtos.
- 2.12.20.** Cadastro das Listagens das Portarias da Vigilância Sanitária.
- 2.12.21.** Cadastro de Ações Terapêuticas, Substância e seus produtos, Laboratório/Fabricante e seus produtos, cadastro de grupos de tratamentos e seus produtos, cadastro de palavras-chaves e cadastro de produtos e DEF.
- 2.12.22.** Utilizar a metodologia ABC x XYZ para a definição e cálculo do estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras.
- 2.12.23.** O sistema deve classificar automaticamente o produto na curva ABC, baseando-se nas movimentações da quantidade de consumo e custo.
- 2.12.24.** O sistema deve calcular automaticamente o ponto de pedido baseado nos critérios ABC x XYZ e o tempo de reposição.
- 2.12.25.** O sistema deve calcular automaticamente o estoque mínimo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para a reposição.
- 2.12.26.** O sistema deve calcular automaticamente o estoque máximo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo e a sugestão de compras.
- 2.12.27.** O sistema deve calcular automaticamente a sugestão de compras do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo de compras.
- 2.12.28.** O sistema deve permitir a configuração de espécie de produto x estoque.
- 2.12.29.** O sistema deve permitir a configuração de usuários x estoque.
- 2.12.30.** O sistema deve permitir a configuração de usuários x espécie.
- 2.12.31.** O sistema deve permitir a configuração de operações que podem ser realizadas por usuário e por estoque.
- 2.12.32.** O sistema deve disponibilizar a configuração de etiquetas de códigos de barras.
- 2.12.33.** Registro da entrada de produtos através da entrada por nota fiscal, onde o usuário, ao informar a ordem de compras, estando a mesma autorizada, o sistema carrega de forma automática na tela de registro de entrada de produtos todas as informações negociadas como fornecedor tais como: Valor da Compra, Fornecedor, Estoque de Entrada, CFOP, Frete, Produto, Valor Unitário, Qtde Entrada, Valor Unitário e Valor total. O usuário terá que somente fazer o registro do número da nota fiscal, a data de emissão e os lotes e as respectivas datas de vencimento deles.
- 2.12.34.** Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por doação.
- 2.12.35.** Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por vale.
- 2.12.36.** Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por empréstimo.
- 2.12.37.** Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por produção (reprocessamento ou manipulação).
- 2.12.38.** Registro da entrada de serviços através da entrada por nota fiscal de prestação de serviços.
- 2.12.39.** Registro da entrada de produtos consignados no estoque sem nota fiscal de consumo.

- 2.12.40.** O sistema deve permitir registrar a baixa de vales, ou seja, após uma entrada por vale, o fornecedor poderá enviar ao final de um período uma nota fiscal, nesse momento o usuário irá selecionar o fornecedor o sistema irá executar uma busca de quais vales estão em aberto. Após a busca o usuário relaciona quais vales em aberto estão relacionados a NF de consumo e fazendo nesse momento a baixa dos vales.
- 2.12.41.** O sistema deverá disponibilizar opção para criar uma solicitação eletrônica de produtos ao estoque para as seguintes opções: saída para consumo de setor, saída para consumo do paciente, transferência entre estoques, gasto de sala e saída entre empresas.
- 2.12.42.** As solicitações de produtos devem ser apresentadas em tela para o atendimento e a dispensação, pois a partir desta opção o almoxarifado irá registrar/confirmar a dispensação.
- 2.12.43.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do setor e o lançamento no custo do setor.
- 2.12.44.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do paciente onde o lançamento no custo será no atendimento do paciente e no setor de consumo.
- 2.12.45.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do gasto de sala, onde o lançamento do custo será no aviso de cirurgia e no atendimento do paciente e no setor de consumo.
- 2.12.46.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a transferência de produtos entre estoques, onde não serão lançados nenhum custo neste momento, somente ocorrerá a transferência dos valores e das quantidades dos produtos, atualizando automaticamente o saldo do produto no estoque de destino.
- 2.12.47.** O sistema deve disponibilizar de recurso para registrar a saída de empréstimo.
- 2.12.48.** O sistema deve disponibilizar de recurso para registrar a saída de produtos para fornecedor.
- 2.12.49.** O sistema deve gerar automaticamente a solicitação de produtos para o paciente a partir do fechamento da prescrição eletrônica no prontuário eletrônico do paciente.
- 2.12.50.** O sistema deverá disponibilizar opção para criar uma solicitação eletrônica de devolução de produtos ao estoque para as seguintes opções: devolução de saída para consumo de setor, devolução de saída de produto para consumo do paciente; Devolução de Saída de Consumo de Gasto de Sala.
- 2.12.51.** As solicitações de devolução de produtos devem ser apresentadas em tela para o atendimento e a confirmação de devolução, pois a partir desta opção o almoxarifado irá registrar/confirmar a devolução do produto ao estoque.
- 2.12.52.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do setor com o lançamento do motivo da devolução.
- 2.12.53.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do paciente com o lançamento do motivo da devolução.
- 2.12.54.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do gasto de sala com o lançamento do motivo da devolução.
- 2.12.55.** O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos para fornecedor com o lançamento do motivo da devolução.

- 2.12.56.** O sistema deve permitir o registro da baixa de produtos informando o motivo da baixa.
- 2.12.57.** O sistema deve permitir o registro da transferência de produtos entre estoques.
- 2.12.58.** O sistema deve permitir o registro da confirmação da transferência de produtos entre estoques.
- 2.12.59.** O sistema deve permitir o registro da transferência de produtos entre empresas.
- 2.12.60.** O sistema deve permitir o registro do recebimento da transferência de produtos entre empresas.
- 2.12.61.** O sistema deve possuir opção para o registro da produção de kits de produtos, materiais e medicamentos.
- 2.12.62.** O sistema deve possuir opção para o registro da produção de kits de produtos em massa de materiais e medicamentos.
- 2.12.63.** O sistema deve disponibilizar de tela para registrar a confirmação de consumo dos materiais e medicamentos dispensados ao paciente.
- 2.12.64.** O sistema deve disponibilizar de tela para o registro de recebimento das solicitações de produtos ao estoque.
- 2.12.65.** O sistema deve possuir de opção de liberação e bloqueio pelo farmacêutico da dispensação de materiais e medicamentos para o paciente.
- 2.12.66.** O sistema deve permitir o usuário registrar a abertura de inventário, onde ele pode escolher o almoxarifado, o item ou então a localização ou todos dos produtos de uma determinada espécie, espécie e classe ou espécie, classe e subclasse.
- 2.12.67.** O sistema deve permitir o usuário registrar as quantidades das contagens dos produtos em inventário.
- 2.12.68.** O sistema deve ter rotina de geração do inventário.
- 2.12.69.** O sistema deve ter a rotina da geração do balanço de inventário.
- 2.12.70.** O sistema deve permitir fazer o fechamento do estoque, não permitindo mais após o fechamento transações e operações dentro do período fechado.
- 2.12.71.** O sistema deve permitir a realização/execução dos cálculos da curva ABC.
- 2.12.72.** O sistema de disponibilizar a realização dos cálculos de estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras de acordo com os critérios previamente determinados na configuração.
- 2.12.73.** O sistema deve ter opção para fazer o bloqueio de movimentação de itens de estoque de um ou de todos os lotes de um determinado produto.
- 2.12.74.** O sistema deve possuir tela para consulta de saldos do estoque do produto.
- 2.12.75.** O sistema deve possuir tela para a consulta de dados consolidados do produto.
- 2.12.76.** O sistema deve possuir tela para a consulta de produtos críticos.
- 2.12.77.** O sistema deve possuir tela para a consulta de consumo de produtos por setor.
- 2.12.78.** O sistema deve dispor de processo para importar todos os arquivos XML emitidos contra o hospital e que estão disponíveis no portal da SEFAZ.
- 2.12.79.** O sistema deve ter a possibilidade de entrada de NF todas as informações da do arquivo XML importado do portal da SEFAZ

2.12.80. ☐ sistema deve possibilitar utilizar o processo de conferência na entrada de produtos quando o estoque estiver habilitado para este processo. Esse processo irá permitir o usuário cadastrar a abertura de conferência de produtos para maior controle das entradas de produtos informando a OC o sistema carrega de forma automática todos os itens relacionados a OC.

2.12.81. O sistema deve possuir tela que permita o usuário pesquisar, conferir, validar, cancelar e excluir as conferências de produtos cadastradas, de acordo com o seu status. Os estoques que estiverem cadastrados para usar conferência só irão permitir a entrada após o registro de conferência.

2.12.82. O sistema deve possuir recurso para que a devolução possa ser realizada somente com a leitura do código de barras, ficando o sistema responsável em carregar os dados do produto e o paciente que foi dispensado sem a necessidade de estar identificando o mesmo no processo de devolução. Esse recurso só pode ser possível caso o processo de código de barras sem série esteja ativo.

2.12.83. O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa fazer a conciliação de empréstimo concedidos e recebidos.

2.12.84. O sistema deve realizar a comunicação e a impressão das etiquetas do processo de unitarização dos medicamentos. Os arquivos gerados pela unitarização no sistema serão enviados ao equipamento selecionado para que ele leia o arquivo e execute o processo de unitarização de forma automática.

2.12.85. O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa confirmar o recebimento de produtos vindos de outro estoque, inclusive por leitura de código de barras. A confirmação do recebimento pode ocorrer de forma parcial ou total.

2.12.86. O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa solicitar o fracionamento dos produtos para que possam ser autorizadas pelo farmacêutico.

2.12.87. O sistema deve possibilitar registrar a baixa dos produtos de um estoque que tenham sido extraviados, quebrados, tenham vencido etc.

2.12.88. O sistema deve possibilitar que o usuário possa confirmar o recebimento das solicitações (de produtos ao estoque ou de devolução) após o atendimento pela farmácia.

2.12.89. O sistema deve permitir a liberação e/ou bloqueio dos medicamentos que compõem uma solicitação. Nesse processo deve ser possível informar os medicamentos que se encontram aguardando autorização, pendentes, em análise etc.

2.12.90. O sistema deve permitir realizar as solicitações de compras com cobertura de estoque em dias, baseando-se na última competência fechada e consolidada no estoque. Os produtos serão carregados de acordo com os parâmetros selecionados e irão gerar uma solicitação de compras de forma automática com os produtos que devem ser comprados por estarem sem cobertura de estoque.

2.12.91. O sistema deve possibilitar que sejam carregados no mapa de pacientes todas as medicações que necessitem de preparo. Neste processo o farmacêutico poderá registrar o preparo (manipulação) da medicação de acordo com o que foi prescrito pelo médico, a liberação da medicação preparada para o paciente, emissão das etiquetas de preparo, o descarte ou o reaproveitamento das sobras (overfill). O sistema também deve controlar a estabilidade do produto de acordo com o que foi configurado no cadastro. Caso o tempo tiver sido ultrapassado o sistema deve gerar indicação que o produto manipulado está vencido e permitirá que ele seja descartado. O sistema também deve permitir que

possa ser registrado a transferência de um paciente para outro do produto que foi preparado,

2.12.92. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar as características e restrições de armazenamento, que indicam o que poderá ou não ser armazenado num determinado endereço de estoque.

2.12.93. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os endereços de armazenamento dos produtos.

2.12.94. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o vínculo entre as espécies de produtos e as características de armazenamento.

2.12.95. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o vínculo das características e da restrição de armazenamento com os endereços.

2.12.96. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o endereço do estoque onde os produtos que deram entrada no hospital serão armazenados.

2.12.97. O sistema deve dispor de recurso para registrar a etapa de separação de produtos, onde irá permitir ao usuário identificar os produtos e lotes disponíveis, tendo como base a data de validade de cada produto, a partir de uma solicitação de produtos ao estoque.

2.12.98. O sistema deve permitir ao usuário reservar endereços para produtos com características especiais.

2.12.99. O sistema deve dispor de recursos para acompanhar o romaneio

2.12.100. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os veículos de carga que irão transportar as cargas.

2.12.101. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os destinos das cargas que serão transportadas.

2.12.102. O sistema deve permitir ao usuário acompanhar o processo de solicitações de romaneio.

2.12.103. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar as transportadoras que irão transportar as cargas dos romaneios.

2.12.104. O sistema deve permitir ao usuário fazer o registro do romaneio do transporte dos produtos que serão transferidos de uma localidade para outra.

2.12.105. O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os motoristas que irão transportar as cargas dos romaneios.

2.12.106. O sistema deve possibilitar ao usuário pesquisar a utilização dos veículos por período informando todos os romaneios que ele transportou no período.

2.13. Patrimônio

2.13.1. Cadastro de classificação dos bens patrimoniais em 2 níveis, com o código, descrição e a taxa (%) de depreciação anual.

2.13.2. Cadastro de Localizações com código e descrição associada ao setor.

2.13.3. Cadastro de Motivos de Baixa dos Bens.

2.13.4. Cadastro de Tipo de Aquisição.

2.13.5. Permitir a configuração da forma de depreciação dos bens patrimoniais (agrupada ou detalhada).

- 2.13.6.** Permitir configurar a forma de cálculo da depreciação (gradativa ou linear).
- 2.13.7.** Configurar a classificação contábil dos bens, relacionando-os aos ativos e as depreciações.
- 2.13.8.** Permite realizar o tombamento dos bens a partir da entrada da NF no estoque.
- 2.13.9.** Cadastro dos bens no momento do tombamento com as seguintes informações: descrição da plaqueta, descrição do bem, número de série, marca, modelo, especificações técnicas, acessórios, tipo de aquisição, espécie, classe, subclasse, classificação, subclassificação, permanente, localização do bem, forma de depreciação, dados da compra, anexar documentos do bem como manuais e outros e tempo de vida útil a partir da taxa de depreciação.
- 2.13.10.** O registro do bem patrimonial será pelo setor e a localização física, debitando o custo da depreciação no setor correspondente.
- 2.13.11.** A partir do tombamento do bem patrimonial, o sistema irá gerar automaticamente ao setor de manutenção, todas as manutenções preventivas que devem ocorrer dentro do tempo de vida útil do bem tombado.
- 2.13.12.** Cadastro de apólices de seguros e os bens segurados nas apólices.
- 2.13.13.** Registro de Baixa dos Bens Patrimoniais e os motivos da baixa.
- 2.13.14.** Permite agregar um ou mais bens patrimoniais a um bem.
- 2.13.15.** Reavaliar um bem patrimonial, informando o novo tempo de vida útil e recalculando automaticamente a taxa de depreciação anual.
- 2.13.16.** O sistema deve permitir a importação dos bens patrimoniais a partir de uma planilha previamente estruturada.
- 2.13.17.** O sistema deve calcular a projeção de depreciação do bem patrimonial a partir das taxas previamente estabelecidas no seu tombamento/cadastro.
- 2.13.18.** O sistema deve realizar a depreciação do bem patrimonial a partir das taxas previamente estabelecidas no seu tombamento/cadastro.
- 2.13.19.** Registro da movimentação dos bens patrimoniais entre setores e localidades, armazenando todo o histórico das movimentações.
- 2.13.20.** Geração e emissão de planilha de conferência dos bens por setor e localidade para realização do inventário físico dos bens patrimoniais.
- 2.13.21.** Emissão de relatórios do balanço patrimonial, de depreciações realizadas, de inventário de bens por setor, baixas de bens por motivo.

2.14. Faturamento SUS – Internação (AIH)

2.14.1. Controlar automaticamente as regras de validação do SUS para cada procedimento, possibilitando uma checagem automática no momento do lançamento e execução dos procedimentos e do fechamento da conta.

2.14.2. Consultar o demonstrativo de AIH's por complexidade e financiamento, permitindo filtrar por uma ou mais remessas e discriminar por grupo, subgrupo e procedimentos SUS. O relatório exibe informações como: a AIH, o procedimento realizado, o período bem como o total da conta e a complexidade.

2.14.3. Definir e validar critérios e normas do SUS no momento da entrada dos dados referentes aos procedimentos realizados.

2.14.4. Emitir a produção e o consequente faturamento de cada profissional, com a opção de periodicidade diária, semanal e mensal.

2.14.5. Exportar arquivo de remessa no formato/layout padrão do SISAH01.

2.14.6. Exportar as informações necessárias para o sistema SIHD2, SISAH01 segundo o layout definido pelo Ministério da Saúde.

2.14.7. Importar informações dos sistemas: SIA, SCENES, SIGTAP, SIHD2, SISAH01, e-SUS, necessárias à emissão de relatórios gerenciais.

2.14.8. Integrar com o módulo de prontuário eletrônico do cidadão onde todos os exames solicitados e realizados, procedimentos realizados e prescritos, medicamentos solicitados e dispensados cairão automaticamente na conta do paciente, assim como se realizar o cancelamento estes sairão automaticamente da conta.

2.14.9. Manter rotina de atualizar o banco de dados utilizado pelo módulo, com as informações disponibilizadas pelo DATASUS/Ministério da Saúde (tabelas e arquivos).

2.14.10. Manter rotina de importar as Tabelas do SIGTAP, possibilitando as atualizações.

2.14.11. Realizar a digitação do Laudo AIH e impressão no formato e layout do Ministério de Saúde.

2.14.12. Registrar o laudo médico para emissão de AIH, que requisita uma autorização de internação hospitalar. Nesse relatório constam informações a respeito do estabelecimento solicitante, dados do paciente, o laudo técnico, justificativa da internação, entre outros dados.

2.14.13. Registrar os dados necessários para faturamento e verificar critério de críticas conforme normas do SUS.

2.14.14. O sistema deve permitir serem cadastradas as faixas de AIH's disponibilizadas pela SES para a Unidade Hospitalar por competência.

2.15. Manutenção

2.15.1. Gerenciar as manutenções corretivas e preventivas relativas à estrutura física da instituição e equipamentos clínicos (Engenharia Clínica).

2.15.2. Cadastro de serviços com código, descrição, peso, unidade, hora máxima, hora mínima, categoria do serviço e oficina responsável pela realização do serviço.

2.15.3. Cadastro de especialidade de serviços de manutenção.

2.15.4. Cadastro de funcionários da manutenção e as especialidades de serviços deles, as escalas de trabalho e o valor da hora/homem.

2.15.5. Cadastro dos tipos de OS.

2.15.6. Cadastro dos Motivos de Serviços.

2.15.7. Cadastro de Checklist de manutenção com a programação de todos os serviços a serem executados.

2.15.8. Permitir registrar as solicitações de manutenção corretiva com informações tais como, nome do solicitante, data que o solicitante deseja que seja realizada a manutenção, escolha do padrão de manutenção (Unidade, equipamento/item, local, problema e grupo profissional).

2.15.9. Permite programar a data de realização da manutenção e visualizar a agenda dos profissionais que poderão realizar a mesma.

2.15.10. Realização das requisições de itens necessários para manutenção no estoque de forma integrada com o módulo de Requisição de Estoque e Almoxarifado.

2.15.11. Permite fazer uma solicitação para compra de um item que não tem no almoxarifado, sendo que a solicitação está ligada à ordem de serviço que necessitou da compra.

2.15.12. Realização dos cadastros referentes a um item/equipamento, tais como: grupo de manutenção que atende este item, unidade e local que pertence, número de patrimônio, grupo de manutenção que atende este item, checklist (EPIs, procedimentos, peças, ferramentas etc.) necessários para manutenção do item/manutenção, cadastro dos problemas que ocorrem e permitir anexar documentos como, por exemplo, manual.

2.15.13. Permitir cadastrar o dicionário de avaliação possibilitando a flexibilidade no Checklist para avaliação dos equipamentos/itens.

2.15.14. Relacionar fornecedores homologados para cada equipamento, sendo realizada para serviços de manutenção terceirizados.

2.15.15. Possibilitar a realização de pesquisas das manutenções efetuadas durante determinado período, em que status a manutenção se encontra (solicitada, programada ou concluída) e detalhes da manutenção como grupo, nome solicitante, local, problema etc.

2.15.16. Permitir a visualização da relação de patrimônios e a periodicidade da realização da manutenção preventiva de cada um, para que se possa programar as manutenções.

2.15.17. Possibilidade de consultar a relação de equipamentos por diversas formas de filtro (descrição, garantia, fornecedor, marca, número de patrimônio etc.).

2.15.18. Permitir agregar bens a algum bem já cadastrado, fazer transferências para outras unidades, visualizar informações tais como número da Nota Fiscal, valor, garantia, fornecedor, entre outras informações.

2.15.19. Possibilitar a realização de consulta às manutenções preventivas pendentes, em processo de realização ou realizadas de um equipamento em um determinado período. Além da consulta, é possível programar manutenções já existentes.

2.16. Lavanderia e Rouparia

2.16.1. Cadastro de peças do enxoval com o código, descrição, tamanho e peso.

2.16.2. Cadastro de tipos de kits de enxoval com o código, descrição.

2.16.3. Cadastro de composição dos kits com o código, descrição, peças e quantidade de peças.

2.16.4. Cadastro dos tipos de entradas do enxoval no estoque da rouparia.

2.16.5. Cadastro dos motivos de baixa das peças da rouparia.

2.16.6. Cadastro de cotas de peças e kits para serem enviadas para as unidades de internação.

2.16.7. Cadastro de cotas de peças e kits para serem enviadas para os setores.

2.16.8. Registro das saídas de roupas dos setores e unidades de internação para a lavanderia, seja ela externa ou interna, com o registro separado do peso da sujidade leve e da sujidade pesada das roupas que serão enviadas pelo setor.

2.16.9. Registro das entradas de roupas na rouparia, oriundas da lavanderia, seja externa ou interna, onde o usuário informa as peças, as quantidades e de acordo com as peças e as quantidades o sistema calcula o peso.

2.16.10. Registro das saídas de roupas da rouparia para os setores e as unidades de internação, nesta operação devem ser informados o setor, a unidade de internação, as peças, os kits e as respectivas quantidades, de acordo com as peças e as quantidades o sistema calcula automaticamente o peso enviado para o setor ou unidade de internação.

2.16.11. Registro das entradas das peças de roupas na rouparia por compra ou outro tipo de composição.

2.16.12. Registro das baixas das roupas da rouparia.

2.16.13. O sistema deve permitir a consulta das saídas para a lavanderia.

2.16.14. O sistema deve permitir a consulta das pendências da lavanderia.

2.16.15. O sistema deve permitir a consulta dos saldos de peças da rouparia.

2.17. Central De Material Esterilizado

2.17.1. Cadastro dos tipos de embalagens com código e descrição.

2.17.2. Cadastro das máquinas esterilizadoras.

2.17.3. Cadastro dos tipos de instrumentais com código, descrição, tempo de esterilização e temperatura.

2.17.4. Cadastro dos tipos de caixas cirúrgicas com código, descrição, tempo médio de esterilização, tempo de volume de produção e quantidade de componentes.

2.17.5. Cadastro dos tipos de esterilização.

2.17.6. Cadastro das localidades do arsenal com código, corredor, prateleira, armário e box.

2.17.7. Cadastro do Motivo de Cancelamento.

2.17.8. Cadastro do Composição de Kits com descrição, tipo de embalagem, setor principal, tipo de instrumental, tipo de esterilização, instrumentais e fotos dos instrumentos de composição, localização do arsenal, qtde de etiquetas para preparo e etiquetas para esterilização.

2.17.9. Cadastro de Composição de Caixas Cirúrgicas.

2.17.10. Cadastro dos instrumentais cirúrgicos.

2.17.11. Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no expurgo.

2.17.12. Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no processo de desinfecção.

- 2.17.13. Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no processo de preparo.
- 2.17.14. Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no processo de esterilização.
- 2.17.15. Registrar a digitação dos testes físico, químico e biológico.
- 2.17.16. Registrar a entrada das caixas e os respectivos instrumentais ou dos instrumentais no arsenal.
- 2.17.17. Registrar a transferência das caixas e os respectivos instrumentais ou somente os instrumentais para o centro cirúrgico.

2.18. Sistema De Atendimento ao Cliente

- 2.18.1. Cadastro de Níveis de Chamado.
- 2.18.2. Cadastro dos Receptores de Chamados.
- 2.18.3. Cadastro das Situações de Chamados.
- 2.18.4. Cadastro dos Tipos de Chamados.
- 2.18.5. Cadastro dos Motivos de Chamados.
- 2.18.6. Cadastro de Meios de Contato.
- 2.18.7. Cadastro de Origens da Solicitação.
- 2.18.8. Cadastro de Tipos de Local.
- 2.18.9. Configuração de Usuários x Setor de Chamado.
- 2.18.10. Permitir o Registro da abertura de chamados.
- 2.18.11. Permitir cadastrar os documentos de chamado.
- 2.18.12. Permitir executar o gerenciamento de chamados.
- 2.18.13. Registrar a exclusão de chamados.
- 2.18.14. Permitir registrar a resposta da solicitação de parecer aos setores.
- 2.18.15. Realizar a consulta de chamados abertos.
- 2.18.16. Emitir relatórios estatísticos de origens de chamados, meio de abertura, origem de chamado x tipo de chamado, níveis de chamado, motivos de chamado e tipos de chamado.

2.19. Portaria E Controle De Acesso

2.19.1. O sistema deve permitir registrar a entrada de acompanhantes e visitantes para o paciente que está hospitalizado. No registro deve permitir informar dados como paciente a ser visitado ou acompanhado, grau de parentesco, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, observações dos acompanhantes ou visitante, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do visitante/acompanhante.

2.19.2. O sistema deve permitir registrar a entrada de fornecedores e prestadores. No registro deve permitir informar dados como nome do prestador/fornecedor, telefone de contato, documento de identificação, responsável pela autorização e liberação do acesso,

observações do fornecedor/prestador, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do fornecedor/prestador.

2.19.3. O sistema deve permitir registrar a entrada de pacientes. No registro deve permitir informar dados como nome do paciente, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, setor de destino e observações do paciente, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do paciente.

2.19.4. O sistema deve permitir registrar a entrada de acompanhantes de pacientes que possuem procedimentos agendados na Unidade Hospitalar. No registro deve permitir informar dados do paciente que está sendo acompanhado, dados do acompanhante, grau de parentesco, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, observações dos acompanhantes ou visitante, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do acompanhante

2.19.5. O sistema deve possibilitar fazer a emissão da etiqueta do visitante ou acompanhante com código de barras e dados de identificação.

2.19.6. O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação dos acompanhantes e visitantes.

2.19.7. O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação dos prestadores/fornecedores.

2.19.8. O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação dos pacientes.

2.19.9. O sistema deve permitir o registro da saída dos visitantes, acompanhantes, prestadores, fornecedores e pacientes.

2.20. Gestão De Usuários e Controle De Acesso

2.20.1. Cadastro dos sistemas.

2.20.2. Cadastro dos módulos que compõem o sistema.

2.20.3. Cadastro de perfis/papel de usuários com a definição dos módulos, telas e relatórios que eles terão acesso.

2.20.4. O sistema deve permitir a configuração das diretivas de segurança para a criação e definição de senhas.

2.20.5. Permitir a criação de usuários e a definição dos papéis de acesso dos respectivos usuários.

2.20.6. Permitir a desativação de usuários do sistema.

2.20.7. O usuário poderá ter um ou mais papéis definidos simultaneamente.

2.20.8. Permitir a mudança de senha.

2.20.9. Permitir a alteração de senha.

2.20.10. Configurar os usuários por empresa.

2.20.11. Configurar os usuários por setor ou unidade de internação.

2.20.12. Configurar os usuários por almoxarifado.

2.20.13. Configurar os usuários por SAME.

- 2.20.14.** Configurar os usuários por setores de diagnóstico.
- 2.20.15.** Configurar tabelas e as colunas que serão auditadas.
- 2.20.16.** Configurar as operações que serão auditadas junto as tabelas.
- 2.20.17.** O sistema deve disponibilizar tela para a consulta de auditoria das tabelas que sofreram alterações no conteúdo.
- 2.21. Gestão Estratégica**
- 2.21.1.** Possibilitar que os relatórios sejam criados pela equipe da SMS sem necessitar de solicitação da licitante.
- 2.21.2.** O módulo deverá possibilitar a ordenação por qualquer dos campos existentes a qualquer momento pelo próprio usuário.
- 2.21.3.** Possibilitar ao usuário realizar somatórias de campos, conforme suas necessidades.
- 2.21.4.** Permitir a criação de gráficos personalizados dos relatórios.
- 2.21.5.** Permitir que cada usuário salve e personalize os seus próprios relatórios.
- 2.21.6.** Permitir a exportação das informações para formatos PDF, TXT e XLS.
- 2.21.7.** Permitir que se crie para cada relatório regras de validação e somatórias para os diversos campos existentes no relatório.
- 2.21.8.** O sistema deverá possuir ferramentas que permita analisar as informações do hospital e as transforme em indicadores interativos, que auxiliarão na geração de previsões e cenários futuros, controle e otimização das receitas e custos, contribuindo na tomada de decisões e expansão dos negócios.
- 2.21.9.** Deverá ser possível a criação de filtros para os indicadores, a partir de dados Assistenciais, Financeiros, de Produção e de Suprimentos dentro de um período selecionado.
- 2.21.10.** O sistema deverá possuir tela interativa que mostre de forma on-line a evolução dos indicadores.
- 2.21.11.** O sistema deverá permitir indicar parâmetros de conformidade (mínimo e máximo) para cada indicador.
- 2.21.12.** O sistema deverá possuir marcação sobre o atual estado do indicador, demonstrando se a informação contida no mesmo está dentro de padrões de normalidade, em estado de atenção ou em estado de alerta.
- 2.21.13.** O Sistema deverá permitir a geração de Informações gerenciais e estatísticas, através do acesso a diversas informações relativas ao Atendimento e à produção das unidades e dos Médicos.
- 2.21.14.** Permite controlar a produção fornecendo os principais indicadores em determinados períodos, fornecendo os índices de ocupação de cada unidade em relação à ocupação e sua própria ocupação.
- 2.21.15.** O Sistema deverá informar também os índices de Atendimento de cada Médico, especialidade em relação ao período escolhido, criando assim, uma importante ferramenta para a negociação, em cima de dados reais de produção.
- 2.21.16.** O sistema deverá permitir que se tracem estratégias para aumentar, diminuir ou mudar o perfil da ocupação de acordo com os interesses da Instituição.

- 2.21.17.** Deverá ser possível acessar informações de todas as estatísticas e indicadores institucionais, fornecendo taxas de ocupação, número de Pacientes/dia, leitos/dia, média de permanência, taxas de mortalidade, rotatividade dos leitos, número de internações e saídas, morbidade, procedência. Seja por unidades, Médicos, especialidade.
- 2.21.18.** O sistema deverá permitir que sejam parametrizados relatórios sobre as diversas atividades relacionadas ao atendimento dos pacientes nas diversas unidades.
- 2.21.19.** O sistema deverá permitir a geração de análises críticas de evolução dos indicadores.
- 2.21.20.** O sistema deverá permitir a geração de painéis atualizáveis para gestão à vista em televisores.

2.22. Gestão De Documentos

- 2.22.1.** Permitir criar uma formalização de manipulação dos documentos.
- 2.22.2.** Possibilitar ao gestor uma Criação de estrutura de armazenamento dos documentos (repositórios e pastas).
- 2.22.3.** Permitir a disponibilização de todo um controle de segurança de acesso aos repositórios e pastas.
- 2.22.4.** Permitir a criação de ciclo de vida do documento (verificação, aprovação e publicação) com pessoas responsáveis para cada fase.
- 2.22.5.** Permitir a visualização gráfica do atual status do ciclo de cada documento.
- 2.22.6.** Permitir a visualização de forma fácil do Histórico de toda vida do documento.
- 2.22.7.** Possibilitar fácil bloqueio de impressão e download dos documentos.
- 2.22.8.** Permitir um único controle de segurança para todos os sistemas para todos os sistemas.
- 2.22.9.** Permitir a integração com a norma ISO9000 criando categorias que permitem a numeração automática dos documentos.
- 2.22.10.** Permitir a associação de palavras chaves ao documento criando um sistema dinâmico de buscas.
- 2.22.11.** Permitir o controle de documentos externos (vídeos, planilhas, documentos, PDF) a central de documentos.
- 2.22.12.** Permitir a criação de documentos internos com editor próprio.
- 2.22.13.** Possibilitar a criação de um sistema de alertas.
- 2.22.14.** Permitir a geração de uma visualização das pendências (verificação, aprovação e publicação) de cada gestor dentro de uma central de responsabilidades.
- 2.22.15.** Permitir a criação de Dashboard que apresente uma visão macro para cada gestor.

2.23. Módulo Gráfico De Atendimento

- 2.23.1.** Permitir inserir em desenho gráfico de homem e/ou mulher, os locais com queixa;
- 2.23.2.** Permitir inserir pontos agudos de dor, com tela de edição de imagem, onde o profissional possa desenhar conforme o tipo de atendimento escolhido;

- 2.23.3.** Permitir inserir imagens pré-definidas e já inclusas na biblioteca de imagens do atendimento;
- 2.23.4.** Permitir campo para texto, em qualquer parte do documento eletrônico;
- 2.23.5.** Permitir inserir círculos, retângulos ou linhas, de forma livre em cima do documento de visão;
- 2.23.6.** Permitir alterar as cores da escrita, deixar em negrito, itálico ou sublinhado;
- 2.23.7.** Permitir configurar e vincular documentos eletrônicos, conforme perfil de especialidade ou origem de atendimento.

3. Módulo de Assistência

3.1.1. Este módulo foi desenvolvido para otimizar o fluxo de trabalho dos profissionais de saúde, oferecendo ferramentas de suporte que agilizam tarefas administrativas e o acesso à informação, mantendo sempre o profissional como o tomador de decisão final.

3.1.2. i. Comunicação e Registro de Interações:

3.1.3. Disponibiliza uma funcionalidade de chatbots, com entrada de dados via texto e áudio, para o registro de interações entre pacientes e a equipe de saúde. O objetivo é facilitar a comunicação e o fluxo de informações, sem que haja qualquer tipo de análise automatizada do conteúdo clínico registrado.

3.1.4. ii. Suporte ao Preenchimento de Documentos:

3.1.5. Oferece uma ferramenta de auxílio administrativo para a elaboração de documentos médicos. O sistema utiliza exclusivamente as informações fornecidas e validadas pelo profissional de saúde para o preenchimento, não realizando sugestões autônomas de conteúdo clínico.

3.1.6. iii. Acesso Otimizado à Informação:

3.1.7. Permite que o profissional de saúde solicite ativamente a exibição de informações previamente parametrizadas e organizadas por categorias. Esta função visa agilizar o acesso a conteúdo informativos, sem realizar interpretação ou inferência sobre os dados do paciente.

3.1.8. iv. Padronização de Documentos:

3.1.9. Organiza e disponibiliza um repositório de modelos padronizados de documentos, tanto administrativos quanto clínicos, como relatórios, laudos e formulários. Todos os modelos seguem os protocolos previamente estabelecidos pela instituição ou pela equipe técnica responsável.

3.1.10. v. Consulta a Bases de Conhecimento Externas:

3.1.11. Facilita o acesso a bases de dados públicas e diretrizes sobre linhas de cuidado e condutas terapêuticas. O conteúdo disponibilizado tem finalidade exclusivamente informativa e referencial, cabendo ao profissional a responsabilidade pela análise, seleção e validação final da informação no contexto clínico.

3.1.12. vi. Informações de Referência sobre Medicamentos e Tratamentos:

3.1.13. Disponibiliza um compêndio de informações referenciais sobre medicamentos, incluindo bulas, protocolos e tratamentos cientificamente reconhecidos. O sistema não sugere, indica ou endossa qualquer tipo de prescrição ou conduta clínica, servindo apenas como uma fonte de consulta para o profissional de saúde.

3.2. Gestão De Risco

- 3.2.1. Permitir o monitoramento gráfico de todos os riscos.
- 3.2.2. Permitir a fácil criação de matrizes de risco.
- 3.2.3. Possibilitar a criação de inúmeras matrizes de riscos e associá-las a categorias.
- 3.2.4. Possibilitar a criação de classes de impacto e probabilidade as reais necessidades da instituição.
- 3.2.5. Permitir que sejam criadas práticas de controle e fatores de risco.
- 3.2.6. Permitir o monitoramento do risco através de práticas de controle em auditorias.
- 3.2.7. Permitir a impressão de fichas de auditoria para os colaboradores da qualidade realizarem a checagem das práticas de controle.
- 3.2.8. Permitir a atualização dinâmica do posicionamento do risco dentro da matriz.
- 3.2.9. Permitir a geração de matriz de GUT dos riscos.
- 3.2.10. Permitir a visualização dos riscos em gráfico que pondera probabilidade, impacto e urgência proveniente da matriz GUT.
- 3.2.11. Possibilitar a fácil visualização para cada gestor das atividades de sua competência pendentes (práticas de controle, ações, indicadores).
- 3.2.12. Permitir o monitoramento dos riscos baseado em indicadores.
- 3.2.13. Permitir a associação de indicadores aos riscos.

3.3. Intervenção Farmacêutica

- 3.3.1. Permitir que o farmacêutico faça a avaliação da prescrição médica;
- 3.3.2. Permitir que o farmacêutico altere o tipo de unidade, horários de prescrição, medicamentos com uso contínuo, toda e qualquer intervenção, deverá conter a justificativa dele;
- 3.3.3. Permitir que após a intervenção, o farmacêutico deverá liberar para dispensação da farmácia;
- 3.3.4. Permitir reordenar a ordem de aplicação de medicação.

3.4. Gestão de Ocorrências

- 3.4.1. Permitir a criação de um ciclo de monitoramento de não conformidades, eventos adversos e sugestões críticas.
- 3.4.2. Permitir a classificação dos eventos através da inserção de sua origem.
- 3.4.3. Possibilitar o encaminhamento de cada evento para o responsável realizar a classificação e tratamento.
- 3.4.4. Permitir a criação de sistema de alertas para os devidos responsáveis.
- 3.4.5. Permitir a criação dinâmica do diagrama de Pareto.
- 3.4.6. Permitir a criação de eventos de forma anônima.
- 3.4.7. Permitir a criação de ações corretivas.
- 3.4.8. Permitir a visualização das pendências (classificação, abertura de ações, ações atrasadas) de cada responsável.

- 3.4.9. Permitir a formalização do uso de análise e soluções dos eventos.
- 3.4.10. Permitir a criação de questionários personalizados dependendo da ocorrência.
- 3.4.11. Permitir a escolha da ferramenta de análise de causa raiz da Ocorrência.
- 3.4.12. Permitir a geração de controle de datas e responsabilidades sobre cada atividade gerada em um plano de ação.
- 3.4.13. Permitir a configuração de workflow automaticamente das ocorrências, permitindo alterar em tempo de classificação Recursos Tecnológicos.

3.5. Controle de Acessos e Logs

- 3.5.1. Dispor de sistema gerenciador de controle de acesso por usuários e de grupos de usuários com acesso através de senhas e com determinação de políticas de bloqueio de conta, expiração de senhas e formato de senha.
- 3.5.2. Dispor de controle de permissões de acesso por telas e tabelas do sistema para consulta, alteração, inclusão e exclusão.
- 3.5.3. Possuir controle de Log por usuário e tabela, através da definição das operações que deverão ser monitoradas: inclusões, alterações ou exclusões.
- 3.5.4. Gerar relatórios gerenciais que mostram a estrutura de grupos de usuários (níveis de acesso).
- 3.5.5. Dispor de controle de Log dos principais processos e aplicativos da solução.
- 3.5.6. Possibilidade de Log (auditoria) de todas as operações efetuadas por usuário (alterações, inclusões, exclusões).

3.6. Permissão de Acesso

- 3.6.1. Todos os sistemas integrados devem ser acessados com uma única senha por usuário, sendo possível a liberação ou bloqueio do acesso para cada módulo em particular.
- 3.6.2. Permitir o cadastramento de usuários e senhas com diversos níveis de responsabilidade para cada módulo. O acesso permissão de cada usuário deve ser em nível de tarefa, determinando a permissão para inclusão, alteração, exclusão ou consulta.
- 3.6.3. Cadastramento de aplicações permitidas em diversos níveis (usuário, departamento etc.).
- 3.6.4. O menu deve ser personalizado e estar organizado por assunto.

3.7. Mobilidade

- 3.7.1. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones ou tablets e que possibilite o enfermeiro ou o técnico de enfermagem possam registrar suas atividades na beira do leito. As atividades mínimas devem ser Checagem, Anotações, Coleta de Sinais Vitais, Registro do Balanço Hídrico e Admissão de Enfermagem. O sistema deve permitir fazer a leitura do código de barras ou QR CODE da pulseira de identificação do paciente e da etiqueta de identificação da medicação no caso de checagem de medicações de forma eletrônica. Caso haja alguma troca o sistema deve gerar uma mensagem de alerta para o usuário que a medicação não pertence ao paciente ou está fora do horário programado.
- 3.7.2. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones ou tablets e que possibilite o gestor possa autorizar ou reprovar de forma eletrônica no próprio dispositivo as solicitações e ordens de compras que estão para serem autorizadas na sua alçada.

3.7.3. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite o colaborador do laboratório registrar a coleta de amostras de forma eletrônica no próprio dispositivo. O usuário irá apontar o dispositivo para pulseira de identificação do paciente, realizar a leitura do código de barras que está impresso na etiqueta e na sequência irá apontar o mesmo dispositivo para a etiqueta que está fixada no tubo de coleta da amostra. Ao fazer a leitura o sistema confirma a coleta de forma automática e atualiza o status da requisição/pedido.

3.7.4. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite o colaborador da farmácia registrar de forma eletrônica a dispensação dos materiais e medicamentos contidos em uma solicitação. O usuário irá selecionar a solicitação no dispositivo e sistema carrega os itens contidos na solicitação. Ao apontar o dispositivo para o código de barras do produto o sistema vai fazendo a leitura e indicando que o item foi dispensado/atendido. Ao final do processo de leitura de todos os itens da solicitação (requisição) o usuário pode fechar a solicitação e o sistema irá automaticamente alterar o status da solicitação para atendida ou parcialmente atendida.

3.7.5. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador da nutrição possa registrar de forma eletrônica a dispensação/entrega da dieta para o paciente no próprio leito. Ao apontar o dispositivo para o código de barras que na etiqueta fixada na bandeja ou no recipiente o sistema vai indicando que a dieta foi dispensada/atendida e entregue ao paciente. O processo registra a data, hora e colaborador que executou a entrega da dieta. O aplicativo deve possuir a possibilidade de a dispensação ser por paciente ou por dieta.

3.7.6. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador do patrimônio possa registrar de forma eletrônica o inventário dos bens patrimoniais no setor escolhido para a contagem dos bens. O usuário irá apontar o dispositivo móvel para a etiqueta de código de barras do bem patrimonial e realizar a leitura. Após fazer todas as leituras dos bens que estão alocados no setor o usuário irá fazer o fechamento da contagem.

3.7.7. O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador da portaria possa registrar de forma eletrônica a entrada e saída dos pacientes, acompanhantes, fornecedores e colaboradores. O usuário deverá apontar o dispositivo móvel para a etiqueta de código de barras que identifica o colaborador, o paciente, o acompanhante, o visitante e o fornecedor registrando a entrada dele na portaria. O processo de saída também é registrado através do dispositivo.

3.8. Plataforma de Certificação Digital

3.8.1. O sistema deverá estar integrado nativamente com o sistema de gestão para a recepção da identificação do profissional, a lista de documentos que serão assinados digitalmente.

3.8.2. O sistema deverá estar integrado a um motor de assinatura para a validação dos dados do profissional bem como do seu certificado digital.

3.8.3. O sistema deverá estar integrado a um motor de assinatura, enviará os dados do profissional e a lista de documentos que receberão o certificado e receberá como retorno os documentos assinados digitalmente

3.8.4. O sistema deverá estar integrado nativamente com o sistema de gestão hospitalar para permitir a consulta e impressão de exportação dos documentos assinados digitalmente.

4. APLICATIVO DO CIDADÃO

4.1.1. Será oferecida aos cidadãos uma solução prática e integrada para gerenciar sua saúde. Com uma interface amigável e segura. O aplicativo permite acesso a uma variedade de serviços de saúde diretamente do seu smartphone.

4.1.2. Disponibilizar o Aplicativo nas lojas: play Store e IOS, onde o paciente realizará o download;

4.1.3. Na plataforma Android e iOS deve possibilitar a detecção automática de novas versões do aplicativo disponibilizadas nas lojas, permitindo download e atualização através do próprio aplicativo.

4.1.4. Permitir configurar no aplicativo a fonte dinâmica, se ajustando ao tamanho de leitura preferido;

4.1.5. Após o download, no primeiro acesso ao Aplicativo deve realizar uma apresentação que demonstre processos que explicam o seu funcionamento;

4.1.6. O Aplicativo deve permitir parametrizar funções exclusivas nos menus de acesso.

4.1.7. Acesso ao aplicativo permite ao usuário: Realizar seu cadastro; Escolher a forma senhas forte para o cadastro; Verificar um canal válido para realizar a elegibilidade de um número de telefone ou e-mail; Receber um token dentro dos canais para validação do seu cadastro; Realizar os termos de uso no seu cadastro e a cada renovação de suas diferentes versões; Fazer login por mais de uma chave de acesso, como CPF, e-mail ou celular; Enviar para um dos canais com elegibilidade uma nova chave, a partir do "Esqueci minha senha".

4.1.8. Primeiro acesso, caracterizar o cidadão com características físicas, histórico familiar, hábitos sociais, alergias, e as atuais comorbidades; fornecer um plano de cuidado sugestivo ao usuário para acompanhamento da sua saúde.

Serviços permitem ao usuário

4.1.9. Receber o comprovante de agendamentos realizados para lembrete e apresentação na unidade de saúde;

4.1.10. Completar e confirmar suas informações necessárias para o seu atendimento;

4.1.11. Nas consultas a distância realizar a chamada para atendimento via internet;

4.1.12. Atendimentos (menu "Meu Prontuário", "Atendimentos");

4.1.13. Visualizar todos os atendimentos do RES; filtrar os atendimentos por período, tipo de atendimento;

4.1.14. Apresentar informações do tipo de atendimento, médico, diagnóstico e período de atendimento;

4.1.15. Visualizar todos os artefatos e informações de saúde do atendimento, após escolher um atendimento;

4.1.16. Compartilhar partes do prontuário com outra pessoa;

4.1.17. Salvar os documentos do atendimento; realizar armazenamento local dos prontuários para acesso sem rede de internet.

Acesso do usuário

- 4.1.18.** O cadastro permite: Troca de senha; atualizar dados cadastrais (dados cadastrais do usuário), como: Nome, CPF, Data Nascimento, telefone, e-mail, CNS, Sexo, estado civil, nome da mãe, nome do pai, cep, endereço, bairro, informações adicionais; ao cidadão trocar sua foto e colocar o nome com que deseja ser chamado.
- 4.1.19.** Cadastro pelo app inclui: Realização de cadastro; Logo da Contratante na tela de login; Detalhamento dos atendimentos do tipo internação; Visualizar Médico, Unidade, CID, Período, Lista de exames - Nome do exame, Lista de exames - Médico solicitante, Lista de exames - Agrupamento de exames por datas, Lista de exames - Resultado do exame laboratorial, atendimentos do tipo internação, Período, Número de exames solicitados, Número de cirurgias solicitadas, Detalhamento dos atendimentos, Data de entrada, Listagem de atendimentos do tipo ambulatorio, listagem de forma decrescente.
- 4.1.20.** O login permite realizar: Login; Logout; Realizar Auto cadastro.
- 4.1.21.** “Esqueci minha senha” permite: Visualizar "Esqueci minha senha"; Envio de e-mail; realizar o login com a senha enviada no e-mail.
- 4.1.22.** “Meus dados” permite: Visualizar dados do paciente; editar dados do paciente; inserir imagem; editar imagem; alterar senha (a senha não pode ter menos de 5 caracteres); visualizar termo de uso.
- 4.1.23.** A Senha deve seguir padrão mínimo de complexidade; letra maiúscula, letra minúscula, número, caractere especial, mínimo de 8 dígitos, Uso de Recaptcha após falhas nas tentativas, permitir segundo fator de autenticação, Autenticação Gov.Br.
- 4.1.24.** Permitir usar a conta Gov.Br do cidadão para autenticação

Sistema de Controle e Configuração do Aplicativo permite

- 4.1.25.** Inserir e modificar os menus de acesso do Cidadão ao aplicativo de saúde;
- 4.1.26.** Permitir resetar senha do Cidadão;
- 4.1.27.** Realizar a identificação de usuários autenticando por meio de recebimento de documentos do aplicativo;
- 4.1.28.** Cadastrar unidades de atendimento com o CNES, nome, GMT, Localização;
- 4.1.29.** Configurar sistema de notificação ao Cidadão;
- 4.1.30.** Parametrizar textos de envio ao Cidadão para todos os eventos;
- 4.1.31.** Escolher se realizará o envio de push e outros sistemas de mensagens como SMS, e-mail, WhatsApp;
- 4.1.32.** Listar usuários que tenham acesso ao aplicativo;
- 4.1.33.** Listar Pacientes atendimentos sem acesso ao aplicativo;
- 4.1.34.** Cadastrar termos de uso do Aplicativo;
- 4.1.35.** Configurar link de downloads do Aplicativo com diferentes sistemas operacionais;
- 4.1.36.** Configurar artefatos que devem ser compartilhados com o Cidadão;
- 4.1.37.** Visualizar Painel das respostas das pesquisas;
- 4.1.38.** Visualizar Painel de leitura das mensagens enviadas.

4.1.39. “Configuração do Painel” permite visualizar: "Atividade"; "Passos"; "Estresse e recuperação"; "Frequência respiratória"; "Antropometria"; "Frequência cardíaca"; "Sono"; "Hidratação"; "Dor"; "Colesterol"; "Humor"; "Pressão arterial"; “Circunferência abdominal”; "Glicemia capilar"; "Nutrição"; "Oximetria"; "Percentual de gordura corporal"; "Temperatura".

Notificações permitem

4.1.40. Recebimento de notificações para cada novo atendimento no seu repositório de saúde;

4.1.41. Recebimento de notificações sobre conteúdo de estilo de vida, baseado em seu perfil clínico;

4.1.42. Recebimento de notificações para preenchimento de pesquisas Unidades ou administrativas;

4.1.43. Recebimento de notificações dos exames a serem realizados;

4.1.44. Recebimento de notificações para pesquisa de satisfação de atendimento;

4.1.45. Recebimento de notificações para consultas e exames agendados;

4.1.46. Recebimento de notificações para lembrete do uso da medicação;

4.1.47. Listar todas as notificações enviadas independentemente das configurações do aparelho;

4.1.48. Adicionar funções exclusivas das notificações, mesmo que o usuário tenha desabilitado as notificações nas configurações do seu aparelho.

Notificações

4.1.49. Notificações - Status das Notificações; "Concluído" e "Pendente".

4.1.50. Permite visualizar o status: A sinalização nesta cor, ocorre quando o usuário fechou a notificação na tela principal, mas não resolveu a pendência.

4.1.51. Notificações - Confirmação de Identidade: Caso usuário não tenha confirmado a identidade no sistema, aparece um aviso nas notificações; caso o usuário não tenha confirmado a identidade no sistema, não é possível finalizar a notificação (sinalizado com a cor "verde", no menu "Notificações"), até que a ação seja realizada pelo usuário.

4.1.52. Notificações - Sobreposição da Notificação: Ao clicar na notificação, na tela inicial, a notificação será aberta por cima da tela inicial.

4.1.53. Notificações - Leitura da notificação: Na tela principal, permite ter acesso às Notificações para leitura; na tela de perfil, menu "Notificações", permite ter acesso às Notificações para leitura.

5.MÓDULO DE INDICADORES

5.1.1. O sistema deve possuir ferramenta de criação de painéis, de maneira fácil e intuitiva;

5.1.2. O sistema deve possuir campo para criação de Portlet Sql;

5.1.3. O sistema deverá possuir parâmetros com configurações mínimas de:

- Título, descrição, grupo, opções de conteúdo e segurança;
- Campo para query, editável, links da portlet, informações extras, formatação, parâmetros, configurações gráficas e confirmação;

- Campo de segurança para indicar quais usuários tem acesso de edição e quais tem acesso de leitura;

- Opção de configurar uma visualização e acesso para aplicativo mobile;

5.1.4. O sistema deve permitir a inserção ou busca de dados de outras fontes além do BD nativo;

5.1.5. O sistema deve permitir verificar/confirmar a query configurada ou criada;

5.1.6. O sistema deve permitir criar links por tipo, coluna, página ou abrir em pop-up;

5.1.7. O sistema deve permitir mostrar informações extras, ao posicionar o mouse;

5.1.8. O sistema deve permitir a configuração de exibição, configurando tipo de fonte, negrito, itálico, tamanho e cor;

5.1.9. O sistema deve permitir configuração para cabeçalho e rodapé;

5.1.10. O sistema deve permitir a configuração de exibição gráfica, em modelo de pizza, radar, gauge, funil ou coluna;

5.1.11. O sistema deve possuir segurança de acesso entre os painéis;

5.1.12. O sistema deve possibilitar configurar o tempo mínimo de acesso entre os dados visualizados e o BD em produção;

5.1.13. O sistema deve possuir ferramenta que possibilite gestão à vista;

5.1.14. O sistema deve possuir indicadores padrão de Atendimento;

5.1.15. O sistema deve possuir indicadores padrão de Exames;

5.1.16. O sistema deve possuir indicadores padrão de Diagnósticos;

5.1.17. O sistema deve possuir indicadores padrão de Suprimentos;

5.1.18. O sistema deve possuir indicadores padrão de Faturamento;

5.1.19. O sistema deve possuir indicadores padrão de Glosas;

5.2. Notificações

5.2.1.1. O sistema deve permitir configurar alertas, visuais, sonoros ou Email;

5.2.1.2. O sistema deve permitir inserir nome, descrição, regra de notificação, data e frequência de atualização;

5.2.1.3. O sistema deve permitir forma de envio da notificação, ex.: Email;

5.2.1.4. O sistema deve permitir vincular a notificação ao Indicador criado ou usuário;

5.2.1.5. O sistema deve possuir funcionalidade de disparo de e-mail, caso ocorra uma não conformidade programada em horas, minutos ou segundos;

5.3. Estatísticas de Acessos

5.3.1. O sistema deve permitir mostrar todos os usuários com acessos liberados a cada tipo de relatório/visualização;

5.3.2. O sistema deve permitir mostrar o log de acesso a usuários em cada página específica, com data;

5.4. Planilha dinâmica

5.4.1. O sistema deve permitir a criação de novas visões por meio de planilhas;

5.4.2. O sistema deve permitir a vinculação de uma ou mais planilhas na mesma visualização;

5.4.3. O sistema deve possuir planilhas dinâmicas, permitindo filtros dinâmicos durante as análises;

5.5. Módulo de visão

5.5.1. O sistema deve permitir criar múltiplas páginas, conforme entendimento do usuário ou setor;

5.5.2. O sistema deve permitir criar pastas/páginas com assuntos diversos, ex.: Atendimentos, vigilância, vacinação etc.;

5.5.3. O sistema deve permitir exportar os dados de visualização em formato: xlsx, xlsx, rtf e PDF;

5.6. Módulo Visualização móvel

5.6.1. O sistema deve possuir permissão para acesso dos indicadores através de dispositivo móvel.

5.6.2. O sistema deve possibilitar um aplicativo para instalação em celulares Android e IOS;

5.6.3. O sistema deve possuir tela de login com usuário e senha

6. SAMU

Registro das ocorrências

6.1.1. O sistema deverá estar preparado para funcionar em mais de um central de regulação de modo integrado. Ao logar o usuário deverá selecionar em qual central de regulação irá operar;

6.1.2. A tela de registro de ocorrências deve permitir que o TARM realize a abertura das ocorrências de ágil e com o menor número de cliques possível no sentido de diminuir o tempo destinado ao registro das informações iniciais;

6.1.3. O sistema deverá permitir o registro do tipo básico de ocorrência se transferência intra-hospitalar ou ocorrência pré-hospitalar, os campos para registro de informações e suas respectivas obrigаторiedades deverão modificar de acordo com esta seleção;

6.1.4. Ao selecionar a opção de registro de transferência intra-hospitalar o sistema deverá trazer uma combo com as regulação já finalizadas no sistema de regulação por meio de integração automática entre os dois softwares;

6.1.5. Deverá oportunizar que o usuário vincule a atual ocorrência a uma ocorrência já registrada anteriormente;

6.1.6. Deverá permitir que o TARM vincule a ocorrência a um evento cadastrado no modo de gestão de eventos do sistema para facilitar a compilação de dados relacionado a um evento específico que o SAMU esteja dando suporte;

6.1.7. O sistema de gestão do SAMU deverá em sua tela inicial possuir campo específico para registro do telefone pelo qual a informação está chegando à Central de Regulação por meio de integração com a central telefônica;

6.1.8. Nos casos em que esta informação se perca o sistema deverá permitir a inserção do dado manualmente;

6.1.9. A tela deverá possuir botão de copiar o telefone do solicitante para o campo do telefone do contato, caso esta seja a realidade da ocorrência. Este botão de atalho se justifica pelo fato de a maioria dos casos o telefone de contato é o mesmo telefone do solicitante;

6.1.10. O sistema deverá possuir botão de acionamento da integração com o sistema envio de mensagens para geolocalização do solicitante, seja pelo número do solicitante ou do contato;

6.1.11. A informação do geolocalização do solicitante deverá ser plotada nos campos específicos de registro do local da ocorrência e apresentado em mapa da região;

6.1.12. A tela de registro inicial da ocorrência deverá possuir tela de registro rápido das ocorrências como forma de agilizar o atendimento em situações como: trote, engano, informações, queda de ligação, demandas administrativas, fora de área, cancelamento pelo solicitante ou contato com a equipe do SAMU;

6.1.13. A tela de registro das ocorrências deverá permitir que o TARM registre o nome do paciente, idade em anos ou meses, sexo e queixa;

6.1.14. O Sistema deverá realizar opção de auto salvar as informações registradas dos pacientes sem necessitar nenhuma ação do usuário para tal ação. O simples fato de clicar em outro campo deverá disparar a ação de salvar.

6.1.15. O sistema deverá permitir o cadastro de múltiplos pacientes para a mesma ocorrência, independentemente do número de vítimas, bem como a edição ou cancelamento de registros já realizados;

6.1.16. A tela permitirá ainda o registro de descrição geral da ocorrência para contextualização do ocorrido;

6.1.17. O Sistema deverá realizar opção de auto salvar as informações registradas no campo de descrição geral da ocorrência sem necessitar nenhuma ação do usuário para tal ação. O simples fato de clicar em outro campo deverá disparar a ação de salvar.

6.1.18. Os campos de localização deverão ser preenchidos automaticamente por meio da integração do envio de mensagens ao solicitante e tão logo este clique no link enviado o sistema receberão a geolocalização de deverá plotar as informações no mapa;

6.1.19. Para os casos em que a integração não esteja operacional ou o usuário não consiga utilizar a funcionalidade da geolocalização o TARM terá que conseguir inserir as informações manualmente em campos específicos referentes à localização, como: município, bairro, logradouro, número, complemento e ponto de referência;

6.1.20. Ao preencher as informações de localização manualmente o sistema deverá plotar a geolocalização no mapa para retirar qualquer dúvida com o solicitante ou registrar pontos de referências de modo a facilitar o encontro do local da ocorrência pelas equipes que irão realizar o atendimento da ocorrência em campo;

6.1.21. O sistema deverá permitir que o usuário selecione uma geolocalização no mapa e preencha os campos específicos como cidade, logradouro, número, bairro,

devendo o usuário inserir somente o ponto de referência registro facilitado da localização de concretizar;

6.1.22. Após o registro das informações iniciais da ocorrência o sistema deverá possuir botão específico de envio para Médico regulador devendo a ocorrência ser registrada em tela específica;

6.1.23. Na aba do sistema destinada ao registro dos atendimentos iniciais as ocorrências deverão ficar até registradas até antes de enviá-las ao médico regulador. Após o envio da ocorrência ao médico regulador está deverá sair da aba de atendimento e ser destinada a aba de regulação. O ordenamento na aba de atendimento deverá ser pela hora do registro inicial;

6.1.24. A qualquer momento as informações relacionadas aos pacientes poderão ser editadas em aba específica chamada de Paciente. Nesta tela deverá ser possível a adição de pacientes ou a edição de registro anterior;

6.1.25. Após o registro das informações iniciais, mesmo que de forma incompleta, o sistema deverá numerar a ocorrência de forma inequívoca de forma sequencial;

Regulação Médica das ocorrências

6.1.26. A tela de regulação médica deve conter todas as ocorrências abertas com as informações iniciais registradas pelos TARM's e enviadas para o processo de regulação;

6.1.27. O sistema deverá oportunizar o filtro das ocorrências nesta tela com pelo menos as seguintes opções: todos os atendimentos, meus atendimentos, nome do paciente, nome do solicitante, horário de abertura, endereço, bairro, destino hospitalar e número do chamado;

6.1.28. Outro filtro que deve ser oportunizado para que o usuário configure o melhor setup para a sua operação é a data do registro da ocorrência;

6.1.29. O ordenamento das ocorrências independentemente dos filtros escolhido devem ser por ordem de prioridade de envio de modo a ser posicionado no topo da tela as ocorrências com nível de priorização mais crítico;

6.1.30. As ocorrências com status de aguardando regulação deverão ser ordenadas da mais antiga para a mais recente, de modo a estar posicionada após as ocorrências reguladas anteriormente;

6.1.31. A tela deverá mostrar de forma amigável informações chave para os procedimentos de regulação médica, bem como fornecer agilidade para encontrar e inserir informações. Esta tela deverá fornecer minimamente os seguintes dados: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;

6.1.32. A tela de regulação médica deverá ainda apresentar para cada ocorrência o endereço, informações complementares inseridas pelo regulador e resumo do processo de regulação com dados como: nome do profissional que realizou a regulação, data e hora de regulação, tipo de atendimento, hipótese diagnóstica, decisão técnica e tipo de ocorrência;

6.1.33. Ao selecionar a ocorrência deverá ser aberta a tela diretamente em aba específica para realização ou revisão do procedimento de regulação médica;

6.1.34. O sistema deverá permitir que o médico ou profissional de auditoria consiga navegar pelas abas específicas de cada etapa de regulação de modo facilitado;

6.1.35. A tela de regulação médica do paciente deverá trazer as informações de modo organizado

6.1.36. A tela destinada a regulação médica deverá trazer as informações inseridas pelos TARM como localização, queixa principal dos pacientes e descrição da ocorrência, dados do solicitante;

6.1.37. A tela de regulação médica deverá oportunizar que o processo de regulação ocorra de forma individualizada para cada paciente com a inserção minimamente dos seguintes campos:

6.1.38. Tipo de atendimento de forma estruturada com as opções de registro: clínico adulto, trauma, obstétrico, psiquiátrico, neonato, clínico pediátrico;

6.1.39. Hipótese Diagnóstica padronizada para cada tipo de atendimento de modo a permitir que as hipóteses diagnósticas sejam filtradas de acordo com os tipos de atendimento;

6.1.40. Decisão técnica com as seguintes opções: cancelar ocorrência, envio de viatura, falsa ocorrência, informação, meios próprios, orientação médica e outras situações. De acordo com o tipo de decisão técnica a tela deve inserir campos adequadamente compatíveis;

6.1.41. Registro do risco presumido em escala cinco pontos padronizados por cores: 1- vermelho, 2- laranja, 3- amarelo, 4- verde, 5- azul.

6.1.42. Botão para registro de prioridade.

6.1.43. Ao selecionar o tipo de decisão técnica com envio de viatura a tela deverá abrir campos específicos para definição do tipo de envio e a quantidade de viaturas a serem despachadas, bem como a prioridade de deslocamento em escala de três pontos organizados por cor (1- vermelho, 2- amarelo, 3- verde). O sistema deverá oportunizar minimamente os seguintes tipos de viaturas: Unidade de suporte avançado, Unidade de suporte básico, Unidade de suporte intermediário, Motolância e Aeromédico.

6.1.44. O sistema deverá oportunizar que o médico regulador registra a indicação de solicitação de apoio, como: corpo de bombeiros, agente de trânsito, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia rodoviária Federal.

6.1.45. Após a inserção das informações referentes à regulação médica propriamente dita o usuário deverá enviar as informações para a etapa de operação de frota por meio de botão específico.

6.1.46. Após a ação de envio para a tela de operação de frota todos os dados inseridos no processo de regulação deverão povoar a tela de regulação de modo a promover os ordenamentos adequadamente;

Operação de frota

6.1.47. A tela de operação de frota deverá ser populada com minimamente os seguintes campos: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;

6.1.48. O ordenamento da tela deverá se dar de modo que as ocorrências com maiores prioridades assumam o topo da tela;

6.1.49. Ao selecionar a ocorrência a ser trabalhada o sistema deverá abrir tela específica para inserção dos dados de envio (despacho) dos recursos indicado pelo médico durante o processo de regulação;

6.1.50. O sistema deverá oportunizar que o rádio operador consiga visualizar os dados de localização da ocorrência com a plotagem destes dados em mapa;

6.1.51. O sistema deverá apresentar os dados inseridos pelo TARM, bem como os dados oriundos do processo de regulação, como: nome do(s) paciente(s), informações clínicas dos pacientes e recursos indicados;

6.1.52. O software deverá auxiliar o rádio operador ao apresentar as viaturas disponíveis mais próximas do local da ocorrência por meio dos dados coletados com a integração entre o sistema de rastreamento;

6.1.53. Ao selecionar a viatura a ser despachada para atendimento da ocorrência o sistema deverá oportunizar que o rádio operador faça o registro dos eventos relacionados ao deslocamento das viaturas como: Saída da base, chegada no local, saída do local, chegada no hospital, saída do hospital e chegada na base;

6.1.54. O registro da data e hora de cada evento relacionado ao deslocamento da viatura deverá ser facilitada com um simples clique e buscando as informações do servidor para registro do campo data e hora;

6.1.55. O sistema deverá fornecer de forma tabulada o tempo total do atendimento, o tempo transcorrido para regulação médica, Tempo de saída da ambulância, tempo de deslocamento e o tempo total desde o registro da ocorrência pelo TARM;

6.1.56. A tela de operação de frota deverá oportunizar o rádio operador desvincule a viatura de uma ocorrência e vincule outra viatura quantas vezes forem necessárias até o quantitativo dos recursos indicados pelo médico regulador;

6.1.57. A tela de operação de frota deverá permitir o registro do recurso de apoio utilizado em uma ocorrência específica;

6.1.58. A tela de operação de frota deverá oportunizar que o rádio operador registre informações complementares que achar pertinente;

6.1.59. Após a realização do atendimento e a liberação do veículo a tela de operação de Frota deverá permitir que o usuário encerre a ocorrência;

Avaliação do Paciente

6.1.60. A tela de avaliação do paciente deverá permitir que o usuário adicione, retire ou edite um paciente;

6.1.61. A tela de avaliação do paciente deverá permitir que o usuário registre informações clínicas e vincule a viatura que foi despachada para ocorrência a um paciente;

6.1.62. A tela de registro da avaliação do paciente deverá validar a classificação do tipo de atendimento e hipótese diagnóstica com base nas informações colhidas na cena e após avaliação clínica do paciente;

6.1.63. Deverá ofertar campo para registro do tipo de ocorrência de forma estruturada com as seguintes opções: clínico adulto, trauma, obstétrico, psiquiátrico, neonato, clínico pediátrico;

6.1.64. Deverá ofertar o campo Hipótese Diagnóstica padronizada para cada tipo de atendimento de modo a permitir que as hipóteses diagnósticas sejam filtradas de acordo com os tipos de atendimento;

6.1.65. A tela de avaliação do paciente deverá possuir os seguintes campos para registro:

6.1.66. Registro de antecedente de forma estruturada com no mínimo os campos: cardiopatia, diabetes, etilismo, epilepsia, hipertensão, neoplasia, pneumopatia, sequela de AVC;

6.1.67. Sinais Vitais com os seguintes campos no mínimo: Frequência cardíaca (FC), Frequência respiratória (FR), Pressão arterial (PA), Saturação de oxigênio (SatO2), Oxigenação suplementar, Glicemia capilar;

6.1.68. Campo para registro da escala de como a de Glasgow de forma manual ou de modo estruturado fazendo o cálculo automaticamente ao inserir a avaliação de cada componente da escala;

6.1.69. Campo para registro do estado de consciência como no mínimo os seguintes dados: normal, confuso, torporoso e inconsciente;

6.1.70. Campo para registro dos dados relacionados à respiração com no mínimo as seguintes informações: eupneico, taquipneico, bradipneico, agônica/ausente;

6.1.71. Campo descritivo para inserção de quadro clínico de modo dissertativo;

6.1.72. Inserção do risco presumido após avaliação da cena e do paciente com escala de cinco pontos padronizados por cores: 1- vermelho, 2- laranja, 3- amarelo, 4- verde, 5- azul;

6.1.73. Campo para confirmação da decisão técnica após avaliação do paciente por equipe de campo. Este campo deverá alterar a tela de modo a permitir o adequado registro das informações;

6.1.74. Nos casos em que a decisão técnica for remoção do paciente para unidade de saúde a tela deverá permitir o registro de unidades registradas no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde da região de abrangência do SAMU atendido;

6.1.75. A tela de avaliação do paciente deve mostrar campo texto para descrição do motivo do cancelamento da ocorrência nos casos em que a decisão técnica for cancelamento, cancelamento durante ocorrência, colisão do veículo de urgência, endereço não localizado, equipe recebida com violência, local com risco para equipe, paciente evadiu-se do local, paciente recusou remoção, paciente removido por terceiros, recusou atendimento, removido por policial, removido por outra viatura do SAMU, veículo apresentou falha mecânica ou óbito;

6.1.76. Nos casos em que o desfecho da ocorrência for óbito a tela deverá, no mínimo, permitir o registro dos seguintes campos: relato do caso (campo texto) e registro do local do óbito (em domicílio, em via pública, na unidade de saúde ou na viatura);

6.1.77. A opção de retirar o vínculo de uma viatura a um paciente específico deve ser oportunizado para que o usuário ajuste o registro realizado anteriormente;

6.1.78. Em campo específico deve-se apresentar o conjunto de inserções de dados para um dado paciente no que concerne o registro de informações da ocorrência e as informações específicas de cada paciente;

Histórico da ocorrência

6.1.79. A tela de histórico deve ser apresentada de modo a permitir que o usuário tenha acesso a todos as interações de registro de cada ocorrência;

6.1.80. A tela deve apresentar em ordem de cronologia os registros realizados com log de data e hora e os usuários que os tenham realizado;

6.1.81. Nos casos em que mais de um paciente esteja vinculado à ocorrência a tela deve ser comportar de tal modo que apresente os registros individualizados de cada paciente;

Tela de registro / atualização de viaturas

6.1.82. A tela de registro de informações referente ao status das viaturas deve possuir filtros que permitam dar mais clareza ao usuário para encontrar com maior facilidade a viatura que pretende ajustar deve-se possuir, no mínimo, os seguintes filtros: tipo de viatura, base, viatura específica, status da viatura (livre, ocupada, manutenção ou reserva técnica);

6.1.83. A tela deverá permitir que o usuário consiga altere a base em que a viatura estará vinculada;

6.1.84. A alteração do tipo de viatura deverá ser oportunizada nesta tela com a alteração sendo permitida, no mínimo para os seguintes tipos de viatura: USB, USB 4x4, USA, Motolancia, Aeromédico e USI;

6.1.85. Para cada status (livre, ocupada, manutenção ou reserva técnica) uma cor deve ser designada para facilitar a gestão visual da frota;

6.1.86. A tela de gestão das viaturas deve permitir que o usuário consiga visualizar a equipe de saúde embarcada na viatura a cada plantão;

6.1.87. O sistema deverá permitir que o usuário faça as atualizações da equipe que integra cada unidade móvel na própria tela ou por meio de integração com outros softwares de registro de presença;

6.1.88. A tela deverá permitir que um histórico das alterações de cada carro seja visualizado de modo a fornecer informações importantes para auditoria e melhor gestão da frota;

Registro de eventos

6.1.89. O sistema deverá permitir que o usuário registre eventos que o SAMU deverá designar recursos específicos para atender as demandas exclusivas no local (área protegida);

6.1.90. A tela deverá permitir o registro das seguintes informações: Local do evento, Data e hora do evento, Município, Bairro, Logradouro, Tipo de logradouro, Número, Complemento, Ponto de referência;

6.1.91. A tela deverá plotar o local do evento em mapa viário para identificação de outros pontos de referência e estudo operacional para melhor localização das viaturas e rotas de saída prioritárias em caso de ocorrência com pacientes críticos;

6.1.92. Deverá permitir o registro do responsável pelo evento com o seu respectivo contato;

6.1.93. A tela deverá permitir o tipo de viatura a ser designada para cobertura do evento, bem como a quantidade destas;

6.1.94. O registro dos campos tipo de viatura, base, viatura, permanência da viatura no evento (total ou parcialmente), horário de início e horário de término deve ser oportunizado na tela de cadastro de evento;

6.1.95. A tela deverá permitir a edição da vinculação da viatura a ser designada para a cobertura do evento bem como a exclusão do vínculo realizado anteriormente;

6.1.96. O sistema deverá possuir aba específica para visualização dos eventos cadastrados com a apresentação de informação básicas de identificação deste, como: numeração padronizada, data/hora do evento, responsável, contato e local;

6.1.97. Esta tela deverá ainda, possuir botão que leve as informações completas do evento, bem como o usuário que realizou o cadastro deste no sistema para efeito de auditoria;

Ocorrências concluídas

6.1.98. O sistema deverá possuir aba/ tela com as ocorrências concluídas com a possibilidade dos seguintes filtros para facilitar a busca de registros específicos: todos os atendimentos, meus atendimentos, nome do paciente, nome do solicitante, horário de abertura, endereço, bairro, destino hospitalar e número do chamado;

6.1.99. Outro filtro que deve ser oportunizado para que o usuário configure o melhor setup para a sua operação é a data do registro da ocorrência;

6.1.100. O ordenamento das ocorrências independentemente dos filtros escolhido devem ser por ordem de prioridade de envio de modo a ser posicionado no topo da tela as ocorrências com nível de priorização mais crítico;

6.1.101. A tela deverá mostrar de forma amigável informações chave para os procedimentos de regulação médica, bem como fornecer agilidade para encontrar as informações. Esta tela deverá fornecer minimamente os seguintes dados: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;

6.1.102. A tela deverá ainda apresentar para cada ocorrência o endereço, informações complementares inseridas pelo regulador e resumo do processo de regulação com dados como: nome do profissional que realizou a regulação, data e hora de regulação, tipo de atendimento, hipótese diagnóstica, decisão técnica e tipo de ocorrência;

6.1.103. A tela deverá permitir que ao selecionar uma ocorrência específica todas as informações relacionadas a ela possam ser visualizadas;

Cadastro de Unidades de Saúde

6.1.104. A tela deverá permitir que o usuário cadastre unidades de saúde a serem referenciadas no registro da unidade de saúde destino quando a decisão técnica por remover o paciente;

6.1.105. A tela deverá permitir o registro das seguintes informações minimamente: nome da unidade, logradouro, número, estado, cidade, bairro, abreviação da unidade, telefone, número no cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde (CNES), CEP, status ativo ou inativo;

6.1.106. A tela deverá permitir a edição de cadastros já realizados anteriormente;

6.1.107. Deverá possuir ferramenta de busca para facilitar a identificação das unidades de saúde cadastradas;

Módulo administrativo SAMU

6.1.108. O licitante deverá fornecer módulo específico destinado a cadastros, configurações e registro de acessos de modo que o próprio usuário do sistema, com o perfil de administrador, possa cadastrar usuários, bases, centrais e carros na própria tela;

6.1.109. O sistema deverá estar apto a receber dados de outros sistemas por meio de tela específica de importação como por exemplo os deslocamentos realizados pelos veículos em ocorrência;

6.1.110. Deverá fornecer tela específica para cadastro de bases em que se deve apresentar a listagem completa das bases já cadastradas com informações mínimas como descrição da base, endereço, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removida uma base específica;

6.1.111. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova base;

6.1.112. O cadastro de bases deverá conter os seguintes campos:

6.1.113. Nome da base

6.1.114. Endereço da base com a plotagem em mapa rodoviário;

6.1.115. Campo para configuração da obrigatoriedade do registro da viatura para efeito de registro da presença dos funcionários (QRA);

6.1.116. Registro da distância que a viatura deverá estar fora da base para efeito de registro do QRA e definição dos tempos de deslocamentos;

6.1.117. Configuração dos horários de limite de registro do QRA;

6.1.118. Vinculação a municípios, podendo ser registrado mais de um município para cada base;

6.1.119. Deverá fornecer tela específica para cadastro de cargos em que se deve apresentar a listagem completa dos cargos já cadastradas com informações mínimas como descrição da base, endereço, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um cargo específico;

6.1.120. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo cargo;

6.1.121. O cadastro de cargos deverá conter os seguintes campos:

6.1.122. Descrição do cargo;

6.1.123. Opções de QRA (entrada e saída, entrada / saída para intervalo/ retorno de intervalo / saída);

6.1.124. Campo para registro de ocupações vinculadas ao cargo;

6.1.125. Configurações específicas da ocupação (necessário aprovação do registro de QRA, se apresenta este QRA na tela de regulação);

6.1.126. Deverá fornecer tela específica para cadastro de Centrais de Regulação em que se deve apresentar a listagem completa das Centrais já cadastradas com informações mínimas como descrição, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido uma central específica;

6.1.127. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova central;

6.1.128. O cadastro de centrais deverá conter os seguintes campos: descrição da central;

6.1.129. Deverá fornecer tela específica para cadastro de estoques em que se deve apresentar a listagem completa dos estoques já cadastrados com informações mínimas como descrição, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um estoque específico;

6.1.130. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo estoque;

6.1.131. O cadastro de estoques deverá conter os seguintes campos:

6.1.132. Descrição do estoque;

6.1.133. Opções de vínculo de setores que serão atendidos por este estoque;

6.1.134. Opção de cadastro de novo setor, bem como de edição e remoção de setor já vinculado a um estoque específico;

6.1.135. Deverá fornecer tela específica para cadastro de funcionários em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como nome do funcionário, CPF, cargo, celular, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um funcionário específico;

6.1.136. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo funcionário;

6.1.137. O cadastro de funcionários deverá conter os seguintes campos:

Nome do funcionário;

CPF;

E-mail;

Celular com formatação específica com registro de DDD e 9 dígitos;

Número de Registro profissional;

Cartão do SUS;

Status de atividade do usuário;

Permissão para uso da biometria para registro de QRA;

Escolha de cargo;

Definição da carga horária;

6.1.138. Deverá fornecer tela específica para cadastro de localidades / setores em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como descrição da localidade / setor, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido uma localidade / setor específico;

6.1.139. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova localidade / setor;

6.1.140. O cadastro de localidades / setores deverá conter os seguintes campos:

6.1.141. Descrição da localidade;

6.1.142. Opção dos setores que irão estar vinculados a esta localidade;

6.1.143. Opção de cadastrar novo setor;

6.1.144. Deverá fornecer tela específica para cadastro do tipo de produtos em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como

descrição do tipo de produtos, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;

6.1.145. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo tipo de produtos;

6.1.146. O cadastro de tipo de produtos deverá conter os seguintes campos:

6.1.147. Descrição do tipo de produtos;

6.1.148. Configuração de habitação do tipo de produto;

6.1.149. Deverá fornecer tela específica para cadastro de unidades em que se deve apresentar a listagem completa das já cadastradas com informações mínimas como número, placa, Base vinculada, IMEI do equipamento de rastreamento, número do celular de contato padrão, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;

6.1.150. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novas unidades;

6.1.151. O cadastro de unidades deverá conter os seguintes campos:

Placa da viatura;

IMEI do equipamento de rastreamento;

Número da unidade;

Celular de contato padrão;

Tipo de viatura (Unidade móvel terrestre, aero, moto)

Tipo de veículo (USB, USA, USI, USB 4x4, Aero, Moto);

Base de vínculo;

Flag de unidade está em manutenção;

Flag de atividade da unidade;

Exibir no app de QRA;

6.1.152. Deverá fornecer tela específica para cadastro de grupos de acesso em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como descrição do grupo de acesso, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;

6.1.153. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novos grupos de acesso;

6.1.154. O cadastro de grupos de acesso deverá conter os seguintes campos:

6.1.155. Nome do grupo de acesso;

6.1.156. Permissões padronizadas para flag;

6.1.157. Opção de marcar todas as opções;

6.1.158. Deverá fornecer tela específica para cadastro de usuários em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como nome, login, base, função, grupo possuir campo de busca com opção de filtro por usuários ativos e oportunizar que seja editado;

6.1.159. Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novos usuários;

6.1.160. O cadastro de usuários deverá conter os seguintes campos:

Nome do usuário;

E-mail;

Login;

Senha;

Grupo;

Perfil da regulação (Rádio operador, Médico regulador, Técnico auxiliar de regulação médica, administrativo);

Função;

Nome da base;

CPF;

6.1.161. Opção de escolha dos estoques que o usuário terá acesso;

6.1.162. Opção de escolha das bases que terá acesso;

Aplicativo mobile de rastreamento das viaturas, acionamento, acompanhamento e registro técnico das ocorrências

6.1.163. No módulo de Dispositivos Móveis deverá conter as seguintes funcionalidades:

6.1.164. Registro de ocorrências pela equipe das viaturas;

6.1.165. Registro de QRA eletrônico;

6.1.166. Registro de checklist de materiais;

6.1.167. Geolocalização da viatura e registro das etapas da ocorrência (deslocamento até o local da ocorrência, atendimento na cena, deslocamento até a unidade de referência, transferência do paciente para o intra-hospitalar, preparo da viatura para nova ocorrência e deslocamento até a base);

6.1.168. Do registro de ocorrências pela equipe das viaturas

6.1.169. O sistema devere rodar em sistema operacional Android 4.4 ou superior com ou sem GPS.

6.1.170. Permitir o atendimento online e off-line via dispositivo móvel;

6.1.171. Atualização automática das informações registradas off-line no dispositivo móvel para a Central de Regulação;

6.1.172. Recebimento automático das ocorrências para o dispositivo móvel quando ele tiver on-line;

6.1.173. Exibir na tela principal todas as ocorrências que ainda não foram enviadas para o servidor permitindo o acesso para correção das informações.

6.1.174. O sistema não deverá excluir a ocorrência do dispositivo após o envio dos dados para o servidor.

6.1.175. O sistema deverá exibir os usuários que tiveram interação com o chamado:

6.1.176. TARM

6.1.177. Médico Regulador

6.1.178. Rádio operador

6.1.179. Médico/Enfermeiro/Auxiliar de enfermagem/Técnico de enfermagem que registrou a informações da cena e avaliação do paciente;

- 6.1.180.** O sistema deverá exibir o veículo empenhado no chamado e a equipe de atendimento.
- 6.1.181.** O sistema devesa exibir todos os dados registrados na ficha de atendimento.
- 6.1.182.** Permitir a correção/preenchimento do nome, sexo e idade do paciente.
- 6.1.183.** Registrar o nome de todos os usuários com data e horário que interagiram com a cena.
- 6.1.184.** Registrar os Tipos de Ocorrência e a Hipóteses Diagnósticas encontradas na cena;
- 6.1.185.** Deverá ainda registrar os dados parametrizados coletados do paciente como:
- 6.1.186.** Antecedentes com no mínimo as seguintes opções: cardiopatia, diabetes, epilepsia, etilismo, hipertensão, neoplasia, pneumopatia e sequela de AVC;
- 6.1.187.** Consciência com no mínimo as seguintes opções: normal, confuso, torporoso e inconsciente;
- 6.1.188.** X – Hemorragia exsanguinante: campo descritivo
- 6.1.189.** Via aérea: campo descritivo
- 6.1.190.** Respiração com no mínimo as seguintes opções: eupneico, taquipneico, bradipneico e agônico/ ausente;
- 6.1.191.** Circulação: campo descritivo;
- 6.1.192.** Neurológico: Glasgow + avaliação pupilar;
- 6.1.193.** Exposição: campo descritivo;
- 6.1.194.** Permitir o registro do histórico SAMPLE
- 6.1.195.** Sinais e sintomas encontrados;
- 6.1.196.** Alergias que paciente relate;
- 6.1.197.** Passado médico clínico e cirúrgico;
- 6.1.198.** Líquidos e alimentos ingeridos nas últimas horas;
- 6.1.199.** Ambiente e avaliação da cinemática do trauma;
- 6.1.200.** Registrar o acompanhamento dos Sinais vitais parametrizados (Ex.: PA, FC, FR, SAT);
- 6.1.201.** Permitir registrar quantos ferimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo do ferimento e o local do ferimento.
- 6.1.202.** Permitir registrar quantos procedimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo de procedimento e o procedimento e uma observação.
- 6.1.203.** Permitir registrar a terapêutica utilizada durante o atendimento pré-hospitalar (medicamentos, procedimento etc.);
- 6.1.204.** Registrar a prioridade definitiva de atendimento de acordo com as cores de Manchester ou de acordo com a parametrização, com suas devidas descrições.
- 6.1.205.** Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente na ficha de atendimento.
- 6.1.206.** Registrar o apoio utilizado durante o atendimento de acordo com os apoios parametrizados no sistema.

6.1.207. Nos casos em que a decisão técnica for remoção do paciente para unidade de saúde a tela deverá permitir o registro de unidades registradas no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde da região de abrangência do SAMU atendido;

6.1.208. O aplicativo deverá mostrar campo texto para descrição do motivo do cancelamento da ocorrência nos casos em que a decisão técnica for cancelamento, cancelamento durante ocorrência, colisão do veículo de urgência, endereço não localizado, equipe recebida com violência, local com risco para equipe, paciente evadiu-se do local, paciente recusou remoção, paciente removido por terceiros, recusou atendimento, removido por policial, removido por outra viatura do SAMU, veículo apresentou falha mecânica ou óbito;

6.1.209. Nos casos em que o desfecho da ocorrência for óbito a tela deverá, no mínimo, permitir o registro dos seguintes campos: relato do caso (campo texto) e registro do local do óbito (em domicílio, em via pública, na unidade de saúde ou na viatura);

6.1.210. Do Registro de QRA eletrônico

6.1.211. O aplicativo deverá possuir funcionalidade que permita o registro da equipe que comporá a equipe das viaturas;

6.1.212. O aplicativo deverá permitir que o usuário faça o login e registre a equipe que está compondo a equipe de cada carro, bem como vincule o equipamento com a viatura;

6.1.213. O aplicativo deverá fazer críticas necessárias para impedir registro indevidos:

6.1.214. Cada equipamento terá uma vinculação a um conjunto restrito de viaturas de forma a impedir o vínculo a algum veículo inadvertidamente;

6.1.215. Cada profissional só poderá registrar o seu vínculo por meio do QRA;

6.1.216. O aplicativo deverá fazer uma rotina de sincronismo a cada 5 segundos, podendo esta rotina ser antecipada sempre que necessário por meio de botão específico;

6.1.217. O usuário após logado deverá informar a base, o tipo de veículo e a placa do veículo que está assumindo o plantão;

6.1.218. Do Registro de checklist de materiais

6.1.219. O aplicativo deverá possuir módulo específico para registro de checklist de materiais médicos;

6.1.220. Após logar no aplicativo o profissional deverá acessar o módulo específico que permitirá que ele visualize todo o material padronizado para as viaturas e registre a sua presença;

6.1.221. A tela apresentará os materiais e a quantidade padrão de cada item e o profissional informará a quantidade presente ou a ausência deste item;

6.1.222. O sistema deverá registrar data e hora de início do checklist bem como a data e hora do término deste;

6.1.223. Esta informação deverá ser enviada sempre a cada sincronismo para que possa ser visualizada no sistema de gestão web;

6.1.224. Após o término do procedimento o sistema deverá permitir a geração de arquivo em PDF padronizado;

Módulo de rastreamento

6.1.225. No módulo de Rastreamento deverá conter as seguintes funcionalidades:

6.1.226. Permitir associar um dispositivo de rastreamento a uma viatura.

6.1.227. Deverá enviar a cada 30 segundos a longitude, latitude e velocidade de deslocamento do dispositivo quando disponível.

6.1.228. A localização registrada deverá conter uma margem de erro de no máximo 50 metros, caso contrário a localização não deverá ser registrada.

6.1.229. Deverá permitir a visualização no mapa de todos os dispositivos exibindo a última comunicação, última posição registrada e a velocidade de deslocamento.

6.1.230. Deverá exibir no mapa um ícone de desativado quando a última comunicação for feita a mais de 15 minutos.

6.1.231. Permitir exibir histórico do percurso através de uma faixa de data e hora.

6.1.232. Guardar o histórico permanente de localização das viaturas.

6.1.233. Permitir rastreamento em tempo real de toda a frota, com possibilidade de pesquisa pelo nome da viatura, ou posto de trabalho (base de apoio SAMU).

6.1.234. Fornecer rota mais rápida até o destino, informando no sistema de operação de frota, e no aplicativo dos smartphones para as equipes.

6.1.235. Fornecer previsão de tempo de chegada da viatura em tempo real.

Módulo de integração com dispositivo de gravação telefônica

6.1.236. No módulo de Integração com Dispositivo de Gravação Telefônica deverá conter as seguintes funcionalidades:

6.1.237. Acesso dinâmico a gravação telefônica.

6.1.238. Exportação de arquivos da gravação telefônica no formato MP3/WAV.

6.1.239. Filtro automático de gravações por chamado.

6.1.240. Streaming de áudio das gravações telefônicas via internet e intranet.

6.1.241. Integração ao módulo de Ficha de Chamado onde permita ouvir as ligações compatíveis com o horário da abertura do chamado.

6.1.242. A solução de gravação deverá ser integrada a solução de software de regulação.

Módulo de faturamento

6.1.243. No módulo de Faturamento deverá conter as seguintes funcionalidades:

6.1.244. As ações que possam gerar procedimentos faturáveis em decorrência do processo de regulação devem ser registradas de forma a gerar o procedimento dentro do módulo de faturamento;

6.1.245. O procedimento deve guardar relação com o CNES executor e com o CNS do profissional que registrou o mesmo, devendo o sistema fazer esta crítica ao gerar o registro do procedimento passível de faturamento;

6.1.246. O módulo deve promover a geração automática de arquivo de produção para importação no sistema BPA magnético seguindo como definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013.

Sistema de painel de gestão parametrizável

6.1.247. A contratada deverá disponibilizar software de painel de indicadores de gestão coletados a partir do sistema de gerenciamento de processos de trabalho nas unidades de saúde da Secretaria de Saúde;

- 6.1.248.** Permitir a visualização de informações referentes às ocorrências, tempos decorridos em cada etapa do atendimento pré-hospitalar;
- 6.1.249.** Os indicadores que comporão o painel de bordo deverão ser definidos pela Contratante;
- 6.1.250.** A ferramenta de Business Intelligence (BI) deverá ser dinâmica e possibilitar a interação do usuário com a ferramenta chegando ao nível de granularidade máximo (chegando ao atendimento específico realizado pelo profissional ao paciente);
- 6.1.251.** O software deverá ser acoplável em bancos de dados gratuitos e ser possível a análise do banco de dados de modo direto por meio de liberação de acesso a portas;
- 6.1.252.** A ferramenta deverá oportunizar a mudança do layout de visualização do indicador tendo que ser possível a visualização do dado em vários tipos de gráficos, por exemplo: tipo pizza, coluna, tabela, indicador etc.
- 6.1.253.** O software deverá atualizar a análise em tela automaticamente em intervalo de tempo a ser configurado pelo próprio usuário com perfil de configuração para tal. Cada painel de gestão poderá ter um tempo de atualização diferenciado;
- 6.1.254.** O sistema deverá ter telas de gerenciamento de usuários de tal sorte que poderá ser configurado quais painéis de gestão cadastrados serão apresentados para cada usuário do sistema.
- 6.1.255.** O sistema disponibilizado pela contratante deverá ser WEB, homologado para os principais navegadores de internet do mercado e responsivo a tela, permitindo a correta visualização em smartphones ou tablets;
- 6.1.256.** A contratada deverá disponibilizar minimamente os indicadores preceituados pela portaria 1010 de 21 de maio de 2012 tendo que apresentar os indicadores calculados no intervalo de tempo mínimo de 1 dia:
- 6.1.257.** Número geral de ocorrências atendidas no período;
- 6.1.258.** Tempo mínimo, médio e máximo de resposta;
- 6.1.259.** Identificação dos motivos dos chamados;
- 6.1.260.** Quantitativo de chamados, orientações médicas, saídas de Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB);
- 6.1.261.** Localização das ocorrências;
- 6.1.262.** Idade e sexo dos pacientes atendidos;
- 6.1.263.** Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;
- 6.1.264.** Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;
- 6.1.265.** Pacientes (número absoluto e percentual) referenciados aos demais componentes da rede, por tipo de estabelecimento.
- 6.1.266.** A contratada deverá disponibilizar os seguintes relatórios complementares para gestão do SAMU:
- 6.1.267.** Acesso de usuários por período ao sistema;
- 6.1.268.** Bairros atendidos
- 6.1.269.** Chamados cancelados
- 6.1.270.** Chamados por dia da semana

- 6.1.271. Chamados por dia da semana x horários
- 6.1.272. Chamados por horário
- 6.1.273. Telefonemas tempo-chamado x regulação
- 6.1.274. Tempo-início tarm x chegada vtr
- 6.1.275. Tempo-regulação x envio de vtr (final regulação menos data envio vt)
- 6.1.276. Tempo-saída vtr x chegada vtr
- 6.1.277. Tempo-tarm total de atendimentos por tipo de vtr
- 6.1.278. Total de atendimentos por vtr
- 6.1.279. Total de chamados com acionamento de múltiplos meios
- 6.1.280. Total de transferências por tipo de vtr
- 6.1.281. Total de acionamentos por tipo de vtr
- 6.1.282. Total de atendimento e transferência
- 6.1.283. Total de transferências por vtr
- 6.1.284. Trombolítico-tempo resposta
- 6.1.285. Total tempo resposta
- 6.1.286. Total de chamados
- 6.1.287. Vaga negada
- 6.1.288. Vaga zero
- 6.1.289. Faixa etária x hd (chamado)
- 6.1.290. Hospital de origem x hospital de destino
- 6.1.291. Ocorrências diurnas x noturnas
- 6.1.292. Origem paciente
- 6.1.293. Prioridade
- 6.1.294. Tempo médio deslocamento do local ao hospital
- 6.1.295. Tempo médio hospital até retorno a base
- 6.1.296. Tempo médio recebimento ligação até saída da vtr
- 6.1.297. Tempo médio recebimento ligação até chegada ao hospital
- 6.1.298. Tempo médio saída vtr até chegada ao local
- 6.1.299. Tempo médio recebimento ligação até retorno a base
- 6.1.300. Deslocamento médio das viaturas em ocorrência
- 6.1.301. Deslocamento médio das viaturas fora de ocorrência

7. CONFIGURAÇÕES GERAIS

7.1. Agendamento automático

7.1.1. Permitir que o sistema realize o agendamento automático de solicitações na fila de espera, considerando tempo na fila, unidade solicitante, unidade executante, prioridade e procedimento.

7.1.2. Permite regionalizar em quais unidades executantes o sob deverá marcar as solicitações na fila de espera.

7.1.3. Permitir configurar agendamento automático por procedimento e central de regulação.

7.1.4. Deverá permitir utilizar estrutura de regionalização, definindo de acordo com a origem e procedimento da solicitação em qual unidade executora deverá ser encaminhar pacientes; a busca deve se expandir automaticamente de acordo com o período parametrizado por prioridade.

7.2. Gerenciamento de Agendas

7.2.1. Permitir efetuar a montagem das agendas no mínimo com os seguintes campos: profissional; nome da agenda/escala, procedimento, data de início, data final, dias da semana que a agenda estará disponível, horário inicial, horário final, criação em bloco, escala com visualização local ou compartilhada.

7.2.2. Permitir efetuar bloqueios através dos seguintes filtros: profissional, o procedimento, data de início e fim, dias da semana, período todo ou apenas para faixas de horário e dias específicos.

7.2.3. No ato do bloqueio, deverá listar e alertar se houver pacientes agendados.

7.2.4. Permitir efetuar o remanejamento de agendas, sendo este remanejamento possível alterar unidade executante (quando logado através da central), profissional executante, e datas.

7.2.5. Permitir o remanejamento de pacientes e ainda permitir remanejar todos os pacientes de uma determinada agenda para outra e remanejar individualmente cada paciente para uma nova agenda.

7.2.6. Permitir realizar encaixes de pacientes através da demanda espontânea para o atendimento médico com integração ao prontuário eletrônico.

7.2.7. Deverá possuir tela para o cadastro de feriados nacionais e regionais. Nas datas cadastradas como feriados, o sistema deverá alertar ao tentar liberar agendas.

7.2.8. Deverá emitir alerta e impedir a duplicação de escalas para o mesmo profissional e procedimento.

7.2.9. Deverá permitir a criação de oferta apenas para profissionais devidamente vinculados a um Estabelecimento de Saúde.

7.2.10. Após o bloqueio de agenda a mesma não deverá ser exibida na tela de agendamento.

7.2.11. A unidade Central terá acesso a liberação e bloqueio de agenda de todas as unidades vinculadas a ela.

7.2.12. As agendas criadas deverão permitir a parametrização de serem locais, para consumo exclusivo de pacientes da própria unidade e, compartilhadas quando permitirão o agendamento de pacientes externos, encaminhados de outras unidades.

7.2.13. Deverá permitir cadastrar motivos padrão para bloqueio de agendas, visando a parametrização das informações registradas.

7.2.14. Permitir determinar a quantidade de dias de visualização das agendas nas unidades de saúde disponíveis para marcação.

7.3. Gerenciamento de profissionais

7.3.1. Deverá garantir que as senhas dos profissionais que irão utilizá-lo atendam minimamente as seguintes condições: Permitir compor a senha (letras maiúsculas, minúsculas, números, caracteres especiais)

7.3.2. Deverá garantir que cada profissional tenha login único vinculado ao CPF, CBO, Dados gerais, permitindo cadastrar foto.

7.3.3. Deverá gerenciar perfis de acesso que podem ser combinados para dar permissão especial aos logins do sistema, possibilitando que uma mesma unidade e setor libere acessos diferentes a cada profissional.

7.3.4. Visualizar e manter cadastros de especificação profissional (especialidade, Tipo de Prestador, CBO, carga horária, data de início)

7.3.5. Visualizar e manter cadastro de situação do profissional (ativo, inativo, habilitado, inabilitado).

7.3.6. Permitir parametrizar o profissional regulador ao procedimento e região a serem exibidos na tela de regulação.

7.3.7. Deverá possuir perfis parametrizáveis conforme necessidade de gestão, tais como: administrativo, solicitante/recepção, regulador, gestor de cotas, executante.

7.4. Configuração de procedimentos / SIGTAP

7.4.1. Deverá conter e utilizar como padrão os procedimentos padronizados pelo Ministério da Saúde e permitir a parametrização.

7.4.2. Deverá permitir a criação de procedimentos locais relacionados com códigos e procedimentos SIGTAP.

7.4.3. Deverá permitir parametrizar os procedimentos: Necessita de cotas, Idade mínima, Idade máxima, Sexo, Complexidade para faturamento, Quantidade máxima, Tipo financiamento, Profissionais autorizados a executar, Profissionais autorizados a solicitar, Protocolos e se obriga anexo na solicitação.

7.4.4. Deverá permitir parametrizar orientações/preparos a serem inseridas nos comprovantes de agendamento, estas orientações podem ser cadastradas por procedimento e específicas apenas para uma unidade de saúde ou para todas as unidades da central.

7.4.5. Permitir ativação e a inativação lógica de qualquer item cadastrado e/ou do(s) seu(s) parâmetro(s), com persistência na base de dados e manutenção de todos os seus vínculos históricos, inclusive a data e hora da modificação.

7.4.6. Visualizar dados cadastrados no Sistema por meio de pesquisa fonética, permitindo listar ao inserir %% ou as três primeiras letras.

7.4.7. Permitir o cadastro e configuração de procedimento especializado, vinculado ao grupo de agendamento, podendo identificar se o procedimento necessita de regulação e agendamento automatizado.

7.4.8. Permitir a configuração de dashboard, exibindo nos perfis as solicitações de acordo com os filtros selecionados, contendo no mínimo as informações por situações de atendimento (autorizadas, não realizadas, absentismo e rejeitadas).

7.4.9. Possibilitar cadastrar pacotes de procedimentos para a linha de cuidado do paciente.

7.5. Gerenciamento da Unidade de saúde / CNES

7.5.1. Permitir o cadastro quantitativo da população por unidade de saúde.

7.5.2. Deverá permitir o registro de dados de identificação do serviço/classificação da Unidade/Estabelecimento de Saúde, conforme padrões do CNES.

7.5.3. Deverá permitir o registro de dados de identificação dos equipamentos da Unidade/Estabelecimento de Saúde, conforme padrões do CNES. Exibindo na mesma tela os equipamentos daquela unidade.

7.5.4. Quando a unidade de atendimento possuir uma unidade anexa, permitir o cadastro dos dados da unidade anexa, incluindo: nome, distrito, endereço completo, telefone, e-mail e complemento.

7.5.5. Permitir inserir mais de uma unidade anexa a unidade de saúde. Ao cadastrar unidade anexo, possibilitar inserir os seguintes dados: nome, distrito, endereço completo, telefone, e-mail e complemento.

7.5.6. Deverá permitir o registro da vinculação do profissional nos estabelecimentos de saúde, bem como em equipes de saúde, informando; Nome, Data Entrada, CNS, CBO, Carga Horária, Vinculação, Tipo, Subtipo.

7.5.7. Permitir registrar a quantidade de salas e equipamentos de Radioterapia a unidade possui, subdividindo em salas de Simulação, Planejamento, Armaz. fontes, Confec. masc., Molde e Bloco pers. e equipamentos: Ortovoltagem 10-50 kv, Ortovoltagem 50-150 kv, Ortovoltagem 150-500 kv, Braquiterapia baixa, Outros-monitor de área, Outros-monitor de individual, Outros-sist. compt. planejamento, Outros-dosímetro, Unidade cobalto, Braquiterapia média, Braquiterapia alta, Outros-fontes seladas.

7.5.8. Permitir registrar a quantidade de salas e equipamentos de quimioterapia que a unidade possui, subdividindo em; Armazenagem, Sala preparo, Químio. C/ duração, Químio. L/duração, Capela de fluxo laminar.

7.5.9. Permitir registrar os médicos responsáveis pela oncologia.

7.5.10. Permitir registrar os serviços especializados da unidade de saúde, listando automaticamente as possíveis classificações de acordo com o serviço. Caso o serviço seja terceirizado, permite inserir o nome da unidade terceira através de listagem automática das unidades de saúde.

7.5.11. Permitir a parametrização indicando se a unidade de saúde pode cadastrar solicitações de cidadãos de outros municípios.

7.5.12. Permitir a parametrização de uma mensagem na tela do solicitante, possibilitando a inserção de um alerta quando houver a tentativa de cadastrar uma solicitação de cidadão de outro município.

7.5.13. Permitir parametrizar às unidades de saúde aos procedimentos, essa configuração irá refletir na possibilidade de solicitar e executar consultas.

7.5.14. Permitir a parametrização indicando se a unidade de saúde pode cadastrar solicitações de cidadãos de outros municípios.

7.5.15. Permitir a parametrização de uma mensagem na tela do solicitante, possibilitando a inserção de um alerta quando houver a tentativa de cadastrar uma solicitação de cidadão de outro município.

7.5.16. Permitir parametrizar às unidades de saúde aos tipos de leitos e especialidade, essa configuração irá refletir na possibilidade de solicitar cirurgias.

7.5.17. Permitir realizar o cadastro de leitos por estabelecimento de saúde, tipo de leitos e especialidade. Informando quantidade de leitos de urgências, contratados e de autogestão.

7.5.18. Permitir bloquear leitos das unidades de saúde informando a quantidade, leito e motivo do bloqueio.

7.5.19. Permitir o cadastro da central de regulação informando o tipo de central: municipal, estadual, psiquiátrica e transplante.

7.5.20. A central poderá visualizar todos os leitos e seus respectivos status de acordo com cada unidade.

7.5.21. Permitir o cadastro de faixa de AIH por estabelecimentos ou municípios.

7.6. Faturamento

7.6.1. Permitir cadastramento de competências para faturamento SUS, com possibilidade de fechar e reabrir as mesmas.

7.6.2. Permitir a importação manual das definições da tabela SIGTAP do Ministério da Saúde, possibilitando selecionar arquivos das competências a partir do repositório do DataSUS e realizar a importação das regras de faturamento de Procedimentos do SUS.

7.6.3. Deve ter tela para gestão da produção faturável do tipo BPA por seção, permitindo selecionar uma ou mais seções para geração de arquivo: Consultas; Exames; Procedimentos Ambulatoriais e Odontológicos; Consultas odontológicas; Procedimentos coletivos; Vigilância em Saúde; ACS.

7.6.4. Permitir selecionar os tipos de financiamento vinculados aos procedimentos SIGTAP para geração do arquivo BPA, sendo: Vigilância em Saúde; MAC – Média e Alta Complexidade; FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensações; Incentivo MAC; Assistência Farmacêutica; AB – Atenção Básica.

7.6.5. Possuir orientações para geração correta de faturamento e as respectivas configurações necessárias para configurar ao sistema.

7.6.6. Gerar automaticamente, com base nos atendimentos realizados, o arquivo magnético para Boletim de Produção Ambulatorial conforme especificações do Ministério da Saúde, permitindo a seleção das unidades para geração.

7.6.7. Possibilitar que, na geração dos arquivos BPA, a produção possa ser incluída de forma consolidada e individualizada, conforme instrumento de registro de cada procedimento conforme tabela SIGTAP.

7.6.8. Permitir à CONTRATANTE escolher o instrumento de registro de procedimentos conforme a tabela SIGTAP a ser enviado na geração do arquivo BPA, incluindo procedimentos com duplo instrumento de registro.

7.6.9. Permitir a reapresentação da produção conforme portaria do Ministério da Saúde, em até três competências anteriores.

7.6.10. Permitir gerar produção do município, incluindo a produção dos prestadores.

7.6.11. Permitir visualizar competências BPA geradas anteriormente.

- 7.6.12.** Permitir emitir relatório de toda produção gerada conforme padrões para visualização SIA-SUS, com no mínimo os seguintes campos: tipo de registro do BPA, competência, unidade, grupo, subgrupo, procedimento, valor e quantidade.
- 7.6.13.** Permitir visualizar em tela a produção gerada conforme competência selecionada.
- 7.6.14.** Consistir procedimentos no momento da realização, conforme critérios definidos pelo Ministério da Saúde: sexo, idade, especialidade das unidades de saúde.
- 7.6.15.** Permitir o registro direto da produção BPA, por unidades de saúde, de modo retroativo, devido a problemas na sua estrutura ou fluxo de atendimento.
- 7.6.16.** Permitir cadastrar novos procedimentos adicionais à tabela do SIGTAP, permitindo a vinculação e faturamento em um procedimento válido do SIA-SUS.
- 7.6.17.** O sistema deve permitir a configuração dos prestadores e respectivos CBO's.
- 7.6.18.** O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura BPA dos procedimentos realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.
- 7.6.19.** O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura APAC dos procedimentos de alta complexidade realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.
- 7.6.20.** O sistema deve fazer todas as críticas referentes às regras Datasus (sexo x procedimento, idade x procedimento, procedimento x diagnóstico, procedimento x CBO, prestador x CBO e CEP).
- 7.6.21.** O sistema deve gerar os arquivos de produção ambulatorial (BPA e APAC) no padrão DATASUS para envio da produção mensal para a Secretaria de Saúde.
- 7.6.22.** O sistema deve fazer todas as críticas relacionadas às regras do DATASUS e imprimir o relatório de inconsistências para que os usuários possam realizar os devidos ajustes.
- 7.6.23.** Permitir repassar ao ministério as APAC's realizadas por meio da produtividade. A produtividade será exportada no formato de um arquivo .txt com o Layout definido pelas regras exigidas pelo DATASUS.
- 7.6.24.** Permitir filtrar através da competência, tipo e nome do órgão de destino.
- 7.6.25.** Ao realizar a busca deverá exibir em tela: Estabelecimento executante, Competência, Qtde. solicitações, Valor faturamento, Usuário e Data do cadastro.
- 7.6.26.** Deverá permitir gerar por especialidade ou único, possibilitando selecionar por tipo de laudo através de check-box.
- 7.6.27.** Exibir em lista dos dados da remessa selecionada permitindo o download do arquivo, gerar arquivo de envio, cancelar ou editar a remessa.
- 7.6.28.** O sistema deve permitir fazer a importação da tabela SIGTAP.
- 7.6.29.** O sistema deve permitir fazer a importação do arquivo CNES.
- 7.6.30.** O sistema deve permitir fazer a importação da tabela de CEP disponibilizada pelo Datasus.
- 7.6.31.** O sistema deve permitir fazer a configuração dos prestadores e os respectivos CBO's.
- 7.6.32.** Permitir registrar o caráter de atendimento.
- 7.6.33.** Permitir cadastrar o motivo de descarte.

7.6.34. Cadastro do Tipo de Financiamento.

7.6.35. Cadastro do motivo de glosa BPA.

7.6.36. O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura BPA dos procedimentos correspondentes e que foram realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.

7.6.37. O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura APAC dos procedimentos de alta complexidade correspondentes e que foram realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.

7.6.38. O sistema deve fazer todas as críticas referentes as regras Datasus (sexo x procedimento, idade x procedimento, procedimento x diagnóstico, procedimento x CBO, prestador x CBO e CEP).

7.6.39. O sistema deve fazer a geração dos arquivos de produção ambulatorial (BPA e APAC) no padrão DATASUS para envio da produção mensal para a secretária de saúde.

7.6.40. O sistema deve fazer todas as críticas relacionadas as regras do DATASUS e imprimir o relatório de inconsistências para que os usuários possam fazer os devidos ajustes.

7.6.41. O sistema deve permitir fazer o controle de faturamento pelos tetos orçamentários por subgrupo, por procedimento, por setor e por grupo de procedimento.

7.6.42. O sistema deve gerar a exportação do BPA e APAC.

7.6.43. O sistema deve gerar o arquivo XML para o programa SISMAMA.

7.6.44. O sistema deve permitir a renovação de APAC.

7.6.45. O sistema deve permitir a emissão de laudo para emissão de APAC.

7.6.46. O sistema deve emitir ficha de frequência de APAC.

7.6.47. O sistema deve permitir a cópia de APAC.

7.6.48. O sistema deve permitir o lançamento manual dos procedimentos de alta complexidade na fatura APAC.

7.6.49. O sistema deve permitir serem cadastradas as faixas de APAC'S disponibilizadas pela SES para a Unidade Hospitalar por competência.

7.7. Integrações

7.7.1. Exportar dados para:

7.7.2. SIASUS (ou CMD/MS).

7.7.3. SINAN/SISVE/INFLUENZA.

7.7.4. SI-PNI.

7.7.5. RAAS – Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde.

7.7.6. BPA-I e BPA-C

7.7.7. RNDS – Rede Nacional de Dados de Saúde

7.7.8. API para integrações de dados cadastrais dos pacientes, para futura conexão com outros sistemas públicos.

8. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS

8.1.1. A aplicação deverá possuir mecanismos de importação e exportação de dados em massa. Estes mecanismos devem ser capazes de lidar com altos volumes de dados, como por exemplo – exportações periódicas de produções para o MS.

8.1.2. Controlar integridade referencial.

8.1.3. Garantir que apenas arquivos e componentes indispensáveis para o correto funcionamento do sistema estejam presentes no ambiente de produção.

8.1.4. Em todo o sistema, manter o padrão de layout e operação (template) nas telas dos diversos módulos.

8.1.5. Possibilitar a criação de relatórios parametrizáveis pelos usuários responsáveis.

8.1.6. Permitir reaproveitamento das parametrizações efetuadas quando da implantação de novas versões.

8.1.7. Disponibilizar recurso de arquivamento de dados históricos de forma automatizada, parametrizável.

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

A (razão social da empresa), CNPJ nº, localizada à, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico n.º 002/2026, declara, sob as penas da lei, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

b) inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

d) não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Primavera do Leste / MT, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau. (art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em especial no art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991. (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

f) Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

g) Não ser cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau de servidor público ou agente político, inclusive da autoridade nomeante, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, que for detentor de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE-MT.

h) Caso opte por não realizar a visita técnica facultativa prevista no Edital, declara que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, das instalações, do ambiente tecnológico e operacional e das informações necessárias à elaboração de sua proposta, assumindo integral responsabilidade pela execução contratual, não podendo alegar, futuramente, desconhecimento para eximir-se de qualquer obrigação assumida.

Local e data.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

PREGÃO Nº 002/2026

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Nome Fantasia:

Razão Social:

CNPJ: OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()

Endereço:

Bairro: Município:

Estado: CEP:

Fone/Fax: () E-MAIL:

Conta Corrente nº **Agência nº** **Banco**

Nome completo do responsável legal da empresa:

CPF: RG: CEL/TELEFONE:

.....

IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR:

Item	Serviço	Unidade	Qtde	Unit	Total

Prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias a partir da data de sua abertura.

Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas.

Declaramos que atendemos todas as exigências técnicas mínimas, inclusive de garantia, prazos de entrega e quantidades.

Informamos ainda, que os pagamentos deverão ser efetuados com todas as condições estabelecidas no Edital da Licitação e seus anexos, na Conta Corrente nº xxxxxxxx Agência nº xxxx do Banco Xxxxxxxx.

OBS.: Anexar todas as Planilhas.

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE E CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O **MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DO LESTE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, com sede na Rua Maringá, nº 444, Centro, CEP 78850-000, Primavera do Leste – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 01.974.088/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sportador da Matrícula Funcional nº 11206, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo Licitatório nº 021/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para fornecimento, implantação, suporte e manutenção de sistema de Prontuário Eletrônico Integrado (ERP) (SOFTWARE DE GESTÃO EM SAÚDE) com aplicativos mobile e hospedagem em nuvem, equipe local de suporte, conforme especificações em Termo de Referência., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
1	Implantação de Software de Gestão em Saúde Serviço de implantação de software de sistema em todas as unidades onde for solicitado e treinamento;	SV	1		
2	Serviço de Gerenciamento de Software de Gestão em Saúde Deve conter no mínimo: 500 - Estações de Trabalho Ativas Concomitantes (em nuvem) ou ilimitado; 400 - Licenças de Dispositivos Móveis (uso assistencial interno) ou ilimitado; 800 - Usuários da Plataforma de Educação Continuada (contar com plataforma de treinamento do sistema) Ilimitado - Acessos Anuais ao Aplicativo Mobile (White Label - População) 250 - Pacientes Acompanhados Simultaneamente (Plataforma Tempo Real)	MENSAL	12		

	Funcionário Exclusivo e Presencial de Suporte Técnico (Nível 1) Especificações do Sistema devem estar de acordo com TR e ANEXO I do TR deste edital e demais condições estabelecidas em prova conceito.				
				TOTAL	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2026

1.3.3 A Proposta do contratado;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação e nos demais aspectos que forem julgados relevantes, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4 Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;

2.2.5 Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos, incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos Fiscais do Contrato, representados neste por **GILDÉSIO RODRIGUES DOS SANTOS** como fiscal oficial e **DI-ONATHAN FELIPE DA SILVA SILVEIRA** como fiscal suplente, responsáveis por todos os aspectos administrativos, técnicos e operacionais nos termos das legislações deste termo de referência, com registro de ocorrências em relatório mensal;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

8.1.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25.** Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. A atuação do preposto poderá ser de forma remota, por meio de canais de comunicação oficiais, desde que garanta comunicação imediata e eficaz com a fiscalização do contrato. O preposto deverá estar disponível durante o horário comercial (segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00) para atendimento de demandas administrativas e operacionais;
- 9.25.1** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar, ao término da vigência contratual ou em caso de substituição da CONTRATADA, a **transição contratual**, sem custo adicional, mediante disponibilização dos dados do CONTRATANTE em formato interoperável, repasse das informações técnicas indispensáveis, entrega da documentação pertinente e apoio à transferência operacional para o CONTRATANTE ou para a nova contratada, de modo a garantir a continuidade do serviço público e a ausência de perda de informações, observados os limites definidos no Termo de Referência.

9.35.1. As obrigações previstas no item anterior restringem-se às atividades de transição formalmente previstas no Termo de Referência, não se confundindo com manutenção prolongada, evolução contínua, suporte irrestrito ou continuidade integral da operação do sistema após o encerramento contratual.

9.35.2. Para fins de interoperabilidade, transição e continuidade do serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar API aberta e a respectiva documentação técnica necessária para que o CONTRATANTE, ou terceiros por ele contratados, possam consumir, enviar, extrair ou migrar dados do sistema, observado o escopo contratual e as integrações previstas no Termo de Referência. Tal obrigação não se confunde com o desenvolvimento ativo e irrestrito de integrações com todos os sistemas legados do Município, salvo as integrações obrigatórias expressamente previstas e aquelas necessárias à continuidade das finalidades administrativas já contempladas no objeto contratado.

9.36. A titularidade dos dados inseridos, produzidos ou processados no âmbito da execução contratual pertence ao CONTRATANTE. A cessão de direitos patrimoniais limita-se aos referidos dados e às eventuais customizações, parametrizações, relatórios, integrações ou funcionalidades desenvolvidas especificamente para a Administração, quando cabíveis, previamente pactuadas e, se for o caso, remuneradas na forma contratual.

9.36.1. Não se incluem na cessão prevista no item anterior o código-fonte da solução base, a arquitetura do sistema, a plataforma originária, os componentes preexistentes e os demais elementos estruturais, tecnológicos e intelectuais que integrem a solução base da CONTRATADA, os quais permanecem de sua exclusiva titularidade. A CONTRATADA deverá, contudo, fornecer ao CONTRATANTE os dados, documentos e elementos de informação estritamente necessários à utilização dos dados públicos, à interoperabilidade, à extração, à migração e à transição contratual, sem que isso implique cessão da tecnologia de concepção ou desenvolvimento da solução base.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato ad-

ministrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Para fins deste contrato, os dados pessoais tratados no âmbito da execução do objeto, inclusive dados pessoais sensíveis relativos à saúde dos usuários do sistema de prontuário eletrônico, serão tratados, em regra, sob a condição de o CONTRATANTE figurar como controlador e a CONTRATADA como operadora, vedado à CONTRATADA tratar tais dados para finalidade diversa da execução contratual ou em desconformidade com as instruções do CONTRATANTE.

10.13. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, incluindo, no mínimo, controle de acesso por usuário e perfil, registro de logs, rastreabilidade das operações, mecanismos de

autenticação, rotinas de backup, gestão de vulnerabilidades e procedimentos de continuidade e recuperação.

10.14. A CONTRATADA deverá comunicar ao CONTRATANTE, sem demora injustificada e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, apresentando, no mínimo, descrição do incidente, dados potencialmente afetados, medidas de contenção adotadas, riscos envolvidos e providências recomendadas, bem como prestar todo apoio necessário ao cumprimento das obrigações legais perante a ANPD e os titulares dos dados.

10.15. A CONTRATADA somente poderá contratar suboperadores ou subcontratados que tenham acesso a dados pessoais mediante prévia ciência do CONTRATANTE, permanecendo integralmente responsável pelos atos praticados por tais terceiros.

10.16. Encerrada a contratação, a CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, em formato interoperável, todos os dados, documentos e registros produzidos ou armazenados no âmbito da execução contratual, assegurando a continuidade do serviço público e, após a migração ou conforme determinação do CONTRATANTE, promover a eliminação ou devolução dos dados pessoais, ressalvadas as hipóteses legais de conservação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A contratada deverá prestar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, como condição para a assinatura do instrumento contratual e manutenção de sua vigência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Dá causa a responsabilização administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, a prática pelo licitante/adjudicatário/detentor das seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar a Ata, contrato ou instrumento equivalente ou não entregar a documentação exigida para a celebração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. ADVERTÊNCIA: quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.2.2. MULTA: na ocorrência de atraso injustificado para assinatura do Contrato/Ata, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do Contrato/Ata.

12.2.2.1. As multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de mora na assinatura deste ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;

c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

12.2.2.2. Será configurada a inexecução total do objeto, em caso de:

a) atraso injustificado do início do serviço ou da entrega, na totalidade requerida, por mais de 7 (sete) dias corridos após o recebimento pela Contratada da ordem de serviços;

b) todos os serviços ou entregadas executadas serem rejeitados pelo Município por não atenderem às especificações deste Edital e do termo de referência, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de bens.

12.2.2.3. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à proponente Contratada:

a) se o valor a ser pago à proponente Contratada não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da comunicação oficial.

b) esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela proponente Contratada ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.2.3. IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.2.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “i”, “j” e “k” do subitem 12.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021). Esta sanção será precedida de análise jurídica e aplicação é de competência exclusiva de secretário municipal, no âmbito do Poder Executivo.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Município (art. 156, § 9º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação (art. 157, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.5.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das penalidades de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR, requererá a instauração de processo de responsabilização conforme previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensa-

dos, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3 Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.4. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.4.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.4.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos

casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Primavera do Leste deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FONTE DE RECURSOS	1.500 - (RECURSOS ORDINÁRIOS)
FICHA	1340 – SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	10.302.0019.2053.0000 Manutenção Departamento de Unidade de Pronto Atendimento
ELEMENTO DA DESPESA	3.3.90.40.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Primavera do Leste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO V – DA PROVA CONCEITO

A apresentação será realizada nas instalações da Secretaria Municipal de Saúde, em sala apropriada, com infraestrutura básica de energia elétrica e meios de projeção ou monitor, competindo à licitante o fornecimento, instalação e operação dos demais equipamentos necessários, incluindo computador e acessórios indispensáveis.

Toda a infraestrutura de hardware, software e dados indispensáveis à realização da Prova de Conceito deverá ser providenciada pela licitante.

A Prova de Conceito será promovida tão somente após a fase de habilitação e antes da adjudicação do objeto, devendo a data de sua realização ser comunicada com antecedência mínima de cinco (5) dias úteis. Objetiva-se, com tal procedimento, aferir o pleno funcionamento do produto ofertado em circunstâncias reais de operação, analisando-se a efetiva correspondência técnica ao objeto licitado, para além dos elementos meramente documentais.

Somente será declarada vencedora a licitante que demonstrar, no mínimo, o atendimento de 95% (noventa e cinco por cento) das funcionalidades cunhadas em cada módulo do Termo de Referência do sistema proposto.

Demais exigências conforme Termo de Referência.

Nº	REQUISITO	SIM	NÃO
1	Serviço de Gerenciamento de Software de Gestão em Saúde Deve conter no mínimo: 500 - Estações de Trabalho Ativas Concomitantes (em nuvem) ou ilimitado; 400 - Licenças de Dispositivos Móveis (uso assistencial interno) ou ilimitado; 800 - Usuários da Plataforma de Educação Continuada (contar com plataforma de treinamento do sistema); Ilimitado - Acessos Anuais ao Aplicativo Mobile (White Label - População); 250 - Pacientes Acompanhados Simultaneamente (Plataforma Tempo Real);		
2	Aplicativo móvel assistencial, para uso em tablets ou celulares, exclusivamente para equipe assistencial de médicos da contratante, até 50 dispositivos.		
3	Plataforma para acompanhamento de exames por parte dos pacientes, em tempo real;		
4	Prontuário Eletrônico Unificado (PEP): Conforme padrões SBIS e ICP-Brasil. Assinatura Digital: Compatibilidade com assinatura digital de documentos clínicos e administrativos. Plataforma: Web responsiva. Aplicativo Móvel: Integrado para pacientes de grupos específicos, com notificações seguras e conforme LGPD. API: Aberta para integrações futuras, de dados cadastrais, com outros sistemas públicos. Logs: Registro de logs de auditoria de acesso e transações. Disponibilidade (SLA): Garantir 99,3% de disponibilidade mensal do ambiente em nuvem.		
5	A Contratada deverá arcar com os custos de eventual migração de dados legados, manutenções ou reconfigurações necessárias por falhas de sua responsabilidade. A Contratada deve garantir a migração segura dos dados em eventual transição contratual.		
6	A implantação do novo software de gestão em saúde será conduzida de forma estruturada, garantindo a adequada capacitação das equipes e a integração eficiente entre todas as unidades, dividida em três fases principais: parametrização, discussão de processos de trabalho e treinamento.		

7	Hospedagem: Ambiente em nuvem gerenciado, certificado segundo normas ISO 27001 ou equivalentes. Disponibilidade: Garantir 99,3% de disponibilidade mensal. Segurança: Garantir segurança e integridade das informações, realizar backups e prever recuperação em desastres.		
8	Obrigação da Contratada: Executar treinamentos contínuos à equipe técnica interna durante a vigência do contrato.		
9	A Contratada deverá garantir suporte técnico contínuo durante toda a vigência do contrato, incluindo: Suporte Presencial: 1 funcionário exclusivo e presencial de suporte técnico (nível 1) nas dependências da SMS, e suporte de nível 1 e 2 para usuários nas dependências do hospital. Suporte Remoto: 24x7 remoto. SLA (Prazo de Atendimento):		
10	Caso necessário fornecer API para integração para outros programas do município.		
11	O sistema deverá disponibilizar uma solução completa para emissão de senhas de atendimento, permitindo que o paciente ou seu acompanhante realizem a retirada de senhas tanto para atendimentos normais quanto para atendimentos prioritários, contemplando as disposições das Leis Federais nº 13.466, nº 10.048 e nº 12.764, que garantem prioridade a pessoas com mais de 80 anos, pessoas com deficiência (PNE – Portadores de Necessidades Especiais), gestantes, lactantes, pessoas com obesidade e pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Essa solução deverá estar totalmente integrada aos painéis de chamada, assegurando a gestão eficiente das filas de espera e dos atendimentos.		
12	O sistema deverá permitir a configuração da impressora do totem de emissão de senhas, do tipo de impressão (normal ou formatada), das filas que terão senhas emitidas, da cor ou tema do totem, da exibição do CNPJ e do texto específico a ser impresso nas senhas de prioridade.		
13	O sistema deverá disponibilizar solução para chamada eletrônica de pacientes, permitindo a parametrização individual por painel, sem impacto nas configurações dos demais.		
14	O sistema deverá possibilitar a configuração das filas que serão geridas por cada painel, incluindo os campos exibidos em tela, a apresentação do local de atendimento (sala, consultório, box, guichê) e a opção de exibição em tela cheia.		
15	O sistema deverá permitir a configuração das chamadas com áudio, oferecendo opções para leitura do nome ou da senha do paciente, direcionamento por voz (masculina ou feminina) e definição da exibição das últimas senhas chamadas em tela.		
16	O sistema deverá permitir personalizar a interface do painel, incluindo a cor (tema) e demais elementos visuais.		
17	O sistema deverá permitir a pesquisa de pacientes por nome, CPF ou Cartão Nacional de Saúde (CNS), englobando todos os pacientes agendados. Ao selecionar um paciente, deverão ser exibidos: nome, nome social, sexo, data de nascimento, número do prontuário, endereço, área de abrangência, equipe de saúde, microárea e nome do ACS responsável.		
18	Integração com a Base Nacional (CADSUS) Caso o paciente não seja identificado na base local, o sistema deverá realizar busca automática no CADSUS, permitindo a importação direta dos dados para a base local, garantindo atualização cadastral em conformidade com o SUS.		
19	O sistema deverá estar integrado aos encaminhamentos médicos		

	eletrônicos, possibilitando o agendamento de consultas, exames, procedimentos, sessões e tratamentos a partir das solicitações emitidas pelo médico assistente, organizadas em uma fila de solicitações de agendamento.		
20	O sistema deverá apresentar em tela e possibilitar a impressão das orientações de preparo para consultas e exames, garantindo que sejam entregues ao paciente de forma clara e padronizada.		
21	O sistema deverá permitir o agendamento, em tela única, de consultas, exames, procedimentos, sessões e tratamentos, garantindo usabilidade e agilidade no processo.		
22	O sistema deverá possibilitar a visualização e impressão da agenda da unidade. Quando não houver filtros aplicados, a agenda deverá ser exibida por profissional executante, contendo: quantidade total de agendamentos, situação de cada solicitação, número da solicitação, dados do paciente (nome, data de nascimento, telefone, município) e item do agendamento.		
23	Se o paciente apresentar pendências cadastrais (CPF, telefone, nome da mãe ou endereço), o sistema deverá emitir alerta impedindo a continuidade do agendamento até a regularização. A atualização poderá ser feita em cadastro simplificado, diretamente na tela.		
24	O sistema deverá permitir agendar usuários do SUS em atividades individuais ou coletivas, possibilitando configurar múltiplas atividades na agenda de um mesmo profissional, para o mesmo dia e unidade, inclusive com especialidades distintas.		
25	O sistema deverá possibilitar que diferentes profissionais acessem a mesma agenda com funcionalidades diferenciadas, conforme perfil de acesso (ex.: recepção, coordenação, médico).		
26	O sistema deverá permitir movimentar agendamentos em bloco ou individualmente, para outro dia, horário ou profissional, exibindo os dados: nº da solicitação, data, horário, paciente, profissional executante, unidade solicitante, tipo de atendimento e situação.		
27	O sistema deverá permitir visualizar a agenda utilizando filtros como data, nº da solicitação, CPF, nome, profissional executante e tipo de solicitação, retornando os dados em formato de listagem.		
28	O sistema deverá estar integrado ao totem de senhas e painel de chamada, permitindo visualizar e chamar pacientes em ordem sequencial ou prioritária, com registro de data, horário de emissão da senha, situação e nome do paciente (após vínculo de chegada).		
29	O sistema deverá permitir visualizar, filtrar e chamar senhas emitidas no totem por fila, paciente, data e situação, com emissão de som e leitura automática do nome ou senha do paciente, conforme critérios de priorização definidos pelo SUS.		
30	O sistema deverá permitir registrar a situação da atividade programada, informando motivos de não realização (ex.: falta do paciente, ausência do profissional, cancelamento administrativo) em campos padronizados e abertos, retornando os dados em relatórios gerenciais da Secretaria de Saúde.		
31	O sistema deverá permitir registrar a chegada do paciente, incluindo campo para descrição do atendimento, exibição de data e horário, e inserção do nome de profissional terceirizado não vinculado à unidade quando necessário.		
32	O sistema deverá permitir manter automaticamente a base de profissionais de saúde em exercício no Brasil, integrando-se aos conselhos federais de cada categoria.		

33	O sistema deverá manter lista única de usuários do SUS com critérios de unicidade (nome, CNS, CPF e DN), prevenindo duplicidades cadastrais.		
34	O sistema deverá permitir visualizar dashboards configurados por perfil e unidade, apresentando dados assistenciais, operacionais e de gestão de agenda.		
35	O sistema deverá exibir o histórico completo de cada solicitação, desde sua criação até o encerramento, incluindo nº da solicitação, profissionais responsáveis, ações registradas, datas, hipóteses diagnósticas e motivos quando aplicável.		
36	O sistema deverá permitir o registro de comunicação ativa (ligações, contatos), incluindo telefones, descrição do contato e status da ligação (atendida/não atendida).		
37	O sistema deverá permitir visualizar e imprimir guias de atendimento, exibindo dados do paciente, profissional executante, unidade executante, unidade solicitante, descrição do atendimento, procedimento, situação, data e horário.		
38	O sistema deverá permitir o bloqueio de agendas por profissional ou unidade, indicando período e motivo, conforme lista parametrizada pela central de regulação.		
39	O sistema deverá permitir retornar o paciente à situação anterior em caso de erro na abertura do atendimento, com campo obrigatório para justificativa.		
40	O sistema deverá permitir recepcionar pacientes em demanda espontânea, integrando diretamente ao PEP, sem necessidade de agendamento prévio.		
41	O sistema deverá exibir em tela notificações enviadas pela central de regulação, com possibilidade de filtro por situação e período.		
42	O sistema deverá permitir filtrar agendas por profissional, data e item de agendamento. Na tela de marcação, deverá haver opção para exibir apenas horários disponíveis.		
43	O sistema deverá exibir dados estratificados da agenda em cada atendimento, incluindo quantidade de horários bloqueados, livres e agendados, além de listar a data, horário e paciente vinculado a cada marcação		
44	O sistema deverá permitir a chamada do paciente via painel de chamada.		
45	O sistema deverá permitir o registro das informações clínicas básicas, incluindo: pressão arterial, temperatura, peso, altura, frequência cardíaca, frequência respiratória, glicemia capilar, saturação de O ₂ e escala de coma de Glasgow.		
46	O sistema deverá permitir a parametrização dos questionamentos a serem aplicados pelo profissional durante a avaliação.		
47	O sistema deverá permitir o encaminhamento do paciente para pronto atendimento, quando necessário.		
48	O sistema deverá permitir a priorização de pacientes acolhidos para a fila de classificação.		
49	O sistema deverá permitir a utilização de diferentes modelos de classificação de risco e triagem, como: Classificação de Manchester, Proto-		

	colo de Acolhimento e Classificação de Risco e Protocolo de Obstetrícia.		
50	O sistema deverá permitir a parametrização dos protocolos de classificação de risco, possibilitando a ativação de um protocolo específico por unidade de saúde.		
51	Identificação do usuário SUS (nome completo, DN, sexo, nome da mãe, naturalidade, endereço completo);		
52	Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados/resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento;		
53	Evolução clínica com data/hora, discriminação de procedimentos e identificação dos profissionais (com assinatura eletrônica).		
54	Estruturação dos dados pessoais, familiares, sociais e laborais conforme parametrização da unidade de saúde.		
55	Compartilhamento de dados com o Módulo de Regulação do SUS, garantindo interoperabilidade.		
56	Exibição de alertas sobre efeitos adversos, contraindicações, alergias e interações medicamentosas.		
57	Inclusão de lembretes vinculados ao prontuário e ao profissional de saúde. Registro de contatos assistenciais sem geração de produção, como ausências, recusas, evasões, óbitos ou indisponibilidade de profissional/recursos.		
58	Registro de atendimentos compartilhados por equipe multiprofissional, gerando produção para todos os envolvidos.		
59	Encerramento automático de contatos não finalizados após tempo parametrizado, para evitar registros abertos.		
60	Exibição da categoria e do protocolo vinculado ao paciente sem a necessidade de abrir o prontuário, garantindo agilidade nos serviços de triagem e acolhimento.		
61	Visualização do número de chamadas já realizadas no painel, permitindo controle de fluxo de atendimento.		
62	Filtros de fila por prestador, setor ou recurso/equipe, facilitando o direcionamento do paciente conforme a organização da unidade.		
63	Exibição em calendário com cores e legendas para representar o quantitativo de atendimentos por período, auxiliando no planejamento da agenda e gestão da demanda do SUS.		
64	Emissão de folha de rosto com: dados de identificação (nome social, CPF, endereço, unidade de referência, data de nascimento, número de prontuário), histórico dos últimos atendimentos (com CID, tipo de atendimento, data e horário), alertas clínicos e resumo SOAP organizado por data. Em todas as telas do prontuário eletrônico deve estar disponível um resumo clínico contendo: cadastro simplificado do paciente (nome, idade, endereço, raça), dados vitais e suas respectivas datas, informações laboratoriais por período, medicamentos prescritos, alergias, registros SOAP e histórico de atendimentos com datas e médicos responsáveis. A partir do resumo clínico, deve ser possível imprimir documentos realizados nos atendimentos, com todos os detalhes registrados.		

65	<p>Registro de alergias por tipo (substância, alimento ou outros), incluindo severidade, descrição da substância e observações complementares.</p> <p>Registro de eventos adversos relacionados a itens de prescrição, incluindo tipo de evento e grau de gravidade.</p> <p>Registro e visualização de sinais vitais, com padrões predefinidos e possibilidade de inserir itens não padronizados.</p> <p>Exibição gráfica e analítica dos dados vitais, com opção de impressão contendo paciente, profissional, descrição, valor, data e horário.</p> <p>Inclusão de anexos ao prontuário, como documentos escaneados e resultados de exames.</p> <p>Impressão do prontuário filtrando por período, atendimento e dados selecionados, com registro obrigatório do profissional que autorizou a impressão, forma de entrega (paciente ou terceiro) e observações.</p>		
66	<p>Registro de orientações ao paciente em texto livre ou a partir de protocolos pré-definidos, com possibilidade de edição personalizada.</p> <p>Evolução médica registrada em texto livre ou com base em protocolos, incluindo opção de evolução sigilosa, acessível apenas pelo médico que a registrou.</p> <p>Nas consultas médicas devem estar disponíveis todas as funcionalidades da atenção básica, mantendo o padrão de interface para facilitar a capacitação das equipes do SUS.</p> <p>Preenchimento automático da unidade e do profissional logado na tela de prescrição.</p> <p>Busca de medicamentos por listagem incluindo dosagens, duração, frequência (dias/horas), via de administração e indicação de tratamento contínuo.</p> <p>Inserção de orientações complementares em campo livre ou doses diferenciadas em dias alternados, permitindo prescrição de múltiplos medicamentos em uma mesma receita.</p> <p>Opções de visualizar, suspender ou copiar prescrições anteriores do paciente.</p> <p>Cadastro de receitas padronizadas com frequência, duração, dose e complementos.</p> <p>Assinatura digital da prescrição, conforme exigências legais.</p> <p>Visualização da lista de diagnósticos do paciente com opção de filtro por período.</p>		
67	<p>Registro dos marcadores de consumo alimentar, preenchidos automaticamente com dados do paciente e profissional responsável pela digitação/conferência, separados em blocos de acordo com a idade.</p> <p>Registro detalhado de intercorrências gestacionais, incluindo alterações na saúde, situação conjugal e hábitos.</p> <p>Registro do climatério, incluindo hábitos de vida, antecedentes, medicamentos, exames físicos e manifestações transitórias.</p> <p>Registro do puerpério, com questionários adequados à situação gestacional.</p> <p>Registro de internações por interrupção de gestação, com data, período e campo para descrição clínica.</p> <p>Registro de partos realizados, incluindo dados do RN (hipotireoidismo, fenilcetonúria, anemia falciforme, testes neonatais, tipo de parto, perímetro cefálico/torácico, peso, comprimento e malformações).</p> <p>Exibição da curva de crescimento do paciente por idade em meses, com indicadores de peso, altura, IMC e perímetro cefálico.</p> <p>Visualização e manutenção do contato assistencial em atenção domiciliar, conforme padrão da Ficha de Avaliação de Elegibilidade do e-SUS AB.</p>		

	<p>Registro de atendimentos domiciliares, incluindo prescrições, encaminhamentos, agendamentos, exames clínicos e de imagem, além de evolução clínica.</p> <p>Agendamento de retorno com o mesmo profissional ou com outro da atenção primária diretamente da tela de atendimento.</p> <p>Encaminhamento a especialistas com possibilidade de agendamento imediato, quando autorizado pela central de regulação.</p>		
68	<p>Registro de informações específicas para pessoas com deficiência: cuidador, diagnóstico principal, doença de base, grau de gravidade e necessidade de dispositivos especiais.</p> <p>Registro de informações sobre alimentação, locomoção, transferências, vestir-se, comunicação (verbal, gestual, cognitiva), resolução de problemas e memória.</p>		
69	<p>Registro específico para hipertensão e diabetes, permitindo classificar o paciente como hipertenso, diabético tipo I ou II (não permitindo seleção simultânea dos dois tipos de diabetes).</p> <p>Visualização e manutenção de roteiro de saúde mental conforme padrão do Ministério da Saúde, parametrizável por profissional e unidade.</p> <p>Registro da gravidade em saúde mental calculada automaticamente a partir de questionários.</p> <p>Exibição em tela única de todos os programas de saúde vinculados ao paciente, incluindo risco, data, horário, protocolo e histórico de inativação.</p> <p>Registro das informações necessárias para continuidade do cuidado em alta, com referência ao território de abrangência na APS.</p>		
70	<p>O sistema deverá respeitar a estrutura SOAP (Subjetivo, Objetivo, Avaliação e Plano) para organização das informações clínicas, garantindo padronização no registro e permitindo rastreabilidade para auditorias e protocolos do SUS.</p> <p>O sistema deverá permitir a visualização resumida do SOAP já preenchido, possibilitando rápida consulta às principais informações do atendimento sem necessidade de abrir todos os campos.</p> <p>O sistema deverá possibilitar a visualização do histórico completo de SOAP's, incluindo data, horário e identificação do profissional responsável pelo fechamento, permitindo auditoria, acompanhamento longitudinal e continuidade do cuidado.</p> <p>O sistema deverá permitir a cópia de registros de SOAP de atendimentos anteriores, possibilitando replicar informações relevantes e agilizando o registro de casos crônicos ou de acompanhamento frequente.</p>		
71	<p>O sistema deverá permitir o registro das queixas do paciente utilizando a tabela CIAP (Classificação Internacional de Atenção Primária), permitindo a inserção de múltiplos códigos em um único atendimento.</p> <p>O sistema deverá exibir automaticamente a lista de CID-10 relacionados ao CIAP escolhido, facilitando a correlação e o preenchimento de diagnósticos conforme normas do SUS.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro de informações adicionais em campo aberto, como motivo da consulta, descrição da queixa principal e contexto clínico/social.</p> <p>O sistema deverá permitir a exclusão ou edição de CIAPs cadastrados, garantindo a correção de eventuais erros de registro.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro de códigos CIAP vinculados às seções Subjetivo, Avaliação e Plano do SOAP, sendo este processo obrigatório em consultas de Atenção Primária à Saúde (APS).</p>		
72	<p>O sistema deverá permitir registrar: motivo do atendimento, história clínica detalhada do paciente, sinais relatados, procedimentos realizados e outros elementos relatados pelo paciente ou acompanhante.</p>		

73	O sistema deverá permitir registrar descrições detalhadas da situação clínica, diagnóstico principal e diagnósticos secundários, aceitando múltiplos diagnósticos em conformidade com protocolos do SUS.		
74	<p>O sistema deverá permitir a visualização dos marcos de desenvolvimento infantil de forma objetiva, organizados por blocos de faixa etária conforme protocolos do SUS.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro dos marcos de desenvolvimento, indicando se o paciente atingiu ou não determinada etapa, e registrando a idade exata em anos e meses no momento da avaliação.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro das informações de puericultura, incluindo: tipo de parto, tipo de gravidez, dados antropométricos (peso, estatura, perímetro cefálico), Apgar ao nascimento, vacinação em dia e observações relevantes.</p>		
75	<p>O sistema deverá permitir a elaboração do plano de cuidado, contemplando orientações, exames solicitados, condutas e encaminhamentos.</p> <p>O sistema deverá permitir a emissão de prescrições medicamentosas, em conformidade com o modelo de receituário do SUS</p> <p>O sistema deverá permitir indicar se a vacinação está em dia.</p>		
76	<p>O sistema deverá permitir o registro detalhado de informações do pré-natal, incluindo: DUM (Data da Última Menstruação); DPP (Data Provável do Parto) com cálculo automático após informar a DUM; Tipo de gravidez (única, gemelar etc.); Movimentação fetal; Altura uterina; Batimento cardíaco fetal; Gravidez planejada; Situação vacinal; Presença de edema; Registro de maternidades de referência, permitindo mais de uma opção.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro de exame físico complementar de gestantes, incluindo dilatação, pressão arterial (sistólica e diastólica), peso e outros parâmetros clínicos relevantes.</p> <p>O sistema deverá permitir a impressão do Cartão da Gestante já preenchido com dados registrados no prontuário, em conformidade com o modelo oficial do SUS.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro detalhado dos antecedentes obstétricos, como número de gestações, tipos de parto, complicações gestacionais, abortos e observações adicionais em campo aberto.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro dos antecedentes pessoais, incluindo histórico de infecções sexualmente transmissíveis, hábitos de vida, uso de substâncias e outros aspectos relevantes.</p> <p>O sistema deverá permitir o registro dos antecedentes familiares, contemplando histórico de doenças genéticas, crônicas ou relevantes para a avaliação do risco à saúde.</p>		
77	<p>Permitir confirmar a chegada a partir de agendas previamente parametrizadas.</p> <p>Permitir filtrar a lista de atendimentos por situação da solicitação (marcada, chegada confirmada, finalizado, bloqueado, faltou) e pelo nome do paciente.</p> <p>Possuir relatório quantitativo de consultas odontológicas realizadas por unidade de saúde.</p> <p>Possuir relatório quantitativo de procedimentos odontológicos realizados por unidade de saúde.</p> <p>Todos os atendimentos devem ser baseados em odontograma digital.</p> <p>Ao selecionar o paciente deverá ser exibido o nome completo, idade (Dias, meses e anos) e sexo, além do odontograma digital e os planos de tratamentos anteriores organizados por datas e sinalizados</p>		

	<p>por cores de acordo com a situação (em andamento, finalizado, excluído).</p> <p>Permitir imprimir, criar, excluir, abandonar, editar ou bloquear um plano de tratamento.</p> <p>Permitir indicar data inicial e final ao iniciar um novo plano de tratamento, possibilitando copiar os dados do último plano de tratamento finalizado para visualizar as indicações no odontograma.</p> <p>Permitir visualizar, planejar e realizar tratamento por dente no odontograma.</p> <p>Permitir visualizar e realizar tratamentos periodontais por dente, indicando a profundidade da sondagem, a margem gengival, o grau de mobilidade, e se existe sangramento, placa, pus ou tártaro. Cada uma das indicações deverá ser exibida no odontograma diferenciada por cores.</p> <p>Permitir realizar diagnósticos diretamente nos dentes e arcada dentária, que devem ser registrados visualmente no odontograma, diferenciando por cores cada situação de forma a facilitar o trabalho dos profissionais.</p> <p>Permitir a possibilidade de visualizar no odontograma tratamentos anteriores realizados – permitindo a seleção do período a ser apresentado.</p> <p>Permitir acompanhar todo o tratamento pelo odontograma, todo procedimento realizado deve refletir diretamente na imagem do odontograma.</p> <p>Obrigar o preenchimento da ficha de atendimento para realizar a finalização.</p> <p>Na ficha de atendimento, ao selecionar o tipo de atendimento como urgência não deverá obrigar o tipo de consulta.</p> <p>Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de vigilância em saúde bucal.</p> <p>Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de conduta/desfecho.</p> <p>Permitir parametrizar e selecionar mais de um tipo de encaminhamento.</p> <p>Permitir indicar outros profissionais quando houver atendimento compartilhado na ficha de atendimento.</p> <p>Permitir dentro do tratamento visualizar ações já realizadas e ações pendentes de realização na mesma imagem do odontograma.</p> <p>Permitir informar de o paciente necessita ou utiliza de próteses, e se possui aparelho ou contenção.</p> <p>Permitir selecionar simultaneamente quais os dentes possuem contenção.</p> <p>Permitir visualizar o histórico de atendimentos, exibindo o profissional, data e a ficha de atendimento.</p> <p>Permitir realizar os testes de vitalidade, em caso de positivo, indicar o nível de sensibilidade.</p> <p>Exibir o código do procedimento SIGTAP e sua descrição.</p> <p>Exibir data, horário e o nome do profissional responsável pelo planejamento de tratamento.</p> <p>Permitir inserir procedimentos por dente, sextante ou arcada dentária, listando automaticamente os sextantes ou arcada correspondente a região selecionada para tratamento.</p> <p>Exibir os procedimentos de acordo com o tipo correspondente.</p> <p>Permitir selecionar quais as faces para o tratamento.</p> <p>Permitir descrever em campo aberto observações referentes ao tratamento.</p> <p>Listar todos os procedimentos planejados, diferenciando por cor sua situação. Exibindo minimamente o procedimento, dente/região, face, data e profissional que realizou o planejamento e data e profissional que realizou o procedimento.</p>		
--	--	--	--

	<p>Permitir manter e excluir/cancelar um tratamento planejado ou realizado, obrigando o preenchimento do motivo de cancelamento.</p> <p>Permitir alterar toda arcada ou por dente se o dente é permanente ou decíduo, indicando a numeração correspondente no odontograma.</p> <p>Permitir parametrizar a descrição a ser exibida nos tipos de atendimentos, tipos de encaminhamento, tipos de desfecho, vigilância em saúde, tipos de consulta, os motivos de cancelamento.</p>		
78	<p>Permitir selecionar a sala de vacina para atendimento.</p> <p>Permitir selecionar o paciente através de busca fonética pelo nome ou cpf. Ao pesquisar o paciente deverá exibir o nome completo, DN e nome da mãe para realizar a unicidade.</p> <p>Permitir visualizar os pacientes que foram recepcionados e estão aguardando atendimento, atendidos e finalizados, exibindo os dados do paciente em ordem de acordo com a senha.</p> <p>Possibilitar pesquisar os atendimentos por data, nome do paciente, sexo e prioridade.</p> <p>Os dados do paciente devem ser visíveis no topo da tela ao tramitar dentro do cartão de vacina, contendo minimamente sexo, DN e a idade em dias, meses e ano.</p> <p>Visualizar e manter cadastro parametrizável de imunobiológico e respectivos esquemas vacinais padronizados, da rotina e especiais, com parametrização em conformidade ao padrão vigente definido pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde.</p> <p>Visualizar e manter Cartão Digital de Vacinas no Prontuário Eletrônico do Paciente.</p> <p>Visualizar, manter e imprimir o Cartão de Vacinas com registro de todas as doses aplicadas.</p> <p>Visualizar e manter registro de programação de vacinas (aprazamento) de forma automática e manual.</p> <p>Visualizar e manter de forma automática e manual indicações de imunizações atuais.</p> <p>Visualizar e manter doses de vacina aplicadas anteriormente e que não constam nos dados do Sistema, de acordo com o cartão físico do usuário SUS, sem gerar produção.</p> <p>Diferenciar em cores as vacinas aprazadas, aplicadas e previstas. Em todas deve exibir a dose e a estratégia, para os imunobiológicos aplicados deve exibir a data da aplicação e permitir visualizar o profissional responsável, lote, fabricante, e observações inseridas.</p> <p>Possibilitar cancelar a aplicação para perfis com esta permissão, devendo indicar o motivo do cancelamento.</p> <p>Permitir visualizar e registrar eventos adversos, indicando o imunobiológico aplicado, o tipo, a classificação e possibilitando adicionar anexos.</p> <p>Permitir tramitar para o E-SUS Notifica.</p> <p>Exibir em tela o calendário vacinal separadamente da imunização por campanha.</p> <p>Permitir que o enfermeiro responsável parametrize as informações a serem exibidas em tela; campanhas, doses, faixa etária, local de aplicação, local de atendimento, tipos de eventos adversos, vias de aplicação, filas, laboratórios etc.</p> <p>Permitir que o administrador parametrize a logo da unidade de saúde e mensagem a serem exibidas no cartão de vacina.</p> <p>Permitir que o administrador parametrize a logo da unidade de saúde e mensagem a serem exibidas no cartão de vacina.</p> <p>Permitir que o administrador parametrize os acessos por grupo e unidade de atendimento, podendo liberar ou bloquear acessos e permissões diferentes para profissionais da mesma unidade.</p> <p>Visualizar e manter registro acerto de estoque, listando automaticamente os motivos de aumento ou perda, a data do acerto, quanti-</p>		

	<p>dade e o lote de acordo com o imunobiológico selecionado.</p> <p>Visualizar e manter registro do profissional que realizou a ação do acerto de estoque.</p> <p>Permitir visualizar, registrar e manter cadastro de lote, obrigando minimamente o nome do imunobiológico, laboratório e data de validade. A data de validade não poderá ser anterior à data atual e o sistema deverá listar os imunos e laboratórios previamente cadastrados.</p> <p>Visualizar e manter o bloqueio de determinado lote de imunobiológico, informando o motivo – escrita livre.</p> <p>Permitir visualizar, registrar e manter a entrada de item (imunobiológico) via doação por unidade de saúde.</p> <p>Permitir visualizar, registrar e manter a entrada de item (imunobiológico) por unidade de saúde, indicando o tipo de entrada, fornecedor, número, série, valor e data da nota fiscal.</p> <p>Permitir registrar a entrada de imunobiológico de acordo com os lotes previamente cadastrados, exibindo laboratório, data de validade, valor unitário e total de acordo com a quantidade de doses.</p> <p>Visualizar e manter registro do profissional que realizou a ação na entrada de estoque.</p> <p>Permitir registrar e visualizar a transferência de estoque entre unidades, permitindo colocar informações em texto livre e informar os itens de transferência e seus respectivos imunobiológicos, lotes e quantidade.</p> <p>Visualizar relatório de estoque de doses por unidade de atendimento, agrupando por imunobiológico, exibindo seus respectivos lotes, quantidade e vencimento.</p> <p>Visualizar relatório quantitativo de doses aplicadas por unidade de atendimento, exibindo a quantidade por imunobiológico.</p> <p>Visualizar relatório de lotes a vencer, agrupando por imunobiológico, exibindo seus respectivos lotes, quantidade em doses por lote, data de vencimento.</p> <p>Visualizar relatório quantitativo de doses por vacinas.</p> <p>Visualizar relatório de movimentação de estoque - por unidade, exibindo o saldo de entrada, quantidade em cada movimentação (acerto, transferência) e saldo após a movimentação de saída.</p> <p>Visualizar e manter o registro de doses vacinais aplicadas no RNDS - Rede Nacional de Dados em Saúde.</p> <p>Visualizar e manter registro de Evento Adverso por dose com upload do arquivo gerado no E-SUS Notifica.</p>		
79	<p>Pesquisar em tela os procedimentos coletivos por profissional, data e procedimento.</p> <p>Visualizar e manter a identificação da atividade (data, programa, tema, tipo atividade).</p> <p>Permitir registrar novo procedimento, registrando as atividades coletivas padrão e-SUS com data, turno, quantidade de participantes e local da atividade (realizando pesquisa a partir do cadastro de unidades).</p> <p>Visualizar e manter a inclusão de dados gerais da atividade (hora, local, INEP, público-alvo).</p> <p>Permitir registrar mais de um profissional para atividades compartilhadas, indicando quem é o profissional responsável pela atividade.</p> <p>Para atividades do Programa Saúde na Escola, tornar obrigatório o número do INEP.</p> <p>Visualizar e manter o registro de resumo geral da atividade realizada.</p> <p>Visualizar e manter a identificação dos profissionais de saúde.</p> <p>Visualizar dados de unicidade de identificação de usuário do SUS.</p> <p>Visualizar e manter cancelamento da atividade, caso não esteja fi-</p>		

	<p>nalizada.</p> <p>Para atividades do tipo "Atendimento em grupo", exibir lista de Práticas em Saúde. Em caso de optar por 'outros', buscar atividade em lista pré-cadastrado.</p> <p>Permitir adicionar mais de um usuário do serviço a partir do cadastro já populado no sistema, campo para avaliação de peso, altura e cálculo automático do IMC.</p> <p>Permitir registro acerca do PNCT – Programa Nacional de Controle do Tabagismo, registrando se cessou hábito de fumar ou abandonou o grupo.</p> <p>Deve ser possível emitir relatórios de atividades coletivas, possibilitando emitir por profissional, monitoramento de atividades coletivas, por temas.</p> <p>Visualizar e manter parametrização de programa, tema e tipo de atividade.</p>		
80	<p>Ao entrar para efetuar a entrega de medicamento o sistema deve emitir automaticamente aviso de alergia a medicamentos.</p> <p>Permitir em caso de entrega de medicamento para receitas efetuadas na unidade, trazer todas as informações do paciente e dos medicamentos prescritos.</p> <p>Permitir em caso de prescrição de medicamento feita fora da unidade o registro das informações do profissional prescritor, do paciente e dos medicamentos prescritos.</p> <p>Permitir controlar várias farmácias dentro da mesma unidade.</p> <p>Permitir quando selecionar um medicamento para entrega, trazer todos os lotes disponíveis no estoque da farmácia, permitindo que o profissional registre de que lotes está entregando.</p> <p>Bloquear a entrega de medicamentos vencidos ou com lotes interditados.</p> <p>Permitir no momento da entrega, diferenciar as receitas em cores (branca, carbonada, azul, amarela), facilitando assim a visualização por parte dos profissionais.</p> <p>Permitir no momento da entrega do medicamento, emitir alerta caso o medicamento já tenha sido entregue anteriormente – em intervalo menor do que o previsto para uma nova retirada.</p> <p>Permitir no momento da entrega do medicamento, emitir recibo de entrega dos medicamentos para assinatura do paciente ou representante.</p> <p>Permitir no momento da entrega do medicamento, caso não seja entregue integralmente a quantidade prescrita, emitir recibo de pendência de entrega para o paciente.</p> <p>Permitir no momento da entrega do medicamento, visualizar todo o histórico de medicamentos do usuário.</p> <p>Permite durante a prescrição de medicamentos, ser possível selecionar se o medicamento será de uso contínuo.</p> <p>Permite durante a prescrição de medicamentos, ser possível utilizar protocolos para facilitar o trabalho do profissional. Quando o protocolo for selecionado deve trazer todos os medicamentos incluídos, permitindo a complementação ou retirada de itens individualmente.</p>		
81	<p>Possibilitar no aplicativo móvel o cadastro personalizado das regiões sanitárias de acordo com a divisão epidemiológica da cidade. Será possível mapear por região sanitária às localidades, endereços, quadras e lotes de atuação do agente comunitário de endemias;</p> <p>Permitir informar o número do SINAN, permitir selecionar data de início e fim do Ciclo e número de controle do foco conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);</p> <p>Permitir registrar as vistorias por tipo de atividade entre: Revisão de área, Levantamento de Índice, Ponto Estratégico, Tratamento, Delimitação de Foco, Pesquisa Vetorial, Investigação de Denúncia e Bloqueio de Transmissão, e ainda realizar o cadastro de novos tipos</p>		

	<p>de atividades conforme haja necessidade de forma personalizada por cliente, conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);</p> <p>Permitir captura de imagens / fotos durante as visitas, por exemplo capturando fotos de focos de Dengue;</p> <p>Permitir registrar os depósitos vistoriados para coleta de amostras por tipo: A1, A2, B, C, D1, D2 e, assim como tirar fotos dos depósitos por tipo de atividade diferente, conforme padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue);</p> <p>Permitir selecionar, quando aplicável, o tipo de veneno com a referida quantidade em gramas e para qual tipo de depósito foi aplicado;</p> <p>Controle anual de forma automática do número de tubitos coletados pelos agentes em cada atividade;</p> <p>Permitir realizar registros de vistorias realizadas no aplicativo fora de um planejamento;</p> <p>Realizar o cadastro personalizado dos tipos de depósito, tipos de imóveis, tipos de tratamento, venenos e tipos de veneno através da interface WEB, de acordo com a necessidade;</p> <p>Realizar o controle e acompanhamento das visitas através de relatórios pontuais permitindo filtrar informações de acordo com a necessidade, na interface WEB;</p> <p>Emitir relatório padrão PNCD (Programa Nacional de Controle da Dengue), para alimentação do sistema PNCD, dos dados registrados no aplicativo, via interface WEB;</p> <p>Permitir realizar auditorias em todas as telas da interface WEB;</p> <p>Permitir trabalhar offline, sem necessidade de conexão com internet;</p> <p>Permitir sincronização com sistema base de dados;</p> <p>Permitir visualização de resumo das atividades na interface WEB e Mobile.</p>		
82	<p>Deverá possuir obrigatoriamente aplicativo móvel off-line (sem conexão com internet), compatível com as versões do Android 6.0 ou superior;</p> <p>O aplicativo deve estar publicado na loja Play Store.</p> <p>O aplicativo deve permitir registrar todas as informações coletadas pelos Agentes Comunitários de Saúde seguindo o padrão e-SUS do Ministério da Saúde</p> <p>Permitir acessar o APP com credenciais definidas através do sistema, vinculando a área e microárea do ACS (agente comunitário de Saúde) nos registros realizados dentro do aplicativo;</p> <p>Deve ser possível importar os dados vinculados ao ACS (agente comunitário de Saúde), disponibilizando domicílios e famílias para realização das visitas e atualizações cadastrais;</p> <p>Permitir a visualização e manter lista por imóvel ou usuário do serviço;</p> <p>Permitir realizar pesquisa em campo texto;</p> <p>Permitir listar as famílias por endereço com visualização rápida do número da família e quantidade de membros;</p> <p>No cadastro da família, permitir registrar o número do prontuário familiar, renda familiar (em salários, mínimos) e seus respectivos membros visualização na mesma tela do: nome, idade em anos, sexo e número do CNS (Cartão Nacional de Saúde).</p> <p>Permitir cadastrar uma nova família e vincular ao domicílio;</p> <p>Permitir adicionar foto ao cadastro do cidadão;</p> <p>Permitir adicionar foto ao cadastro de domicílio;</p> <p>Permitir adicionar novos membros familiares ao domicílio;</p> <p>Permitir adicionar o cidadão em uma nova família, onde o sistema deve criticar se o cidadão se encontra inserido em outra família, so-</p>		

	<p>licitando o motivo da transferência;</p> <p>Deve ser possível remover um cidadão de uma família / domicílio;</p> <p>Deve permitir cadastro e atualização da ficha domiciliar padrão e-SUS;</p> <p>Deve permitir cadastro e atualização da ficha individual e de saúde do paciente no padrão e-SUS</p> <p>Permitir realizar visita para o cidadão, registrando os dados da visita no modelo da ficha e-SUS;</p> <p>Permitir visualizar as informações de preenchimento / orientações do cálculo do risco familiar conforme Coelho/Savassi no aplicativo;</p> <p>Permitir o ACS (agente comunitário de Saúde) registrar o desfecho da visita juntamente com a coleta da assinatura eletrônica direto no dispositivo móvel;</p> <p>Armazenar a posição geográfica (GPS) do local onde foi realizado a visita;</p> <p>Possibilitar a realização da visita fora da área de cobertura do ACS (agente comunitário de Saúde);</p> <p>Possibilitar a visualização das visitas realizadas, recusadas, ausentes em escalas de cores, após registro da visita, para fácil visualização do registro as visitas;</p> <p>Emitir relatórios estatísticos dentro do próprio aplicativo com: Quantidade de visitas em imóveis; Quantidade de visitas por cidadão;</p> <p>Deve possuir serviço de sincronização de dados para permitir enviar as informações registradas no APP. Os dados devem ser armazenados na base de dados do sistema de informações da saúde;</p> <p>Deve possuir tela para gerenciar os dados sincronizados via aplicativo;</p> <p>Deverá emitir relatório de atividades de ACS na aplicação online por: Relação Imóveis com Risco de Dengue, Relação de Entrevistados, Tempo de Visitação, Situação de Saúde Analítico.</p>		
83	<p>O sistema deve permitir cadastramento da frota de veículos da CONTRATANTE, através do cadastro dos veículos, informações de abastecimento, manutenção para cada veículo;</p> <p>Deve permitir cadastrar os motoristas / Profissionais;</p> <p>Deve permitir cadastrar tipos de combustível;</p> <p>Deve permitir cadastrar km estimados;</p> <p>Deve permitir cadastrar tipo de veículos;</p> <p>Deve permitir cadastrar tipo de fabricantes;</p> <p>Deve permitir cadastrar tipos de motivos de viagem, onde será utilizado no momento do agendamento de viagem, onde é deve ser possível informar ativo ou inativo, sigla, se será utilizado para passageiro e nome;</p> <p>Deve permitir agendar viagens para informando o tipo de serviço que será realizado pelo paciente: por exemplo, Acompanhante, consultas, exames, hemodiálise, mamografia, outro, quimioterapia, radioterapia;</p> <p>Deve avisar ao vincular um motorista em uma viagem a situação da data de vencimento de sua habilitação, caso vencida ou sem informação mostrar em destaque;</p> <p>Deve permitir indicar o sentido da rota, onde define-se se é ida/volta apenas ida ou apenas volta;</p> <p>Deve permitir informar se o paciente / acompanhante ocupa lugar, e a quantidade de lugares na viagem;</p> <p>Realizar registros das viagens, emitindo mapa da viagem para o motorista com nome e CPF ou RG dos passageiros e acompanhantes que irão viajar e estabelecimentos de destino com o seu respectivo endereço;</p> <p>Emitir comprovante de viagens por motorista, itinerário, data;</p>		

	<p>Emitir lista de passageiros no padrão do departamento de estradas de rodagem;</p> <p>O sistema deve possibilitar o registro de viagens ou deslocamentos dos veículos respeitando a data de ida e volta bem como horário de ida e volta dos veículos para que não ocorra duplo registro de agendamentos com horários e datas conflitantes.</p> <p>Sistema deve registrar os agendamentos ou registros de viagens gerando um código de identificação da viagem, identificação de veículo com descrição placa, nome do motorista informando a categoria da respectiva CNH do profissional e data de validade da mesma, bem como possibilitar informar a Cidade de Destino provenientes do cadastro básico integrado com o sistema em geral de Cidades, Estados, Localidades.</p> <p>O sistema deve possibilitar no registro da Viagem, informar a km estimado do deslocamento. Esse campo deve ser obrigatório, tendo em vista a necessidade de gerar, se habilitada a configuração no cliente, os procedimentos padrão SIGTAP que se refere à produção ambulatorial proveniente de ajuda de custo com deslocamento dos pacientes e acompanhantes quando for o caso especificamente informado.</p> <p>Sistema deve permitir registrar para a viagem qual o ponto de saída do veículo, disponibilizando essa informação para o paciente por meio de impressão do ticket / passagem;</p> <p>Permitir marcar faltante nos passageiros que agendaram a viagem e não compareceram;</p> <p>Sistema deve permitir para cada viagem ou deslocamento agendando inserir os respectivos passageiros (pacientes) ou (acompanhantes), no caso de acompanhantes pode ser possível inserir mais que um para cada passageiro; devidamente identificados com foto do indivíduo, nome e código de identificação do sistema, bem como indicar o sentido do deslocamento se é IDA ou VOLTA ou IDA/VOLTA, de acordo com a capacidade de lugares veículo do veículo definido para realizar a viagem, que é configurada no cadastro do mesmo.</p> <p>Deve permitir "clonar" viagens já registradas, gerando novas viagens informando apenas a frequência sendo assim copiando os mesmos pacientes para outras viagens sequenciais, evitando o re-trabalho;</p> <p>Deve permitir planejar uma viagem para transportes complementares, por exemplos profissionais de saúde, materiais biológicos para exames, medicamentos;</p> <p>Deve permitir registrar manutenções nos veículos cadastrados, possibilitando informar: data, descrição e valor;</p> <p>Deve permitir registrar os abastecimentos dos veículos cadastrados, possibilitando registrar: data, hora, combustível, quantidade de litros, valor por litro, total, KM (odômetro) nota fiscal e condutor, deve permitir imprimir a guia de autorização de abastecimento;</p> <p>Emitir relatório de viagem com a escala de passageiros por agendamento com filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino</p> <p>Emitir relatório de viagem para emissão de passagens dos cidadãos, deve conter filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino</p> <p>Emitir relatório de mapa de viagem com filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino</p> <p>Emitir relatório de viagem com a escala de motoristas, contendo os filtros de intervalo de datas, horário, sexo do paciente, unidade de origem, unidade destino, passageiro, veículo, motorista, cidade destino</p> <p>Possibilitar transferir pacientes de uma viagem para uma outra viagem previamente cadastradas;</p> <p>Emitir relatórios sintético e analítico de despesas do veículo.</p> <p>Emitir relatório de listagens de motoristas, possibilitando filtrar a da-</p>		
--	--	--	--

	ta de validade da CNH.		
84	<p>Solicitação e agendamento de consultas e exames especializados para a central de regulação</p> <p>Permitir o cadastro do agendamento das consultas e exames especializados, informando: dados do paciente, procedimento, CID, justificativa, unidade de saúde solicitante e profissional solicitante, gerando automaticamente o código da solicitação.</p> <p>Permitir o cadastro da solicitação com agrupamento de exames laboratoriais, possibilitando selecionar através de check-box todos os exames do grupo a serem realizados.</p> <p>Permitir registrar o CID na solicitação da consulta ou exame.</p> <p>Emitir a guia de solicitação de consultas e/ou exames com os dados do paciente e dados da solicitação.</p> <p>Permitir o registro das demandas judiciais nas solicitações de consultas e exames informado o número de identificação, data, informações complementares e possibilidade de anexar arquivos.</p> <p>Permitir que aproveite os dados cadastrais do paciente para cadastrar mais de uma solicitação de consulta/exames sem a necessidade de uma nova pesquisa de paciente.</p> <p>Permitir os agendamentos de consultas para unidade de saúde específica ou para todas as unidades de saúde disponíveis na central de regulação.</p> <p>Permitir o controle das listas de espera de consultas e exames por prioridade, data da solicitação e procedimento.</p> <p>Permitir cancelar os agendamentos informando o motivo e descrição do cancelamento.</p> <p>Exibir o envio de mensagem para a unidade de saúde quando houver alteração na solicitação e/ou marcação do cidadão.</p> <p>Permitir a visualização do histórico de atendimentos anteriores do paciente com informação do número da solicitação, data da solicitação, procedimento, unidade solicitante e executante, e situação da solicitação.</p> <p>Permitir a emissão da lista de espera com nome dos pacientes em fila, unidade de saúde, procedimento e situação da solicitação.</p> <p>Permitir cancelar a solicitação mesmo após envio para a fila de espera, sendo necessário a justificativa.</p> <p>No ato do agendamento, emitir mensagem de aviso quando não houver cota disponível para aquela unidade de saúde.</p> <p>Permitir informar data retroativa no cadastro das solicitações por medida de contingência.</p> <p>Permitir substituir o agendamento de um cidadão por outro que esteja aguardando na fila de espera desde que seja do mesmo procedimento.</p> <p>Permitir parametrizar os dados obrigatórios para cadastro das solicitações de consultas e exames.</p> <p>Exibir em tela outros agendamentos previstos para o cidadão no momento do agendamento com as seguintes informações: unidade de saúde, profissional, data, item agendamento, tipo de atendimento e situação.</p> <p>Permitir guardar todo o histórico de consultas agendadas para cada cidadão, permitindo a consulta deste histórico no momento da solicitação, controlando as consultas agendadas, canceladas, realizadas e não realizadas.</p> <p>O solicitante deverá visualizar em tela que possui esclarecimentos pendentes a serem respondidos ao regulador anexando exames quando necessário e mensagens de justificativa.</p> <p>Deverá permitir na fila de espera efetuar os agendamentos de procedimentos utilizando vagas que foram abertas; os agendamentos devem respeitar a ordem de prioridade definida pelos reguladores. Caso realize o agendamento desrespeitando a prioridade da fila, o sistema deverá solicitar uma justificativa para a marcação.</p>		

85	<p>Recepção unidades secundárias</p> <p>Recepção dos pacientes deve ser possível pesquisando por nome, CPF ou cartão nacional de saúde – esta pesquisa deve englobar todos os pacientes agendados, ao selecionar o paciente deverá ser exibido; nome, nome social, sexo, data de nascimento, número do prontuário, endereço, Área de abrangência, Equipe, Microárea.</p> <p>Deverá apresentar e possibilitar imprimir todas as orientações de preparo dos procedimentos para que sejam repassadas ao paciente.</p> <p>Deverá possibilitar a impressão da agenda da unidade, caso não seja inserido nenhum filtro em tela, deverá exibir separadamente por profissional executante, quantidade total de agendamentos, situação de cada solicitação, número da solicitação, nome do paciente, data de nascimento, telefone, município e o item de agendamento.</p> <p>Possibilitar que na mesma unidade, profissionais tenham acesso a mesma tela com funcionalidades distintas.</p> <p>Visualizar e manter a movimentação da agenda em bloco (vários usuários) ou de cada usuário para outro dia e horário, ou outro profissional. Nesta tela deverá ser exibidos os seguintes dados: Nº Solicitação, Data, Horário do agendamento, Cidadão, Profissional executante, Unidade solicitante, Tipo de atendimento e Situação.</p> <p>Visualizar agenda por meio de critérios de pesquisa e filtros diversos, contendo data da agenda, nº da solicitação, CPF, Nome do paciente e DN, profissional executante e tipo de solicitação (em formato de listagem).</p> <p>Visualizar e manter dados de registro da recepção do usuário SUS (horário da recepção, dados de identificação funcional do recepcionista, nome de acompanhante quando obrigatório) para todas as atividades desenvolvidas na unidade de saúde com liberação do seu prontuário para o atendimento por profissional ou por setor da unidade de saúde.</p> <p>Visualizar e registrar falta em pacientes, retornando em listas programadas pela secretaria, motivos do não atendimento deste paciente e campo aberto para descrição.</p> <p>Permitir descrever em campo texto a descrição do atendimento ao confirmar a chegada.</p> <p>Permitir inserir o nome do profissional terceiro que realizará o atendimento em caso de não possuir vínculo com a unidade executante.</p> <p>Permitir visualizar o histórico da solicitação deste a data e horário da sua criação até a finalização do atendimento, exibindo em tela o número da solicitação, profissional que registrou as ações, situação por data, e dados de hipótese e motivo quando houver registros.</p> <p>Exibir data e horário durante o registro de chegada ou falta do paciente.</p> <p>Visualizar e registrar a situação do comparecimento ou não do paciente.</p> <p>Visualizar e registrar falta em pacientes, retornando em listas programadas pela secretaria, motivos do não atendimento deste paciente e campo aberto para descrição.</p> <p>Permitir visualizar Dashboard previamente cadastrados de acordo com o perfil e unidade de saúde.</p> <p>Permitir cadastrar e excluir comunicação ativa, deverá conter em tela os telefones de contato do paciente, data de nascimento, e-mail, campo descritivo para registro do contato e se a ligação foi atendida (check box: sim ou não).</p> <p>Permitir visualizar e imprimir a guia de atendimento, exibindo os dados do paciente, profissional e unidade executante, profissional e unidade solicitante, descrição e situação do atendimento, procedimento, data e hora do agendamento.</p> <p>Permitir realizar o bloqueio de agendas, unidade ou profissional, indicando o período e motivos de acordo com a lista parametrizada.</p> <p>Permitir retornar o paciente para a situação anterior inserindo em</p>		
----	--	--	--

	<p>campo de texto o motivo do erro na abertura no atendimento.</p> <p>Permitir confirmar a chegada do paciente com a senha emitida no comprovante de agendamento.</p> <p>Permitir finalizar o atendimento do paciente na tela da recepção.</p> <p>Permitir o registro e impressão da guia de contrarreferência do paciente.</p> <p>Permitir o registro da solicitação de retorno para o paciente na conclusão do atendimento, informando o período para retorno, unidade responsável pelo agendamento e inserir pré-requisito na solicitação.</p> <p>Permitir o registro de encaminhamento do paciente para outras consultas e exames na conclusão do atendimento, informando o procedimento e unidade de saúde responsável pelo agendamento.</p> <p>Permitir o registro do encaminhamento para cirurgias eletivas, informando o procedimento eletivo, CID principal, quadro clínico, resultado de exames e hipótese diagnóstica, condição que justifique a solicitação.</p> <p>Permitir emitir relatório de conclusão do atendimento do cidadão.</p> <p>Permitir o controle de absenteísmo com configuração de números de faltas consecutivas por consultas/exames.</p> <p>Emitir alerta ao usuário no cadastro de solicitação de consultas/exames de cidadão em situação de absenteísmo.</p>		
86	<p>Gestão integrada de agendamento de consultas, exames, procedimentos e cirurgias de especialistas.</p> <p>Controle de filas únicas para especialidades com prioridade conforme protocolos nacionais.</p> <p>Capacidade de parametrizar agendas por especialidade, profissional, local e período.</p> <p>Funcionalidade para agendamento automático a partir de encaminhamento da Atenção Primária.</p> <p>Registro detalhado de encaminhamentos com justificativa clínica.</p> <p>Integração com SISREG para regulação e controle de encaminhamentos.</p> <p>Gestão de dados de especialização e atuação do profissional (CRM, registro acadêmico, carga horária, protocolos aplicados)</p> <p>Relatórios de acompanhamento e avaliação de desempenho dos especialistas</p> <p>Dashboard com indicadores das solicitações</p> <p>Monitoramento em tempo real de indicadores como:</p> <p>Tempo médio de espera</p> <p>Quantidade de atendimentos realizados</p> <p>Produção por profissional</p> <p>Taxa de comparecimento e evasão</p> <p>Ferramenta de busca ativa para pacientes que não retornaram no período definido.</p> <p>Relatórios detalhados para gestores, profissionais e sociedade.</p>		
87	<p>Registro estruturado de Linhas de Cuidado definidas pelo Ministério da Saúde (ex.: hipertensão, diabetes, atenção à saúde da criança, atenção à saúde da mulher, saúde mental, atenção ao idoso, atenção às pessoas com deficiência, tuberculose, HIV/AIDS, doenças crônicas etc.).</p> <p>Permitir configurar protocolos clínicos de priorização.</p> <p>Capacidade de vincular pacientes a uma ou mais linhas de cuidado.</p> <p>Registro automático de indicadores de acompanhamento conforme protocolos.</p> <p>Alertas e lembretes automáticos para profissionais de saúde sobre</p>		

	<p>próximas ações da linha de cuidado.</p> <p>Questionários estruturados para coleta de dados relevantes à linha de cuidado.</p> <p>Possibilitar cadastrar pacotes de procedimentos para a linha de cuidado do paciente.</p>		
88	<p>Solicitação de cirurgias para a central de regulação</p> <p>No perfil solicitante deverá exibir a lista de solicitações pendentes com as seguintes informações: Grau de priorização com classificação de risco por cores, Tempo de espera em dias, horas e minutos, Tipo de leito, Especialidade, Unidade indicada, Paciente e situação da solicitação.</p> <p>Ao selecionar a solicitação na tela do solicitante, deverá carregar automaticamente as seguintes informações: Nome do paciente e nome social, data de nascimento e cartão SUS, Caráter da internação (urgência ou eletivo), Profissional solicitante, Procedimento e hipótese diagnóstica (CID), Informações sobre quadro clínico e resultados de exames que justifiquem a solicitação.</p> <p>Permitir cadastrar uma nova solicitação com a possibilidade de não enviar imediatamente para a Central de Regulação, deixando está em status de digitação.</p> <p>Permitir a criação de solicitações de pacientes não identificados, informando a idade aparente, sexo e características do paciente.</p> <p>Permitir a solicitação para realização de cirurgia eletiva ou urgência.</p> <p>Permitir o agendamento da solicitação eletiva informando as condições que justificam a internação e a data prevista.</p> <p>Permitir o reagendamento da solicitação eletiva informando a nova data prevista para internação, motivo e descrição do reagendamento.</p> <p>Para solicitações de leito psiquiátrico, permitir registrar: histórico psiquiátrico, nome e telefone do responsável.</p> <p>Permitir cadastrar a evolução clínica do paciente.</p> <p>Possibilitar ferramentas de comunicação/esclarecimento entre a unidade solicitante e central de regulação.</p> <p>Permitir visualizar os dados cadastrais do paciente.</p> <p>Permitir visualizar espelho da solicitação com todos os dados registrados: dados do paciente, da solicitação, evolução, tempo de atendimento, dados do agendamento, entre outras informações.</p> <p>Nos casos de solicitações pendentes de esclarecimentos, exibir alerta em tela.</p> <p>Possibilitar a autogestão de leitos, nos casos em que a unidade solicitante seja executante.</p> <p>Alertar solicitações com demanda judicial, assim como registro dos dados da documentação oficial.</p> <p>Permitir identificar o paciente que está aguardando o transporte para transferência/internação.</p> <p>Permitir a emissão da guia de transferência do paciente.</p> <p>Permitir a visualização dos atendimentos anteriores do paciente nos sistemas regulação.</p> <p>Permitir configurar o fluxo de solicitação eletiva, podendo estar ser ou não regulada.</p> <p>Permitir solicitar a reavaliação de prioridade ao médico regulador.</p> <p>Permitir habilitar campos de unidade e profissional demandante (responsáveis pelo cuidado, atenção básica do paciente) para solicitações eletivas.</p>		
89	<p>Recepção unidade executante</p> <p>Exibir grid com todas as solicitações pendentes de internação, com informações tais como: prioridade, tempo de espera, número da solicitação, paciente, tipo de leito e especialidade.</p>		

	<p>Permitir confirmar a disponibilidade de leitos para as solicitações reservadas pela central de regulação.</p> <p>Permitir o cancelamento da reserva confirmada.</p> <p>Permitir o cancelamento da solicitação de transferências de leitos.</p> <p>Permitir o cancelamento da solicitação de transferências já autorizada pela central de regulação.</p> <p>Permitir rejeitar uma solicitação pendente de internação informando motivo e descrição da rejeição.</p> <p>Permitir efetivar a internação das solicitações reservadas pela central de regulação.</p> <p>Exibir o quadro geral de leitos mostrando leitos livres, liberados e ocupados, tipo de leito, especialidade, sexo e faixa etária</p> <p>Permitir o registro de transferências internas e externas dos pacientes internados, informando profissional solicitante, tipo de leito, especialidade, motivo da transgênia e atualização do quadro clínico.</p> <p>Permitir o registro de alta do paciente, informando a data da alta, médico da alta, observações e motivo.</p> <p>Permitir ao estabelecimento realizador visualizar os pacientes internados apresentando a data de internação e o leito ocupado por ordem decrescente.</p> <p>Permitir ao estabelecimento realizar a auto internação de pacientes após autorização da central.</p> <p>Emitir laudo AIH conforme Ministério da Saúde.</p> <p>Disponibilizar tela de controle de fluxo dos laudos, podendo filtrar laudos AIH por situação (cadastrados, autorizados, não autorizados etc.)</p> <p>Permitir a identificação de solicitações para o mesmo paciente com até 72 horas de alta.</p> <p>Permitir realizar a troca de um procedimento principal em um laudo de AIH.</p> <p>Emitir relatório com espelho do laudo.</p> <p>Permitir cancelar um laudo de AIH informando descrição e motivo do cancelamento.</p>		
90	<p>O sistema deve atender para garantir a integração clínica e assistencial conforme os padrões da Organização Clínica Integrada (OCI) do SUS, visando a continuidade e qualidade do cuidado ao paciente.</p> <p>O sistema deve oferecer suporte completo ao ciclo de atenção à saúde, contemplando cadastro e identificação do paciente, prontuário eletrônico, gestão de agendamento e fluxo, classificação de risco, gestão de prescrições, integração com sistemas do SUS, geração de relatórios clínicos e gerenciais, e atender aos requisitos legais de segurança e proteção de dados.</p> <p>Permitir solicitar o grupo de procedimento 09 de OCI, retornando automaticamente os procedimentos obrigatórios do grupo.</p> <p>Obrigar o preenchimento da data do diagnóstico para procedimentos oncológicos vinculados a OCI.</p> <p>Ao consolidar a APAC de OCI, o sistema deverá alterar a competência de acordo com a data da consulta especializada.</p>		
91	<p>Permitir cadastrar laudos de procedimentos contendo minimamente: estabelecimento solicitante, data da solicitação, listagem do tipo de APAC, situação do laudo, estabelecimento executante, paciente, CPF e cartão nacional do SUS, CID 10, profissional solicitante, observações, procedimentos principais de acordo com o tipo de laudo selecionado, quantidade e procedimento secundário.</p> <p>Permitir cadastrar tipos de laudos vinculados aos estabelecimentos de saúde solicitante.</p> <p>Permitir inserir anexos na solicitação de APAC.</p> <p>Permitir solicitar o grupo de procedimento 09 de OCI, retornando</p>		

	<p>automaticamente os procedimentos obrigatórios do grupo.</p> <p>Obrigar o preenchimento da data do diagnóstico para procedimentos oncológicos vinculados a OCI.</p> <p>Disponibiliza a inclusão da quantidade de campos de irradiação de radioterapia para cada CID-10, bem como a alteração do número de campos já cadastrados, com o objetivo de manter atualizada a consistência da informação dos campos no laudo de APAC de radioterapia.</p> <p>Habilitar nova aba para laudos de radioterapia e quimioterapia para inserir as seguintes; Localização do tumor primário, Linfonodos, Localização da metástase, Grau Histopatológico; Estadiamento, Data de início e finalidade do tratamento (Adjuvante, Paliativa, Previa, Radical), Descrição da área irradiada.</p> <p>Permitir o controle de fluxo de laudos de solicitação de procedimentos, podendo filtrar laudos por tipo, situação (autorizados, não autorizados, rejeitado etc.), Período, número da solicitação.</p> <p>Permitir a impressão dos laudos de APAC com os campos preenchidos conforme cadastro da solicitação de forma individual e agrupada.</p> <p>Permitir editar, cancelar, renovar e alterar procedimento através da tela inicial.</p> <p>Permitir o cancelamento da solicitação informando o motivo e descrição do cancelamento.</p> <p>Permitir verificar o histórico na APAC por data e horário com as situações do laudo.</p> <p>Permitir reencaminhar solicitação rejeitada pelo autorizador para uma nova autorização, informado o motivo e descrição do reencaminhamento.</p>		
92	<p>Permitir consolidar a realização do procedimento informando o profissional realizador, motivo da saída/permanência e data do atendimento, descrição e campo para anexar documentos, quantidade realizada e visualizar o saldo restante.</p> <p>Permitir registrar a finalização da APAC.</p> <p>Possibilita a geração do faturamento.</p> <p>Possibilita a geração e envio de remessa para SIA/SUS.</p> <p>Permitir visualizar histórico de faturamento do paciente, relacionado todas as solicitações com competência, situação do faturamento e situação da auditoria.</p> <p>Permitir tramitação entre os perfis solicitantes e faturamento da mesma unidade.</p> <p>Permitir impressão de todos os laudos selecionados por check-box exibidos em tela.</p> <p>Ao pesquisar os laudos deverá ser exibido Nº Solicitação, Unidade solicitante e executante, Procedimento, CNS, Cidadão, Tipo de laudo, Número APAC, Situação e Dt. solicitação.</p> <p>Ao consolidar a APAC, deverá obrigar o preenchimento da data de execução dos procedimentos.</p> <p>Ao consolidar a APAC de OCI, o sistema deverá alterar a competência de acordo com a data da consulta especializada.</p>		
93	<p>Regulação atenção secundária</p> <p>Deverá permitir acompanhar a fila de espera de solicitações, permitindo visualizar os pacientes com demanda judicial alertando em tela.</p> <p>Deverá permitir o cadastramento dos profissionais reguladores, setorizando por procedimento e região.</p> <p>Deverá permitir ao regulador agendar pacientes a partir da fila de espera.</p> <p>Deverá permitir ao regulador priorizar solicitações na fila assim como alterar sua prioridade, o sistema deverá listar motivos para-</p>		

	<p>metrizados e campo aberto para texto.</p> <p>Deverá permitir ao regulador efetuar a negativa das solicitações, ao realizar a negativa o sistema deverá listar motivos parametrizados e campo aberto para texto.</p> <p>Deverá permitir que a Central Municipal de Regulação efetue o agendamento de pacientes diretamente nas agendas externas, sem a necessidade de nenhuma ação adicional por parte da unidade.</p> <p>Deverá estar totalmente integrada ao prontuário garantindo que o profissional visualize os documentos do prontuário no ato de regulação.</p> <p>Confirmação de presença dos pacientes encaminhados deve atualizar automaticamente a central de regulação municipal.</p> <p>Bloqueios de agendas devem refletir diretamente nas ofertas existentes na central de regulação municipal.</p> <p>Troca de informações entre equipe de regulação e unidade solicitante deve ser realizada totalmente via sistema, possibilitando o envio de documentos anexos e respostas aos questionamentos.</p> <p>Deverá permitir efetuar gestão de fila de espera, permitindo filtrar a fila por procedimento, unidade solicitante, período, prioridade, situação.</p> <p>Deverá permitir efetuar gestão de fila de espera, permitindo imprimir em formatos EXCEL e PDF.</p> <p>Permitir a autorização de consultas e exames para prestadores externos informando o prestador dos serviços, profissional e especialidade ou exame, a data e o horário.</p> <p>Permitir associar/desassociar o profissional regulador a uma solicitação.</p> <p>Permitir ao profissional regulador trocar o procedimento da solicitação de acordo com os itens parametrizados correspondentes.</p> <p>Permitir ao profissional regulador alterar a quantidade de sessões de fisioterapia considerando a quantidade máxima do SIGTAP.</p> <p>Permitir ao profissional regulador realizar os agendamentos das solicitações autorizadas obedecendo o limite de cotas físicas e/ou financeiras para a unidade de saúde solicitante.</p> <p>Permitir o regulador acompanhar o histórico de solicitações do paciente com data da solicitação, procedimento e situação da solicitação.</p> <p>Permitir visualizar todas as solicitações pendentes de regulação com informações: número da solicitação, data da solicitação, unidade solicitante, procedimento, nome do paciente, município e situação da solicitação.</p> <p>Ao selecionar uma solicitação pendente de regulação, permite visualizar as informações preenchidas no cadastro da solicitação, anexos, informações integradas em tempo real do PEP e histórico do cidadão.</p> <p>Permitir visualizar todas as solicitações agendadas por data de agenda, profissional executante, procedimento, paciente, unidade solicitante e situação da solicitação.</p>		
94	<p>Regulação atenção terciária</p> <p>No perfil regulador deverá exibir a lista de solicitações aguardando regulação com as seguintes informações: Grau de priorização com classificação de risco por cores, Tempo de espera em dias, horas e minutos, Tipo de leito, Especialidade, Unidade e município solicitante, Município de origem do paciente, Nome e idade do paciente, Situação da solicitação.</p> <p>Ao selecionar a solicitação deverá carregar automaticamente as informações com quadro clínico do paciente, resultados de exames, sinais vitais, hipótese diagnóstica (CID), classificação de risco, especialidade e unidade indicada.</p> <p>Permitir definir o recurso (autorizar) especificando o tipo de leito, especialidade, unidade de internação, e nível de priorização do</p>		

	<p>atendimento à solicitação com campo de observação.</p> <p>Permitir rejeitar a solicitação com os campos para inserir o motivo e descrição da rejeição.</p> <p>Exibir alerta em tela para as solicitações com resposta de esclarecimento.</p> <p>Permitir selecionar uma ou mais solicitações transferindo para outro profissional regulador, de forma individual ou agrupada.</p> <p>Permitir visualizar quadro de leitos por estabelecimento, exibindo: tipo do leito (clínico, UTI etc.), especialidade, sexo e quantidade de leitos subdivididos por status entre urgência, livre, ocupado, bloqueado, reservado.</p> <p>Classificar ainda os leitos entre credenciados, contratados e auto-gestão.</p> <p>Emitir relatório com censo das solicitações exibindo: tipo do leito com dados do paciente (nome, nascimento) data da internação, tipo de internação, procedência e solicitação.</p> <p>Possibilitar ao regulador alternar perfil de acesso para visualizar e acompanhar os dados da solicitação regulada.</p> <p>Emitir relatório do espelho da solicitação com todo o histórico e movimentação da solicitação.</p> <p>Permitir o médico regulador responder/reavaliar uma prioridade mesmo que após regulada.</p> <p>Permitir criar uma avaliação pré-operatória para solicitações eletivas.</p> <p>Permitir acompanhar o motivo da rejeição quando o médico rejeitar a cirurgia através da consulta pré-operatória.</p> <p>Permitir visualizar os documentos clínicos hospitalares registrados no prontuário eletrônico.</p> <p>Emitir e visualizar relatórios com todas as solicitações abaixo da central, possibilitando a filtragem por número de solicitação, nome do paciente, nome da mãe, data de nascimento, tipo de leito, especialidade, situação, unidade solicitante ou executante, período e número da AIH. Possibilitando emitir versão Excel ou PDF, e espelho da solicitação individualmente.</p> <p>Visualizar relatório com o motivo da rejeição de consultas pré-operatórias.</p> <p>Visualizar resultados de exames de imagem.</p> <p>Permitir alternar entre perfis.</p> <p>Permitir realizar filtros de pesquisa contendo; Estabelecimento, Tipo de Leito, Especialidade, Caráter da Internação, Situação, Número da solicitação, Procedimento, CID e nome do paciente.</p> <p>Deverá permitir o tratamento em massa das solicitações, com a possibilidade de alterar a situação, a unidade executante e a prioridade.</p> <p>Deverá estar totalmente integrada ao prontuário garantindo que o profissional visualize os documentos do prontuário no ato de regulação.</p> <p>Deverá permitir ao regulador solicitar esclarecimentos ao solicitante. O solicitante deverá visualizar em tela que possui esclarecimentos pendentes, responder ao regulador anexando exames e mensagens de justificativa.</p> <p>Deverá permitir ao regulador efetuar a negativa das solicitações, ao realizar a negativa o sistema deverá listar motivos parametrizáveis e campo aberto para texto.</p> <p>Deverá permitir o cadastro de níveis de priorização na central de leitos – que serão usados para identificar visualmente os pacientes nas filas de solicitação de leitos.</p> <p>Deverá permitir o cadastro das especialidades atendidas pela central.</p> <p>Deverá permitir o cadastro dos tipos de leitos disponíveis na central.</p>		
--	---	--	--

95	<p>Regulador APAC</p> <p>Permitir o registro de autorização dos laudos de solicitação de APAC</p> <p>Permitir a numeração dos laudos conforme sequência de APAC cadastrada.</p> <p>Possibilita a baixa automática do sequencial APAC após autorização.</p> <p>Permitir verificar se o estabelecimento executante possui habilitações (CNES) necessárias para a execução do procedimento principal de APAC.</p> <p>Permitir autorizar a APAC de acordo com a faixa cadastrada para grupos da OCI.</p> <p>Permitir a visualização dos atendimentos anteriores do paciente nos sistemas de regulação de leitos, APAC etc.</p> <p>Permite filtrar por nome ou cns do cidadão, número da solicitação, data da solicitação, situação, tipo de laudo, unidade solicitante, unidade executante, faixa de APAC e procedimento.</p> <p>Ao selecionar a solicitação deverá exibir na mesma tela todos os dados preenchidos pelo solicitante; Dados do cidadão (Nome, idade, sexo, CNS, CPF), Procedimento principal e secundário, Observações, Período de validade e número da solicitação.</p>		
96	<p>O sistema deverá disponibilizar solução para a chamada eletrônica dos pacientes para o atendimento nas áreas assistenciais do pronto atendimento/socorro da instituição (sala de medicação, sala de coleta de exames, sala de procedimentos, sala de nebulização, sala de imobilização e sala de exames de imagens).</p> <p>O sistema deverá permitir o usuário visualizar os pacientes que estão esperando serem chamados de acordo com a sala escolhida para atendimento na mesma, organizado por prioridade de atendimento.</p> <p>O sistema deverá disponibilizar recurso para o usuário selecionar o paciente e acionar a chamada para atendimento.</p> <p>O sistema deverá estar integrado aos painéis de atendimento e chamada eletrônica do paciente, sendo acionado de acordo com a chamada.</p> <p>O sistema deverá permitir registrar que o paciente se encontra em atendimento na sala, registrando no sistema que o paciente está em atendimento.</p> <p>O sistema deve emitir mensagem de alerta ao usuário quando um paciente se encontrar em atendimento em uma outra sala ao ser chamado por outra sala.</p> <p>O sistema deve permitir registrar eletronicamente a conclusão do atendimento do paciente na sala.</p> <p>Ao concluir o atendimento do paciente na sala, ele deve ser removido automaticamente da fila de espera e chamada de atendimento.</p> <p>Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o registro da checagem dos procedimentos realizados nos pacientes.</p> <p>Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o aprazamento dos horários de realização dos procedimentos e medicações dos pacientes.</p> <p>Para as salas de medicação e procedimentos o sistema deverá permitir fazer o registro do cancelamento dos procedimentos e medicações não realizadas nos pacientes com o respectivo motivo.</p> <p>O sistema deve atualizar automaticamente o status do paciente no painel de atendimento e chamada a cada registro realizado no sistema.</p> <p>O sistema deve permitir que o paciente em atendimento seja liberado, porém nesta condição ele libera o paciente para ser chamado em outra sala sem remover da fila da sala que foi liberado, permitindo que ele possa ser chamado novamente até a conclusão do</p>		

	<p>atendimento.</p> <p>O sistema deve permitir que o usuário possa consultar o histórico de chamadas do paciente.</p> <p>O sistema deve permitir que o usuário possa cancelar a chamada do paciente informando o motivo do cancelamento.</p>		
97	<p>O sistema deve permitir registrar todo o processo de triagem, acolhimento e classificação de risco do paciente no serviço de pronto atendimento do hospital.</p> <p>O sistema deve permitir que seja configurado qual protocolo de classificação de risco é utilizado pela instituição.</p> <p>O sistema deve possibilitar o carregamento em sua base o Protocolo Humaniza SUS e Protocolo de Manchester, assim como criar protocolos próprios definidos pela instituição.</p> <p>O sistema deve permitir que seja configurado qual processo será utilizado no fluxo de atendimento do paciente no Pronto Socorro. O sistema deve possibilitar se o processo de triagem e classificação vem primeiro e posteriormente o cadastro, ou se o processo começa com o cadastro e posteriormente é feito a triagem e classificação.</p> <p>O sistema deve permitir configurar quais sinais vitais serão registrados no processo de triagem e classificação de risco. Se o protocolo adotado for o de Manchester os sinais vitais devem vir configurados de acordo com o sintoma escolhido na lista do protocolo de Manchester.</p> <p>O sistema deve dispor de configuração de qual faixa de horário do dia será realizado a triagem e a classificação de risco do paciente no Pronto Socorro.</p> <p>O sistema deverá estar integrado aos totens de emissão de senha e aos painéis eletrônicos de atendimento e chamada.</p> <p>O sistema deve dispor de mecanismo que permita o usuário acionar através do sistema o painel de atendimento e chamada do paciente para o processo de classificação de risco e triagem indicando em qual sala ou box de triagem e classificação de risco o paciente deve se encaminhar.</p> <p>O Sistema deve dispor tela com a relação (worklist) de todos os pacientes que estão aguardando para serem triados e classificados e o tempo de espera em minutos de cada um dos pacientes. Caso o tempo de espera do paciente seja superior ao tempo determinado para esta etapa, o sistema deve sinalizar em cor vermelha as senhas nesta condição.</p> <p>O sistema deve permitir que seja registrado o acolhimento com o registro da identificação do Nome do Paciente, Idade ou Data de Nascimento, Sexo e Cidade.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a busca do paciente pelo código ou dados do paciente. Neste processo, se o paciente já possui registro o sistema carregará automaticamente todas as informações demográficas e cadastrais do paciente pesquisado.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o registro da abordagem inicial, informando a queixa principal, observações, medicamentos em uso pelo paciente. O sistema deve possuir campo para registrar alergias do paciente assim como as reações em relação as substâncias ao qual o paciente é alérgico.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o registro dos sinais vitais do paciente que está em triagem e classificação de risco de acordo com o protocolo adotado.</p> <p>O sistema deve permitir escolher o sintoma de acordo com o protocolo de triagem e classificação de risco adotado pela instituição.</p> <p>De acordo com o sintoma o sistema deve sugerir automaticamente quais itens devem ser avaliados durante a triagem do paciente. O usuário no caso do protocolo de Manchester deve negar quando um item de avaliação não for compatível.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o registro da avaliação de Glasgow no processo de triagem e classificação de risco.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a intensidade da</p>		

	<p>dor do paciente através de uma régua de escala de dor.</p> <p>Após a definição do grau de prioridade do paciente, o sistema deve atribuir automaticamente a cor correspondente ao protocolo utilizado como também o tempo máximo de espera para atendimento médico de acordo com as respostas durante a avaliação.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o registro de reavaliação do paciente.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o encaminhamento para atendimento da assistente social dos pacientes triados e que não caracterizaram Urgência e Emergência.</p> <p>No processo de triagem e classificação de risco o sistema deve sugerir a especialidade médica que o paciente deverá ser encaminhado no atendimento.</p> <p>O sistema deve disponibilizar opção e fazer a impressão da ficha de triagem com todas as informações registradas durante o processo no Pronto Socorro.</p> <p>O sistema deve possuir tela para que o usuário possa consultar o resumo da triagem e classificação de risco</p> <p>O sistema de triagem deve sugerir que um paciente se encontra com risco de sepse em caso das respostas inseridas na avaliação sejam compatíveis com esta situação.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para registrar auditoria interna e externa indicando a data da auditoria, data de início e data final da auditoria, registros auditados, registros em conformidade, registro não conforme e pendências.</p>		
98	<p>O sistema deverá ser totalmente integrado aos sistemas de emissão de senha, painel de atendimento, acolhimento e classificação de risco, controle de salas e gestão de fluxo do paciente. Todo o processo da jornada do paciente desde a sua chegada até a alta do paciente deve estar integrado aos painéis de atendimento e chamada e aos demais módulos mencionados anteriormente de forma nativa.</p> <p>O sistema deve dispor de uma tela que permita que a recepcionista selecione uma fila e o sistema carregue a lista de senhas disponíveis para registro do atendimento em ordem de prioridade e que foi definida no processo de classificação de risco. Após selecionar a senha que será chamada a recepcionista faz a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o registro do atendimento.</p> <p>Ao acionar o dispositivo eletrônico de chamadas, o painel de chamadas deverá apresentar aos pacientes em espera, qual guichê de atendimento administrativo eles devem se encaminhar.</p> <p>Ao iniciar o atendimento do paciente, a recepcionista deverá executar uma pesquisa na base de dados de pacientes do hospital para verificar se ele já possui cadastro na instituição. A pesquisa deverá ter no mínimo as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; CNS, Nome da Mãe. A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.</p> <p>O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.</p> <p>O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa. Ao posicionar o dedo e a data de nascimento o sistema identifica se o paciente já possui cadastro, se sim, carrega automaticamente na tela os dados do paciente registrado;</p> <p>Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário irá iniciar o preenchimento de um novo cadastro. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente deve ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade;</p>		

	<p>CEP; Telefone Residencial; Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Etnia; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente e se o paciente possui prontuário protegido. O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.</p> <p>O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS) e fazer a pesquisa na Base do CNS através do CPF. Ao encontrar o cadastro o sistema deve carregar de forma automática na tela de cadastro do paciente todos os dados encontrados na base do CNS.</p> <p>O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; origem, Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Procedimento; CBO; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade, Procedimento, CBO, Serviço e Responsável pelo Paciente.</p> <p>Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos de forma repetitiva e desnecessária.</p> <p>Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade; Ficha de Atendimento Emergência.</p> <p>O sistema deve abrir automaticamente no faturamento a conta do paciente e fazer o lançamento dos procedimentos (consulta médica) no BPA, identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e o setor executante.</p> <p>O sistema deverá permitir executar o registro de encaminhamento dos pacientes aos leitos de observação.</p> <p>O sistema deverá permitir registrar a transferência de leitos do paciente na observação.</p> <p>O sistema deverá permitir registrar ocorrências e fatos relevantes ocorridos durante o atendimento do paciente.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para a exclusão do atendimento registrado ao paciente.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para registrar a transferência de médico no pronto atendimento e emergência.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para a alteração do tipo de atendimento.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para a alteração do atendimento do paciente.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para registrar a alta do paciente no atendimento de emergência.</p> <p>O sistema deverá possuir opção para registrar o diagnóstico do paciente no atendimento de emergência.</p> <p>O sistema deve possuir tela para consulta de atendimentos anteriores do paciente.</p> <p>O sistema deve possuir tela para consulta somente dos atendimentos na emergência de uma determinada data.</p> <p>O sistema deve possuir tela com gráfico da quantidade de pacientes atendidos por hora em um determinado período.</p> <p>O sistema deve possuir tela para que o usuário possa consultar a situação atual dos leitos de observação, como também visualizar a ocupação de cada um deles (paciente, médico, CID, convênio) e ainda visualizar de forma gráfica o status de cada um dos leitos.</p> <p>O sistema deverá dispor de relatório estatísticos de atendimentos por: Bairro, Cidade, Médico, Especialidade, Faixa Etária, Motivo de Atendimento, Origem e Usuário.</p>		
99	<p>O sistema deverá ser totalmente integrado ao sistema de central de agendamento de consultas, pois os pacientes agendados pela central devem estar disponíveis na tela de recepção de pacientes am-</p>		

	<p>bulatoriais.</p> <p>O sistema deve possuir mecanismo para que o paciente faça a retirada da senha de atendimento ambulatorial.</p> <p>O sistema deve dispor de painéis de atendimento que informem os seguintes dados: Senha; Hora Chegada; Previsão de Atendimento (cadastro); Status do Atendimento.</p> <p>O sistema deve possuir dispositivo que permita a recepcionista selecionar a senha em uma lista de atendimento e faça a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o atendimento dele.</p> <p>O sistema deve permitir a recepcionista possa associar a senha de atendimento emitida pelo paciente com a agenda médica.</p> <p>Ao associar a senha à agenda do paciente, a recepcionista deverá iniciar o registro do atendimento do paciente, executando uma pesquisa na base de dados do ambulatório para verificar se o paciente já possui cadastro na instituição. A pesquisa terá que ser no mínimo com as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; Nome da Mãe ou CNS. A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.</p> <p>O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.</p> <p>O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa. Ao encontrar um paciente com a mesma biometria os dados do paciente devem ser carregados/recuperados automaticamente para o recepcionista.</p> <p>Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário irá iniciar o preenchimento do registro do paciente. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial, Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Etnia; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente; O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.</p> <p>O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS). Na pesquisa o usuário deverá informar o CPF e o sistema deverá carregar automaticamente os dados da base do CNS para o sistema.</p> <p>O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com no mínimo as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Procedimento; CBO; Especialidade; responsável pelo Paciente; caso o atendimento tenha sido agendado os campos devem ser preenchidos automaticamente com as informações fornecidas no momento do agendamento.</p> <p>Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade; Ficha de Atendimento Ambulatorial.</p> <p>O sistema deve abrir automaticamente no faturamento e fazer o lançamento na fatura BPA o procedimento correspondente ao atendimento do paciente.</p> <p>O sistema deve permitir o registro de atendimentos ambulatoriais de pacientes que não estão agendados, sem a necessidade de registrar como encaixe.</p> <p>O sistema deve permitir o registro de atendimento de pacientes em turmas de atendimento, ou seja, mais de um paciente para um mesmo horário como ocorre na fisioterapia ou outros tratamentos</p>		
--	--	--	--

	<p>em grupos.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente.</p> <p>O sistema deve disponibilizar mecanismo para que o usuário identifique e registre no sistema quais pacientes não compareceram a consulta médica.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para consulta de atendimentos anteriores do paciente.</p> <p>O sistema deve dispor de tela de gerenciamento que informe a quantidade de atendimentos ambulatoriais por hora.</p> <p>O sistema deve disponibilizar os seguintes relatórios: Consultas Atendidas x Faturadas; Atendimentos por Usuário; Atendimentos por Período; Atendimentos por Empresa; Atendimentos por Médico; Atendimentos por Cidade; Atendimentos por Bairro; Atendimentos por Especialidade; Atendimentos por Serviço.</p> <p>O sistema deve emitir relatório de tempo de espera por período, por médico e por faixa de tempo.</p> <p>O sistema deve atualizar automaticamente o status do atendimento de acordo com a etapa do atendimento executada.</p> <p>O sistema deve ter tela para registrar o atendimento de tratamento oncológico, onde ele irá escolher a fila e o sistema irá carregar de forma automática todas as senhas emitidas para este tipo de atendimento.</p> <p>O sistema deverá possuir tela para o registro de atendimento de tratamentos de quimioterapia, que irá carregar automaticamente na tela de recepção todos os pacientes previamente agendados para a data selecionada.</p> <p>Ao registrar o atendimento da sessão de quimioterapia o sistema deve atualizar automaticamente a lista de pacientes atendidos na tela do consultório do médico que irá fazer a avaliação do paciente antes da sessão de quimioterapia.</p>		
100	<p>O acesso ao PEP deve disponibilizado para todos os membros da equipe multidisciplinar que dispensem atenção ao paciente respeitando sempre as regras de acesso, como também a limitação do conteúdo do mesmo por perfil do usuário e o tipo de usuário, sendo o sistema capaz de identificar automaticamente o profissional, o tipo de profissional e o setor, carregando de forma automática o conteúdo definido no perfil para o tipo de profissional naquele setor de atendimento.</p> <p>O sistema deve possuir tela para registrar/configurar as formas de aplicação (via de acesso) das medicações que serão prescritas.</p> <p>O sistema deve possuir tela para configurar as frequências de aplicação das medicações que serão prescritas para os pacientes. Na configuração da frequência serão definidos os horários padrão que serão sugeridos na prescrição de medicamentos, cuidados ou procedimentos. A frequência pode ser configurada para toda instituição, possibilitando também a configuração específica para ou mais setores, podendo ser criado exceções para aplicação da frequência de horários para um ou mais setores e por tipo de prestador.</p> <p>O sistema deve possuir tela para configurar quais itens de aferição serão registrados no prontuário do paciente, como também os valores mínimos e máximos para cada um dos itens de aferição.</p> <p>O sistema deve possuir tela para fazer o registro dos esquemas de prescrição, baseado na configuração dos esquemas os itens prescritos para o paciente serão apresentados e disponibilizados nas telas de prescrição e no formulário de prescrição médica e de enfermagem na sequência/ordem configurada.</p> <p>O sistema deve permitir habilitar e configurar quais campos terão o preenchimento obrigatório por esquema de prescrição. Os campos só serão apresentados na tela de prescrição se estiverem habilitados na configuração do esquema de prescrição associado ao item que está sendo prescrito.</p> <p>O sistema deve permitir configurar quais itens são de prescrição, e associá-los aos esquemas de prescrição. Na tela de prescrição ao prescrever um item, o sistema deverá associar e agrupar automati-</p>		

	<p>camente o item prescrito ao esquema previamente configurado e respeitando a sequência também pré-determinada.</p> <p>O sistema deve habilitar e tornar obrigatório o preenchimento dos campos que foram habilitados para o esquema de prescrição. O sistema não deverá permitir fazer o fechamento da prescrição sem todos os campos estarem devidamente preenchidos.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário desativar um item de prescrição. Uma vez desativado ele não deverá mais aparecer na lista de itens disponíveis para prescrever na tela de prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é de uso do médico, de enfermagem ou ambos. Uma vez definido o item como médico ele não poderá mais aparecer na tela para o profissional enfermeiro prescrever, a não ser que o item tenha sido configurado como ambos. Definido como enfermagem o profissional médico não mais visualizará na tela de prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição exige justificativa ao ser prescrito pelo médico assistente. Uma vez configurado, o médico assistente será obrigatório a informar a justificativa na tela de prescrição, não permitindo o fechamento da prescrição em caso de não preenchimento pelo profissional.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é padronizado ou não. Caso o item esteja como não padronizado, na tela de prescrição o sistema irá identificar que o item é não padrão habilitará o campo de justificativa para o profissional inserir a justificativa de estar prescrevendo um item fora da padronização da instituição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição exige diluentes na sua prescrição. Ao configurar que sim, o sistema exigirá na tela de prescrição que sejam informados os diluentes do item prescrito como componentes. Só serão aceitos como diluentes os itens que tiverem sido configurados como diluentes no cadastro de itens de prescrição. O não preenchimento impede o fechamento da prescrição pelo profissional.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar o tipo de controle do item de prescrição (normal, balanço hídrico, coleta de sinal vital, alta de unidade, alta médica).</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar para qual estoque ou sub-estoque o item de prescrição será solicitado de forma automática no momento do fechamento da prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar/relacionar o item de estoque com o item de prescrição. De acordo com essa configuração/relacionamento será gerado automaticamente a solicitação dos produtos no estoque no momento do fechamento da prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar a unidade de prescrição e a unidade de solicitação do item no estoque. O médico poderá prescrever em uma unidade e a solicitação ao estoque ser gerada em outra unidade, ficando o sistema responsável em fazer a conversão no momento do fechamento da prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar se o item de prescrição é de diluição ou de reconstituição. Uma vez configurado o item com essa característica ele poderá ser adicionado na tela de prescrição como componente em um item de prescrição que tenha a configuração que exija diluição.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar nos itens de prescrição quais os componentes (materiais descartáveis, diluentes e reconstituintes). Ao prescrever um item na tela de prescrição o sistema carregará de forma automática estes componentes e serão solicitados na farmácia/estoque junto com o item de prescrição ao finalizar o processo pelo prestador.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar quais as formas de aplicação (vias de acesso) compatíveis para o item de prescrição. Na tela de prescrição só devem aparecer as formas de aplicação determinadas para o item.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar em quais os setores de assistência o item de prescrição poderá visualizado e prescrito. O item só aparecerá para seleção nas telas de prescrição médica e/ou de enfermagem quando os setores relacionados a ele estiverem de acordo com o setor de atendimento do paciente. Nesta configuração</p>		
--	--	--	--

	<p>também deve ser possível definir se um item de prescrição é ou não padrão por setor. Uma vez configurado o item, ao ser prescrito na tela de prescrição irá identificar de forma automática se ele não é padrão ou é padrão para aquele setor assistencial.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar em quais os setores de assistência o item de prescrição é de uso restrito. Configurado/informado o setor, o sistema deve apresentar na tela de prescrição somente para o setor configurado.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar as palavras-chave para os itens de prescrição. Ao fazer a configuração/associação da palavra-chave o sistema deve apresentar na tela de prescrição os itens associados aquela palavra, facilitando assim a busca por itens de prescrição e tratamento.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar as superdosagens e as subdosagens dos itens de prescrição assim como a configuração das mensagens de alerta da super e da subdosagem. Na configuração da subdosagem deve ser informado a Qtde impeditiva mínima, Qtde de alerta mínimo, já para superdosagem deve ser possível configurar a Qtde impeditiva máxima e Qtde de alerta máximo. Também deve ser possível fazer a configuração por Peso x Qtde e se o sistema irá considerar sub e superdosagem por dia, hora, minuto ou dose. Também pode ser feita a configuração por faixa etária. Essas configurações devem ser refletidas na tela de prescrição, gerando alertas automáticos para o médico no momento da prescrição dos itens que estão sendo prescritos acima ou abaixo do ideal.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar os dispositivos compatíveis que o item de prescrição pode ser infundido. Uma vez configurado o sistema deve na tela de prescrição apresentar somente os dispositivos configurados/compatíveis para o item.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar os itens de substituição para o item de prescrição. Ao fazer a prescrição do item, caso ele não tenha disponibilidade o sistema deve apresentar os possíveis itens que podem substituir o item prescrito.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar as informações padronizadas para os itens de prescrição, como Qtde, forma de aplicação, frequência, dose padrão, observação e fórmulas para cálculo da dose a ser sugerida por peso x altura (superfície corpórea).</p> <p>O sistema deve permitir configurar se o item de prescrição exige dupla checagem. Ao configurar que sim o sistema deve na hora de checar a medicação exigir a checagem de dois usuários distintos para considerar o item como efetivamente checado.</p> <p>O sistema deve permitir configurar se o item de prescrição é de pesquisa científica.</p> <p>O sistema deve dispor de ferramenta que permita configurar os perfis de acesso e usabilidade do prontuário eletrônico do paciente por tipo de prestador, por tipo de convênio, por convênio, por setor, por especialidade, por prestador, por tipo de atendimento, sexo e faixa etária do paciente.</p> <p>O sistema deve dispor de dispositivo que permita ao usuário fazer a construção de documentos (formulários) eletrônicos, definindo o nome do formulário, os grupos de campos do formulário, permita associar as perguntas aos grupos de campos do formulário, as perguntas do formulário, o tipo do campo (Checkbox, combo box, descritivo, lista de valores etc.) e o layout do documento. Os documentos construídos nessa opção poderão ser associados ao perfil de acesso do prestador que serão carregados automaticamente de acordo com o perfil do usuário. Os dados inseridos nos documentos eletrônicos e que os campos sejam estruturados, deve permitir que estes dados sejam extraídos e possibilitem a criação de indicadores clínicos de acordo com a necessidade da SES.</p> <p>Nos casos de atendimentos de pacientes em Pronto Atendimento, o PEP deverá ser integrado com o módulo de Acolhimento e Classificação de Riscos, ordenando a lista de pacientes a serem atendidos por Prioridade Clínica atribuída na Classificação, possibilitando ainda o médico consultar/visualizar de forma automática todas as informações coletadas durante o processo de classificação.</p> <p>Permitir consulta dos dados do PEP inseridos nos diversos locais de atendimento das unidades de saúde onde está implantado o sistema com as seguintes informações: Dados Demográficos do Paci-</p>		
--	---	--	--

	<p>ente; Diagnósticos do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de todos atendimentos do paciente na instituição, informando data, hora, tipo de atendimento, diagnóstico do atendimento, serviço e médico assistente; Alergias do Paciente; Sinais Vitais (valores e gráfico) do atendimento atual ou de atendimento anterior, permitindo selecionar o período de avaliação; Avaliações do paciente do atendimento atual e de atendimentos anteriores; Vacinas do paciente; Balanço Hídrico (valores e gráficos) do atendimento atual ou de atendimentos anteriores, permitindo selecionar o período de avaliação; Exames de Laboratório (valores e laudo); Exames de Imagem (laudos e imagem); Medicamentos em Uso; Prescrições Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções Médicas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Anotações de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de Cirurgias do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Curva de Crescimento (gráfico); Documentos de Admissões Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Atestados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Receitas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Parecer Médico do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Documentos Anexados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores;</p> <p>O sistema deve permitir ao médico registrar eletronicamente o formulário de admissão médica do paciente no mínimo com as seguintes informações: Queixa Principal; HDA (História da Doença Atual); HPP; Alergias; Antecedentes Pessoais; Antecedentes Familiares; Medicamentos em Uso; Hábitos e Costumes; Exame Físico; Nível de Consciência; Sinais Vitais (PAS, PAD, Temperatura, FC e FR) Avaliação de Cabeça e Pescoço; Avaliação do Aparelho Cardiovascular; Avaliação do Aparelho Respiratório; Avaliação Abdome; Avaliação Genitália; Avaliação Membros; Exame Neurológico; Hipótese Diagnóstica; Causa da Internação ou Atendimento; Plano Terapêutico com as seguintes informações: Tratamento Proposto; Plano de Cuidados.</p> <p>O sistema deve permitir a criação/configuração de protocolos clínicos gerenciáveis de atendimentos, e de acordo com o protocolo sugerido pelo sistema ele apresenta as perguntas, onde o médico vai informando as possíveis respostas e ao final o sistema irá sugerir a prescrição de acordo com as respostas inseridas no caminho percorrido pelo médico ao preencher o documento de protocolo selecionado.</p> <p>O sistema deve, baseado em sinais vitais, resultados de exames, respostas inseridas em formulários do paciente gerar um alerta de forma automática na tela do médico assistente que ele se encontra com características de adesão a um determinado protocolo clínico.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer o registro do diagnóstico médico do paciente baseado na tabela CID-10 possibilitando informar o diagnóstico principal e o (s) diagnóstico (s) secundários, o tipo da doença (crônico, agudo) como também o tempo da doença (dia, mês e ano) e se ela está com status em hipótese ou se está confirmado. No caso de pacientes oncológicos o sistema deve permitir fazer o lançamento do diagnóstico morfológico, data e informações do exame histopatológico, Imuno-histoquímicas, estadiamento, localização do tumor, metástases e tipo de tratamento.</p> <p>De acordo com o diagnóstico informado o sistema deve emitir alerta ao profissional informando que o diagnóstico informado é de notificação compulsória/obrigatória ou de agravado.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer o registro dos medicamentos em uso contínuo pelo paciente (reconciliação medicamentosa).</p> <p>O sistema deve permitir fazer o registro das avaliações realizadas pelo médico ou pelo enfermeiro no paciente tais como: Mews, Pews, Glasgow; Apache II; Euroscore; Time RISC; Régua de Dor; Superfície Corpórea; Bradem; Fugulin e Risco Nutricional.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer o registro da evolução médica em formulário eletrônico carregando o layout do documento de forma automática de acordo com o local de atendimento (setor) e a especialidade do médico assistente.</p> <p>O sistema deve permitir que o médico possa inserir informações sobre alergias a substâncias, alimentos e outros itens. Na tela de-</p>		
--	--	--	--

	<p>vem ser informados também a severidade e campo para adicionar as reações do paciente em contato com a substância. O sistema deve permitir fazer o registro de eventos adversos do paciente, em relação substância e o evento e o grau de severidade. O sistema deve trazer de forma clara e gráfica que o paciente em atendimento possui alergias, e ao clicar sobre a indicação de alergia o sistema deve apresentar as substâncias que o paciente possui alergia e as possíveis reações.</p> <p>Registrar sinais vitais (Temperatura, Capnografia, PV, Glicemia, Pressão Intracraniana, Saturação, FC, FR, PAS, PAD) e dados antropométricos (Peso e Altura) como também deve permitir parametrização de outros indicadores a critério da instituição e a configuração dos sinais vitais a serem coletados de acordo com setor de atendimento.</p> <p>Permitir o Médico registrar eletronicamente a prescrição de Medicamentos, Solicitações de Exames de Laboratório, Exames de Imagem, Cuidados Médicos, Dietas, Procedimentos, Hemoderivados, Fisioterapia, Cuidados e Orientações em tela única.</p> <p>O sistema deve carregar de forma automática os materiais descartáveis (componentes) ao fazer a prescrição de um item que tenha necessidade deles para a sua aplicação/infusão.</p> <p>O sistema deve gerar alertas ao médico prescrever medicamentos com substâncias aos quais o paciente tenha alergia registrada, tendo o profissional que justificar a manutenção da conduta ou alterar por outra medicação.</p> <p>O sistema deve gerar alertas de interação medicamentosa nas seguintes condições: Droga x Droga, Droga x CID, Droga Alimento, Droga x Resultado de Exame e Droga x Nutriente.</p> <p>O sistema deve gerar alertas ao médico quando ele prescrever medicamentos com interação medicamentosa nas condições acima mencionadas, assim como deve gerar de forma automática mensagem de alerta da interação, tendo o profissional que justificar a manutenção da conduta ou alterar a mesma para poder finalizar o processo de prescrição.</p> <p>O sistema deve possibilitar a integração do sistema de prescrição médica eletrônica com plataformas de informações e conteúdo farmacêutico para a emissão de alertas de interações medicamentosa e superdosagens.</p> <p>Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de antimicrobianos (ficha de antimicrobiano) ao prescrever um medicamento deste grupo de fármacos.</p> <p>Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de procedimentos de alto custo (laudo de procedimentos de alto custo/complexidade) ao prescrever um medicamento, exame ou procedimentos de alto custo.</p> <p>Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o receituário especial ao prescrever um medicamento de controle especial de acordo com a portaria 344/98.</p> <p>O sistema deve permitir o médico prescrever medicamentos do grupo de soroterapia com a velocidade infusão desejada, de acordo com a velocidade, o sistema deve calcular automaticamente a frequência dos medicamentos.</p> <p>O sistema deve gerar automaticamente alertas ao médico quando um item for prescrito em duplicidade.</p> <p>O sistema deve gerar alerta para a prescrição de medicamentos que estejam com superdosagem, exigindo do mesmo uma justificativa para a manutenção da conduta e a finalização do processo de prescrição.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer a configuração de seus itens de prescrição favoritos.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer a pesquisa de itens de prescrição por nome comercial, princípio ativo, laboratório, grupo de tratamento, diagnóstico e sintomas.</p> <p>Na tela de prescrição o sistema deve obrigar ao médico preencher o formulário de controle de medicamentos não padronizados ao prescrever um medicamento com esta característica.</p>		
--	---	--	--

	<p>O sistema deve permitir o médico alterar o horário sugerido pelo sistema de acordo com os horários configurados na frequência padronizada pelo sistema.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de mecanismo para a prescrição de tratamentos de quimioterapia em ciclos e sessões integrados com a área de agendamento e farmácia.</p> <p>Na prescrição de quimioterapia o sistema de acordo com o peso e a altura deve sugerir automaticamente a dose do quimioterápico de acordo com a superfície corpórea do paciente que será calculada também de forma automática.</p> <p>O sistema deve permitir a criação de protocolos de tratamento de quimioterapia com a configuração de intervalo de dias entre os tratamentos e a quantidade de ciclos. O sistema deve sugerir o protocolo de acordo com o preenchimento do diagnóstico oncológico informado.</p> <p>O sistema deve carregar automaticamente na tela de prescrição de quimioterapia os medicamentos configurados para o tratamento assim como a geração do tratamento dentro do intervalo de dias configurados para o protocolo selecionado.</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação dos medicamentos e materiais descartáveis na farmácia.</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de dieta no serviço de nutrição.</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de exames de imagem no serviço/setor de imagem.</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de coleta de amostras no serviço de análises clínicas (laboratório).</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de hemoderivados no serviço de Hemoterapia.</p> <p>Ao finalizar a prescrição o sistema deve gerar de maneira automática a solicitação de fisioterapia no serviço de Fisioterapia.</p> <p>O sistema deve permitir ao médico fazer a solicitação eletrônica de parecer médico para um determinado profissional ou uma determinada especialidade (interconsulta).</p> <p>Ao fazer a finalização da prescrição o sistema deve permitir que embora a prescrição seja válida para 24 horas o sistema possa gerar as solicitações de materiais e medicamentos de forma automática por turnos de atendimento pela farmácia até o limite de 24 horas.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a suspensão de um item prescrito ao paciente.</p> <p>O sistema deve permitir realizar cópia de prescrição de uma determinada data ou fazendo a mescla de mais de uma data.</p> <p>O sistema deve permitir que o próprio médico crie prescrições padronizadas baseadas nas prescrições realizadas e as disponibilize na área de prescrições padronizadas.</p> <p>O sistema deve permitir o médico fazer a emissão de atestados médicos, emissão de receitas, receituário especial e comprovantes de comparecimento. No caso de atestados médicos, declarações e receituários que sejam assinados de forma digital o usuário deverá ter a possibilidade de validar o QRCode impresso na receita ou no atestado;</p> <p>O sistema deve disponibilizar formulário eletrônico específico para o médico fazer o registro da descrição do ato cirúrgico.</p> <p>O sistema deve disponibilizar formulário para o médico anestesista fazer o registro da ficha de anestesia, informando os dados graficamente na ficha.</p> <p>O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o registro da anamnese ou entrevista de enfermagem.</p> <p>O sistema deve permitir ao enfermeiro ou qualquer membro da equipe multidisciplinar fazer o registro da evolução em formulário eletrônico, carregando o layout do documento de forma automática de acordo com o local de atendimento (setor) e a especialidade do</p>		
--	--	--	--

	<p>profissional assistente.</p> <p>O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o registro do balanço hídrico, informando os ganhos e perdas do balanço. O recurso deve também permitir fazer o fechamento total ou parcial do balanço e gerando automaticamente o gráfico com os ganhos, perdas e o saldo do balanço.</p> <p>O sistema deve permitir o Enfermeiro registre eletronicamente a prescrição de Cuidados de Enfermagem, Procedimentos e Orientações em tela única.</p> <p>O sistema deve permitir o enfermeiro fazer o aprazamento ou reaprazamento dos horários dos itens e das medicações prescritas pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar.</p> <p>O sistema deve permitir o registro eletrônico da checagem das medicações e procedimentos prescritos pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar.</p> <p>O sistema deve permitir o registro eletrônico da suspensão das medicações e procedimentos prescritos pelos médicos ou outros membros da equipe multidisciplinar que não foram executadas e informando o motivo da suspensão ou cancelamento.</p> <p>O sistema deve apontar em painel de maneira clara e gráfica quais medicações estão em atraso.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para que a enfermagem possa pesquisar as informações clínicas do paciente tais como: Dados Demográficos do Paciente; Diagnósticos do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de todos atendimentos do paciente na instituição, informando data, hora, tipo de atendimento, diagnóstico do atendimento, serviço e médico assistente; Alergias do Paciente; Sinais Vitais (valores e gráfico) do atendimento atual ou de atendimento anterior, permitindo selecionar o período de avaliação; Avaliações do paciente do atendimento atual e de atendimentos anteriores; Vacinas do paciente; Balanço Hídrico (valores e gráficos) do atendimento atual ou de atendimentos anteriores, permitindo selecionar o período de avaliação; Exames de Laboratório (valores e laudo); Exames de Imagem (laudos e imagem); Medicamentos em Uso; Prescrições Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções Médicas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Evoluções de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Anotações de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Histórico de Cirurgias do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Curva de Crescimento (gráfico); Documentos de Admissões Médicas e de Enfermagem do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Atestados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Receitas do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Parecer Médico do atendimento atual ou de atendimentos anteriores; Documentos Anexados do atendimento atual ou de atendimentos anteriores;</p> <p>O sistema deverá possuir recurso para que a enfermagem possa construir os planos de cuidados ao paciente, bem como as prescrições de padrões de enfermagem.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para que a enfermagem possa registrar a entrevista da enfermagem (Avaliação Inicial).</p> <p>De acordo com as respostas da entrevista de enfermagem o sistema deve sugerir automaticamente quais diagnósticos de enfermagem o paciente se enquadra para a definição do plano de cuidados.</p> <p>O sistema deve dispor da tabela de diagnósticos de enfermagem NANDA para a definição do diagnóstico de enfermagem.</p> <p>De acordo com o diagnóstico selecionado pelo enfermeiro, o sistema deverá sugerir os itens de prescrição de maneira automática.</p> <p>O sistema deverá possuir tela para o profissional registrar as vacinas dos pacientes.</p> <p>O sistema deverá ter tela para finalizar o atendimento inserindo informações tais como: Diagnóstico; Procedimento; Data; Hora; Motivo de alta.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a emissão do sumário de alta do paciente e carregar automaticamente as principais informações do atendimento tais como medicamentos, resultados de exames de la-</p>		
--	--	--	--

	<p>boratório, imagem e orientações.</p> <p>O sistema deve sinalizar de maneira gráfica todas as pendências do médico em relação ao atendimento tais como fechamento de documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e demais pendências.</p> <p>O sistema deve estar com a certificação digital e assinatura eletrônica dentro vigente e dentro dos padrões CFM/SBIS.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de opção para registrar o encaminhamento do paciente para outras especialidades.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de opção para registrar o Checklist de cirurgia segura.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de uma tela para registro de informações de procedimentos, exames, cirurgias, tratamentos que são realizados fora da instituição e que irão alimentar o prontuário do paciente. Os eventos que ocorrerem internamente serão carregados automaticamente para a linha da vida do paciente.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de uma tela para anexar arquivos de laudos, exames e outras informações que o paciente dispõe no atendimento e que foram realizados em outras instituições e são importantes do ponto de vista clínico e devem constar no prontuário para que o médico assistente possa consultar.</p> <p>O sistema deve dispor de restrição de acesso ao prontuário eletrônico do paciente por outros membros da equipe multidisciplinar quando o paciente indicar que deseja que suas informações sejam restritas. Para que outros profissionais tenham acesso será necessário que o profissional que seja acessar faça uma solicitação eletrônica de acesso e o médico assistente libere o acesso por senha ou por um período determinado.</p> <p>O sistema deve dispor de uma central de alertas e mensagens que serão ativadas pela unidade de assistência. Essa central de alertas deve enviar mensagens para o médico em uma área própria para receber mensagens ou através de pop-up em tela. As mensagens devem ser automáticas quando ocorrerem as seguintes situações: Liberação de exames de laboratório, Liberação de Exames de Imagem, Exames fora da faixa normal de valores, risco de entrada em protocolo, paciente elegível a entrada e saída de pesquisa científica, quando ocorrer alguma alteração pela farmácia durante a avaliação farmacêutica.</p> <p>Na lista de paciente o sistema deve apresentar dados demográficos do paciente com a foto e outras informações como alergias, riscos, protocolos, categorias, identificadores e status.</p> <p>O sistema deve disponibilizar um resumo clínico do paciente em tela única onde devem ser carregados todos os eventos tais como: atendimentos, sinais vitais, exames laboratoriais, exames de imagem, medicamentos prescritos, balanço hídrico, protocolos, evoluções e alergias.</p> <p>O sistema deve permitir o controle de aluno e professor. Quando o usuário for caracterizado como aluno ele não poderá fechar os documentos e a prescrição. Esse processo só ocorrerá somente após a validação de um médico preceptor (professor).</p> <p>O sistema deve possuir de uma tela para visualizar os documentos do atendimento aonde o médico ou profissional pode filtrar os documentos em tela por atendimento, por período, por palavra-chave, por diagnóstico, por médico, por especialidade, por tipo de documento ou status do documento. Os documentos devem ser carregados por ordem cronológica decrescente.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para registrar a passagem de plantão de um profissional para outro. A passagem pode ser feita de forma geral ou de forma detalhada com as informações de cada um dos pacientes registradas na passagem. O sistema deve possibilitar na passagem de plantão o prestador escolher a unidade ou setor de atendimento e selecionar os pacientes que serão registrados na passagem. Ao selecionar o paciente o usuário deve ter o recurso para carregar de forma automática os eventos como sinais vitais, medicamentos, exames de laboratório, avaliações, evolução e medicamentos registrados para o paciente. O sistema deve dispor de recurso para inserir textos padronizados na passagem de plantão e o fechamento da passagem.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para que o farmacêutico possa fa-</p>		
--	---	--	--

	<p>zer o registro da avaliação farmacêutica das prescrições finalizadas pelos médicos assistentes. O farmacêutico pode bloquear parcial ou total da prescrição em avaliação ou fazer a liberação total ou parcial da prescrição em avaliação. O farmacêutico no processo de avaliação deve preencher a justificativa para bloqueio de um item da prescrição.</p>		
101	<p>O sistema deve permitir os usuários cadastrar os setores dos laboratórios que realizam a análise dos exames (hematologia, bioquímica, urinalise, culturas)</p> <p>Deve possibilitar cadastrar as perguntas que serão feitas aos pacientes, no momento do agendamento, nos pedidos de exames ou na coleta das amostras.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os postos de coletas, que são unidades onde os materiais para exames são coletados e enviados para os laboratórios. Ressaltando que, dentro de um posto pode existir vários locais de coletas.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os locais, autorizados pelo hospital, para coletar os materiais para realização dos exames solicitados. Esses locais podem estar dentro do "Posto de Coleta" ou em outro setor do hospital.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os tipos de tubos que poderão ser utilizados para a coleta de materiais dos exames solicitados. Deve ser informado a descrição do tubo, o volume máximo do tubo, se ele é primário, secundário ou coletivo, específico, detalhes do tudo de coleta e o modelo de etiqueta que será impresso quando coleta um material com este tipo de tubo.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os motivos que levam o técnico responsável pelo laboratório a solicitar a recoleta de uma amostra. Por exemplo: Amostra insuficiente, amostra contaminada etc.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os possíveis motivos para solicitação de cancelamento de remessas para um determinado laboratório.</p> <p>Criar procedimentos operacionais padrão (POP) para os exames laboratoriais.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os racks para que o laboratório possa gerenciar as amostras que serão direcionadas às áreas por meio de uma numeração sequencial, que poderá ser reiniciada automaticamente de forma diária, mensal, anual ou quando atingir um número limite Pré-configurado.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os tipos de documentos que poderão ser anexados ao pedido de exames no momento do registro do atendimento e do pedido.</p> <p>Criar modelos de cartas de convocação para comparecimento, onde seja possível configurar o modelo e o conteúdo e os setores que utilizarão esse modelo. Os modelos de cartas cadastradas são emitidos para os pacientes que tenham necessidade de serem convocados para comparecerem novamente ao laboratório em virtude dos resultados dos exames dentro de uma configuração pré-definida.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar as recepções de amostras de acordo com o setor de exame.</p> <p>Cadastrar os tipos de resultados possíveis para exames do tipo "Cultura". Os tipos de resultado de cultura cadastrados nesta tela, serão apresentados no momento do lançamento dos laudos dos exames de cultura.</p> <p>Deve possibilitar cadastrar os locais do corpo dos quais as amostras necessárias para a realização dos exames poderão ser coletadas.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração dos exames de análises clínicas com os seguintes critérios: Código, Nome, Mnemônico, Código SIGTAP, período de entrega em dias para exames de rotina e de minutos para exames de urgência, calculo automático da data de entrega baseado na configuração dos dias de entrega, considerando para efeitos de cálculo somente os dias úteis, restrição por sexo, número máximo de solicitações no período, se a impressão do laudo será em página única, amostra, tubo de coleta e volume da amostra, orientações de preparo, laboratório, se permite consulta do resultado, custo do exame, dias da semana que o exame é coletado/executado, perguntas relacionadas aos exames, espelho do laudo,</p>		

	<p>Qtde. de etiquetas para emissão, orientações de coleta das amostras, local anatômico da coleta, curva dinâmica, pontos da curva, laboratórios que executam a análise e substância que podem interferir no resultado.</p> <p>O sistema deve permitir configurar os campos do laudo do exame com as seguintes informações: código, descrição, tamanho, alinhamento, tipo do campo, máscara do campo.</p> <p>O sistema deve permitir configurar os valores de normalidade, pânico e absurdo dos campos do laudo por sexo e idade.</p> <p>O sistema deve prover de recurso que permita o usuário fazer o desenho/configuração do laudo.</p> <p>O sistema deve permitir que seja criado mais de uma versão do laudo por exame.</p> <p>O sistema deve permitir que sejam configurados os perfis de acesso e restrições dos usuários do laboratório.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para configurar a possibilidade de restrição a publicação do laudo na internet.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário configurar as etiquetas de códigos de barras das amostras com as seguintes informações: código da amostra, código do pedido, código do atendimento, data, nome do paciente.</p> <p>O sistema deve ter a possibilidade de o usuário da recepção do laboratório realizar a pesquisa na base de dados de pacientes do hospital para verificar se ele já possui cadastro na instituição. A pesquisa poderá ter no mínimo as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CNS, CPF; Nome da Mãe; A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.</p> <p>O sistema deve dispor de pesquisa com busca fonetizada.</p> <p>O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa.</p> <p>Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados, o usuário irá iniciar o preenchimento de um novo cadastro. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; Data de Emissão; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial; Telefone Comercial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Etnia; Nacionalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente; Captura da biometria do paciente; O sistema deverá estar totalmente integrado ao sistema de emissão do Cartão Nacional de Saúde.</p> <p>O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS), ao informar o CPF o sistema vai até a base de dados do CNS e carrega automaticamente todas as informações cadastrais do paciente, podendo o usuário complementar com informações que venham faltar.</p> <p>O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente realizar o registro do atendimento externo com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Procedimento; CBO; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade; responsável pelo Paciente.</p> <p>Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos.</p> <p>Após o registro do atendimento o sistema deve permitir o usuário registrar o pedido de exames de análises clínicas associado ao atendimento com as seguintes informações: Médico solicitante, local de coleta, data da coleta, setor solicitante, tipo de solicitação e os exames.</p>		
--	---	--	--

<p>O sistema deverá no momento de o pedido gerar automaticamente a data de previsão de entrega do exame de acordo com a quantidade de dias configurada no cadastro do exame.</p> <p>O sistema deverá emitir o comprovante de exames.</p> <p>O sistema deverá gerar automaticamente a solicitação de coleta a partir do registro do pedido de exame.</p> <p>O sistema deverá apresentar em tela a lista de paciente em espera para coleta das amostras.</p> <p>O sistema deverá permitir que o responsável pela coleta faz amostras faça a emissão das etiquetas para fixar nos tubos de coleta das amostras.</p> <p>O sistema deve permitir que a responsável pela coleta confirme a coleta das amostras do paciente efetuando a leitura do código de barras fixado no tubo.</p> <p>O sistema deve permitir que a responsável pela coleta das amostras informe no registro de coleta que existem amostras pendentes de entrega.</p> <p>O Sistema deverá permitir o usuário executar o registro da entrada das amostras coletadas no setor de triagem do laboratório.</p> <p>O sistema deverá permitir o usuário registrar na entrada da amostra no laboratório a necessidade de recoleta justificando/informando o motivo que gerou a necessidade de recoleta.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário realizar o registro da passagem das amostras para as respectivas bancadas e ao final emitir o mapa de trabalho de bancada.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de tela para que o usuário possa efetuar consulta da rastreabilidade de com todas as movimentações da amostra no laboratório.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de uma tela que o gestor do serviço possa ter uma visão do geral da quantidade de exames com pendências de coletas, de confirmação de coletas nos setores.</p> <p>O sistema deve dispor de tela que permita o usuário fazer o registro da triagem das amostras externas.</p> <p>O sistema deve dispor de recurso que permita o usuário emitir etiquetas para amostras externas.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de prescrição eletrônica, pois de acordo com os itens (exames solicitados) a partir da prescrição e o fechamento dela, o sistema deve gerar automaticamente a solicitação/pedido do exame no laboratório e a solicitação de coleta, sem necessidade de que seja feito qualquer cadastro pelo usuário.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de agendamento, pois ao registrar um agendamento, o sistema deve apresentar na tela de recepção de pacientes agendados do laboratório os respectivos pacientes agendados.</p> <p>A partir da lista de pacientes agendados no módulo do agendamento, o usuário deverá possuir opção para selecionar o paciente, registrar as devidas atualizações das informações cadastrais e na sequência gerar o atendimento externo do paciente.</p> <p>O sistema deve permitir registrar o pedido de exames, associado ao atendimento externo criado para o atendimento do paciente agendado.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário fazer a revisão dos exames realizados.</p> <p>O sistema deve ter a opção de o usuário registrar eletronicamente a assinatura do laudo exames realizados e revisados.</p> <p>O sistema deve ter a possibilidade de imprimir um ou todos os laudos assinados eletronicamente.</p> <p>O sistema deve disponibilizar a opção do usuário fazer a retificação dos laudos.</p> <p>O sistema deve ter a opção do bioquímico no momento de registrar o laudo visualizar os resultados anteriores de maneira analítica e gráfica.</p> <p>O sistema deve ter a opção do bioquímico no momento de registrar o</p>		
--	--	--

<p>laudo visualizar as respostas das perguntas associadas ao exame e que foram respondidas no momento da coleta do exame.</p> <p>O sistema deve ter tela que permita filtrar somente os exames que estejam na faixa normal, fora da faixa de normal, exames fora do limite e que estejam com valores pânico.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para que o usuário possa consultar os log's de interfaceamento dos exames que estejam fora da faixa normal de valores.</p> <p>O sistema deve atualizar o status do exame de forma automática.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para o registro da liberação dos exames para que eles possam ter seus resultados consultados.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para o registro da entrega dos exames para os pacientes ou responsáveis pelo paciente.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário registrar a exclusão do pedido de exame registrado.</p> <p>O sistema deve dispor de tela que permita o gestor ter de maneira clara os exames que passaram do período de entrega, que os exames estão dentro do período crítico de entrega ou que está fora do período crítico de entrega.</p> <p>O sistema deve permitir e disponibilizar funcionalidade onde o usuário pode registrar as pendências de coleta de amostra por pedido.</p> <p>O sistema deve disponibilizar registrar os resultados dos exames de cultura e os dados do antibiograma.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de faturamento, pois ao solicitar um exame em um atendimento ambulatorial o sistema deve ser lançar de forma automática na BPA os respectivos procedimentos.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao módulo de faturamento de AIH, pois ao solicitar um exame em um atendimento de paciente internado, o sistema deve ser lançar de forma automática na AIH os respectivos procedimentos.</p> <p>O sistema deve dispor de recurso para pesquisar a rastreabilidade da amostra desde o momento da geração da solicitação da coleta até a passagem da amostra para a bancada que irá analisar a amostra.</p> <p>O sistema deve dispor de recurso para pesquisar informações de data e hora da realização do exame, data e hora da revisão, data e hora da assinatura, data e hora da impressão e data e hora da entrega do exame.</p> <p>O sistema deve possibilitar a publicação dos exames dos pacientes através de uma página personalizável na internet, com perfil de acesso para paciente e perfil de acesso para médico.</p> <p>O sistema deve disponibilizar recurso para que o usuário possa consultar em tela a relação de exames faltosos por setor e por período.</p> <p>O sistema deve disponibilizar recurso para registrar o descarte de amostras.</p> <p>O sistema deve disponibilizar relatório de exames solicitados por médico, solicitados por setor, realizados por laboratório, exames solicitados por cidade, exames não realizados, planilha mensal de exames realizados, média de tempo de realização de exames, pedidos com retificação de laudos e tempo médio de entrega de laudos, quantidade de recoletas e exames solicitados e sem coleta realizada.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente, gerando alertas ao médico assistente quando um exame for liberado ou estiver fora da faixa de normalidade.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para fazer o registro da solicitação de Diligenciamento de amostras de exames realizados.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para fazer o registro da notificação de atraso de resultados.</p> <p>O sistema deve gerenciar o processo de assinatura digital dos laudos dos exames de análises clínicas. Os exames assinados digitalmente, deverão ser notificados pelo status.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar os resultados de microbiologia para os exames de cultura. Nesta opção o sistema deve</p>		
--	--	--

	<p>ter opção para registrar informações dos Bacilos Gram-negativos, Gram-positivo, Cocos Gram-negativos, Cocos Gram-Positivos, Diplococos Gram-Negativos e subamostra.</p> <p>Deve permitir configurar o volume e o tempo necessários para a realização dos exames. O volume e tempo cadastrados serão apresentados no momento do registro do pedido de exame de laboratório.</p> <p>O sistema deve possibilitar gerenciar pastas de trabalho, possibilitando o usuário cadastrar as pastas, bem como realizar outros procedimentos vinculados aos mapas de trabalho como tais como a visualização ou alteração do resultado do exame, realização da revisão dos exames, exclusão de resultado, assinatura e impressão do(s) laudo(s) do(s) exame(s) solicitado(s).</p> <p>O sistema deve permitir identificar facilmente quais os pedidos que estão pendentes de confirmação de coleta, selecionar para quais pedidos deseja imprimir as etiquetas e em seguida realizar o registro da confirmação das amostras que foram colhidas.</p> <p>Partindo do conceito de que os exames possuem tempos distintos para a liberação dos resultados, o sistema deve disponibilizar de uma tela para que o usuário possa visualizar e priorizar os exames cujas data e hora de entrega estão mais próximas, como por exemplo exames originados da Urgência/Emergência, evitando atrasos e transtornos aos pacientes.</p>		
102	<p>O sistema deve possibilitar que sejam configuradas as modalidades de exames de imagem. No momento do registro do pedido de exame de imagem o usuário deverá efetuar o registro da modalidade no campo relacionado.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração dos exames de diagnóstico por imagem com os seguintes critérios: Código, Nome, Mnemônico, Código SIGTAP, dias de entrega, efetuando o cálculo automático da data de entrega baseado na configuração dos dias de entrega, deve considerar somente os dias úteis, restrição por sexo, número de solicitações do exame no período, impressão em página única, orientações de preparo, setor de realização, dias da semana que o exame é realizado, perguntas relacionadas aos exames, modalidade do exame, gastos padrão inerentes a realização dos exames e especialidade do exame.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o cadastro e a configuração os exames que não podem ser realizados em um paciente no mesmo dia. Com esse relacionamento, será possível controlar a solicitação de exames, impedindo que o paciente faça esses exames mais de uma vez no mesmo dia, preservando a integridade do paciente. Uma vez configurado, no momento da solicitação do exame, caso sejam pedidos exames cadastrados como proibidos para o um paciente no mesmo dia, uma mensagem deve ser exibida, e o sistema deve impedir a continuidade do processo.</p> <p>O sistema deve possibilitar a configuração da quantidade que determinados exames que podem ser realizados por convênios ou setor. Caso a cota seja ultrapassada, será permitida a solicitação de exames, porém uma mensagem será exibida ao usuário no momento do registro da solicitação do exame.</p> <p>O sistema deve fazer de forma automática a classificação do procedimento que está sendo realizado pelo paciente no setor de imagem de acordo com a tabela SIGTAP. Se o procedimento for classificado como de alto-custo deve ser lançado automaticamente na fatura APAC. Se o procedimento for de atenção básica (médio e baixo custo) deve ser lançado na fatura BPA também de forma automática.</p> <p>O sistema deve possibilitar o cadastro dos textos utilizados como padrão pelos prestadores, no momento da emissão de laudos e das solicitações de pedidos de exames. O recurso visa carregar de forma automática o texto ao resultado do exame.</p> <p>O sistema deve possibilitar cadastrar/configurar os perfis para os usuários dos setores de imagem, quanto as ações possíveis para os exames de médicos e técnicos. Dessa forma, o sistema irá controlar as funcionalidades que cada usuário poderá realizar na tela de Laudos. Esta configuração deve permitir liberar as ações na tela de laudos de acordo com as configurações realizadas para cada perfil e usuários criados.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração da lateralidade dos exames de</p>		

<p>imagem quando eles tiverem esta característica. As lateralidades serão lançadas na tela de registro de pedido de exames para evitar erros no momento da execução do exame pelo médico ou técnico.</p> <p>O sistema deverá ser totalmente integrado ao sistema de central de agendamento de exames, pois os pacientes agendados pela central de marcações devem estar disponíveis na tela de recepção de pacientes do Centro de Diagnóstico.</p> <p>O sistema deve estar integrado ao módulo dos painéis de atendimento e chamada do paciente.</p> <p>O sistema deve possuir dispositivo que permita a recepcionista selecionar a senha em uma lista de atendimento e faça a chamada do paciente de forma eletrônica, para que seja realizado o registro do atendimento dele.</p> <p>O sistema deve permitir a recepcionista possa associar a senha de atendimento emitida pelo paciente com a agenda do Centro de Diagnóstico.</p> <p>Ao associar a senha a agenda do paciente, a recepcionista deverá iniciar o registro do atendimento do paciente, executando uma pesquisa na base de dados do hospital para verificar se o paciente já possui cadastro na instituição. A pesquisa terá que ser com as seguintes opções: Prontuário (matrícula); Nome; Sobrenome; Data de Nascimento; CPF; Nome da Mãe; A pesquisa deverá permitir preencher um ou mais parâmetros para a busca.</p> <p>O sistema deve permitir a busca fonetizada do paciente.</p> <p>O sistema deverá dispor de pesquisa pela biometria do paciente, podendo configurar qual dedo será utilizado para a realização da busca/pesquisa.</p> <p>Caso não seja encontrado nenhum paciente com as mesmas características no banco de dados o usuário criar o cadastro do paciente. O cadastro de paciente deve ser único em todas as origens de atendimento do hospital e deve possuir configuração de quais campos devem habilitados e quais campos que devem ter seu preenchimento obrigatório por origem de atendimento. O cadastro do paciente de ter no mínimo os seguintes campos: Nome; Nome Social; Nome da Mãe; Nome do Pai; Data de Nascimento; Sexo; Cor; Tipo Sanguíneo; Nome do Cônjuge; Identidade; Órgão Emissor; CPF; Cartão Nacional de Saúde; Estado Civil; Endereço; Número e Complemento; Bairro; Cidade; CEP; Telefone Residencial; Telefone Celular; E-Mail; Local de Trabalho; Profissão; Classe Econômica; Grau de Instrução; Religião; Naturalidade; Nacionalidade; Fotografia do Paciente.</p> <p>O sistema deve possibilitar e permitir integrar o sistema com a base de cadastro do Cartão Nacional de Saúde (CNS) onde o usuário irá informar o CPF e o sistema irá carregar de forma automática as informações armazenadas na base do CNS.</p> <p>Deverá existir a possibilidade de ser configurado/habilitado quais campos terão o preenchimento automático na tela do registro de atendimento, evitando assim que os usuários tenham que preencher alguns campos.</p> <p>O sistema deverá permitir ao usuário realizar após o cadastro ou atualização do cadastro do paciente o registro do atendimento com as seguintes informações: Data; Hora; Médico; Convênio; Plano; Tipo de Atendimento; Serviço; Tipo de Paciente; Local de Procedência; Destino; Especialidade; responsável pelo Paciente; caso o atendimento tenha sido agendado os campos devem ser preenchidos automaticamente com as informações fornecidas no agendamento.</p> <p>Após o registro do atendimento o sistema deverá permitir ao usuário fazer a emissão dos seguintes documentos: Etiqueta de Identificação com Código de Barras; Termo de Responsabilidade.</p> <p>Após o registro do atendimento o sistema deve permitir o usuário registrar o pedido de exames de imagem associado ao atendimento com as seguintes informações: Médico solicitante, setor solicitante, tipo de solicitação e exame (rotina, urgência e emergência).</p> <p>Para os exames agendados o sistema deve carregar automaticamente na tela do pedido os exames que foram previamente agendados pela central de marcação.</p> <p>O sistema deve permitir o registro de atendimentos e do pedido de exames dos pacientes não agendados.</p>		
--	--	--

	<p>O sistema deverá no momento de o pedido gerar automaticamente a data de previsão de entrega do exame de acordo com a quantidade de dias configurada no cadastro do exame.</p> <p>O sistema deverá emitir o comprovante de exames.</p> <p>O sistema deve abrir automaticamente no faturamento a conta do paciente e fazer o lançamento dos procedimentos na fatura BPA, identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e setor executante.</p> <p>O sistema deve lançar automaticamente os procedimentos correspondentes na conta do paciente no módulo de faturamento de AIH identificando o procedimento, o prestador, data, horário, quantidade e setor executante.</p> <p>O sistema deve permitir o registro de atendimentos e dos pedidos de exames dos pacientes que não foram agendados.</p> <p>O sistema deve estar totalmente integrado ao prontuário eletrônico do paciente, podendo o médico acessar ao laudo ou as imagens que foram geradas na realização do exame.</p> <p>O sistema deve possuir tela para o registro do laudo do exame realizado.</p> <p>O sistema deve possuir mecanismo para registrar a revisão do laudo do exame.</p> <p>O sistema deve possuir tela para fazer a emissão do laudo.</p> <p>O sistema deve mudar automaticamente de status de acordo com as etapas realizadas no processo de realização, revisão, impressão e entrega do laudo.</p> <p>O sistema deve dispor de tela para registrar a entrega dos exames aos pacientes ou acompanhantes.</p> <p>O sistema deve possuir tela para fazer o registro dos gastos de materiais e medicamento utilizados na execução do exame.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para registrar a exclusão do pedido de exames.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para registrar a exclusão do laudo do exame.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para registrar e apresentar a notificação dos laudos alterados.</p> <p>O sistema deve disponibilizar os seguintes relatórios: Atendimentos por Período; Atendimentos por Empresa; Atendimentos por Médico; Atendimentos por Cidade; Atendimentos por Bairro; Atendimentos por Especialidade; Atendimentos por Serviço; Atendimentos por Usuário; Consultas Atendidas x Faturadas.</p> <p>O sistema deverá gerar um alerta para médico assistente no PEP que o exame de imagem já foi laudado e está liberado para consulta no PEP</p> <p>O sistema deverá possibilitar o usuário registrar a execução do exame, informando o médico ou o técnico que foi o responsável pela realização do exame.</p> <p>O sistema deverá possibilitar ao usuário registrar os gastos com materiais e medicamentos durante a execução do exame e realizando a baixa automática dos itens utilizados no sub-estoque do setor de diagnóstico de imagem.</p>		
103	<p>Gestão de Estoque</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro das espécies dos produtos no mínimo em 3 (três) níveis.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de fornecedores com as seguintes informações: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Constituição, Nacionalidade, CNPJ, CNPJ Matriz, Número do Contribuinte, Insc. Estadual, Insc. Municipal, Inscrição INSS, CEP, Endereço, Tipo (física ou jurídica), Ramo de Atividade, Contatos, Contrato, Tipo de Atividade, Formas de Comunicação, dados Bancários, Dados de Internet, impostos, contratos, conta contábil, formas de</p>		

	<p>comunicação, dados bancários, documentos e endereço de cobrança.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de serviços com o código, descrição e unidade.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Produto com as seguintes informações: Código, Descrição, Descrição Resumida, Kit, Tipo de Produto, Unidade, Sexo, Código SIAF, SIAGEM, SIAFEM, Espécie, Classe, subclasse, Controle de Curva ABC, Controle de Lote, Controle de Validade, Etiqueta de Código de Barras, Etiqueta em Série, Procedimento relacionado, Permite Bloqueio de Compras, Permite o Bloqueio de Movimentação, Caráter, Padronizado, Lista (portaria 344/98), código DCB, Se necessita de Preparo, Se necessita de acondicionamento em geladeira, caráter, se é um item de roupa, Atividade, Código do Produto NCM, Vigência NCM, Unidades Substitutas, Especificação, Substituições, Portaria, Fabricantes, Estoque Mínimo, Ponto de Pedido, Estoque Máximo, Tempo de Reposição, Classificação XYZ, Classificação na Curva ABC, Estabilidade do produto após aberto, substâncias do produto, anexos (documentos).</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro do Ramo de Atividade com código e descrição.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro da Condição de Pagamento com código, descrição e percentual de cada parcela.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Motivos de Pedidos de Compras.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Motivos de Cancelamento de Compras.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Justificativas da entrada de produtos sem ordem de compra.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Compradores com código, nome e usuários associados ao comprador.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Tipos de Empenho.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro do Tipo de Atividades.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro do Tipo de Modalidades.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Serviços.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Produtos.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de Fornecedores x Ramos de Atividades.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de perguntas de avaliação do fornecedor.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de respostas as perguntas de avaliação do fornecedor.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração de fórmula de avaliação do fornecedor.</p> <p>O sistema deve permitir realizar a configuração ranking de avaliação do fornecedor.</p> <p>O sistema deve utilizar a metodologia ABC x XYZ para a definição e cálculo do estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras.</p> <p>O sistema deve classificar automaticamente o produto na curva ABC, baseando-se nas movimentações da quantidade de consumo e custo.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o ponto de pedido baseado nos critérios ABC x XYZ e o tempo de reposição.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o estoque mínimo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para a reposição.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o estoque máximo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de</p>		
--	--	--	--

	<p>dias configurados para o cálculo e a sugestão de compras.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente a sugestão de compras do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo de compras.</p> <p>Cadastro do nível hierárquico de autorização no mínimo em dois níveis com a definição dos valores máximos para autorização.</p> <p>Configurar usuários x privilégio de autorização.</p> <p>Configurar fornecedor x condição de pagamento.</p> <p>Configurar o critério de escolha do vencedor da cotação de preços nos seguintes critérios: menor preço, prazo de entrega, condição de pagamento, preço e prazo de entrega e preço e condição de pagamento.</p> <p>Registrar o cadastro de solicitação de compras de produtos de maneira eletrônica com as seguintes informações: Data máxima, setor, comprador, motivo do pedido, estoque de referência, produto, unidade e quantidade.</p> <p>Registrar o cadastro de solicitação de compras de serviços de maneira eletrônica com as seguintes informações: Data máxima, setor, comprador, motivo do pedido, estoque de referência, serviço e descrição do serviço detalhada.</p> <p>O sistema também deve ter a opção de gerar automaticamente na solicitação de compras os produtos e as respectivas quantidades para os produtos de acordo com a sugestão de compra e o estoque máximo.</p> <p>O sistema deve possuir recurso que libere/entregue a solicitação para o setor de compras de maneira automática.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de recurso para os usuários com alçada possam autorizar de maneira eletrônica uma solicitação antes da mesma ser entregue ao setor de compras.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário fazer o cancelamento da solicitação de compras informando o motivo.</p> <p>O sistema deve disponibilizar fazer o agrupamento de duas ou mais solicitação de compras em uma única solicitação.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de recurso para que o setor de compras faça o registro do recebimento eletrônico da solicitação de compras pelos setores e os almoxarifados.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para o usuário fazer a abertura do processo de licitação com as seguintes informações: Nr. do Processo, Data e Hora da abertura, Tipo de Atividade, Tipo de Empenho, Modalidade, Tipo de Modalidade, Tipo, Data da Licitação, Hora da Licitação, Nr. da Licitação, Valor Estimado, Conta, Rubrica, Fonte de Recurso, Detalhes, Produtos da Licitação, Unidade e Quantidade.</p> <p>Registrar a estimativa de preços com as seguintes informações: solicitação, número do processo, setor, motivo, fornecedor, data da coleta, data da validade, condição de pagamento, Valor da coleta de preço, produto, unidade, valor unitário e valor total.</p> <p>Registrar a marcação da licitação com as seguintes: código, modalidade, data da licitação, data da abertura do processo, hora da abertura, valor estimado, tipo de empenho, tipo da licitação, e equipe do pregão.</p> <p>O sistema deve permitir que a partir do recebimento da solicitação eletrônica de compras, possa ser enviado e-mail de cotação de forma automática para todos os fornecedores cadastrados no sistema ou selecionados pelo usuário ou de acordo com o ramo de atividade do fornecedor e a atividade do produto.</p> <p>O sistema deve permitir que sejam registradas as coletas de preços enviadas pelos fornecedores com as seguintes informações: Nr. da Solicitação de Compra, Fornecedor, Data da Coleta, Validade da Cotação, Condição de Pagamento, Dias de Entrega, Valor da Coleta, Valor do Frete, Valor do ICMS, Valor de Desconto, Produto, Marca, Fabricante, Unidade, Qtde Cotada, Valor Unitário e Valor Total.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário possa fazer a emissão do relatório de Mapa de Compra, Fornecedores da Cotação, Quadro De-</p>		
--	---	--	--

	<p>monstrativo, Resumo das Coletas de Preço e Sugestão de Preço.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário fazer a formação da ordem de compra a partir das cotações/coletas de preços enviadas pelos fornecedores. No processo da formação da ordem de compra o sistema deve carregar/ apresentar em tela de forma automática todos os fornecedores que enviaram as cotações, os preços, as quantidades e o valor unitário e o valor total por produto da respectiva solicitação selecionada.</p> <p>O usuário poderá selecionar o critério para definir o vencedor do processo de compras, sendo que os critérios de escolha devem ser no mínimo: menor preço, prazo de entrega, condição de pagamento, preço e prazo de entrega e preço e condição de pagamento.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário alterar o vencedor da cotação, mas caso seja diferente do vencedor selecionado pelo sistema de acordo com o critério deverá ser justificado o motivo da troca.</p> <p>O sistema irá gerar a ordem de compra automaticamente a partir da formação da ordem de compra.</p> <p>O sistema deve permitir o registro eletrônico da autorização da ordem de compra de acordo com as alçadas e limites de autorização dos usuários.</p> <p>O sistema deve permitir o cancelamento total ou parcial de uma ordem de compra onde o motivo do cancelamento deve ser informado pelo usuário.</p> <p>O sistema deve dispor de opção para que seja cadastrada uma ordem de compra diretamente sem a necessidade de ela ser gerada a partir de uma solicitação de compra ou de uma formação baseada em uma cotação de preços.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de opção para registrar a adjudicação da Ordem de Fornecimento.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de opção para registrar a homologação da Ordem de Fornecimento.</p> <p>O sistema deve disponibilizar recurso no sistema que permita o registro e o controle de contratos de fornecimento de produtos ou serviços.</p> <p>O sistema deve possibilitar o usuário realizar uma estimativa de preços de produtos ou serviços para cada fornecedor, a partir de uma solicitação de compra cadastrada.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário efetuar a abertura de um processo de licitação de produtos e serviços. Deve-se cadastrar as informações referentes à licitação, e as condições determinadas pelo hospital para realizar esta licitação.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário efetuar a marcação da licitação de produtos e serviços. Deve-se cadastrar as informações referentes à licitação, tais como modalidade, data e hora, N° do Processo, Hora de Abertura, N° do Processo, Valor Estimado e Equipe do Pregão.</p>		
104	<p>Cadastro das espécies dos produtos no mínimo em 3 (três) níveis.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de fornecedores com as seguintes informações: Razão Social, Nome Fantasia, Tipo de Constituição, Nacionalidade, CNPJ, CNPJ Matriz, Número do Contribuinte, Insc. Estadual, Insc. Municipal, Inscrição INSS, CEP, Endereço, Tipo (física ou jurídica), Ramo de Atividade, Contatos, Contrato, Tipo de Atividade, Formas de Comunicação, dados Bancários, Dados de Internet, impostos, contratos, conta contábil, formas de comunicação, dados bancários, documentos e endereço de cobrança..</p> <p>Cadastro de Estoque com a definição do código, nome, tipo, se utiliza controle por código de barras, se utiliza endereçamento de produtos e setor, se utiliza o processo de conferência na entrada, se executa processo de manipulação de produtos, se usa dispensário eletrônico e se checa saldo no estoque.</p> <p>O sistema deve permitir realizar o cadastro de Produto com as seguintes informações: Código, Descrição, Descrição Resumida, Kit, Tipo de Produto, Unidade, Sexo, Código SIAF, SIAGEM, SIAFEM, Espécie, Classe, subclasse, Controle de Curva ABC, Controle de</p>		

	<p>Lote, Controle de Validade, Etiqueta de Código de Barras, Etiqueta em Série, Procedimento relacionado, Permite Bloqueio de Compras, Permite o Bloqueio de Movimentação, Caráter, Padronizado, Lista (portaria 344/98), código DCB, Se necessita de Preparo, Se necessita de acondicionamento em geladeira, caráter, se é um item de roupa, Atividade, Código do Produto NCM, Vigência NCM, Unidades Substitutas, Especificação, Substituições, Portaria, Fabricantes, Estoque Mínimo, Ponto de Pedido, Estoque Máximo, Tempo de Reposição, Classificação XYZ, Classificação na Curva ABC, Estabilidade do produto após aberto, substâncias do produto, anexos (documentos).</p> <p>Solicitação de Cadastro do Produto Novo com as informações e especificações do produto.</p> <p>Disponibilizar tela para receber a Solicitação de Cadastro do Produto Novo com as informações e especificações do produto.</p> <p>Disponibilizar tela para a liberação de Cadastro do Produto Novo após a validação do setor competente.</p> <p>Cadastro de Unidade de Estocagem de Movimentação de produtos com fator de conversão para a unidade de referência.</p> <p>Cadastro de localização dos estoques endereços das prateleiras.</p> <p>Cadastro dos Motivos de Baixa.</p> <p>Cadastro de Tipos de Documento.</p> <p>Cadastro dos Motivos de Devoluções.</p> <p>Cadastro das Cotas de Reposição de Produtos ao Estoque.</p> <p>Configuração das Etiquetas de Código de Barras.</p> <p>Cadastro dos motivos de divergência no atendimento do estoque.</p> <p>Cadastro de Motivos de Saídas para Fornecedor.</p> <p>Cadastro de Kits de Produtos.</p> <p>Cadastro de Fórmulas para o processamento de novos produtos a partir da composição de dois ou mais produtos.</p> <p>Cadastro de Portarias da Vigilância Sanitária e seus produtos.</p> <p>Cadastro das Listagens das Portarias da Vigilância Sanitária.</p> <p>Cadastro de Ações Terapêuticas, Substância e seus produtos, Laboratório/Fabricante e seus produtos, cadastro de grupos de tratamentos e seus produtos, cadastro de palavras-chaves e cadastro de produtos e DEF.</p> <p>Utilizar a metodologia ABC x XYZ para a definição e cálculo do estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras.</p> <p>O sistema deve classificar automaticamente o produto na curva ABC, baseando-se nas movimentações da quantidade de consumo e custo.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o ponto de pedido baseado nos critérios ABC x XYZ e o tempo de reposição.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o estoque mínimo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para a reposição.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente o estoque máximo do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo e a sugestão de compras.</p> <p>O sistema deve calcular automaticamente a sugestão de compras do produto, baseado na classificação ABC x XYZ e a quantidade de dias configurados para o cálculo de compras.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de espécie de produto x estoque.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de usuários x estoque.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de usuários x espécie.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de operações que podem ser realizadas por usuário e por estoque.</p> <p>O sistema deve disponibilizar a configuração de etiquetas de código</p>		
--	---	--	--

	<p>gos de barras.</p> <p>Registro da entrada de produtos através da entrada por nota fiscal, onde o usuário, ao informar a ordem de compras, estando a mesma autorizada, o sistema carrega de forma automática na tela de registro de entrada de produtos todas as informações negociadas como fornecedor tais como: Valor da Compra, Fornecedor, Estoque de Entrada, CFOP, Frete, Produto, Valor Unitário, Qtde Entrada, Valor Unitário e Valor total. O usuário terá que somente fazer o registro do número da nota fiscal, a data de emissão e os lotes e as respectivas datas de vencimento deles.</p> <p>Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por doação.</p> <p>Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por vale.</p> <p>Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por empréstimo.</p> <p>Registro da entrada de produtos no estoque através da entrada por produção (reprocessamento ou manipulação).</p> <p>Registro da entrada de serviços através da entrada por nota fiscal de prestação de serviços.</p> <p>Registro da entrada de produtos consignados no estoque sem nota fiscal de consumo.</p> <p>O sistema deve permitir registrar a baixa de vales, ou seja, após uma entrada por vale, o fornecedor poderá enviar ao final de um período uma nota fiscal, nesse momento o usuário irá selecionar o fornecedor o sistema irá executar uma busca de quais vales estão em aberto. Após a busca o usuário relaciona quais vales em aberto estão relacionados a NF de consumo e fazendo nesse momento a baixa dos vales.</p> <p>O sistema deverá disponibilizar opção para criar uma solicitação eletrônica de produtos ao estoque para as seguintes opções: saída para consumo de setor, saída para consumo do paciente, transferência entre estoques, gasto de sala e saída entre empresas.</p> <p>As solicitações de produtos devem ser apresentadas em tela para o atendimento e a dispensação, pois a partir desta opção o almoxarifado irá registrar/confirmar a dispensação.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do setor e o lançamento no custo do setor.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do paciente onde o lançamento no custo será no atendimento do paciente e no setor de consumo.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a saída de produtos para consumo do gasto de sala, onde o lançamento do custo será no aviso de cirurgia e no atendimento do paciente e no setor de consumo.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a transferência de produtos entre estoques, onde não serão lançados nenhum custo neste momento, somente ocorrerá a transferência dos valores e das quantidades dos produtos, atualizando automaticamente o saldo do produto no estoque de destino.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de recurso para registrar a saída de empréstimo.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de recurso para registrar a saída de produtos para fornecedor.</p> <p>O sistema deve gerar automaticamente a solicitação de produtos para o paciente a partir do fechamento da prescrição eletrônica no prontuário eletrônico do paciente.</p> <p>O sistema deverá disponibilizar opção para criar uma solicitação eletrônica de devolução de produtos ao estoque para as seguintes opções: devolução de saída para consumo de setor, devolução de saída de produto para consumo do paciente; Devolução de Saída de Consumo de Gasto de Sala.</p> <p>As solicitações de devolução de produtos devem ser apresentadas em tela para o atendimento e a confirmação de devolução, pois a partir desta opção o almoxarifado irá registrar/confirmar a devolução</p>		
--	--	--	--

	<p>do produto ao estoque.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do setor com o lançamento do motivo da devolução.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do paciente com o lançamento do motivo da devolução.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos que saíram para consumo do gasto de sala com o lançamento do motivo da devolução.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para registrar a devolução de produtos para fornecedor com o lançamento do motivo da devolução.</p> <p>O sistema deve permitir o registro da baixa de produtos informando o motivo da baixa.</p> <p>O sistema deve permitir o registro da transferência de produtos entre estoques.</p> <p>O sistema deve permitir o registro da confirmação da transferência de produtos entre estoques.</p> <p>O sistema deve permitir o registro da transferência de produtos entre empresas.</p> <p>O sistema deve permitir o registro do recebimento da transferência de produtos entre empresas.</p> <p>O sistema deve possuir opção para o registro da produção de kits de produtos, materiais e medicamentos.</p> <p>O sistema deve possuir opção para o registro da produção de kits de produtos em massa de materiais e medicamentos.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de tela para registrar a confirmação de consumo dos materiais e medicamentos dispensados ao paciente.</p> <p>O sistema deve disponibilizar de tela para o registro de recebimento das solicitações de produtos ao estoque.</p> <p>O sistema deve possuir de opção de liberação e bloqueio pelo farmacêutico da dispensação de materiais e medicamentos para o paciente.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário registrar a abertura de inventário, onde ele pode escolher o almoxarifado, o item ou então a localização ou todos dos produtos de uma determinada espécie, espécie e classe ou espécie, classe e subclasse.</p> <p>O sistema deve permitir o usuário registrar as quantidades das contagens dos produtos em inventário.</p> <p>O sistema deve ter rotina de geração do inventário.</p> <p>O sistema deve ter a rotina da geração do balanço de inventário.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o fechamento do estoque, não permitindo mais após o fechamento transações e operações dentro do período fechado.</p> <p>O sistema deve permitir a realização/execução dos cálculos da curva ABC.</p> <p>O sistema de disponibilizar a realização dos cálculos de estoque mínimo, ponto de pedido e sugestão de compras de acordo com os critérios previamente determinados na configuração.</p> <p>O sistema deve ter opção para fazer o bloqueio de movimentação de itens de estoque de um ou de todos os lotes de um determinado produto.</p> <p>O sistema deve possuir tela para consulta de saldos do estoque do produto.</p> <p>O sistema deve possuir tela para a consulta de dados consolidados do produto.</p> <p>O sistema deve possuir tela para a consulta de produtos críticos.</p> <p>O sistema deve possuir tela para a consulta de consumo de produ-</p>		
--	---	--	--

	<p>tos por setor.</p> <p>O sistema deve dispor de processo para importar todos os arquivos XML emitidos contra o hospital e que estão disponíveis no portal da SEFAZ.</p> <p>O sistema deve ter a possibilidade de entrada de NF todas as informações da do arquivo XML importado do portal da SEFAZ</p> <p>O sistema deve possibilitar utilizar o processo de conferência na entrada de produtos quando o estoque estiver habilitado para este processo. Esse processo irá permitir o usuário cadastrar a abertura de conferência de produtos para maior controle das entradas de produtos informando a OC o sistema carrega de forma automática todos os itens relacionados a OC.</p> <p>O sistema deve possuir tela que permita o usuário pesquisar, conferir, validar, cancelar e excluir as conferências de produtos cadastradas, de acordo com o seu status. Os estoques que estiverem cadastrados para usar conferência só irão permitir a entrada após o registro de conferência.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para que a devolução possa ser realizada somente com a leitura do código de barras, ficando o sistema responsável em carregar os dados do produto e o paciente que foi dispensado sem a necessidade de estar identificando o mesmo no processo de devolução. Esse recurso só pode ser possível caso o processo de código de barras sem série esteja ativo.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa fazer a conciliação de empréstimo concedidos e recebidos.</p> <p>O sistema deve realizar a comunicação e a impressão das etiquetas do processo de unitarização dos medicamentos. Os arquivos gerados pela unitarização no sistema serão enviados ao equipamento selecionado para que ele leia o arquivo e execute o processo de unitarização de forma automática.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa confirmar o recebimento de produtos vindos de outro estoque, inclusive por leitura de código de barras. A confirmação do recebimento pode ocorrer de forma parcial ou total.</p> <p>O sistema deve possuir recurso para que o usuário possa solicitar o fracionamento dos produtos para que possam ser autorizadas pelo farmacêutico.</p> <p>O sistema deve possibilitar registrar a baixa dos produtos de um estoque que tenham sido extraviados, quebrados, tenham vencido etc.</p> <p>O sistema deve possibilitar que o usuário possa confirmar o recebimento das solicitações (de produtos ao estoque ou de devolução) após o atendimento pela farmácia.</p> <p>O sistema deve permitir a liberação e/ou bloqueio dos medicamentos que compõem uma solicitação. Nesse processo deve ser possível informar os medicamentos que se encontram aguardando autorização, pendentes, em análise etc.</p> <p>O sistema deve permitir realizar as solicitações de compras com cobertura de estoque em dias, baseando-se na última competência fechada e consolidada no estoque. Os produtos serão carregados de acordo com os parâmetros selecionados e irão gerar uma solicitação de compras de forma automática com os produtos que devem ser comprados por estarem sem cobertura de estoque.</p> <p>O sistema deve possibilitar que sejam carregados no mapa de pacientes todas as medicações que necessitem de preparo. Neste processo o farmacêutico poderá registrar o preparo (manipulação) da medicação de acordo com o que foi prescrito pelo médico, a liberação da medicação preparada para o paciente, emissão das etiquetas de preparo, o descarte ou o reaproveitamento das sobras (overfill). O sistema também deve controlar a estabilidade do produto de acordo com o que foi configurado no cadastro. Caso o tempo tiver sido ultrapassado o sistema deve gerar indicação que o produto manipulado está vencido e permitirá que ele seja descartado. O sistema também deve permitir que possa ser registrado a transferência de um paciente para outro do produto que foi preparado,</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar as características e restrições de armazenamento, que indicam o que poderá ou não ser armazenado num determinado endereço de estoque.</p>		
--	--	--	--

	<p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os endereços de armazenamento dos produtos.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o vínculo entre as espécies de produtos e as características de armazenamento.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o vínculo das características e da restrição de armazenamento com os endereços.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar o endereço do estoque onde os produtos que deram entrada no hospital serão armazenados.</p> <p>O sistema deve dispor de recurso para registrar a etapa de separação de produtos, onde irá permitir ao usuário identificar os produtos e lotes disponíveis, tendo como base a data de validade de cada produto, a partir de uma solicitação de produtos ao estoque.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário reservar endereços para produtos com características especiais.</p> <p>O sistema deve dispor de recursos para acompanhar o romaneio</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os veículos de carga que irão transportar as cargas.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os destinos das cargas que serão transportadas.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário acompanhar o processo de solicitações de romaneio.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar as transportadoras que irão transportar as cargas dos romaneios.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário fazer o registro do romaneio do transporte dos produtos que serão transferidos de uma localidade para outra.</p> <p>O sistema deve permitir ao usuário cadastrar os motoristas que irão transportar as cargas dos romaneios.</p> <p>O sistema deve possibilitar ao usuário pesquisar a utilização dos veículos por período informando todos os romaneios que ele transportou no período.</p>		
105	<p>Patrimônio</p> <p>Cadastro de classificação dos bens patrimoniais em 2 níveis, com o código, descrição e a taxa (%) de depreciação anual.</p> <p>Cadastro de Localizações com código e descrição associada ao setor.</p> <p>Cadastro de Motivos de Baixa dos Bens.</p> <p>Cadastro de Tipo de Aquisição.</p> <p>Permitir a configuração da forma de depreciação dos bens patrimoniais (agrupada ou detalhada).</p> <p>Permitir configurar a forma de cálculo da depreciação (gradativa ou linear).</p> <p>Configurar a classificação contábil dos bens, relacionando-os aos ativos e as depreciações.</p> <p>Permite realizar o tombamento dos bens a partir da entrada da NF no estoque.</p> <p>Cadastro dos bens no momento do tombamento com as seguintes informações: descrição da plaqueta, descrição do bem, número de série, marca, modelo, especificações técnicas, acessórios, tipo de aquisição, espécie, classe, subclasse, classificação, subclassificação, permanente, localização do bem, forma de depreciação, dados da compra, anexar documentos do bem como manuais e outros e tempo de vida útil a partir da taxa de depreciação.</p> <p>O registro do bem patrimonial será pelo setor e a localização física, debitando o custo da depreciação no setor correspondente.</p> <p>A partir do tombamento do bem patrimonial, o sistema irá gerar automaticamente ao setor de manutenção, todas as manutenções preventivas que devem ocorrer dentro do tempo de vida útil do</p>		

	<p>bem tombado.</p> <p>Cadastro de apólices de seguros e os bens segurados nas apólices.</p> <p>Registro de Baixa dos Bens Patrimoniais e os motivos da baixa.</p> <p>Permite agregar um ou mais bens patrimoniais a um bem.</p> <p>Reavaliar um bem patrimonial, informando o novo tempo de vida útil e recalculando automaticamente a taxa de depreciação anual.</p> <p>O sistema deve permitir a importação dos bens patrimoniais a partir de uma planilha previamente estruturada.</p> <p>O sistema deve calcular a projeção de depreciação do bem patrimonial a partir das taxas previamente estabelecidas no seu tombamento/cadastro.</p> <p>O sistema deve realizar a depreciação do bem patrimonial a partir das taxas previamente estabelecidas no seu tombamento/cadastro.</p> <p>Registro da movimentação dos bens patrimoniais entre setores e localidades, armazenando todo o histórico das movimentações.</p> <p>Geração e emissão de planilha de conferência dos bens por setor e localidade para realização do inventário físico dos bens patrimoniais.</p> <p>Emissão de relatórios do balanço patrimonial, de depreciações realizadas, de inventário de bens por setor, baixas de bens por motivo.</p>		
106	<p>Faturamento SUS – Internação (AIH)</p> <p>Controlar automaticamente as regras de validação do SUS para cada procedimento, possibilitando uma checagem automática no momento do lançamento e execução dos procedimentos e do fechamento da conta.</p> <p>Consultar o demonstrativo de AIH's por complexidade e financiamento, permitindo filtrar por uma ou mais remessas e discriminar por grupo, subgrupo e procedimentos SUS. O relatório exibe informações como: a AIH, o procedimento realizado, o período bem como o total da conta e a complexidade.</p> <p>Definir e validar critérios e normas do SUS no momento da entrada dos dados referentes aos procedimentos realizados.</p> <p>Emitir a produção e o consequente faturamento de cada profissional, com a opção de periodicidade diária, semanal e mensal.</p> <p>Exportar arquivo de remessa no formato/layout padrão do SI-SAIH01.</p> <p>Exportar as informações necessárias para o sistema SIHD2, SI-SAIH01 segundo o layout definido pelo Ministério da Saúde.</p> <p>Importar informações dos sistemas: SIA, SCENES, SIGTAP, SIHD2, SISAIO1, e-SUS, necessárias à emissão de relatórios gerenciais.</p> <p>Integrar com o módulo de prontuário eletrônico do cidadão onde todos os exames solicitados e realizados, procedimentos realizados e prescritos, medicamentos solicitados e dispensados cairão automaticamente na conta do paciente, assim como se realizar o cancelamento estes sairão automaticamente da conta.</p> <p>Manter rotina de atualizar o banco de dados utilizado pelo módulo, com as informações disponibilizadas pelo DATASUS/Ministério da Saúde (tabelas e arquivos).</p> <p>Manter rotina de importar as Tabelas do SIGTAP, possibilitando as atualizações.</p> <p>Realizar a digitação do Laudo AIH e impressão no formato e layout do Ministério da Saúde.</p> <p>Registrar o laudo médico para emissão de AIH, que requisita uma autorização de internação hospitalar. Nesse relatório constam informações a respeito do estabelecimento solicitante, dados do paciente, o laudo técnico, justificativa da internação, entre outros dados.</p> <p>Registrar os dados necessários para faturamento e verificar critério de críticas conforme normas do SUS.</p> <p>O sistema deve permitir serem cadastradas as faixas de AIH's dis-</p>		

	ponibilizadas pela SES para a Unidade Hospitalar por competência.		
107	<p>Manutenção</p> <p>Gerenciar as manutenções corretivas e preventivas relativas à estrutura física da instituição e equipamentos clínicos (Engenharia Clínica).</p> <p>Cadastro de serviços com código, descrição, peso, unidade, hora máxima, hora mínima, categoria do serviço e oficina responsável pela realização do serviço.</p> <p>Cadastro de especialidade de serviços de manutenção.</p> <p>Cadastro de funcionários da manutenção e as especialidades de serviços deles, as escalas de trabalho e o valor da hora/homem.</p> <p>Cadastro dos tipos de OS.</p> <p>Cadastro dos Motivos de Serviços.</p> <p>Cadastro de Checklist de manutenção com a programação de todos os serviços a serem executados.</p> <p>Permitir registrar as solicitações de manutenção corretiva com informações tais como, nome do solicitante, data que o solicitante deseja que seja realizada a manutenção, escolha do padrão de manutenção (Unidade, equipamento/item, local, problema e grupo profissional).</p> <p>Permite programar a data de realização da manutenção e visualizar a agenda dos profissionais que poderão realizar a mesma.</p> <p>Realização das requisições de itens necessários para manutenção no estoque de forma integrada com o módulo de Requisição de Estoque e Almoxarifado.</p> <p>Permite fazer uma solicitação para compra de um item que não tem no almoxarifado, sendo que a solicitação está ligada à ordem de serviço que necessitou da compra.</p> <p>Realização dos cadastros referentes a um item/equipamento, tais como: grupo de manutenção que atende este item, unidade e local que pertence, número de patrimônio, grupo de manutenção que atende este item, checklist (EPIs, procedimentos, peças, ferramentas etc.) necessários para manutenção do item/manutenção, cadastro dos problemas que ocorrem e permitir anexar documentos como, por exemplo, manual.</p> <p>Permitir cadastrar o dicionário de avaliação possibilitando a flexibilidade no Checklist para avaliação dos equipamentos/itens.</p> <p>Relacionar fornecedores homologados para cada equipamento, sendo realizada para serviços de manutenção terceirizados.</p> <p>Possibilitar a realização de pesquisas das manutenções efetuadas durante determinado período, em que status a manutenção se encontra (solicitada, programada ou concluída) e detalhes da manutenção como grupo, nome solicitante, local, problema etc.</p> <p>Permitir a visualização da relação de patrimônios e a periodicidade da realização da manutenção preventiva de cada um, para que se possa programar as manutenções.</p> <p>Possibilidade de consultar a relação de equipamentos por diversas formas de filtro (descrição, garantia, fornecedor, marca, número de patrimônio etc.).</p> <p>Permitir agregar bens a algum bem já cadastrado, fazer transferências para outras unidades, visualizar informações tais como número da Nota Fiscal, valor, garantia, fornecedor, entre outras informações.</p> <p>Possibilitar a realização de consulta às manutenções preventivas pendentes, em processo de realização ou realizadas de um equipamento em um determinado período. Além da consulta, é possível programar manutenções já existentes.</p>		
108	Lavanderia e Rouparia		

	<p>Cadastro de peças do enxoval com o código, descrição, tamanho e peso.</p> <p>Cadastro de tipos de kits de enxoval com o código, descrição.</p> <p>Cadastro de composição dos kits com o código, descrição, peças e quantidade de peças.</p> <p>Cadastro dos tipos de entradas do enxoval no estoque da rouparia.</p> <p>Cadastro dos motivos de baixa das peças da rouparia.</p> <p>Cadastro de cotas de peças e kits para serem enviadas para as unidades de internação.</p> <p>Cadastro de cotas de peças e kits para serem enviadas para os setores.</p> <p>Registro das saídas de roupas dos setores e unidades de internação para a lavanderia, seja ela externa ou interna, com o registro separado do peso da sujidade leve e da sujidade pesada das roupas que serão enviadas pelo setor.</p> <p>Registro das entradas de roupas na rouparia, oriundas da lavanderia, seja externa ou interna, onde o usuário informa as peças, as quantidades e de acordo com as peças e as quantidades o sistema calcula o peso.</p> <p>Registro das saídas de roupas da rouparia para os setores e as unidades de internação, nesta operação devem ser informados o setor, a unidade de internação, as peças, os kits e as respectivas quantidades, de acordo com as peças e as quantidades o sistema calcula automaticamente o peso enviado para o setor ou unidade de internação.</p> <p>Registro das entradas das peças de roupas na rouparia por compra ou outro tipo de composição.</p> <p>Registro das baixas das roupas da rouparia.</p> <p>O sistema deve permitir a consulta das saídas para a lavanderia.</p> <p>O sistema deve permitir a consulta das pendências da lavanderia.</p> <p>O sistema deve permitir a consulta dos saldos de peças da rouparia.</p>		
109	<p>Central De Material Esterilizado</p> <p>Cadastro dos tipos de embalagens com código e descrição.</p> <p>Cadastro das máquinas esterilizadoras.</p> <p>Cadastro dos tipos de instrumentais com código, descrição, tempo de esterilização e temperatura.</p> <p>Cadastro dos tipos de caixas cirúrgicas com código, descrição, tempo médio de esterilização, tempo de volume de produção e quantidade de componentes.</p> <p>Cadastro dos tipos de esterilização.</p> <p>Cadastro das localidades do arsenal com código, corredor, prateleira, armário e box.</p> <p>Cadastro do Motivo de Cancelamento.</p> <p>Cadastro do Composição de Kits com descrição, tipo de embalagem, setor principal, tipo de instrumental, tipo de esterilização, instrumentais e fotos dos instrumentos de composição, localização do arsenal, qtd de etiquetas para preparo e etiquetas para esterilização.</p> <p>Cadastro de Composição de Caixas Cirúrgicas.</p> <p>Cadastro dos instrumentais cirúrgicos.</p> <p>Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no expurgo.</p> <p>Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no processo de desinfecção.</p> <p>Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no processo de preparo.</p> <p>Registrar a entrada da caixa e os respectivos instrumentais no pro-</p>		

	<p>cesso de esterilização.</p> <p>Registrar a digitação dos testes físico, químico e biológico.</p> <p>Registrar a entrada das caixas e os respectivos instrumentais ou dos instrumentais no arsenal.</p> <p>Registrar a transferência das caixas e os respectivos instrumentais ou somente os instrumentais para o centro cirúrgico.</p>		
110	<p>Sistema De Atendimento ao Cliente</p> <p>Cadastro de Níveis de Chamado.</p> <p>Cadastro dos Receptores de Chamados.</p> <p>Cadastro das Situações de Chamados.</p> <p>Cadastro dos Tipos de Chamados.</p> <p>Cadastro dos Motivos de Chamados.</p> <p>Cadastro de Meios de Contato.</p> <p>Cadastro de Origens da Solicitação.</p> <p>Cadastro de Tipos de Local.</p> <p>Configuração de Usuários x Setor de Chamado.</p> <p>Permitir o Registro da abertura de chamados.</p> <p>Permitir cadastrar os documentos de chamado.</p> <p>Permitir executar o gerenciamento de chamados.</p> <p>Registrar a exclusão de chamados.</p> <p>Permitir registrar a resposta da solicitação de parecer aos setores.</p> <p>Realizar a consulta de chamados abertos.</p> <p>Emitir relatórios estatísticos de origens de chamados, meio de abertura, origem de chamado x tipo de chamado, níveis de chamado, motivos de chamado e tipos de chamado.</p>		
111	<p>Portaria E Controle De Acesso</p> <p>O sistema deve permitir registrar a entrada de acompanhantes e visitantes para o paciente que está hospitalizado. No registro deve permitir informar dados como paciente a ser visitado ou acompanhado, grau de parentesco, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, observações dos acompanhantes ou visitante, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do visitante/acompanhante.</p> <p>O sistema deve permitir registrar a entrada de fornecedores e prestadores. No registro deve permitir informar dados como nome do prestador/fornecedor, telefone de contato, documento de identificação, responsável pela autorização e liberação do acesso, observações do fornecedor/prestador, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do fornecedor/prestador.</p> <p>O sistema deve permitir registrar a entrada de pacientes. No registro deve permitir informar dados como nome do paciente, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, setor de destino e observações do paciente, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do paciente.</p> <p>O sistema deve permitir registrar a entrada de acompanhantes de pacientes que possuem procedimentos agendados na Unidade Hospitalar. No registro deve permitir informar dados do paciente que está sendo acompanhado, dados do acompanhante, grau de parentesco, telefone de contato, documento de identificação responsável pela autorização e liberação do acesso, observações dos acompanhantes ou visitante, número do crachá e registro da imagem (fotografia) do acompanhante.</p> <p>O sistema deve possibilitar fazer a emissão da etiqueta do visitante ou acompanhante com código de barras e dados de identificação.</p> <p>O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação dos acompanhantes e visitantes.</p> <p>O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação</p>		

	<p>dos prestadores/fornecedores.</p> <p>O sistema deve permitir a realização da consulta de movimentação dos pacientes.</p> <p>O sistema deve permitir o registro da saída dos visitantes, acompanhantes, prestadores, fornecedores e pacientes.</p>		
112	<p>Gestão De Usuários e Controle De Acesso</p> <p>Cadastro dos sistemas.</p> <p>Cadastro dos módulos que compõem o sistema.</p> <p>Cadastro de perfis/papel de usuários com a definição dos módulos, telas e relatórios que eles terão acesso.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração das diretivas de segurança para a criação e definição de senhas.</p> <p>Permitir a criação de usuários e a definição dos papéis de acesso dos respectivos usuários.</p> <p>Permitir a desativação de usuários do sistema.</p> <p>O usuário poderá ter um ou mais papéis definidos simultaneamente.</p> <p>Permitir a mudança de senha.</p> <p>Permitir a alteração de senha.</p> <p>Configurar os usuários por empresa.</p> <p>Configurar os usuários por setor ou unidade de internação.</p> <p>Configurar os usuários por almoxarifado.</p> <p>Configurar os usuários por SAME.</p> <p>Configurar os usuários por setores de diagnóstico.</p> <p>Configurar tabelas e as colunas que serão auditadas.</p> <p>Configurar as operações que serão auditadas junto as tabelas.</p> <p>O sistema deve disponibilizar tela para a consulta de auditoria das tabelas que sofreram alterações no conteúdo.</p>		
113	<p>Gestão Estratégica</p> <p>Possibilitar que os relatórios sejam criados pela equipe da SMS sem necessitar de solicitação da licitante.</p> <p>O módulo deverá possibilitar a ordenação por qualquer dos campos existentes a qualquer momento pelo próprio usuário.</p> <p>Possibilitar ao usuário realizar somatórias de campos, conforme suas necessidades.</p> <p>Permitir a criação de gráficos personalizados dos relatórios.</p> <p>Permitir que cada usuário salve e personalize os seus próprios relatórios.</p> <p>Permitir a exportação das informações para formatos PDF, TXT e XLS.</p> <p>Permitir que se crie para cada relatório regras de validação e somatórias para os diversos campos existentes no relatório.</p> <p>O sistema deverá possuir ferramentas que permita analisar as informações do hospital e as transforme em indicadores interativos, que auxiliarão na geração de previsões e cenários futuros, controle e otimização das receitas e custos, contribuindo na tomada de decisões e expansão dos negócios.</p> <p>Deverá ser possível a criação de filtros para os indicadores, a partir de dados Assistenciais, Financeiros, de Produção e de Suprimentos dentro de um período selecionado.</p> <p>O sistema deverá possuir tela interativa que mostre de forma on-line a evolução dos indicadores.</p> <p>O sistema deverá permitir indicar parâmetros de conformidade (mínimo e máximo) para cada indicador.</p> <p>O sistema deverá possuir marcação sobre o atual estado do indicador, demonstrando se a informação contida no mesmo está dentro</p>		

	<p>de padrões de normalidade, em estado de atenção ou em estado de alerta.</p> <p>O Sistema deverá permitir a geração de Informações gerenciais e estatísticas, através do acesso a diversas informações relativas ao Atendimento e à produção das unidades e dos Médicos.</p> <p>Permite controlar a produção fornecendo os principais indicadores em determinados períodos, fornecendo os índices de ocupação de cada unidade em relação à ocupação e sua própria ocupação.</p> <p>O Sistema deverá informar também os índices de Atendimento de cada Médico, especialidade em relação ao período escolhido, criando assim, uma importante ferramenta para a negociação, em cima de dados reais de produção.</p> <p>O sistema deverá permitir que se tracem estratégias para aumentar, diminuir ou mudar o perfil da ocupação de acordo com os interesses da Instituição.</p> <p>Deverá ser possível acessar informações de todas as estatísticas e indicadores institucionais, fornecendo taxas de ocupação, número de Pacientes/dia, leitos/dia, média de permanência, taxas de mortalidade, rotatividade dos leitos, número de internações e saídas, morbidade, procedência. Seja por unidades, Médicos, especialidade.</p> <p>O sistema deverá permitir que sejam parametrizados relatórios sobre as diversas atividades relacionadas ao atendimento dos pacientes nas diversas unidades.</p> <p>O sistema deverá permitir a geração de análises críticas de evolução dos indicadores.</p> <p>O sistema deverá permitir a geração de painéis atualizáveis para gestão à vista em televisores.</p>		
114	<p>Gestão De Documentos</p> <p>Permitir criar uma formalização de manipulação dos documentos.</p> <p>Possibilitar ao gestor uma Criação de estrutura de armazenamento dos documentos (repositórios e pastas).</p> <p>Permitir a disponibilização de todo um controle de segurança de acesso aos repositórios e pastas.</p> <p>Permitir a criação de ciclo de vida do documento (verificação, aprovação e publicação) com pessoas responsáveis para cada fase.</p> <p>Permitir a visualização gráfica do atual status do ciclo de cada documento.</p> <p>Permitir a visualização de forma fácil do Histórico de toda vida do documento.</p> <p>Possibilitar fácil bloqueio de impressão e download dos documentos.</p> <p>Permitir um único controle de segurança para todos os sistemas para todos os sistemas.</p> <p>Permitir a integração com a norma ISO9000 criando categorias que permitem a numeração automática dos documentos.</p> <p>Permitir a associação de palavras chaves ao documento criando um sistema dinâmico de buscas.</p> <p>Permitir o controle de documentos externos (vídeos, planilhas, documentos, PDF) a central de documentos.</p> <p>Permitir a criação de documentos internos com editor próprio.</p> <p>Possibilitar a criação de um sistema de alertas.</p> <p>Permitir a geração de uma visualização das pendências (verificação, aprovação e publicação) de cada gestor dentro de uma central de responsabilidades.</p> <p>Permitir a criação de Dashboard que apresente uma visão macro para cada gestor.</p>		

115	<p>Módulo Gráfico De Atendimento</p> <p>Permitir inserir em desenho gráfico de homem e/ou mulher, os locais com queixa;</p> <p>Permitir inserir pontos agudos de dor, com tela de edição de imagem, onde o profissional possa desenhar conforme o tipo de atendimento escolhido;</p> <p>Permitir inserir imagens pré-definidas e já inclusas na biblioteca de imagens do atendimento;</p> <p>Permitir campo para texto, em qualquer parte do documento eletrônico;</p> <p>Permitir inserir círculos, retângulos ou linhas, de forma livre em cima do documento de visão;</p> <p>Permitir alterar as cores da escrita, deixar em negrito, itálico ou sublinhado;</p> <p>Permitir configurar e vincular documentos eletrônicos, conforme perfil de especialidade ou origem de atendimento.</p>		
116	<p>Módulo de Assistência</p> <p>Este módulo foi desenvolvido para otimizar o fluxo de trabalho dos profissionais de saúde, oferecendo ferramentas de suporte que agilizam tarefas administrativas e o acesso à informação, mantendo sempre o profissional como o tomador de decisão final.</p> <p>i. Comunicação e Registro de Interações:</p> <p>Disponibiliza uma funcionalidade de chatbots, com entrada de dados via texto e áudio, para o registro de interações entre pacientes e a equipe de saúde. O objetivo é facilitar a comunicação e o fluxo de informações, sem que haja qualquer tipo de análise automatizada do conteúdo clínico registrado.</p> <p>ii. Suporte ao Preenchimento de Documentos:</p> <p>Oferece uma ferramenta de auxílio administrativo para a elaboração de documentos médicos. O sistema utiliza exclusivamente as informações fornecidas e validadas pelo profissional de saúde para o preenchimento, não realizando sugestões autônomas de conteúdo clínico.</p> <p>iii. Acesso Otimizado à Informação:</p> <p>Permite que o profissional de saúde solicite ativamente a exibição de informações previamente parametrizadas e organizadas por categorias. Esta função visa agilizar o acesso a conteúdo informativos, sem realizar interpretação ou inferência sobre os dados do paciente.</p> <p>iv. Padronização de Documentos:</p> <p>Organiza e disponibiliza um repositório de modelos padronizados de documentos, tanto administrativos quanto clínicos, como relatórios, laudos e formulários. Todos os modelos seguem os protocolos previamente estabelecidos pela instituição ou pela equipe técnica responsável.</p> <p>v. Consulta a Bases de Conhecimento Externas:</p> <p>Facilita o acesso a bases de dados públicas e diretrizes sobre linhas de cuidado e condutas terapêuticas. O conteúdo disponibilizado tem finalidade exclusivamente informativa e referencial, cabendo ao profissional a responsabilidade pela análise, seleção e validação final da informação no contexto clínico.</p> <p>vi. Informações de Referência sobre Medicamentos e Tratamentos:</p> <p>Disponibiliza um compêndio de informações referenciais sobre medicamentos, incluindo bulas, protocolos e tratamentos cientificamente reconhecidos. O sistema não sugere, indica ou endossa qualquer tipo de prescrição ou conduta clínica, servindo apenas como uma fonte de consulta para o profissional de saúde.</p>		
117	Gestão De Risco		

	<p>Permitir o monitoramento gráfico de todos os riscos.</p> <p>Permitir a fácil criação de matrizes de risco.</p> <p>Possibilitar a criação de inúmeras matrizes de riscos e associá-las a categorias.</p> <p>Possibilitar a criação de classes de impacto e probabilidade as reais necessidades da instituição.</p> <p>Permitir que sejam criadas práticas de controle e fatores de risco.</p> <p>Permitir o monitoramento do risco através de práticas de controle em auditorias.</p> <p>Permitir a impressão de fichas de auditoria para os colaboradores da qualidade realizarem a checagem das práticas de controle.</p> <p>Permitir a atualização dinâmica do posicionamento do risco dentro da matriz.</p> <p>Permitir a geração de matriz de GUT dos riscos.</p> <p>Permitir a visualização dos riscos em gráfico que pondera probabilidade, impacto e urgência proveniente da matriz GUT.</p> <p>Possibilitar a fácil visualização para cada gestor das atividades de sua competência pendentes (práticas de controle, ações, indicadores).</p> <p>Permitir o monitoramento dos riscos baseado em indicadores.</p> <p>Permitir a associação de indicadores aos riscos.</p>		
118	<p>Intervenção Farmacêutica</p> <p>Permitir que o farmacêutico faça a avaliação da prescrição médica;</p> <p>Permitir que o farmacêutico altere o tipo de unidade, horários de prescrição, medicamentos com uso contínuo, toda e qualquer intervenção, deverá conter a justificativa dele;</p> <p>Permitir que após a intervenção, o farmacêutico deverá liberar para dispensação da farmácia;</p> <p>Permitir reordenar a ordem de aplicação de medicação.</p>		
119	<p>Gestão de Ocorrências</p> <p>Permitir a criação de um ciclo de monitoramento de não conformidades, eventos adversos e sugestões críticas.</p> <p>Permitir a classificação dos eventos através da inserção de sua origem.</p> <p>Possibilitar o encaminhamento de cada evento para o responsável realizar a classificação e tratamento.</p> <p>Permitir a criação de sistema de alertas para os devidos responsáveis.</p> <p>Permitir a criação dinâmica do diagrama de Pareto.</p> <p>Permitir a criação de eventos de forma anônima.</p> <p>Permitir a criação de ações corretivas.</p> <p>Permitir a visualização das pendências (classificação, abertura de ações, ações atrasadas) de cada responsável.</p> <p>Permitir a formalização do uso de análise e soluções dos eventos.</p> <p>Permitir a criação de questionários personalizados dependendo da ocorrência.</p> <p>Permitir a escolha da ferramenta de análise de causa raiz da Ocorrência.</p> <p>Permitir a geração de controle de datas e responsabilidades sobre cada atividade gerada em um plano de ação.</p> <p>Permitir a configuração de workflow automaticamente das ocorrências, permitindo alterar em tempo de classificação Recursos Tecnológicos.</p>		
120	Controle de Acessos e Logs		

	<p>Dispor de sistema gerenciador de controle de acesso por usuários e de grupos de usuários com acesso através de senhas e com determinação de políticas de bloqueio de conta, expiração de senhas e formato de senha.</p> <p>Dispor de controle de permissões de acesso por telas e tabelas do sistema para consulta, alteração, inclusão e exclusão.</p> <p>Possuir controle de Log por usuário e tabela, através da definição das operações que deverão ser monitoradas: inclusões, alterações ou exclusões.</p> <p>Gerar relatórios gerenciais que mostram a estrutura de grupos de usuários (níveis de acesso).</p> <p>Dispor de controle de Log dos principais processos e aplicativos da solução.</p> <p>Possibilidade de Log (auditoria) de todas as operações efetuadas por usuário (alterações, inclusões, exclusões).</p>		
121	<p>Permissão de Acesso</p> <p>Todos os sistemas integrados devem ser acessados com uma única senha por usuário, sendo possível a liberação ou bloqueio do acesso para cada módulo em particular.</p> <p>Permitir o cadastramento de usuários e senhas com diversos níveis de responsabilidade para cada módulo. O acesso permissão de cada usuário deve ser em nível de tarefa, determinando a permissão para inclusão, alteração, exclusão ou consulta.</p> <p>Cadastramento de aplicações permitidas em diversos níveis (usuário, departamento etc.).</p> <p>O menu deve ser personalizado e estar organizado por assunto.</p>		
122	<p>Mobilidade</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones ou tablets e que possibilite o enfermeiro ou o técnico de enfermagem possam registrar suas atividades na beira do leito. As atividades mínimas devem ser Checagem, Anotações, Coleta de Sinais Vitais, Registro do Balanço Hídrico e Admissão de Enfermagem. O sistema deve permitir fazer a leitura do código de barras ou QR CODE da pulseira de identificação do paciente e da etiqueta de identificação da medicação no caso de checagem de medicações de forma eletrônica. Caso haja alguma troca o sistema deve gerar uma mensagem de alerta para o usuário que a medicação não pertence ao paciente ou está fora do horário programado.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones ou tablets e que possibilite o gestor possa autorizar ou reprovar de forma eletrônica no próprio dispositivo as solicitações e ordens de compras que estão para serem autorizadas na sua alçada.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite o colaborador do laboratório registrar a coleta de amostras de forma eletrônica no próprio dispositivo. O usuário irá apontar o dispositivo para pulseira de identificação do paciente, realizar a leitura do código de barras que está impresso na etiqueta e na sequência irá apontar o mesmo dispositivo para a etiqueta que está fixada no tubo de coleta da amostra. Ao fazer a leitura o sistema confirma a coleta de forma automática e atualiza o status da requisição/pedido.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smartphones, PDA ou tablets e que possibilite o colaborador da farmácia registrar de forma eletrônica a dispensação dos materiais e medicamentos contidos em uma solicitação. O usuário irá selecionar a solicitação no dispositivo e sistema carrega os itens contidos na solicitação. Ao apontar o dispositivo para o código de barras do produto o sistema vai fazendo a leitura e indicando que o item foi dispensado/atendido. Ao final do processo de leitura de todos os itens da solicitação (requisição) o usuário pode fechar a solicitação e o sistema irá automaticamente alterar o status da solicitação para atendida ou parcialmente atendida.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível</p>		

	<p>vel com smarthphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador da nutrição possa registrar de forma eletrônica a dispensação/entrega da dieta para o paciente no próprio leito. Ao apontar o dispositivo para o código de barras que na etiqueta fixada na bandeja ou no recipiente o sistema vai indicando que a dieta foi dispensada/atendida e entregue ao paciente. O processo registra a data, hora e colaborador que executou a entrega da dieta. O aplicativo deve possuir a possibilidade de a dispensação ser por paciente ou por dieta.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smarthphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador do patrimônio possa registrar de forma eletrônica o inventário dos bens patrimoniais no setor escolhido para a contagem dos bens. O usuário irá apontar o dispositivo móvel para a etiqueta de código de barras do bem patrimonial e realizar a leitura. Após fazer todas as leituras dos bens que estão alocados no setor o usuário irá fazer o fechamento da contagem.</p> <p>O sistema deve dispor de solução de mobilidade que seja compatível com smarthphones, PDA ou tablets e que possibilite que o colaborador da portaria possa registrar de forma eletrônica a entrada e saída dos pacientes, acompanhantes, fornecedores e colaboradores. O usuário deverá apontar o dispositivo móvel para a etiqueta de código de barras que identifica o colaborador, o paciente, o acompanhante, o visitante e o fornecedor registrando a entrada dele na portaria. O processo de saída também é registrado através do dispositivo.</p>		
123	<p>Plataforma de Certificação Digital</p> <p>O sistema deverá estar integrado nativamente com o sistema de gestão para a recepção da identificação do profissional, a lista de documentos que serão assinados digitalmente.</p> <p>O sistema deverá estar integrado a um motor de assinatura para a validação dos dados do profissional bem como do seu certificado digital.</p> <p>O sistema deverá estar integrado a um motor de assinatura, enviará os dados do profissional e a lista de documentos que receberão o certificado e receberá como retorno os documentos assinados digitalmente</p> <p>O sistema deverá estar integrado nativamente com o sistema de gestão hospitalar para permitir a consulta e impressão de exportação dos documentos assinados digitalmente.</p>		
124	<p>APLICATIVO DO CIDADÃO</p> <p>Será oferecida aos cidadãos uma solução prática e integrada para gerenciar sua saúde. Com uma interface amigável e segura. O aplicativo permite acesso a uma variedade de serviços de saúde diretamente do seu smartphone.</p> <p>Disponibilizar o Aplicativo nas lojas: play Store e IOS, onde o paciente realizará o download;</p> <p>Na plataforma Android e iOS deve possibilitar a detecção automática de novas versões do aplicativo disponibilizadas nas lojas, permitindo download e atualização através do próprio aplicativo.</p> <p>Permitir configurar no aplicativo a fonte dinâmica, se ajustando ao tamanho de leitura preferido;</p> <p>Após o download, no primeiro acesso ao Aplicativo deve realizar uma apresentação que demonstre processos que explicam o seu funcionamento;</p> <p>O Aplicativo deve permitir parametrizar funções exclusivas nos menus de acesso.</p> <p>Acesso ao aplicativo permite ao usuário: Realizar seu cadastro; Escolher a forma senhas forte para o cadastro; Verificar um canal válido para realizar a elegibilidade de um número de telefone ou e-mail; Receber um token dentro dos canais para validação do seu cadastro; Realizar os termos de uso no seu cadastro e a cada renovação</p>		

	<p>de suas diferentes versões; Fazer login por mais de uma chave de acesso, como CPF, e-mail ou celular; Enviar para um dos canais com elegibilidade uma nova chave, a partir do "Esqueci minha senha".</p> <p>Primeiro acesso, caracterizar o cidadão com características físicas, histórico familiar, hábitos sociais, alergias, e as atuais comorbidades; fornecer um plano de cuidado sugestivo ao usuário para acompanhamento da sua saúde.</p>		
125	<p>Serviços permitem ao usuário</p> <p>Receber o comprovante de agendamentos realizados para lembrete e apresentação na unidade de saúde;</p> <p>Completar e confirmar suas informações necessárias para o seu atendimento;</p> <p>Nas consultas a distância realizar a chamada para atendimento via internet;</p> <p>Atendimentos (menu "Meu Prontuário", "Atendimentos");</p> <p>Visualizar todos os atendimentos do RES; filtrar os atendimentos por período, tipo de atendimento;</p> <p>Apresentar informações do tipo de atendimento, médico, diagnóstico e período de atendimento;</p> <p>Visualizar todos os artefatos e informações de saúde do atendimento, após escolher um atendimento;</p> <p>Compartilhar partes do prontuário com outra pessoa;</p> <p>Salvar os documentos do atendimento; realizar armazenamento local dos prontuários para acesso sem rede de internet.</p>		
126	<p>Acesso do usuário</p> <p>O cadastro permite: Troca de senha; atualizar dados cadastrais (dados cadastrais do usuário), como: Nome, CPF, Data Nascimento, telefone, e-mail, CNS, Sexo, estado civil, nome da mãe, nome do pai, cep, endereço, bairro, informações adicionais; ao cidadão trocar sua foto e colocar o nome com que deseja ser chamado.</p> <p>Cadastro pelo app inclui: Realização de cadastro; Logo da Contratante na tela de login; Detalhamento dos atendimentos do tipo internação; Visualizar Médico, Unidade, CID, Período, Lista de exames - Nome do exame, Lista de exames - Médico solicitante, Lista de exames - Agrupamento de exames por datas, Lista de exames - Resultado do exame laboratorial, atendimentos do tipo internação, Período, Número de exames solicitados, Número de cirurgias solicitadas, Detalhamento dos atendimentos, Data de entrada, Listagem de atendimentos do tipo ambulatorio, listagem de forma decrescente.</p> <p>O login permite realizar: Login; Logout; Realizar Auto cadastro.</p> <p>"Esqueci minha senha" permite: Visualizar "Esqueci minha senha"; Envio de e-mail; realizar o login com a senha enviada no e-mail.</p> <p>"Meus dados" permite: Visualizar dados do paciente; editar dados do paciente; inserir imagem; editar imagem; alterar senha (a senha não pode ter menos de 5 caracteres); visualizar termo de uso.</p> <p>A Senha deve seguir padrão mínimo de complexidade; letra maiúscula, letra minúscula, número, caractere especial, mínimo de 8 dígitos, Uso de Recaptcha após falhas nas tentativas, permitir segundo fator de autenticação, Autenticação Gov.Br.</p> <p>Permitir usar a conta Gov.Br do cidadão para autenticação</p>		
127	<p>Sistema de Controle e Configuração do Aplicativo permite</p> <p>Inserir e modificar os menus de acesso do Cidadão ao aplicativo de saúde;</p> <p>Permitir resetar senha do Cidadão;</p> <p>Realizar a identificação de usuários autenticando por meio de recebimento de documentos do aplicativo;</p>		

	<p>Cadastrar unidades de atendimento com o CNES, nome, GMT, Localização;</p> <p>Configurar sistema de notificação ao Cidadão;</p> <p>Parametrizar textos de envio ao Cidadão para todos os eventos;</p> <p>Escolher se realizará o envio de push e outros sistemas de mensagens como SMS, e-mail, WhatsApp;</p> <p>Listar usuários que tenham acesso ao aplicativo;</p> <p>Listar Pacientes atendimentos sem acesso ao aplicativo;</p> <p>Cadastrar termos de uso do Aplicativo;</p> <p>Configurar link de downloads do Aplicativo com diferentes sistemas operacionais;</p> <p>Configurar artefatos que devem ser compartilhados com o Cidadão;</p> <p>Visualizar Paineis das respostas das pesquisas;</p> <p>Visualizar Painel de leitura das mensagens enviadas.</p> <p>"Configuração do Painel" permite visualizar: "Atividade"; "Passos"; "Estresse e recuperação"; "Frequência respiratória"; "Antropometria"; "Frequência cardíaca"; "Sono"; "Hidratação"; "Dor"; "Colesterol"; "Humor"; "Pressão arterial"; "Circunferência abdominal"; "Glicemia capilar"; "Nutrição"; "Oximetria"; "Percentual de gordura corporal"; "Temperatura".</p>		
128	<p>Notificações permitem</p> <p>Recebimento de notificações para cada novo atendimento no seu repositório de saúde;</p> <p>Recebimento de notificações sobre conteúdo de estilo de vida, baseado em seu perfil clínico;</p> <p>Recebimento de notificações para preenchimento de pesquisas Unidades ou administrativas;</p> <p>Recebimento de notificações dos exames a serem realizados;</p> <p>Recebimento de notificações para pesquisa de satisfação de atendimento;</p> <p>Recebimento de notificações para consultas e exames agendados;</p> <p>Recebimento de notificações para lembrete do uso da medicação;</p> <p>Listar todas as notificações enviadas independentemente das configurações do aparelho;</p> <p>Adicionar funções exclusivas das notificações, mesmo que o usuário tenha desabilitado as notificações nas configurações do seu aparelho.</p>		
129	<p>Notificações</p> <p>Notificações - Status das Notificações; "Concluído" e "Pendente".</p> <p>Permite visualizar o status: A sinalização nesta cor, ocorre quando o usuário fechou a notificação na tela principal, mas não resolveu a pendência.</p> <p>Notificações - Confirmação de Identidade: Caso usuário não tenha confirmado a identidade no sistema, aparece um aviso nas notificações; caso o usuário não tenha confirmado a identidade no sistema, não é possível finalizar a notificação (sinalizado com a cor "verde", no menu "Notificações"), até que a ação seja realizada pelo usuário.</p> <p>Notificações - Sobreposição da Notificação: Ao clicar na notificação, na tela inicial, a notificação será aberta por cima da tela inicial.</p> <p>Notificações - Leitura da notificação: Na tela principal, permite ter acesso às Notificações para leitura; na tela de perfil, menu "Notificações", permite ter acesso às Notificações para leitura.</p>		
130	<p>MÓDULO DE INDICADORES</p> <p>O sistema deve possuir ferramenta de criação de painéis, de maneira fácil e intuitiva;</p>		

	<p>O sistema deve possuir campo para criação de Portlet Sql;</p> <p>O sistema deverá possuir parâmetros com configurações mínimas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Título, descrição, grupo, opções de conteúdo e segurança; • Campo para query, editável, links da portlet, informações extras, formatação, parâmetros, configurações gráficas e confirmação; • Campo de segurança para indicar quais usuários tem acesso de edição e quais tem acesso de leitura; • Opção de configurar uma visualização e acesso para aplicativo mobile; <p>O sistema deve permitir a inserção ou busca de dados de outras fontes além do BD nativo;</p> <p>O sistema deve permitir verificar/confirmar a query configurada ou criada;</p> <p>O sistema deve permitir criar links por tipo, coluna, página ou abrir em pop-up;</p> <p>O sistema deve permitir mostrar informações extras, ao posicionar o mouse;</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de exibição, configurando tipo de fonte, negrito, itálico, tamanho e cor;</p> <p>O sistema deve permitir configuração para cabeçalho e rodapé;</p> <p>O sistema deve permitir a configuração de exibição gráfica, em modelo de pizza, radar, gauge, funil ou coluna;</p> <p>O sistema deve possuir segurança de acesso entre os painéis;</p> <p>O sistema deve possibilitar configurar o tempo mínimo de acesso entre os dados visualizados e o BD em produção;</p> <p>O sistema deve possuir ferramenta que possibilite gestão à vista;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Atendimento;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Exames;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Diagnósticos;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Suprimentos;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Faturamento;</p> <p>O sistema deve possuir indicadores padrão de Glosas;</p>		
131	<p>Notificações</p> <p>O sistema deve permitir configurar alertas, visuais, sonoros ou Email;</p> <p>O sistema deve permitir inserir nome, descrição, regra de notificação, data e frequência de atualização;</p> <p>O sistema deve permitir forma de envio da notificação, ex.: Email;</p> <p>O sistema deve permitir vincular a notificação ao Indicador criado ou usuário;</p> <p>O sistema deve possuir funcionalidade de disparo de e-mail, caso ocorra uma não conformidade programada em horas, minutos ou segundos;</p>		
132	<p>Estatísticas de Acessos</p> <p>O sistema deve permitir mostrar todos os usuários com acessos liberados a cada tipo de relatório/visualização;</p> <p>O sistema deve permitir mostrar o log de acesso a usuários em cada página específica, com data;</p>		
133	<p>Planilha dinâmica</p> <p>O sistema deve permitir a criação de novas visões por meio de planilhas;</p> <p>O sistema deve permitir a vinculação de uma ou mais planilhas na</p>		

	<p>mesma visualização;</p> <p>O sistema deve possuir planilhas dinâmicas, permitindo filtros dinâmicos durante as análises;</p>		
134	<p>Módulo de visão</p> <p>O sistema deve permitir criar múltiplas páginas, conforme entendimento do usuário ou setor;</p> <p>O sistema deve permitir criar pastas/páginas com assuntos diversos, ex.: Atendimentos, vigilância, vacinação etc.;</p> <p>O sistema deve permitir exportar os dados de visualização em formato: xlsx, xlsx, rtf e PDF;</p>		
135	<p>Módulo Visualização móvel</p> <p>O sistema deve possuir permissão para acesso dos indicadores através de dispositivo móvel.</p> <p>O sistema deve possibilitar um aplicativo para instalação em celulares Android e IOS;</p> <p>O sistema deve possuir tela de login com usuário e senha</p>		
136	<p>SAMU</p> <p>Registro das ocorrências</p> <p>O sistema deverá estar preparado para funcionar em mais de um central de regulação de modo integrado. Ao logar o usuário deverá selecionar em qual central de regulação irá operar;</p> <p>A tela de registro de ocorrências deve permitir que o TARM realize a abertura das ocorrências de ágil e com o menor número de cliques possível no sentido de diminuir o tempo destinado ao registro das informações iniciais;</p> <p>O sistema deverá permitir o registro do tipo básico de ocorrência se transferência intra-hospitalar ou ocorrência pré-hospitalar, os campos para registro de informações e suas respectivas obrigatoriedades deverão modificar de acordo com esta seleção;</p> <p>Ao selecionar a opção de registro de transferência intra-hospitalar o sistema deverá trazer uma combo com as regulações já finalizadas no sistema de regulação por meio de integração automática entre os dois softwares;</p> <p>Deverá oportunizar que o usuário vincule a atual ocorrência a uma ocorrência já registrada anteriormente;</p> <p>Deverá permitir que o TARM vincule a ocorrência a um evento cadastrado no modo de gestão de eventos do sistema para facilitar a compilação de dados relacionado a um evento específico que o SAMU esteja dando suporte;</p> <p>O sistema de gestão do SAMU deverá em sua tela inicial possuir campo específico para registro do telefone pelo qual a informação está chegando à Central de Regulação por meio de integração com a central telefônica;</p> <p>Nos casos em que esta informação se perca o sistema deverá permitir a inserção do dado manualmente;</p> <p>A tela deverá possuir botão de copiar o telefone do solicitante para o campo do telefone do contato, caso esta seja a realidade da ocorrência. Este botão de atalho se justifica pelo fato de a maioria dos casos o telefone de contato é o mesmo telefone do solicitante;</p> <p>O sistema deverá possuir botão de acionamento da integração com o sistema envio de mensagens para geolocalização do solicitante, seja pelo número do solicitante ou do contato;</p> <p>A informação do geolocalização do solicitante deverá ser plotada nos campos específicos de registro do local da ocorrência e apresentado em mapa da região;</p>		

<p>A tela de registro inicial da ocorrência deverá possuir tela de registro rápido das ocorrências como forma de agilizar o atendimento em situações como: trote, engano, informações, queda de ligação, demandas administrativas, fora de área, cancelamento pelo solicitante ou contato com a equipe do SAMU;</p> <p>A tela de registro das ocorrências deverá permitir que o TARM registre o nome do paciente, idade em anos ou meses, sexo e queixa;</p> <p>O Sistema deverá realizar opção de auto salvar as informações registradas dos pacientes sem necessitar nenhuma ação do usuário para tal ação. O simples fato de clicar em outro campo deverá disparar a ação de salvar.</p> <p>O sistema deverá permitir o cadastro de múltiplos pacientes para a mesma ocorrência, independentemente do número de vítimas, bem como a edição ou cancelamento de registros já realizados;</p> <p>A tela permitirá ainda o registro de descrição geral da ocorrência para contextualização do ocorrido;</p> <p>O Sistema deverá realizar opção de auto salvar as informações registradas no campo de descrição geral da ocorrência sem necessitar nenhuma ação do usuário para tal ação. O simples fato de clicar em outro campo deverá disparar a ação de salvar.</p> <p>Os campos de localização deverão ser preenchidos automaticamente por meio da integração do envio de mensagens ao solicitante e tão logo este clique no link enviado o sistema receberão a geolocalização de deverá plotar as informações no mapa;</p> <p>Para os casos em que a integração não esteja operacional ou o usuário não consiga utilizar a funcionalidade da geolocalização o TARM terá que conseguir inserir as informações manualmente em campos específicos referentes à localização, como: município, bairro, logradouro, número, complemento e ponto de referência;</p> <p>Ao preencher as informações de localização manualmente o sistema deverá plotar a geolocalização no mapa para retirar qualquer dúvida com o solicitante ou registrar pontos de referências de modo a facilitar o encontro do local da ocorrência pelas equipes que irão realizar o atendimento da ocorrência em campo;</p> <p>O sistema deverá permitir que o usuário selecione uma geolocalização no mapa e preencha os campos específicos como cidade, logradouro, número, bairro, devendo o usuário inserir somente o ponto de referência registro facilitado da localização de concretizar;</p> <p>Após o registro das informações iniciais da ocorrência o sistema deverá possuir botão específico de envio para Médico regulador devendo a ocorrência ser registrada em tela específica;</p> <p>Na aba do sistema destinada ao registro dos atendimentos iniciais as ocorrências deverão ficar até registradas até antes de enviá-las ao médico regulador. Após o envio da ocorrência ao médico regulador está deverá sair da aba de atendimento e ser destinada a aba de regulação. O ordenamento na aba de atendimento deverá ser pela hora do registro inicial;</p> <p>A qualquer momento as informações relacionadas aos pacientes poderão ser editadas em aba específica chamada de Paciente. Nesta tela deverá ser possível a adição de pacientes ou a edição de registro anterior;</p> <p>Após o registro das informações iniciais, mesmo que de forma incompleta, o sistema deverá numerar a ocorrência de forma inequívoca de forma sequencial;</p> <p>Regulação Médica das ocorrências</p> <p>A tela de regulação médica deve conter todas as ocorrências abertas com as informações iniciais registradas pelos TARM's e enviadas para o processo de regulação;</p> <p>O sistema deverá oportunizar o filtro das ocorrências nesta tela com pelo menos as seguintes opções: todos os atendimentos, meus atendimentos, nome do paciente, nome do solicitante, horário de abertura, endereço, bairro, destino hospitalar e número do chamado;</p> <p>Outro filtro que deve ser oportunizado para que o usuário configure o melhor setup para a sua operação é a data do registro da ocorrência;</p> <p>O ordenamento das ocorrências independentemente dos filtros esco-</p>		
--	--	--

<p>lhido devem ser por ordem de prioridade de envio de modo a ser posicionado no topo da tela as ocorrências com nível de priorização mais crítico;</p> <p>As ocorrências com status de aguardando regulação deverão ser ordenadas da mais antiga para a mais recente, de modo a estar posicionada após as ocorrências reguladas anteriormente;</p> <p>A tela deverá mostrar de forma amigável informações chave para os procedimentos de regulação médica, bem como fornecer agilidade para encontrar e inserir informações. Esta tela deverá fornecer minimamente os seguintes dados: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;</p> <p>A tela de regulação médica deverá ainda apresentar para cada ocorrência o endereço, informações complementares inseridas pelo regulador e resumo do processo de regulação com dados como: nome do profissional que realizou a regulação, data e hora de regulação, tipo de atendimento, hipótese diagnóstica, decisão técnica e tipo de ocorrência;</p> <p>Ao selecionar a ocorrência deverá ser aberta a tela diretamente em aba específica para realização ou revisão do procedimento de regulação médica;</p> <p>O sistema deverá permitir que o médico ou profissional de auditoria consiga navegar pelas abas específicas de cada etapa de regulação de modo facilitado;</p> <p>A tela de regulação médica do paciente deverá trazer as informações de modo organizado</p> <p>A tela destinada a regulação médica deverá trazer as informações inseridas pelos TARM como localização, queixa principal dos pacientes e descrição da ocorrência, dados do solicitante;</p> <p>A tela de regulação médica deverá oportunizar que o processo de regulação ocorra de forma individualizada para cada paciente com a inserção minimamente dos seguintes campos:</p> <p>Tipo de atendimento de forma estruturada com as opções de registro: clínico adulto, trauma, obstétrico, psiquiátrico, neonato, clínico pediátrico;</p> <p>Hipótese Diagnóstica padronizada para cada tipo de atendimento de modo a permitir que as hipóteses diagnósticas sejam filtradas de acordo com os tipos de atendimento;</p> <p>Decisão técnica com as seguintes opções: cancelar ocorrência, envio de viatura, falsa ocorrência, informação, meios próprios, orientação médica e outras situações. De acordo com o tipo de decisão técnica a tela deve inserir campos adequadamente compatíveis;</p> <p>Registro do risco presumido em escala cinco pontos padronizados por cores: 1- vermelho, 2- laranja, 3- amarelo, 4- verde, 5- azul.</p> <p>Botão para registro de prioridade.</p> <p>Ao selecionar o tipo de decisão técnica com envio de viatura a tela deverá abrir campos específicos para definição do tipo de envio e a quantidade de viaturas a serem despachadas, bem como a prioridade de deslocamento em escala de três pontos organizados por cor (1- vermelho, 2- amarelo, 3- verde). O sistema deverá oportunizar minimamente os seguintes tipos de viaturas: Unidade de suporte avançado, Unidade de suporte básico, Unidade de suporte intermediário, Motolância e Aeromédico.</p> <p>O sistema deverá oportunizar que o médico regulador registra a indicação de solicitação de apoio, como: corpo de bombeiros, agente de trânsito, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia rodoviária Federal.</p> <p>Após a inserção das informações referentes à regulação médica propriamente dita o usuário deverá enviar as informações para a etapa de operação de frota por meio de botão específico.</p> <p>Após a ação de envio para a tela de operação de frota todos os dados inseridos no processo de regulação deverão povoar a tela de regula-</p>		
---	--	--

<p>ção de modo a promover os ordenamentos adequadamente;</p> <p>Operação de frota</p> <p>A tela de operação de frota deverá ser populada com minimamente os seguintes campos: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;</p> <p>O ordenamento da tela deverá se dar de modo que as ocorrências com maiores prioridades assumam o topo da tela;</p> <p>Ao selecionar a ocorrência a ser trabalhada o sistema deverá abrir tela específica para inserção dos dados de envio (despacho) dos recursos indicado pelo médico durante o processo de regulação;</p> <p>O sistema deverá oportunizar que o rádio operador consiga visualizar os dados de localização da ocorrência com a plotagem destes dados em mapa;</p> <p>O sistema deverá apresentar os dados inseridos pelo TARM, bem como os dados oriundos do processo de regulação, como: nome do(s) paciente(s), informações clínicas dos pacientes e recursos indicados;</p> <p>O software deverá auxiliar o rádio operador ao apresentar as viaturas disponíveis mais próximas do local da ocorrência por meio dos dados coletados com a integração entre o sistema de rastreamento;</p> <p>Ao selecionar a viatura a ser despachada para atendimento da ocorrência o sistema deverá oportunizar que o rádio operador faça o registro dos eventos relacionados ao deslocamento das viaturas como: Saída da base, chegada no local, saída do local, chegada no hospital, saída do hospital e chegada na base;</p> <p>O registro da data e hora de cada evento relacionado ao deslocamento da viatura deverá ser facilitada com um simples clique e buscando as informações do servidor para registro do campo data e hora;</p> <p>O sistema deverá fornecer de forma tabulada o tempo total do atendimento, o tempo transcorrido para regulação médica, Tempo de saída da ambulância, tempo de deslocamento e o tempo total desde o registro da ocorrência pelo TARM;</p> <p>A tela de operação de frota deverá oportunizar o rádio operador desvincule a viatura de uma ocorrência e vincule outra viatura quantas vezes forem necessárias até o quantitativo dos recursos indicados pelo médico regulador;</p> <p>A tela de operação de frota deverá permitir o registro do recurso de apoio utilizado em uma ocorrência específica;</p> <p>A tela de operação de frota deverá oportunizar que o rádio operador registre informações complementares que achar pertinente;</p> <p>Após a realização do atendimento e a liberação do veículo a tela de operação de Frota deverá permitir que o usuário encerre a ocorrência;</p> <p>Avaliação do Paciente</p> <p>A tela de avaliação do paciente deverá permitir que o usuário adicione, retire ou edite um paciente;</p> <p>A tela de avaliação do paciente deverá permitir que o usuário registre informações clínicas e vincule a viatura que foi despachada para ocorrência a um paciente;</p> <p>A tela de registro da avaliação do paciente deverá validar a classificação do tipo de atendimento e hipótese diagnóstica com base nas informações colhidas na cena e após avaliação clínica do paciente;</p> <p>Deverá ofertar campo para registro do tipo de ocorrência de forma estruturada com as seguintes opções: clínico adulto, trauma, obstétrico, psiquiátrico, neonato, clínico pediátrico;</p> <p>Deverá ofertar o campo Hipótese Diagnóstica padronizada para cada tipo de atendimento de modo a permitir que as hipóteses diagnósticas sejam filtradas de acordo com os tipos de atendimento;</p> <p>A tela de avaliação do paciente deverá possuir os seguintes campos para registro:</p> <p>Registro de antecedente de forma estruturada com no mínimo os</p>		
--	--	--

	<p>campos: cardiopatia, diabetes, etilismo, epilepsia, hipertensão, neoplasia, pneumopatia, sequela de AVC;</p> <p>Sinais Vitais com os seguintes campos no mínimo: Frequência cardíaca (FC), Frequência respiratória (FR), Pressão arterial (PA), Saturação de oxigênio (SatO2), Oxigenação suplementar, Glicemia capilar;</p> <p>Campo para registro da escala de como a de Glasgow de forma manual ou de modo estruturado fazendo o cálculo automaticamente ao inserir a avaliação de cada componente da escala;</p> <p>Campo para registro do estado de consciência como no mínimo os seguintes dados: normal, confuso, torporoso e inconsciente;</p> <p>Campo para registro dos dados relacionados à respiração com no mínimo as seguintes informações: eupneico, taquipneico, bradipneico, agônica/ausente;</p> <p>Campo descritivo para inserção de quadro clínico de modo dissertativo;</p> <p>Inserção do risco presumido após avaliação da cena e do paciente com escala de cinco pontos padronizados por cores: 1- vermelho, 2- laranja, 3- amarelo, 4- verde, 5- azul;</p> <p>Campo para confirmação da decisão técnica após avaliação do paciente por equipe de campo. Este campo deverá alterar a tela de modo a permitir o adequado registro das informações;</p> <p>Nos casos em que a decisão técnica for remoção do paciente para unidade de saúde a tela deverá permitir o registro de unidades registradas no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde da região de abrangência do SAMU atendido;</p> <p>A tela de avaliação do paciente deve mostrar campo texto para descrição do motivo do cancelamento da ocorrência nos casos em que a decisão técnica for cancelamento, cancelamento durante ocorrência, colisão do veículo de urgência, endereço não localizado, equipe recebida com violência, local com risco para equipe, paciente evadiu-se do local, paciente recusou remoção, paciente removido por terceiros, recusou atendimento, removido por policial, removido por outra viatura do SAMU, veículo apresentou falha mecânica ou óbito;</p> <p>Nos casos em que o desfecho da ocorrência for óbito a tela deverá, no mínimo, permitir o registro dos seguintes campos: relato do caso (campo texto) e registro do local do óbito (em domicílio, em via pública, na unidade de saúde ou na viatura);</p> <p>A opção de retirar o vínculo de uma viatura a um paciente específico deve ser oportunizado para que o usuário ajuste o registro realizado anteriormente;</p> <p>Em campo específico deve-se apresentar o conjunto de inserções de dados para um dado paciente no que concerne o registro de informações da ocorrência e as informações específicas de cada paciente;</p> <p>Histórico da ocorrência</p> <p>A tela de histórico deve ser apresentada de modo a permitir que o usuário tenha acesso a todos as interações de registro de cada ocorrência;</p> <p>A tela deve apresentar em ordem de cronologia os registros realizados com log de data e hora e os usuários que os tenham realizado;</p> <p>Nos casos em que mais de um paciente esteja vinculado à ocorrência a tela deve ser comportar de tal modo que apresente os registros individualizados de cada paciente;</p> <p>Tela de registro / atualização de viaturas</p> <p>A tela de registro de informações referente ao status das viaturas deve possuir filtros que permitam dar mais clareza ao usuário para encontrar com maior facilidade a viatura que pretende ajustar deve-se possuir, no mínimo, os seguintes filtros: tipo de viatura, base, viatura específica, status da viatura (livre, ocupada, manutenção ou reserva técnica);</p> <p>A tela deverá permitir que o usuário consiga altere a base em que a viatura estará vinculada;</p> <p>A alteração do tipo de viatura deverá ser oportunizada nesta tela com a alteração sendo permitida, no mínimo para os seguintes tipos de viatura: USB, USB 4x4, USA, Motolancia, Aeromédico e USI;</p>		
--	---	--	--

<p>Para cada status (livre, ocupada, manutenção ou reserva técnica) uma cor deve ser designada para facilitar a gestão visual da frota;</p> <p>A tela de gestão das viaturas deve permitir que o usuário consiga visualizar a equipe de saúde embarcada na viatura a cada plantão;</p> <p>O sistema deverá permitir que o usuário faça as atualizações da equipe que integra cada unidade móvel na própria tela ou por meio de integração com outros softwares de registro de presença;</p> <p>A tela deverá permitir que um histórico das alterações de cada carro seja visualizado de modo a fornecer informações importantes para auditoria e melhor gestão da frota;</p> <p>Registro de eventos</p> <p>O sistema deverá permitir que o usuário registre eventos que o SAMU deverá designar recursos específicos para atender as demandas exclusivas no local (área protegida);</p> <p>A tela deverá permitir o registro das seguintes informações: Local do evento, Data e hora do evento, Município, Bairro, Logradouro, Tipo de logradouro, Número, Complemento, Ponto de referência;</p> <p>A tela deverá plotar o local do evento em mapa viário para identificação de outros pontos de referência e estudo operacional para melhor localização das viaturas e rotas de saída prioritárias em caso de ocorrência com pacientes críticos;</p> <p>Deverá permitir o registro do responsável pelo evento com o seu respectivo contato;</p> <p>A tela deverá permitir o tipo de viatura a ser designada para cobertura do evento, bem como a quantidade destas;</p> <p>O registro dos campos tipo de viatura, base, viatura, permanência da viatura no evento (total ou parcialmente), horário de início e horário de término deve ser oportunizado na tela de cadastro de evento;</p> <p>A tela deverá permitir a edição da vinculação da viatura a ser designada para a cobertura do evento bem como a exclusão do vínculo realizado anteriormente;</p> <p>O sistema deverá possuir aba específica para visualização dos eventos cadastrados com a apresentação de informação básicas de identificação deste, como: numeração padronizada, data/hora do evento, responsável, contato e local;</p> <p>Esta tela deverá ainda, possuir botão que leve as informações completas do evento, bem como o usuário que realizou o cadastro deste no sistema para efeito de auditoria;</p> <p>Ocorrências concluídas</p> <p>O sistema deverá possuir aba/ tela com as ocorrências concluídas com a possibilidade dos seguintes filtros para facilitar a busca de registros específicos: todos os atendimentos, meus atendimentos, nome do paciente, nome do solicitante, horário de abertura, endereço, bairro, destino hospitalar e número do chamado;</p> <p>Outro filtro que deve ser oportunizado para que o usuário configure o melhor setup para a sua operação é a data do registro da ocorrência;</p> <p>O ordenamento das ocorrências independentemente dos filtros escolhido devem ser por ordem de prioridade de envio de modo a ser posicionado no topo da tela as ocorrências com nível de priorização mais crítico;</p> <p>A tela deverá mostrar de forma amigável informações chave para os procedimentos de regulação médica, bem como fornecer agilidade para encontrar as informações. Esta tela deverá fornecer minimamente os seguintes dados: número padronizado da ocorrência, prioridade da ocorrência em escala de cores; nome do paciente, idade dos pacientes, motivo da solicitação, nome do solicitante, status da ocorrência, recursos indicados com o código de deslocamento por cores, viatura que está associada, hospital de destino indicado, município da ocorrência, data e hora da última atualização, tempo total decorrido;</p> <p>A tela deverá ainda apresentar para cada ocorrência o endereço, informações complementares inseridas pelo regulador e resumo do processo de regulação com dados como: nome do profissional que realizou a regulação, data e hora de regulação, tipo de atendimento, hipótese diagnóstica, decisão técnica e tipo de ocorrência;</p>		
--	--	--

<p>A tela deverá permitir que ao selecionar uma ocorrência específica todas as informações relacionadas a ela possam ser visualizadas;</p> <p>Cadastro de Unidades de Saúde</p> <p>A tela deverá permitir que o usuário cadastre unidades de saúde a serem referenciadas no registro da unidade de saúde destino quando a decisão técnica por remover o paciente;</p> <p>A tela deverá permitir o registro das seguintes informações minimamente: nome da unidade, logradouro, número, estado, cidade, bairro, abreviação da unidade, telefone, número no cadastro nacional dos estabelecimentos de saúde (CNES), CEP, status ativo ou inativo;</p> <p>A tela deverá permitir a edição de cadastros já realizados anteriormente;</p> <p>Deverá possuir ferramenta de busca para facilitar a identificação das unidades de saúde cadastradas;</p> <p>Módulo administrativo SAMU</p> <p>O licitante deverá fornecer módulo específico destinado a cadastros, configurações e registro de acessos de modo que o próprio usuário do sistema, com o perfil de administrador, possa cadastrar usuários, bases, centrais e carros na própria tela;</p> <p>O sistema deverá estar apto a receber dados de outros sistemas por meio de tela específica de importação como por exemplo os deslocamentos realizados pelos veículos em ocorrência;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de bases em que se deve apresentar a listagem completa das bases já cadastradas com informações mínimas como descrição da base, endereço, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removida uma base específica;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova base;</p> <p>O cadastro de bases deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Nome da base</p> <p>Endereço da base com a plotagem em mapa rodoviário;</p> <p>Campo para configuração da obrigatoriedade do registro da viatura para efeito de registro da presença dos funcionários (QRA);</p> <p>Registro da distância que a viatura deverá estar fora da base para efeito de registro do QRA e definição dos tempos de deslocamentos;</p> <p>Configuração dos horários de limite de registro do QRA;</p> <p>Vinculação a municípios, podendo ser registrado mais de um município para cada base;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de cargos em que se deve apresentar a listagem completa dos cargos já cadastradas com informações mínimas como descrição da base, endereço, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um cargo específico;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo cargo;</p> <p>O cadastro de cargos deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Descrição do cargo;</p> <p>Opções de QRA (entrada e saída, entrada / saída para intervalo/ retorno de intervalo / saída);</p> <p>Campo para registro de ocupações vinculadas ao cargo;</p> <p>Configurações específicas da ocupação (necessário aprovação do registro de QRA, se apresenta este QRA na tela de regulação);</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de Centrais de Regulação em que se deve apresentar a listagem completa das Centrais já cadastradas com informações mínimas como descrição, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido uma central específica;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova central;</p> <p>O cadastro de centrais deverá conter os seguintes campos: descrição da central;</p>		
--	--	--

	<p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de estoques em que se deve apresentar a listagem completa dos estoques já cadastrados com informações mínimas como descrição, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um estoque específico;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo estoque;</p> <p>O cadastro de estoques deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Descrição do estoque;</p> <p>Opções de vínculo de setores que serão atendidos por este estoque;</p> <p>Opção de cadastro de novo setor, bem como de edição e remoção de setor já vinculado a um estoque específico;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de funcionários em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastrados com informações mínimas como nome do funcionário, CPF, cargo, celular, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido um funcionário específico;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo funcionário;</p> <p>O cadastro de funcionários deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Nome do funcionário;</p> <p>CPF;</p> <p>E-mail;</p> <p>Celular com formatação específica com registro de DDD e 9 dígitos;</p> <p>Número de Registro profissional;</p> <p>Cartão do SUS;</p> <p>Status de atividade do usuário;</p> <p>Permissão para uso da biometria para registro de QRA;</p> <p>Escolha de cargo;</p> <p>Definição da carga horária;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de localidades / setores em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastrados com informações mínimas como descrição da localidade / setor, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido uma localidade / setor específico;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de nova localidade / setor;</p> <p>O cadastro de localidades / setores deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Descrição da localidade;</p> <p>Opção dos setores que irão estar vinculados a esta localidade;</p> <p>Opção de cadastrar novo setor;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro do tipo de produtos em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastrados com informações mínimas como descrição do tipo de produtos, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novo tipo de produtos;</p> <p>O cadastro de tipo de produtos deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Descrição do tipo de produtos;</p> <p>Configuração de habitação do tipo de produto;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de unidades em que se deve apresentar a listagem completa das já cadastradas com informações mínimas como número, placa, Base vinculada, IMEI do equipamento de rastreamento, número do celular de contato padrão, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novas unidades;</p> <p>O cadastro de unidades deverá conter os seguintes campos:</p>		
--	---	--	--

<p>Placa da viatura;</p> <p>IMEI do equipamento de rastreamento;</p> <p>Número da unidade;</p> <p>Celular de contato padrão;</p> <p>Tipo de viatura (Unidade móvel terrestre, aero, moto)</p> <p>Tipo de veículo (USB, USA, USI, USB 4x4, Aero, Moto);</p> <p>Base de vínculo;</p> <p>Flag de unidade está em manutenção;</p> <p>Flag de atividade da unidade;</p> <p>Exibir no app de QRA;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de grupos de acesso em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como descrição do grupo de acesso, possuir campo de busca e oportunizar que seja editado ou removido;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novos grupos de acesso;</p> <p>O cadastro de grupos de acesso deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Nome do grupo de acesso;</p> <p>Permissões padronizadas para flag;</p> <p>Opção de marcar todas as opções;</p> <p>Deverá fornecer tela específica para cadastro de usuários em que se deve apresentar a listagem completa dos já cadastradas com informações mínimas como nome, login, base, função, grupo possuir campo de busca com opção de filtro por usuários ativos e oportunizar que seja editado;</p> <p>Na mesma tela deverá possuir botão de cadastro de novos usuários;</p> <p>O cadastro de usuários deverá conter os seguintes campos:</p> <p>Nome do usuário;</p> <p>E-mail;</p> <p>Login;</p> <p>Senha;</p> <p>Grupo;</p> <p>Perfil da regulação (Rádio operador, Médico regulador, Técnico auxiliar de regulação médica, administrativo);</p> <p>Função;</p> <p>Nome da base;</p> <p>CPF;</p> <p>Opção de escolha dos estoques que o usuário terá acesso;</p> <p>Opção de escolha das bases que terá acesso;</p> <p>Aplicativo mobile de rastreamento das viaturas, acionamento, acompanhamento e registro técnico das ocorrências</p> <p>No módulo de Dispositivos Móveis deverá conter as seguintes funcionalidades:</p> <p>Registro de ocorrências pela equipe das viaturas;</p> <p>Registro de QRA eletrônico;</p> <p>Registro de checklist de materiais;</p> <p>Geolocalização da viatura e registro das etapas da ocorrência (deslocamento até o local da ocorrência, atendimento na cena, deslocamento até a unidade de referência, transferência do paciente para o intra-hospitalar, preparo da viatura para nova ocorrência e deslocamento até a base);</p> <p>Do registro de ocorrências pela equipe das viaturas</p> <p>O sistema devera rodar em sistema operacional Android 4.4 ou superi-</p>		
---	--	--

<p>or com ou sem GPS.</p> <p>Permitir o atendimento online e off-line via dispositivo móvel;</p> <p>Atualização automática das informações registradas off-line no dispositivo móvel para a Central de Regulação;</p> <p>Recebimento automático das ocorrências para o dispositivo móvel quando ele tiver on-line;</p> <p>Exibir na tela principal todas as ocorrências que ainda não foram enviadas para o servidor permitindo o acesso para correção das informações.</p> <p>O sistema não deverá excluir a ocorrência do dispositivo após o envio dos dados para o servidor.</p> <p>O sistema deverá exibir os usuários que tiveram interação com o chamado:</p> <p>TARM</p> <p>Médico Regulador</p> <p>Rádio operador</p> <p>Médico/Enfermeiro/Auxiliar de enfermagem/Técnico de enfermagem que registrou a informações da cena e avaliação do paciente;</p> <p>O sistema deverá exibir o veículo empenhado no chamado e a equipe de atendimento.</p> <p>O sistema deverá exibir todos os dados registrados na ficha de atendimento.</p> <p>Permitir a correção/preenchimento do nome, sexo e idade do paciente.</p> <p>Registrar o nome de todos os usuários com data e horário que interagiram com a cena.</p> <p>Registrar os Tipos de Ocorrência e a Hipóteses Diagnósticas encontradas na cena;</p> <p>Deverá ainda registrar os dados parametrizados coletados do paciente como:</p> <p>Antecedentes com no mínimo as seguintes opções: cardiopatia, diabetes, epilepsia, etilismo, hipertensão, neoplasia, pneumopatia e sequela de AVC;</p> <p>Consciência com no mínimo as seguintes opções: normal, confuso, torporoso e inconsciente;</p> <p>X – Hemorragia exsanguinante: campo descritivo</p> <p>Via aérea: campo descritivo</p> <p>Respiração com no mínimo as seguintes opções: eupneico, taquipneico, bradipneico e agônico/ ausente;</p> <p>Circulação: campo descritivo;</p> <p>Neurológico: Glasgow + avaliação pupilar;</p> <p>Exposição: campo descritivo;</p> <p>Permitir o registro do histórico SAMPLE</p> <p>Sinais e sintomas encontrados;</p> <p>Alergias que paciente relate;</p> <p>Passado médico clínico e cirúrgico;</p> <p>Líquidos e alimentos ingeridos nas últimas horas;</p> <p>Ambiente e avaliação da cinemática do trauma;</p> <p>Registrar o acompanhamento dos Sinais vitais parametrizados (Ex.: PA, FC, FR, SAT);</p> <p>Permitir registrar quantos ferimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo do ferimento e o local do ferimento.</p> <p>Permitir registrar quantos procedimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo de procedimento e o procedimento e uma observação.</p> <p>Permitir registrar a terapêutica utilizada durante o atendimento pré-</p>		
---	--	--

<p>hospitalar (medicamentos, procedimento etc.);</p> <p>Registrar a prioridade definitiva de atendimento de acordo com as cores de Manchester ou de acordo com a parametrização, com suas devidas descrições.</p> <p>Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente na ficha de atendimento.</p> <p>Registrar o apoio utilizado durante o atendimento de acordo com os apoios parametrizados no sistema.</p> <p>Nos casos em que a decisão técnica for remoção do paciente para unidade de saúde a tela deverá permitir o registro de unidades registradas no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde da região de abrangência do SAMU atendido;</p> <p>O aplicativo deverá mostrar campo texto para descrição do motivo do cancelamento da ocorrência nos casos em que a decisão técnica for cancelamento, cancelamento durante ocorrência, colisão do veículo de urgência, endereço não localizado, equipe recebida com violência, local com risco para equipe, paciente evadiu-se do local, paciente recusou remoção, paciente removido por terceiros, recusou atendimento, removido por policial, removido por outra viatura do SAMU, veículo apresentou falha mecânica ou óbito;</p> <p>Nos casos em que o desfecho da ocorrência for óbito a tela deverá, no mínimo, permitir o registro dos seguintes campos: relato do caso (campo texto) e registro do local do óbito (em domicílio, em via pública, na unidade de saúde ou na viatura);</p> <p>Do Registro de QRA eletrônico</p> <p>O aplicativo deverá possuir funcionalidade que permita o registro da equipe que comporá a equipe das viaturas;</p> <p>O aplicativo deverá permitir que o usuário faça o login e registre a equipe que está compondo a equipe de cada carro, bem como vincule o equipamento com a viatura;</p> <p>O aplicativo deverá fazer críticas necessárias para impedir registro indevidos:</p> <p>Cada equipamento terá uma vinculação a um conjunto restrito de viaturas de forma a impedir o vínculo a algum veículo inadvertidamente;</p> <p>Cada profissional só poderá registrar o seu vínculo por meio do QRA;</p> <p>O aplicativo deverá fazer uma rotina de sincronismo a cada 5 segundos, podendo esta rotina ser antecipada sempre que necessário por meio de botão específico;</p> <p>O usuário após logado deverá informar a base, o tipo de veículo e a placa do veículo que está assumindo o plantão;</p> <p>Do Registro de checklist de materiais</p> <p>O aplicativo deverá possuir módulo específico para registro de checklist de materiais médicos;</p> <p>Após logar no aplicativo o profissional deverá acessar o módulo específico que permitirá que ele visualize todo o material padronizado para as viaturas e registre a sua presença;</p> <p>A tela apresentará os materiais e a quantidade padrão de cada item e o profissional informará a quantidade presente ou a ausência deste item;</p> <p>O sistema deverá registrar data e hora de início do checklist bem como a data e hora do término deste;</p> <p>Esta informação deverá ser enviada sempre a cada sincronismo para que possa ser visualizada no sistema de gestão web;</p> <p>Após o término do procedimento o sistema deverá permitir a geração de arquivo em PDF padronizado;</p> <p>Módulo de rastreamento</p> <p>No módulo de Rastreamento deverá conter as seguintes funcionalidades:</p> <p>Permitir associar um dispositivo de rastreamento a uma viatura.</p> <p>Deverá enviar a cada 30 segundos a longitude, latitude e velocidade</p>		
--	--	--

<p>de deslocamento do dispositivo quando disponível.</p> <p>A localização registrada deverá conter uma margem de erro de no máximo 50 metros, caso contrário a localização não deverá ser registrado.</p> <p>Deverá permitir a visualização no mapa de todos os dispositivos exibindo a última comunicação, última posição registrada e a velocidade de deslocamento.</p> <p>Deverá exibir no mapa um ícone de desativado quando a última comunicação for feita a mais de 15 minutos.</p> <p>Permitir exibir histórico do percurso através de uma faixa de data e hora.</p> <p>Guardar o histórico permanente de localização das viaturas.</p> <p>Permitir rastreamento em tempo real de toda a frota, com possibilidade de pesquisa pelo nome da viatura, ou posto de trabalho (base de apoio SAMU).</p> <p>Fornecer rota mais rápida até o destino, informando no sistema de operação de frota, e no aplicativo dos smartphones para as equipes.</p> <p>Fornecer previsão de tempo de chegada da viatura em tempo real.</p> <p>Módulo de integração com dispositivo de gravação telefônica</p> <p>No módulo de Integração com Dispositivo de Gravação Telefônica deverá conter as seguintes funcionalidades:</p> <p>Acesso dinâmico a gravação telefônica.</p> <p>Exportação de arquivos da gravação telefônica no formato MP3/WAV.</p> <p>Filtro automático de gravações por chamado.</p> <p>Streaming de áudio das gravações telefônicas via internet e intranet.</p> <p>Integração ao módulo de Ficha de Chamado onde permita ouvir as ligações compatíveis com o horário da abertura do chamado.</p> <p>A solução de gravação deverá ser integrada a solução de software de regulação.</p> <p>Módulo de faturamento</p> <p>No módulo de Faturamento deverá conter as seguintes funcionalidades:</p> <p>As ações que possam gerar procedimentos faturáveis em decorrência do processo de regulação devem ser registradas de forma a gerar o procedimento dentro do módulo de faturamento;</p> <p>O procedimento deve guardar relação com o CNES executor e com o CNS do profissional que registrou o mesmo, devendo o sistema fazer esta crítica ao gerar o registro do procedimento passível de faturamento;</p> <p>O módulo deve promover a geração automática de arquivo de produção para importação no sistema BPA magnético seguindo como definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013.</p> <p>Sistema de painel de gestão parametrizável</p> <p>A contratada deverá disponibilizar software de painel de indicadores de gestão coletados a partir do sistema de gerenciamento de processos de trabalho nas unidades de saúde da Secretaria de Saúde;</p> <p>Permitir a visualização de informações referentes às ocorrências, tempos decorridos em cada etapa do atendimento pré-hospitalar;</p> <p>Os indicadores que comporão o painel de bordo deverão ser definidos pela Contratante;</p> <p>A ferramenta de Business Intelligence (BI) deverá ser dinâmica e possibilitar a interação do usuário com a ferramenta chegando ao nível de granularidade máximo (chegando ao atendimento específico realizado pelo profissional ao paciente);</p> <p>O software deverá ser acoplável em bancos de dados gratuitos e ser possível a análise do banco de dados de modo direto por meio de liberação de acesso a portas;</p> <p>A ferramenta deverá oportunizar a mudança do layout de visualização</p>		
---	--	--

<p>do indicador tendo que ser possível a visualização do dado em vários tipos de gráficos, por exemplo: tipo pizza, coluna, tabela, indicador etc.</p> <p>O software deverá atualizar a análise em tela automaticamente em intervalo de tempo a ser configurado pelo próprio usuário com perfil de configuração para tal. Cada painel de gestão poderá ter um tempo de atualização diferenciado;</p> <p>O sistema deverá ter telas de gerenciamento de usuários de tal sorte que poderá ser configurado quais painéis de gestão cadastrados serão apresentados para cada usuário do sistema.</p> <p>O sistema disponibilizado pela contratante deverá ser WEB, homologado para os principais navegadores de internet do mercado e responsivo a tela, permitindo a correta visualização em smartphones ou tablets;</p> <p>A contratada deverá disponibilizar minimamente os indicadores preceituados pela portaria 1010 de 21 de maio de 2012 tendo que apresentar os indicadores calculados no intervalo de tempo mínimo de 1 dia:</p> <p>Número geral de ocorrências atendidas no período;</p> <p>Tempo mínimo, médio e máximo de resposta;</p> <p>Identificação dos motivos dos chamados;</p> <p>Quantitativo de chamados, orientações médicas, saídas de Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB);</p> <p>Localização das ocorrências;</p> <p>Idade e sexo dos pacientes atendidos;</p> <p>Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;</p> <p>Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento;</p> <p>Pacientes (número absoluto e percentual) referenciados aos demais componentes da rede, por tipo de estabelecimento.</p> <p>A contratada deverá disponibilizar os seguintes relatórios complementares para gestão do SAMU:</p> <p>Acesso de usuários por período ao sistema;</p> <p>Bairros atendidos</p> <p>Chamados cancelados</p> <p>Chamados por dia da semana</p> <p>Chamados por dia da semana x horários</p> <p>Chamados por horário</p> <p>Telefonemas tempo-chamado x regulação</p> <p>Tempo-início tarm x chegada vtr</p> <p>Tempo-regulação x envio de vtr (final regulação menos data envio vt)</p> <p>Tempo-saída vtr x chegada vtr</p> <p>Tempo-tarm total de atendimentos por tipo de vtr</p> <p>Total de atendimentos por vtr</p> <p>Total de chamados com acionamento de múltiplos meios</p> <p>Total de transferências por tipo de vtr</p> <p>Total de acionamentos por tipo de vtr</p> <p>Total de atendimento e transferência</p> <p>Total de transferências por vtr</p> <p>Trombolítico-tempo resposta</p> <p>Total tempo resposta</p> <p>Total de chamados</p> <p>Vaga negada</p> <p>Vaga zero</p>		
--	--	--

	<p>Faixa etária x hd (chamado)</p> <p>Hospital de origem x hospital de destino</p> <p>Ocorrências diurnas x noturnas</p> <p>Origem paciente</p> <p>Prioridade</p> <p>Tempo médio deslocamento do local ao hospital</p> <p>Tempo médio hospital até retorno a base</p> <p>Tempo médio recebimento ligação até saída da vtr</p> <p>Tempo médio recebimento ligação até chegada ao hospital</p> <p>Tempo médio saída vtr até chegada ao local</p> <p>Tempo médio recebimento ligação até retorno a base</p> <p>Deslocamento médio das viaturas em ocorrência</p> <p>Deslocamento médio das viaturas fora de ocorrência</p>		
137	<p>Agendamento automático</p> <p>Permitir que o sistema realize o agendamento automático de solicitações na fila de espera, considerando tempo na fila, unidade solicitante, unidade executante, prioridade e procedimento.</p> <p>Permite regionalizar em quais unidades executantes o sob deverá marcar as solicitações na fila de espera.</p> <p>Permitir configurar agendamento automático por procedimento e central de regulação.</p> <p>Deverá permitir utilizar estrutura de regionalização, definindo de acordo com a origem e procedimento da solicitação em qual unidade executora deverá ser encaminhar pacientes; a busca deve se expandir automaticamente de acordo com o período parametrizado por prioridade.</p>		
138	<p>Gerenciamento de Agendas</p> <p>Permitir efetuar a montagem das agendas no mínimo com os seguintes campos: profissional; nome da agenda/escala, procedimento, data de início, data final, dias da semana que a agenda estará disponível, horário inicial, horário final, criação em bloco, escala com visualização local ou compartilhada.</p> <p>Permitir efetuar bloqueios através dos seguintes filtros: profissional, o procedimento, data de início e fim, dias da semana, período todo ou apenas para faixas de horário e dias específicos.</p> <p>No ato do bloqueio, deverá listar e alertar se houver pacientes agendados.</p> <p>Permitir efetuar o remanejamento de agendas, sendo este remanejamento possível alterar unidade executante (quando logado através da central), profissional executante, e datas.</p> <p>Permitir o remanejamento de pacientes e ainda permitir remanejar todos os pacientes de uma determinada agenda para outra e remanejar individualmente cada paciente para uma nova agenda.</p> <p>Permitir realizar encaixes de pacientes através da demanda espontânea para o atendimento médico com integração ao prontuário eletrônico.</p> <p>Deverá possuir tela para o cadastro de feriados nacionais e regionais. Nas datas cadastradas como feriados, o sistema deverá alertar ao tentar liberar agendas.</p> <p>Deverá emitir alerta e impedir a duplicação de escalas para o mesmo profissional e procedimento.</p> <p>Deverá permitir a criação de oferta apenas para profissionais devidamente vinculados a um Estabelecimento de Saúde.</p> <p>Após o bloqueio de agenda a mesma não deverá ser exibida na tela de agendamento.</p> <p>A unidade Central terá acesso a liberação e bloqueio de agenda de</p>		

	<p>todas as unidades vinculadas a ela.</p> <p>As agendas criadas deverão permitir a parametrização de serem locais, para consumo exclusivo de pacientes da própria unidade e, compartilhadas quando permitirão o agendamento de pacientes externos, encaminhados de outras unidades.</p> <p>Deverá permitir cadastrar motivos padrão para bloqueio de agendas, visando a parametrização das informações registradas.</p> <p>Permitir determinar a quantidade de dias de visualização das agendas nas unidades de saúde disponíveis para marcação.</p>		
139	<p>Gerenciamento de profissionais</p> <p>Deverá garantir que as senhas dos profissionais que irão utilizá-lo atendam minimamente as seguintes condições: Permitir compor a senha (letras maiúsculas, minúsculas, números, caracteres especiais)</p> <p>Deverá garantir que cada profissional tenha login único vinculado ao CPF, CBO, Dados gerais, permitindo cadastrar foto.</p> <p>Deverá gerenciar perfis de acesso que podem ser combinados para dar permissão especial aos logins do sistema, possibilitando que uma mesma unidade e setor libere acessos diferentes a cada profissional.</p> <p>Visualizar e manter cadastros de especificação profissional (especialidade, Tipo de Prestador, CBO, carga horária, data de início)</p> <p>Visualizar e manter cadastro de situação do profissional (ativo, inativo, habilitado, inabilitado).</p> <p>Permitir parametrizar o profissional regulador ao procedimento e região a serem exibidos na tela de regulação.</p> <p>Deverá possuir perfis parametrizáveis conforme necessidade de gestão, tais como: administrativo, solicitante/recepção, regulador, gestor de cotas, executante.</p>		
140	<p>Configuração de procedimentos / SIGTAP</p> <p>Deverá conter e utilizar como padrão os procedimentos padronizados pelo Ministério da Saúde e permitir a parametrização.</p> <p>Deverá permitir a criação de procedimentos locais relacionados com códigos e procedimentos SIGTAP.</p> <p>Deverá permitir parametrizar os procedimentos: Necessita de cotas, Idade mínima, Idade máxima, Sexo, Complexidade para faturamento, Quantidade máxima, Tipo financiamento, Profissionais autorizados a executar, Profissionais autorizados a solicitar, Protocolos e se obriga anexo na solicitação.</p> <p>Deverá permitir parametrizar orientações/preparos a serem inseridas nos comprovantes de agendamento, estas orientações podem ser cadastradas por procedimento e específicas apenas para uma unidade de saúde ou para todas as unidades da central.</p> <p>Permitir ativação e a inativação lógica de qualquer item cadastrado e/ou do(s) seu(s) parâmetro(s), com persistência na base de dados e manutenção de todos os seus vínculos históricos, inclusive a data e hora da modificação.</p> <p>Visualizar dados cadastrados no Sistema por meio de pesquisa fonética, permitindo listar ao inserir %% ou as três primeiras letras.</p> <p>Permitir o cadastro e configuração de procedimento especializado, vinculado ao grupo de agendamento, podendo identificar se o procedimento necessita de regulação e agendamento automatizado.</p> <p>Permitir a configuração de dashboard, exibindo nos perfis as solicitações de acordo com os filtros selecionados, contendo no mínimo as informações por situações de atendimento (autorizadas, não realizadas, absentismo e rejeitadas).</p> <p>Possibilitar cadastrar pacotes de procedimentos para a linha de cuidado do paciente.</p>		
141	<p>Gerenciamento da Unidade de saúde / CNES</p> <p>Permitir o cadastro quantitativo da população por unidade de saúde.</p>		

	<p>Deverá permitir o registro de dados de identificação do serviço/classificação da Unidade/Estabelecimento de Saúde, conforme padrões do CNES.</p> <p>Deverá permitir o registro de dados de identificação dos equipamentos da Unidade/Estabelecimento de Saúde, conforme padrões do CNES. Exibindo na mesma tela os equipamentos daquela unidade.</p> <p>Quando a unidade de atendimento possuir uma unidade anexa, permitir o cadastro dos dados da unidade anexa, incluindo: nome, distrito, endereço completo, telefone, e-mail e complemento.</p> <p>Permitir inserir mais de uma unidade anexa a unidade de saúde. Ao cadastrar unidade anexo, possibilitar inserir os seguintes dados: nome, distrito, endereço completo, telefone, e-mail e complemento.</p> <p>Deverá permitir o registro da vinculação do profissional nos estabelecimentos de saúde, bem como em equipes de saúde, informando; Nome, Data Entrada, CNS, CBO, Carga Horária, Vinculação, Tipo, Subtipo.</p> <p>Permitir registrar a quantidade de salas e equipamentos de Radioterapia a unidade possui, subdividindo em salas de Simulação, Planejamento, Armaz. fontes, Confec. masc., Molde e Bloco pers. e equipamentos: Ortovoltagem 10-50 kv, Ortovoltagem 50-150 kv, Ortovoltagem 150-500 kv, Braquiterapia baixa, Outros-monitor de área, Outros-monitor de individual, Outros-sist. compt. planejamento, Outros-dosímetro, Unidade cobalto, Braquiterapia média, Braquiterapia alta, Outros-fontes seladas.</p> <p>Permitir registrar a quantidade de salas e equipamentos de quimioterapia que a unidade possui, subdividindo em; Armazenagem, Sala preparo, Químio. C/ duração, Químio. L/duração, Capela de fluxo laminar.</p> <p>Permitir registrar os médicos responsáveis pela oncologia.</p> <p>Permitir registrar os serviços especializados da unidade de saúde, listando automaticamente as possíveis classificações de acordo com o serviço. Caso o serviço seja terceirizado, permite inserir o nome da unidade terceira através de listagem automática das unidades de saúde.</p> <p>Permitir a parametrização indicando se a unidade de saúde pode cadastrar solicitações de cidadãos de outros municípios.</p> <p>Permitir a parametrização de uma mensagem na tela do solicitante, possibilitando a inserção de um alerta quando houver a tentativa de cadastrar uma solicitação de cidadão de outro município.</p> <p>Permitir parametrizar às unidades de saúde aos procedimentos, essa configuração irá refletir na possibilidade de solicitar e executar consultas.</p> <p>Permitir a parametrização indicando se a unidade de saúde pode cadastrar solicitações de cidadãos de outros municípios.</p> <p>Permitir a parametrização de uma mensagem na tela do solicitante, possibilitando a inserção de um alerta quando houver a tentativa de cadastrar uma solicitação de cidadão de outro município.</p> <p>Permitir parametrizar às unidades de saúde aos tipos de leitos e especialidade, essa configuração irá refletir na possibilidade de solicitar cirurgias.</p> <p>Permitir realizar o cadastro de leitos por estabelecimento de saúde, tipo de leitos e especialidade. Informando quantidade de leitos de urgências, contratados e de autogestão.</p> <p>Permitir bloquear leitos das unidades de saúde informando a quantidade, leito e motivo do bloqueio.</p> <p>Permitir o cadastro da central de regulação informando o tipo de central: municipal, estadual, psiquiátrica e transplante.</p> <p>A central poderá visualizar todos os leitos e seus respectivos status de acordo com cada unidade.</p> <p>Permitir o cadastro de faixa de AIH por estabelecimentos ou municípios.</p>		
142	<p>Faturamento</p> <p>Permitir cadastramento de competências para faturamento SUS,</p>		

	<p>com possibilidade de fechar e reabrir as mesmas.</p> <p>Permitir a importação manual das definições da tabela SIGTAP do Ministério da Saúde, possibilitando selecionar arquivos das competências a partir do repositório do DataSUS e realizar a importação das regras de faturamento de Procedimentos do SUS.</p> <p>Deve ter tela para gestão da produção faturável do tipo BPA por seção, permitindo selecionar uma ou mais seções para geração de arquivo: Consultas; Exames; Procedimentos Ambulatoriais e Odontológicos; Consultas odontológicas; Procedimentos coletivos; Vigilância em Saúde; ACS.</p> <p>Permitir selecionar os tipos de financiamento vinculados aos procedimentos SIGTAP para geração do arquivo BPA, sendo: Vigilância em Saúde; MAC – Média e Alta Complexidade; FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensações; Incentivo MAC; Assistência Farmacêutica; AB – Atenção Básica.</p> <p>Possuir orientações para geração correta de faturamento e as respectivas configurações necessárias para configurar ao sistema.</p> <p>Gerar automaticamente, com base nos atendimentos realizados, o arquivo magnético para Boletim de Produção Ambulatorial conforme especificações do Ministério da Saúde, permitindo a seleção das unidades para geração.</p> <p>Possibilitar que, na geração dos arquivos BPA, a produção possa ser incluída de forma consolidada e individualizada, conforme instrumento de registro de cada procedimento conforme tabela SIGTAP.</p> <p>Permitir à CONTRATANTE escolher o instrumento de registro de procedimentos conforme a tabela SIGTAP a ser enviado na geração do arquivo BPA, incluindo procedimentos com duplo instrumento de registro.</p> <p>Permitir a reapresentação da produção conforme portaria do Ministério da Saúde, em até três competências anteriores.</p> <p>Permitir gerar produção do município, incluindo a produção dos prestadores.</p> <p>Permitir visualizar competências BPA geradas anteriormente.</p> <p>Permitir emitir relatório de toda produção gerada conforme padrões para visualização SIA-SUS, com no mínimo os seguintes campos: tipo de registro do BPA, competência, unidade, grupo, subgrupo, procedimento, valor e quantidade.</p> <p>Permitir visualizar em tela a produção gerada conforme competência selecionada.</p> <p>Consistir procedimentos no momento da realização, conforme critérios definidos pelo Ministério da Saúde: sexo, idade, especialidade das unidades de saúde.</p> <p>Permitir o registro direto da produção BPA, por unidades de saúde, de modo retroativo, devido a problemas na sua estrutura ou fluxo de atendimento.</p> <p>Permitir cadastrar novos procedimentos adicionais à tabela do SIGTAP, permitindo a vinculação e faturamento em um procedimento válido do SIA-SUS.</p> <p>O sistema deve permitir a configuração dos prestadores e respectivos CBO's.</p> <p>O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura BPA dos procedimentos realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.</p> <p>O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura APAC dos procedimentos de alta complexidade realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.</p> <p>O sistema deve fazer todas as críticas referentes às regras Datasus (sexo x procedimento, idade x procedimento, procedimento x diagnóstico, procedimento x CBO, prestador x CBO e CEP).</p> <p>O sistema deve gerar os arquivos de produção ambulatorial (BPA e APAC) no padrão DATASUS para envio da produção mensal para a Secretaria de Saúde.</p>		
--	---	--	--

	<p>O sistema deve fazer todas as críticas relacionadas às regras do DATASUS e imprimir o relatório de inconsistências para que os usuários possam realizar os devidos ajustes.</p> <p>Permitir repassar ao ministério as APAC's realizadas por meio da produtividade. A produtividade será exportada no formato de um arquivo .txt com o Layout definido pelas regras exigidas pelo DATASUS.</p> <p>Permitir filtrar através da competência, tipo e nome do órgão de destino.</p> <p>Ao realizar a busca deverá exibir em tela: Estabelecimento executante, Competência, Qtde. solicitações, Valor faturamento, Usuário e Data do cadastro.</p> <p>Deverá permitir gerar por especialidade ou único, possibilitando selecionar por tipo de laudo através de check-box.</p> <p>Exibir em lista dos dados da remessa selecionada permitindo o download do arquivo, gerar arquivo de envio, cancelar ou editar a remessa.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a importação da tabela SIGTAP.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a importação do arquivo CNES.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a importação da tabela de CEP disponibilizada pelo Datasus.</p> <p>O sistema deve permitir fazer a configuração dos prestadores e os respectivos CBO's.</p> <p>Permitir registrar o caráter de atendimento.</p> <p>Permitir cadastrar o motivo de descarte.</p> <p>Cadastro do Tipo de Financiamento.</p> <p>Cadastro do motivo de glosa BPA.</p> <p>O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura BPA dos procedimentos correspondentes e que foram realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.</p> <p>O sistema deve fazer o lançamento automático na fatura APAC dos procedimentos de alta complexidade correspondentes e que foram realizados nos setores de diagnóstico e atendimento.</p> <p>O sistema deve fazer todas as críticas referentes as regras Datasus (sexo x procedimento, idade x procedimento, procedimento x diagnóstico, procedimento x CBO, prestador x CBO e CEP).</p> <p>O sistema deve fazer a geração dos arquivos de produção ambulatorial (BPA e APAC) no padrão DATASUS para envio da produção mensal para a secretária de saúde.</p> <p>O sistema deve fazer todas as críticas relacionadas as regras do DATASUS e imprimir o relatório de inconsistências para que os usuários possam fazer os devidos ajustes.</p> <p>O sistema deve permitir fazer o controle de faturamento pelos tetos orçamentários por subgrupo, por procedimento, por setor e por grupo de procedimento.</p> <p>O sistema deve gerar a exportação do BPA e APAC.</p> <p>O sistema deve gerar o arquivo XML para o programa SISMAMA.</p> <p>O sistema deve permitir a renovação de APAC.</p> <p>O sistema deve permitir a emissão de laudo para emissão de APAC.</p> <p>O sistema deve emitir ficha de frequência de APAC.</p> <p>O sistema deve permitir a cópia de APAC.</p> <p>O sistema deve permitir o lançamento manual dos procedimentos de alta complexidade na fatura APAC.</p> <p>O sistema deve permitir serem cadastradas as faixas de APAC'S disponibilizadas pela SES para a Unidade Hospitalar por competência.</p>		
143	Integrações		

	<p>Exportar dados para: SIASUS (ou CMD/MS). SINAN/SISVE/INFLUENZA. SI-PNI. RAAS – Registro das Ações Ambulatoriais de Saúde. BPA-I e BPA-C RNDS – Rede Nacional de Dados de Saúde API para integrações de dados cadastrais dos pacientes, para futura conexão com outros sistemas públicos.</p>		
144	<p>REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS</p> <p>A aplicação deverá possuir mecanismos de importação e exportação de dados em massa. Estes mecanismos devem ser capazes de lidar com altos volumes de dados, como por exemplo – exportações periódicas de produções para o MS.</p> <p>Controlar integridade referencial.</p> <p>Garantir que apenas arquivos e componentes indispensáveis para o correto funcionamento do sistema estejam presentes no ambiente de produção.</p> <p>Em todo o sistema, manter o padrão de leiaute e operação (template) nas telas dos diversos módulos.</p> <p>Possibilitar a criação de relatórios parametrizáveis pelos usuários responsáveis.</p> <p>Permitir reaproveitamento das parametrizações efetuadas quando da implantação de novas versões.</p> <p>Disponibilizar recurso de arquivamento de dados históricos de forma automatizada, parametrizável.</p>		